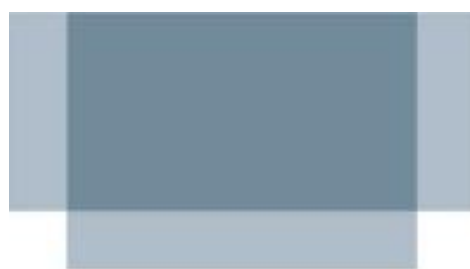


UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

UNIVERSIDADE ABERTA



**CASA HIPÓLITO – HISTÓRIA, MEMÓRIAS
E PATRIMÓNIO DE UMA FÁBRICA TORRIENSE**



Joaquim Manuel Jorge Moedas Duarte

Mestrado em Estudos do Património

**Dissertação orientada pelo
Professor Doutor Paulo Oliveira Ramos**

2017

RESUMO

Em 1902 António Hipólito, jovem migrante de Alcobaça para Torres Vedras, fundou uma empresa de metalomecânica ligeira, em nome individual, à qual chamou *Industrial*. Latoeiro de folha branca, rapidamente se apercebeu das oportunidades facultadas por uma sociedade marcada pela ruralidade em que a vitivinicultura tinha lugar de destaque. Começando pelo fabrico de lanternas de acetileno, expandiu-se para os equipamentos necessários à lavoura: pulverizadores, prensas de lagar, bombas de trasfega, torpilhas, etc. Apostando na qualidade e em preços acessíveis, ao mesmo tempo que dava atenção especial à divulgação dos seus fabricos através de publicidade na imprensa e participação em mostras e exposições, conquistou paulatinamente mercado local e nacional. De tal modo se notabilizou que o Governo Português o distinguiu em 1930 com a Comenda da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial.

Quando, por motivos de saúde, o Comendador António Hipólito, em 1944, entregou a gerência da fábrica aos filhos e ao genro, a empresa passou a sociedade por quotas com a designação de *Casa Hipólito*. Nessa altura já fabricava fogões e lanternas a petróleo, equipamentos domésticos que viriam a torná-la famosa em Portugal e no estrangeiro para onde passou a exportar parte significativa da sua produção. Nos anos 50 a 70 atingiu o auge da sua actividade e expansão através da licença exclusiva de fabrico da marca alemã Petromax e alargando a gama de produtos ao sector de gás em parceria com a Cidla, primeiro e a Shell depois. Construindo novas instalações e empregando centenas de trabalhadores, tornou-se a maior empresa do concelho de Torres Vedras e uma das principais do país no seu ramo.

Em 1972 passou a Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada. Todavia, o impacto do ano de 1974 com a Revolução de Abril veio pôr a nu as deficiências estruturais de que já padecia: progressiva incapacidade de autofinanciamento, obsolescência do parque de máquinas e dos produtos fabricados, dificuldade em enfrentar a concorrência no sector vinícola, dificuldades em substituir o modelo de gestão familiar por outro mais adaptado ao crescimento da empresa. Nos anos 80 acentuou-se o percurso descendente. Em 1987 os credores impuseram um plano de recuperação e o controlo da gestão por via judicial. Iniciou-se um processo imparável de decadência que só terminou com a declaração de falência em Abril de 1999.

Do que foi a actividade fabril da *Casa Hipólito* restam as memórias de quem lá trabalhou, os numerosos e variados testemunhos da imprensa local e um Fundo Documental à guarda do Museu Municipal Leonel Trindade de Torres Vedras.

Este trabalho que ora se apresenta resulta de uma investigação realizada sobre estas fontes informativas com uma dupla finalidade: preservar a memória social da *Casa Hipólito*, descrevendo o seu percurso de quase cem anos e registando as memórias de alguns que nela trabalharam; e propor formas concretas de tratamento museológico do património que dela foi possível salvar.

Palavras-chave: memórias, Casa Hipólito, metalomecânica ligeira, vitivinicultura, nova museologia, património industrial.

ABSTRACT

In 1902, António Hipólito , young migrant from Alcobaça, arrived in Torres Vedras and established a metalwork company in an individual basis called *The Industrial*. Being a white foil tinker, this young man soon became aware of the opportunities offered to him in a rural countryside society in which viticulture stood out. By starting the production of acetylene lanterns, he rapidly expanded his business to the manufacture of tools which any farmer would consider of the utmost importance when performing their labour. This was the case of atomizers, wine presses, winery pumps, sulphating equipment and other devices.

By attempting to bring together quality and affordable prices, particular attention to marketing strategies was given. In order to make his products known he advertised in the Press and by participating in industrial exhibitions, he managed to make his production widely known. Thanks to this, he gradually gained reputation, both in the local and in the national market. Thanks to his performance as an entrepreneur, he was awarded The Ordem de Mérito Agrícola e Industrial Insignia in 1930.

On account of health problems, in 1944, António Hipólito had to pass the company management to his descendants and son-in-law. The company became a shareholder society and was named *Casa Hipólito*.

At the time, stoves, lanterns, household equipment, were already produced in this plant. This same production would make the company well-known not only in Portugal but also overseas, where a great deal of its production was exported to.

The peak of productivity was reached between the 50s and the 70s through the exclusivity of the production of the German brand Petromax and the widening of a range of gas products in a joint action with Cidla and later with Shell.

By building new facilities and employing hundreds of workmen, the company became the greatest enterprise in the municipality of Torres Vedras and one of the most important in its particular line in Portugal.

In 1972, the company became an anonymous society of limited liability. However, in April 1974, the Portuguese Revolution and the political reforms brought about all the structural weaknesses from which the company had been suffering for some time. We can mention some of them, such as the increasing self-financing inability, the obsolescence of machinery and manufactured goods. Also some difficulty in facing the

wine sector competitiveness, febleness and difficulty in replacing the family business management model by another, more suitable to the company

In the 80s, the downward process increased. In 1987, the creditors enforced a regaining plan and the management regulation by court order.

From then on, a process of decay began and the company was forced into bankruptcy, in April 1999. In the end, only remained the recollections of those who had worked there for so long, a vast number of statements in the local press and also a documental spoil to the care of Leonel Trindade Museum in Torres Vedras.

This paper now presented is the result of a research carried out on these information sources, bearing in mind the preservation of the social memory of *Casa Hipólito*, by describing its progress through almost one hundred years and registering some recollections of employees who worked there at the time. Moreover, it is also the aim of this paper to propose concrete ways upon museological treatment, regarding heritage preservation.

Key words: recollections, Casa Hipólito, light metalwork, viticulture, new museology, industrial heritage.

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, Helena e João
À Manuela, companheira de todas as horas

Aos Comendadores António Hipólito e Vasco Parreira,
grandes obreiros da Casa Hipólito
Aos seus filhos e continuadores

A todos os que trabalharam honradamente
nesta grande fábrica torriense

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho contou com o apoio e disponibilidade de considerável número de pessoas. A todos manifesto o meu reconhecimento e gratidão.

Desde logo, a quem gere as fontes documentais, nomeadamente a Câmara Municipal de Torres Vedras, na pessoa da sua vereadora Dr.^a Ana Umbelino, toda a equipa do Museu Municipal Leonel Trindade e os funcionários do Arquivo Municipal bem como da Biblioteca Municipal de Torres Vedras.

Igualmente à União Sindical de Torres Vedras.

Aos antigos trabalhadores da Casa Hipólito que se prontificaram a dar testemunho oral das suas memórias, agradeço a total disponibilidade demonstrada. Nomeadamente ao Luís Fortes e Armando Firmo pelas informações e documentação facultada, assim como à Arminda Pacheco pela entrega do espólio de seu marido, já falecido.

Aos familiares do Comendador Hipólito que me facultaram informações e fotografias, com destaque para Ana Maria Hipólito Carreira e Luísa Hipólito. Menção especial para António Bentick Coelho, pelo acervo fotográfico que conosco partilhou.

É de toda a justiça realçar a realização técnica das vídeo-gravações que foi garantida pelo nosso conterrâneo e amigo, Joaquim Jordão Pereira, membro dos Corpos Gerentes da *Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras* e director da *Torres Vedras TV*, um canal de televisão local. Trabalho *pro bono*, fruto de grande sensibilidade patrimonialista e elevado sentido cívico e cultural. Para ele a minha gratidão.

À minha mulher Manuela Catarino, o meu infinito reconhecimento pelo apoio e incentivo permanentes, a valiosa colaboração em vários momentos da investigação e a revisão minuciosa da escrita. Ela foi, verdadeiramente, a *alma mater* deste trabalho.

Ao Professor Dr. Paulo Oliveira Ramos, meu orientador académico, agradeço a confiança que desde o início depositou em mim, aconselhando-me quando necessário e transformando o convívio profissional em amizade e estima.

ÍNDICE

Resumo	5
Abstract	7
Dedicatória	9
Agradecimentos	11
Índice	13
Índice de figuras	15
Abreviaturas	19
[Epígrafes]	21
INTRODUÇÃO	23
1. Toca a sirene	23
2. Memórias e História local	25
3. Património	28
4. Opções metodológicas	30
5. Histórias de fábricas	38
6. Organização do texto	39
Cap. I - O HOMEM E A CIRCUNSTÂNCIA	41
1. António Hipólito: de latoeiro a Comendador	41
2. Torres Vedras no início do séc. XX	57
3. A indústria metalomecânica daquele tempo	61
Cap. II – A EMPRESA	65
1. Periodização	65
2. Primeira fase – 1902 a 1944	71
2.1. O início da empresa	71
2.2. Instalações fabris	79
2.3. Concorrência e nova designação <i>A Industrial</i>	83
2.4. O pulverizador	86
2.5. A torneira de botão, invento de um torriense	91
2.6. Presença em exposições	93
2.7. Conflito de concorrência com Francisco António da Silva	105
2.8. Vasco Parreira e a renovação da fábrica	109
2.9. A Segunda Grande Guerra	116
2.10. Última invenção de António Hipólito	118
3. Segunda fase – 1944 a 1980	121
3.1. Passagem a Sociedade por quotas Ld. ^a	121
3.2. Instalações	123
3.2.1. A “galinha que põe ovos de ouro”	130
3.3. Impulso fabril	136
3.3.1. Organização do trabalho	137

3.3.2.	Área vinícola	140
3.3.3.	Área do petróleo – As lanternas de incandescência	146
3.3.4.	Área do gás	148
3.4.	Exposições e representações	150
3.5.	Publicidade	155
3.6.	Actividade exportadora	160
3.7.	Operários de excelência	163
3.8.	Acção Social	167
3.8.1.	Grupo Desportivo e Recreativo da Casa Hipólito	168
3.8.2.	Alfabetização de adultos	172
3.9.	Tempos de mudança	175
3.9.1.	Passagem a S.A.R.L.	175
3.9.2.	Abril de 1974 e depois	177
3.9.3.	Relatórios, Balanços e Contas	181
4.	Terceira fase – 1980 a 1999	185
4.1.	Vasco Parreira: a despedida	187
4.2.	Resultados negativos	190
4.3.	Activos patrimoniais	191
4.4.	As inundações de 1983	194
4.5.	O que se fabricava	196
4.6.	Conflitos laborais	198
4.7.	1986: diagnóstico e tratamentos	204
4.8.	Outros remédios	209
4.9.	Gestão controlada por via judicial	210
4.10.	Falência e rescaldos	214
Cap. III – MEMÓRIAS DE QUEM TRABALHOU NA FÁBRICA		221
Cap. IV – PROJECTO PARA UM MUSEU DE MEMÓRIAS DO TRABALHO EM TORRES VEDRAS		237
1.	Preservação das memórias da <i>Casa Hipólito</i>	237
2.	Práticas museológicas em Torres Vedras	248
3.	Presente de ambiguidades, futuro de possibilidades	241
4.	Museus, espaços de cultura participada	243
5.	A Indústria como património	245
6.	Museu de memórias do trabalho	247
6.1.	Museu Nacional do Vinho em Torres Vedras?	248
6.2.	Memórias do trabalho – Um projecto	251
CONCLUSÃO		263
PROPOSTA DE CRONOLOGIA		265
BIBLIOGRAFIA / WEBGRAFIA		271
ANEXOS		291

INDICE DE FIGURAS

Nº	LEGENDA	Página
1	Espólio documental da Casa Hipólito no MMLT (Foto JMD)	24
2	Notícia necrológica (BMTV)	41
3	António Hipólito na Tuna do G.A.C. (FCH)	45
4	Primeiro anúncio (BMTV)	46
5	António Hipólito, início dos anos 40 (FCH)	47
6	Aspecto da Exposição Agro-Pecuária e Industrial, T. Vedras, 1926 (BMTV)	50
7	Imposição das insígnias de Comendador (FCH)	52
8	Comendador António Hipólito, foto de Raul Rocha (FCH)	54
9	António Hipólito e família junto ao seu busto de bronze, em 1950 (FCH)	55
10	Torres Vedras, 1ª metade do séc. XX (BMTV)	57
11	António Hipólito junto do primeiro gasómetro que fabricou, em 1904 (FCH)	73
12	Prensa Marmonier. Uma das primeiras imagens publicitárias, anos 20 (BMTV)	77
13	A cores, as instalações da <i>C. Hipólito</i> no Centro Histórico (FCH)	80
14	Fabrica <i>A Industrial</i> , anos 30 (FCH)	82
15	Pulverizador Hipólito (BMTV)	86
16	Folheto publicitário de 1922 (FCH)	88
17	Catálogo da <i>C. Hipólito</i> , anos 50 (FCH)	91
18	Exposição de <i>A Industrial</i> nas Caldas da Rainha, 1923 (FCH)	95
19	Aspecto da Exposição Agro-Pecuária e Industrial, T. Vedras, 1926 (IP)	97
20	Folheto publicitário de <i>A Industrial</i> , 1926 (FCH)	98
21	António Hipólito na Feira de Amostras, Estoril, 1929 (BMTV)	100
22	Diploma de Medalha de Prata na Feira Ibero Americana de Sevilha, 1929 (FCH)	102

23	Produtos de A. Hipólito na 1ª Exposição Vinícola de Torres Vedras, 1931 (FCH)	103
24	Declaração de Francisco António da Silva contra A. Hipólito (BMTV)	106
25	António Hipólito à porta da loja na R. Serpa Pinto... Anos 30 (FCH)	108
26	Lanterna de estábulo (do catálogo da CH, FCH)	110
27	Fogão a petróleo (catálogo da CH, FCH)	111
28	“Cabeças de fogareiro” (Bocais) (catálogo da CH, FCH)	112
29	Viagem à Alemanha e Hungria, A. Hipólito à esquerda, V. Parreira à direita (FCH)	114
30	Esquentador Hipólito, 1940 (FCH)	119
31	António Hipólito Junior, o primogénito do fundador (FCH)	122
32	Antigo Grémio Artístico Torreense... (FCH)	124
33	Vista aérea da Fábrica A, ao lado da Igreja de Santiago (FCH)	126
34	Pavilhões, R. Cavaleiros da Espora Dourada (FCH)	127
35	Placa sobre a porta nº 5, R. Elias Garcia, um dos acessos ao AME (Foto JMD)	127
36	Armazéns Centrais, R. Cândido dos Reis (FCH)	128
37	Escritórios e lojas na R. Serpa Pinto (Foto Arq. Jorge Bonifácio)	129
38	Início da polémica (BMTV)	132
39	Instalações em Arenas, 1991 (FCH)	135
40	Prensa tipo Marmonier (catálogo da CH, FCH)	141
41	Prensa tipo Verin (catálogo da CH, FCH)	142
42	Prensa PHRA (catálogo da CH, FCH)	143
43	Lanterna de incandescência (catálogo CH, FCH)	146
44	Material para gás (agenda 1971 da CH, FCH)	148
45	Produtos da secção de gás (FCH)	149
46	Participação na 1ª Feira da AIP (FCH)	151
47	Representação em Santarém, Firma <i>Seabra & Leal Ld.ª</i> (FCH)	154
48	Publicidade – lanterna (FCH)	155
49	Publicidade – fogão (FCH)	156
50	Publicidade – cinzeiros (FCH)	156
51	Publicidade – produtos Hipólito (FCH)	157

52	Publicidade – prensas vónicas (FCH)	158
53	Publicidade – pulverizador (FCH)	158
54	Publicidade – fogão (FCH)	159
55	Publicidade – eléctrico da Carris em Lisboa (Col. JMD)	159
56	Camiões Hipólito no porto de Lisboa, anos 50 (FCH)	160
57	Fogão Hipólito numa feira em Hong-Kong (FCH)	161
58	Homenagem a Alberto Ferreira (BMTV)	163
59	O “Copi” (BMTV)	165
60	Manuel Fernando Caixaria (BMTV)	166
61	Bandeira e alguns troféus (Foto JMD)	168
62	Equipa de atletismo, foto no jornal <i>Mundo Desportivo</i> ... (A. Rocha)	169
63	Antiga sede do GDRCH... (Foto JMD)	171
64	Sessão solene de abertura do curso de Alfabetização de adultos...(FCH)	172
65	1º de Maio de 1974 em Torres Vedras (Foto Ezequiel Santos)	177
66	Medalha em homenagem a Vasco Parreira, 1979 (FCH)	187
67	Vasco Parreira com as insígnias de Comendador (FCH)	187
68	Inundações em Torres Vedras, 1983 (Blogue <i>Vedrografias</i>)	195
69	Depósitos da C. <i>Hipólito</i> nas inundações (BMTV)	195
70	Moção da USTV, Abril de 1986 (BMTV)	202
71	Processo de falência da C. Hipólito (Foto JMD)	214
72	A bicicleta e o carrinho (FCH)	216
73	<i>A Casa do Comendador</i> (ADDPCTV)	217
74	Demolição da Casa (ADDPCTV)	218
75	Casa Hipólito: o fim (BMTV)	219
76	Recolha de testemunhos orais (Foto JMD)	221

ABREVIATURAS

ADDPCTV (Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de
Torres Vedras)

AIP (Associação Industrial Portuguesa)

AME (Armazéns de Material Eléctrico)

AMTV (Arquivo Municipal de Torres Vedras)

BMTV (Biblioteca Municipal de Torres Vedras)

CH (Casa Hipólito)

CT (Comissão de Trabalhadores)

ESA (Estudo Soge-Audi)

FAS (Francisco António da Silva)

FCH (Fundo Casa Hipólito)

FIL (Feira Industrial de Lisboa)

GAC (Grémio Artístico e Comercial)

IP (Ilustração Portuguesa)

JMD (Joaquim Moedas Duarte)

MMLT (Museu Municipal Leonel Trindade)

PFCH (Processo de Falência da Casa Hipólito)

USTV (União Sindical de Torres Vedras)

Quand la mémoire d'une suite d'événements n'a plus pour support un groupe, celui-là même qui y fut mêlé ou qui en subit les conséquences, qui y assista ou en reçut un récit vivant des premiers acteurs et spectateurs, quand elle se disperse dans quelques esprits individuels, perdus dans des sociétés nouvelles que ces faits n'intéressent plus parce qu'ils leur sont décidément extérieurs, alors le seul moyen de sauver de tels souvenirs, c'est de les fixer par écrit en une narration suivie puisque, tandis que les paroles et les pensées meurent, les écrits restent.

M. Halbwachs,
La mémoire collective

A defesa do património industrial é guiada pelo reconhecimento de que os testemunhos tangíveis e intangíveis da actividade industrial – fábricas, centrais eléctricas, ferrovias, gestos e gestos técnicos, tradições e saberes populares, etc. – são lugares de memória e que eles carregam um valor identitário para diversas comunidades.

Carolina Lucena Rosa,
O Património Industrial

INTRODUÇÃO

Os surpreendentes caminhos da investigação e os apaixonantes percursos da escrita fortaleceram-me a consciência de que Torres Vedras não é apenas uma terra mas a minha terra, não é apenas uma memória mas a minha memória, não é apenas um lugar de sentimento mas o próprio sentimento a que ao longo da vida sempre estive ligado mesmo quando estive distante.

António Augusto Sales, *Os guardadores do tempo*.

1. Toca a sirene

Ainda há poucos anos o quotidiano dos habitantes da vila de Torres Vedras era marcado pela sirene da *Casa Hipólito*, fábrica situada no coração da velha urbe. Em contraponto ao som estridente, soavam os sinos de Santa Maria do Castelo, de S. Pedro ou do Convento da Graça. Sons que marcavam o ritmo do trabalho e da oração, como se as antiquíssimas vivências medievais se prolongassem na vida dos homens do século XX.

Iniciamos este trabalho ao som da sirene que toca na nossa memória. É uma forma de nos sentirmos integrados num passado recente e, ao mesmo tempo, homenagearmos a vida dos nossos conterrâneos que aqui ganharam o pão no duro trabalho operário.

A unidade industrial *Casa Hipólito* - de que nos propomos fixar memórias e divulgar a parte do património que sobrou da derrocada final - marcou todo o século XX da vila de Torres Vedras – elevada a cidade em 1979. Teve origem na pequena oficina de latoaria de António Hipólito, aberta ao público nos primeiros anos do século XX, cresceu, tornou-se adulta, passou por uma fase de esplendor, entrou em decadência e extinguiu-se no último ano do século.

A *Casa Hipólito* imprimiu um sinal indelével na memória colectiva torriense. Havia famílias completas na fábrica, pais e filhos, às vezes em gerações sucessivas. Muitos vinham das aldeias dos arredores, campesinos que se tornavam operários e que acumulavam os dois modos de vida. Da presença tutelar da *Hipólito* ficou a memória que muitos ainda hoje desfiam com saudade, lamentando o seu desaparecimento que teve, naturalmente, consequências gravosas nos rendimentos das famílias e, por via disso, no comércio local.

De notar que a existência da *Casa Hipólito* induziu o aparecimento de outras empresas concorrentes na mesma área de produção, a mais importante das quais foi a empresa *FAS – Francisco António da Silva*. Mas também a *Damião*, nascida mais tarde e de menor dimensão mas a única que ainda hoje labora embora tenha mudado de

proprietário. Torres Vedras chegou a ser, assim, um importante pólo das indústrias metalúrgicas ligadas ao sector agrícola vitivinícola de que o concelho sempre foi um dos principais expoentes a nível nacional.

Em paralelo com a vida da fábrica Hipólito enraizou-se na sociedade torriense a família do fundador, António Hipólito, que ainda hoje tem expressão bem visível na numerosa descendência. Quando aquele morreu, em 1954, a fábrica ficou entregue aos quatro filhos – António, João, José e Alberto - com relevância para o primogénito, António Hipólito Junior – e ao genro Vasco Parreira. Este acabou por se tornar o administrador principal e erguer a fábrica ao ponto mais alto da sua evolução. Tornou-se claro para nós que era imperioso inscrever na História contemporânea torriense a presença desta família que marcou a vila, uma linhagem operária que se guindou à classe média, com todas as virtudes e defeitos de um percurso hipoteticamente exemplar da evolução da própria sociedade portuguesa.



Figura 1 – Espólio documental da *Casa Hipólito* no MMLT

Se os vestígios edificados bem como a maquinaria da *Casa Hipólito* já não existem, há uma área que ainda é possível estudar e salvaguardar - aquela que os Princípios de Dublin¹ definem como “[...] os documentos que testemunham processos industriais antigos ou corrente de produção [...]” (Ponto 1) ou “[...] as dimensões imateriais suportadas pela memória [...]” (Ponto 2). Esses documentos fazem parte do espólio à

¹ Cf. o texto completo disponível em: http://www.icomos.org/Paris2011/GA2011_ICOMOS_TICCIH_joint_principles_EN_FR_final_2012011_0.pdf [Cons. 11 Junho 2015]

guarda do Museu Municipal Leonel Trindade, de Torres Vedras, o chamado Fundo da Casa Hipólito (FCH); a memória reside em muitos torrienses que trabalharam na *Casa Hipólito* e que poderiam testemunhar as suas vivências, bem como em escritos da imprensa local que se encontram no arquivo da Biblioteca Municipal de Torres Vedras. São vestígios históricos de valor desigual mas imprescindível para fixar em letra perene o que, como memória colectiva, é precário e contingente.

Propusemo-nos como objectivo da nossa dissertação o estudo destes vestígios bem como a recolha de testemunhos orais significativos. É uma área que, como demonstrou Pierre Nora, constitui o fundamento dos *lugares de memória*² em que se ancora decisivamente a identidade dos grupos humanos. A *Casa Hipólito* é um desses lugares, situado no território do património industrial, em que se cruzam valores simbólicos e elementos identitários ainda hoje tão importantes para a comunidade humana torriense.

Milhares de braços lá trabalharam, homens e mulheres de todo o concelho, tornando próspera a empresa que, pouco a pouco, se firmou no mercado nacional e, a partir da Segunda Guerra Mundial, cresceu para o mercado externo numa geografia de exportação que abarcou todos os continentes. Especializou-se em maquinaria ligeira para a lavoura vitivinícola – o mais importante sector produtivo do concelho torriense – e em material de queima como fogareiros a petróleo, lanternas de estábulo e, mais tarde, de incandescência conhecidas por *Petromax*, e um significativo sector ligado ao gás.

A pequena latoaria transformou-se na *Fábrica A* a laborar em pleno núcleo urbano de Torres Vedras, expandindo-se, depois, com a *Fábrica B*, nos arredores da vila e em múltiplas instalações de armazenamento, comércio e serviços sociais localizados em pontos diversos da urbe. António Hipólito, o modesto latoeiro que viera de Alcobaça em busca de uma oportunidade de trabalho, guindou-se ao ponto de ser agraciado pelo Governo português, em 1930, com a Comenda da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial - reconhecimento público pelo seu contributo para a economia regional e nacional.

2. Memórias e História Local

A evocação das memórias que ora apresentamos ancorou-se na procura dos documentos escritos que a sustentassem e na narrativa proposta pelas memórias

² Uma abordagem ao conceito de *lugar de memória*: Janice Gonçalves, *Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o património cultural*. Em: <https://www.seer.furg.br/hist/article/view/3260/1937> [Cons. 31Maio 2016]

individuais de quem a viveu no segmento mais recente da história secular da empresa. Um e outro percursos entrelaçavam-se naturalmente mas não raro as memórias contadas ignoravam a fria realidade emergente dos documentos. Perante estes, confrontávamo-nos logo de seguida com a sua inóspita impessoalidade, na bruteza de factos descontextualizados e sem sangue humano a correr-lhes nas linhas. Era preciso voltar às memórias e à recordação de contextos em que os documentos nasceram,

O estudo e a preservação das memórias do trabalho projecta-as para o âmbito da História Local, um ramo da historiografia que tem vindo a ganhar importância crescente³. A este propósito registamos a reflexão de Francisco Ribeiro da Silva que caracteriza de forma rigorosa e bem sistematizada este tipo de trabalho historiográfico⁴. Identificamo-nos, sobremaneira, com as indicações dadas quanto aos princípios metodológicos de que destacamos a «terceira norma: escolher um tema de que se goste.» Com efeito, a nossa opção envolve uma grande componente afectiva. Conhecemos muita gente que trabalhou na *Hipólito*, acompanhámos as lutas sindicais pela preservação dos postos de trabalho, testemunhámos a angústia dos trabalhadores e de alguns dos membros da família Hipólito quando a empresa iniciou a marcha descendente que a levaria ao abismo da falência. Contar passos deste percurso é dar expressão à memória colectiva de uma comunidade que ainda hoje parece órfã da prosperidade perdida e de prestar tributo moral a centenas de obreiros que fizeram da *Casa Hipólito* uma marca de prestígio nacional e internacional.

Trata-se, pois, de História Local contemporânea. Estão vivas dezenas ou talvez centenas de protagonistas que têm sobre a sua experiência de trabalho, diversas e por vezes díspares opiniões. Revelam, quase sempre, uma visão sectorial a que falta perspectiva, distanciação, grande angular que lhes permita abarcar o conjunto da realidade fabril ou, pelo menos, parte significativa desta⁵. A memória individual é um repositório útil e muitas vezes imprescindível ao investigador da história contemporânea local. O contributo que disponibiliza é um auxiliar importante mas tem de ser usado com

³ Sobre o tema da História Local, foram-nos muito úteis as reflexões de José Amado Mendes: História local e memórias: do Estado-Nação à época da globalização. In: *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIV (2000). Em:

<https://eg.sib.uc.pt/bitstream/10316/12801/1/Jos%C3%A9%20M.Amado%20Mendes%2034.pdf> [Cons. 22 Março 2016]

E também: Luís Reis Torgal *et al* - *História da História em Portugal-Sécs XIX-XX*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, p. 422-423.

⁴ Cf: Francisco Ribeiro da Silva - História local: objectivos, métodos e fontes. Em.: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3226.pdf> [Cons. 30 Maio 2014]

⁵ Recordamos, a propósito, a observação de Jean-Claude Carrière no seu diálogo com Umberto Eco: «A nossa memória, tal como o nosso cérebro, é redutora. Procedemos permanentemente por selecção e redução.» Cf. Umberto Eco & Jean-Claude Carrière in: *A obsessão do fogo*, Ed. Difel, Lisboa, 2009, p. 224.

parcimónia e cautela. Estas limitações implicam consequências metodológicas inevitáveis que nos impuseram, pelo menos, o dever de parar, escutar e olhar.

Maurice Halbwachs abordou esta questão e defendeu que a história só tem lugar depois do apagamento da memória colectiva, o que pressupõe um afastamento temporal entre o historiador e o acontecimento narrado. Memória e história seriam conceitos antitéticos, a segunda só teria lugar quando se extinguisse a primeira.

C'est qu'en général l'histoire ne commence qu'au point où finit la tradition, au moment où s'éteint ou se décompose la mémoire sociale. Tant qu'un souvenir subsiste, il est inutile de le fixer par écrit, ni même de le fixer purement et simplement. Aussi le besoin d'écrire l'histoire d'une période, d'une société, et même d'une personne ne s'éveille-t-il que lorsqu'elles sont déjà trop éloignées dans le passé pour qu'on ait chance de trouver longtemps encore autour de soi beaucoup de témoins qui en conservent quelque souvenir ⁶.

Pierre Nora acentuou esta oposição entre memória e história quando escreveu que «longe de serem sinónimos, tudo as opõe»⁷.

No entanto esta visão radical está hoje muito atenuada como tem sido demonstrado por François Dosse, pois assentava na concepção da história como disciplina positivista, firmada na crença da total objectividade dos processos hermenêuticos, uma perspectiva epistemológica actualmente posta em causa. Walter Benjamin opôs a este modelo, um outro voltado para a interpretação dos acontecimentos e para a busca do seu sentido⁸, o que abre caminho à confluência entre os dados de conhecimento facultados pelas memórias – individual e colectiva - e o trabalho do historiador que os analisa e lê, numa mediação crítica garantida pelos modernos instrumentos de pesquisa, hoje universalmente aceites como base de conhecimento científico reconhecido à historiografia contemporânea ⁹.

Longe de ficar à espera que os anos passem para depois se pronunciar, a História assume a capacidade para ler os acontecimentos contemporâneos à luz de práticas historiográficas já testadas, em articulação com as metodologias usadas pelas outras ciências humanas, nomeadamente a sociologia e a antropologia; mas também a economia política, o direito, a diplomática, a psicologia social, a demografia, a geografia, etc.

⁶ Maurice Halbwachs – *La mémoire collective*. Édition critique, Éditions Albin Michel, Paris, 1997, p. 130.

⁷ Citado por François Dosse in *Entre histoire et mémoire: une histoire sociale de la mémoire*. In: *Raison présente*, Setembro 1998, p. 3. Em: http://www.culturahistorica.es/dosse/entre_histoire_et_memoire.pdf [Cons. 30 Abril 2015].

⁸ Cf. François Dosse, *op. cit.* p. 5.

⁹ Cf. Helenice Rodrigues da Silva – “Rememoração” / Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, vol 22, nº 44, São Paulo, 2002, em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000200008&script=sci_arttext [Cons. 4 Maio 2016]

Cientes destas condicionantes, propusemo-nos escrever a História da *Casa Hipólito*, articulando-a com as Memórias e o Património da empresa. É certo que no decorrer do nosso labor apercebemo-nos de que a componente histórica, só por si, exigiria um programa de investigação que não cabia nos nossos propósitos¹⁰. Acresce que o processo de falência ainda não está concluído – dezoito anos passados sobre o Despacho judicial decisório – e os intervenientes têm ainda muito fresca a lembrança dos conflitos que lhe estão ligados. Há interesses antagónicos em jogo que correm seus trâmites nos corredores judiciais – desde dívidas aos trabalhadores até às que são reivindicadas pela Fazenda Pública. Como fazer a História de algo que ainda está tão vivo?

Assim sendo, optámos por uma abordagem memorialística orientada pela linha do tempo cronológico. Mais do que uma narrativa histórica sistemática e global, o que propomos é um olhar através do qual fomos fixando quadros, momentos, parcelas - das memórias vivas e das reminiscências escritas. Será uma pequena História?¹¹

Quanto à História global da empresa, construída numa perspectiva totalizante, na qual se esgotem os aspectos económicos, técnicos e sociais, alguém a escreverá um dia, numa construção serena só possível com o aval do tempo. Até lá, fixemos algumas memórias, recordemos episódios, guardemos a lembrança. A mais não aspiramos, na humildade de quem se abeirou do passado recente com o único intuito de o não deixar cair no esquecimento. Que dele perdue a memória.

3. Património

A nossa abordagem, focada na memória histórica, teve como ponto de referência o Património. Qual o seu significado quando se trata de estudar uma fábrica?

Naturalmente baseámo-nos na já muito significativa corrente de estudos no âmbito do Património Industrial que teve em 2015, Ano Europeu do Património Industrial e

¹⁰ Referimo-nos, aqui, à História Económica e Social da empresa, que implicaria a abordagem sistemática de informações de carácter económico (investimentos, lucros, dividendos...), social (número de trabalhadores, sua caracterização e origem...), de gestão (administração, organização fabril...), de produção (instalações, produtos fabricados, tecnologias usadas...), seriação e tratamento de dados quantitativos (quantidades de produtos fabricados, dimensão do mercado interno e das exportações, evolução dos custos...), etc.

¹¹ Correndo o risco de reducionismo teórico, temos presente a reflexão de Ronaldo Vainfas no seu *Os protagonistas anónimos da História – Micro-história* (Rio de Janeiro, Ed. Campus, 2002), nomeadamente quando cita Pierre Nora numa entrevista dada por este, em 1974, ao *Nouvel Observateur*: “É essa noção de história total que me parece problemática hoje. Vivemos uma história em migalhas, ecléctica, ampliada em direcção às curiosidades, às quais não precisamos nos recusar” (p. 33).

Técnico, o mais recente impulso ¹². Não cabendo aqui fazer a história deste movimento, há que sublinhar a sua importância como referência decisiva para a preservação da memória do trabalho humano.

Este movimento, relativamente recente no percurso já secular da defesa do Património, tem tido em Portugal uma crescente expressão bem visível nos numerosos museus dedicados ao trabalho em geral e à indústria em particular, uma realidade que acompanhou a tendência europeia que se verificou sobretudo a partir da segunda metade do século XX, no pós Segunda Guerra Mundial, resultante do trabalho de reconstrução e de recuperação de memórias destruídas pelo conflito. Se é certo que a Sousa Viterbo se deve a primeira utilização conhecida em Portugal da expressão “*arqueologia industrial*” – num artigo por ele escrito em 1896 ¹³ – só muito mais tarde ela viria a ser generalizada, acompanhando um surto importante de trabalhos dedicados ao património industrial ¹⁴. Hoje é possível escorar a investigação na área do património industrial num complexo teórico/prático assinalável, de que os contributos, em Portugal, de José Amado Mendes, Jorge Custódio, Paulo Oliveira Ramos, Deolinda Folgado e tantos outros são expressão significativa.

Torres Vedras, terra onde se instalou durante o século XX uma florescente indústria de metalurgia ligeira, não acautelou os vestígios desse passado. Da existência material da *Casa Hipólito* pouco resta a não ser alguns objectos da sua produção. Máquinas e edifícios foram vendidos para satisfazer dívidas aos credores e aos trabalhadores. Contudo, é justo referir que a Câmara Municipal de Torres Vedras, já neste século, decidiu intervir para salvaguardar o que restava do espólio da empresa, vandalizado nas instalações abandonadas. Esse acervo está hoje à guarda do Museu Municipal Leonel Trindade e encontra-se em fase de inventariação. É constituído por dossiês de documentação administrativa e espólio de desenho técnico, ali guardados com o objectivo de “preservar

¹² A nossa escolha deste tema para a Dissertação de Mestrado em Estudos do Património surgiu na sequência da temática do Património Industrial proposta para este Ano Europeu. Foi no seu âmbito que lançámos, em parceria com a Câmara Municipal de Torres Vedras, através do seu Museu Municipal Leonel Trindade, e a APAI – Associação do Património Arqueológico Industrial, - uma iniciativa que teve dois momentos de realização: um Colóquio no dia 19 de Setembro de 2015, sob o tema do Património Industrial; e uma Mostra Expositiva sobre a *Casa Hipólito*, patente ao público entre 19 de Setembro e 30 de Dezembro daquele ano.

¹³ Cf. José Amado Mendes – Uma nova perspectiva sobre o património cultural: preservação e requalificação de instalações industriais. In: *Estudos do património - Museus e educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2ª ed., 2013, p. 123 e 189

¹⁴ Cf. José Amado Mendes – *A arqueologia industrial: uma nova vertente de conservação do Património Cultural*,

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12792/1/Jos%C3%A9%20M.Amado%20Mendes26.pdf>

[Cons. 25 Janeiro 2016]

e promover o valor patrimonial e social do arquivo da Casa Hipólito como garante principal para aqueles que procuram informação sobre a temática da indústria no Concelho de Torres Vedras” - no dizer do *sítio* da Câmara Municipal de Torres Vedras¹⁵.

Contudo, para além da guarda e inventariação do que se salvou da derrocada da *Casa Hipólito*, importa criar um espaço físico onde tenha lugar a produção de significado memorialístico desse acervo documental. Na última parte do presente trabalho teremos oportunidade de justificar este propósito e de apresentar sugestões que levem à sua concretização – que pode revestir a forma de um espaço dedicado, no actual Museu Municipal Leonel Trindade de Torres Vedras, ou o gérmen de um futuro *Museu das Memórias do Trabalho do concelho de Torres Vedras*.

4. Opções metodológicas

Que metodologia seguir? Qual a mais adequada para o que nos propusemos realizar?

Em 1971 Paul Veyne lançou uma asserção polémica: “Não existe método da história porque a história não tem nenhuma exigência; ela está satisfeita desde que se contem coisas verdadeiras.”¹⁶ Provavelmente, pretendia resgatar a frescura inicial das narrativas históricas – como a gesta de Gilgamesh ou as páginas de Fernão Lopes – do pesado aparato da heurística e da hermenêutica e com isso terá reaberto caminhos que a prática cerradamente objectivista herdada do positivismo oitocentista, embora mitigada pela historiografia dos *Annales*, parecia estreitar.

Parece-nos atractiva a desconstrução de Paul Veyne, - que afinal não pôs em causa a morosa marcha da historiografia em direcção ao estatuto científico, em que ele, aliás, se empenhou - porque abriu novas perspectivas ao historiador. Mas não partilhamos a radicalidade da negação metodológica. Quem caminha deve ter um mapa e um propósito de chegada, mesmo que esteja aberto a inesperadas veredas. Não há construção da História sem projecto orientador pois ela exige “processos erigidos que procuram conhecer o objecto de trabalho de forma total e sistemática”¹⁷.

Há uma experiência acumulada de prática metodológica que deve estar presente em qualquer trabalho de carácter histórico. A escolha criteriosa das fontes e o cruzamento

¹⁵ Cf. Sítio da Câmara Municipal de Torres Vedras, <http://www.cm-tvedras.pt/cultura/museu-municipal/doacoes/> [Cons. 30 Maio 2014]

¹⁶ Paul Veyne – *Como se escreve a História*. Ed.70, Lisboa,1987 (1ª ed. em França:1971) pp. 22-23.

¹⁷ Cf. Carla Alexandra Gonçalves – *Metodologia do trabalho científico*. Universidade Aberta, Lisboa, 2012. p. 19-20.

das informações que elas facultam, a definição das balizas cronológicas, a delimitação do campo de análise, a comparação com outros trabalhos realizados na mesma área temática, a análise dos documentos a partir de novos instrumentos conceptuais, a procura de diferentes perspectivas de abordagem – tudo isso faz parte da ferramenta que o historiador deve ter à mão e manusear com perícia e flexibilidade.

Passando aos aspectos metodológicos concretos, tivemos como suporte do nosso trabalho quatro núcleos fundamentais de fontes:

1. **Fundo da Casa Hipólito** (FCH) à guarda do Museu Municipal Leonel Trindade de Torres Vedras;
2. **Informações dispersas**: Biblioteca Nacional de Portugal; Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas; Arquivo Municipal de Torres Vedras; Registo Predial de Torres Vedras; Arquivo Distrital de Leiria; Arquivo do Museu da Presidência da República;
3. **Testemunhos** recolhidos em entrevistas ou depoimentos escritos;
4. **Imprensa local**¹⁸ (notícias, reportagens, textos de opinião e peças publicitárias), referida na bibliografia final.

A abordagem dos pontos 1 e 2 foi feita através de metodologias indutivas mistas de carácter qualitativo e quantitativo, de modo a seriar e interpretar os dados à medida que foram recolhidos. Foi uma fase morosa de análise de conteúdos necessária à sua interpretação, em paralelo com o cruzamento de dados e confronto de informações. Defrontámo-nos com uma organização incipiente daquele Fundo. Os milhares de documentos que dele fazem parte foram recolhidos a esmo, quase em desespero de causa perante a acelerada degradação das instalações abandonadas e vandalizadas. Todavia, saliente-se que foram depositados em extensas prateleiras numa sala ampla do Museu e arrumados segundo critérios arquivísticos bem definidos. Além disso, o Município destacou para essa sala uma funcionária que procurou diligentemente pôr em prática a classificação e inventariação dos documentos, objectivo nem sempre bem conseguido

¹⁸ Foram-nos guias muito úteis o suplemento «Cidade de Torres Vedras – Esboço histórico do jornalismo torriense», de António da Silva Rosa, in: semanário *Badaladas*, nº 1220, 25/05/1979; e também o blogue *Vedrografias*, <http://vedrografias2.blogspot.pt/>, em que Venerando de Matos publicou diversos apontamentos sobre a imprensa torriense. [Cons. 17 Julho 2015]

devido à extrema desorganização em que foram recolhidos e aos diversos locais em que foram provisoriamente depositados antes de virem para o Museu ¹⁹.

O núcleo 3, - testemunhos - pela sua especificidade, suscitou-nos algumas reflexões preliminares. Ele tem a ver com as memórias - a memória colectiva e a memória social, - noções que encontramos em muitos textos com uma carga semântica equivalente. A primeira criou raízes com as obras de M. Halbwachs e tem maior uso no mundo francófono; a segunda está mais ligada ao universo anglófono ²⁰. Contudo, parece-nos que, nas margens da semelhança semântica, há zonas autónomas que talvez possam ser consideradas. É a regularidade e persistência das manifestações culturais e o seu reconhecimento como património por um grupo social que confere à memória colectiva o carácter de memória social. Isto é: do nosso ponto de vista, o conceito de memória colectiva aplica-se às formas indiferenciadas e inorgânicas com que o passado se apresenta à memória de um grupo humano: os mitos, as narrações fabulosas, a recordação de factos transfigurada por narrativas mais ou menos fantasiosas. Essa amálgama que se esbate num passado comum constituirá a base de uma memória colectiva. Terá sido este o entendimento de Jacques Le Goff quando escreveu: “preferir-se-á reservar a designação de memória colectiva para os povos sem escrita” ²¹. Já o conceito de memória social poderá aplicar-se às formas organizadas de abordar o passado, - caso da historiografia, na perspectiva da função social da história, - bem como ao reconhecimento/apropriação de sinais específicos (monumentos, património material) e de manifestações culturais (património imaterial) susceptíveis de conferir consciência identitária a um determinado grupo humano. Paul Ricoeur descreveu este processo como a passagem da memória/matriz para a memória instruída pela História – processo não tão linear quanto parece. É que entre a memória e a História há um espaço conceptual percorrido pela escrita historiográfica, muitas vezes em confronto com os dados parcelares e tendencialmente subjectivos da memória ²².

Contudo, é hoje indefensável a ideia de que existe uma verdade histórica objectiva, exterior ao sujeito que a estuda e descreve, uma “instância transcendente e neutra”, no

¹⁹ Cf. *História Custodial e Arquivística* deste Fundo, FCH.

²⁰ Maria Isabel João – Memória, História e Educação in: *NW noroeste, revista de história*, Universidade do Minho, 1, 2005, p. 85.

²¹ Jacques Le Goff – Memória, in *Enciclopédia Einaudi*, volume 1, Memória – História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 14.

²² Cf. Paul Ricoeur – *Memória, história, esquecimento*. Conferência proferida em Budapeste, 2003: Em: http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia [Cons. 6 Fevereiro 2016].

dizer de António Guerreiro,²³ a qual seria independente de quem a escreve, “proferida por uma autoridade trans-histórica”²⁴, seja ela erigida sobre o prestígio da investigação académica ou, como na teoria marxista mais ortodoxa, na pretensa superioridade da visão de classe do proletariado.

Pelo contrário, parece hoje consensual a ideia de que a História é uma construção, plasmada em formas historiográficas específicas consoante o objecto de estudo e as fontes disponíveis, por um lado; e a formação e enquadramento de classe, género ou raça de quem a escreve, por outro. A perspectiva positivista do primado absoluto do acontecimento ou a do saber histórico baseado em dados quantificáveis, foi superada por um tipo de abordagem do passado em que há lugar para a subjectividade bem como para a valorização de fontes consideradas, há umas décadas atrás, como pouco fiáveis ou de escassa importância – caso da fotografia, da publicidade, da literatura, do cinema ou do testemunho oral²⁵. Com a emergência significativa da História Contemporânea – de que esta monografia é uma pequeníssima parcela - este tipo de fontes abre perspectivas inesperadas e, sem dúvida, enriquecedoras quando cruzadas com os documentos escritos - que continuamos a considerar decisivos para o trabalho do investigador do passado.

Foi a partir destes pressupostos – aqui enunciados de forma sintética - que se impôs a necessidade de recolha de testemunhos orais dos operários e outros trabalhadores da *Casa Hipólito*. Sabíamos que essa recolha - histórias de vida integradas no contexto de um grupo social de características operárias, - levantaria problemas específicos de tratamento e sistematização se fosse realizada numa perspectiva antropológica ou sociológica²⁶. Mas não era isso que pretendíamos, antes o registo simples de testemunhos – em suporte videográfico – com potencialidade para nos elucidar acerca de aspectos concretos do quotidiano fabril e que fosse, simultaneamente, a base de um *corpus* organizado de memórias a preservar em arquivo histórico – condição para a transmutação da memória colectiva do que foi aquela fábrica ao longo de um século, em memória social, enquadrada e contextualizada na História Local, elemento imprescindível para o enriquecimento da consciência identitária da comunidade torriense.

²³ Cf: jornal *PÚBLICO*, supl. *Ípsilon*, 25/03/2016.

²⁴ *Idem*.

²⁵ Cf. Miguel Cardina – História oral, caminhos, problemas e potencialidades, in: *Usos da memória e práticas do património*, coord. de Paula Godinho, Edições Colibri, Lisboa, 2012, p. 27-43.

²⁶ Cf. James Fentress e Chris Wickham – *Memória social*. Lisboa: Editorial Teorema, 1992, p. 142 e sgts. Os autores analisam as características do que denominam “memórias de classe e de grupo nas sociedades ocidentais”, apontando alguns problemas inerentes à sua recolha e estudo.

Para esta recolha, usámos, como fontes de acesso, os registos administrativos do FCH, o arquivo da União dos Sindicatos de Torres Vedras, o processo judicial da falência da empresa e o contacto pessoal com antigos trabalhadores que conhecíamos ou nos foram indicados. A passagem à prática deste processo revelou-se bem diferente do que inicialmente prevíamos. Confrontámo-nos com a impossibilidade de contactar todos os possíveis testemunhos, quer por falta de tempo quer de meios técnicos. Assim sendo, procurámos garantir testemunhos qualificados que nos pudessem elucidar acerca de aspectos concretos do processo fabril, completando outras fontes e, ao mesmo tempo, testemunhando uma visão pessoal. Forçosamente restringimos o número dos testemunhos e fixámo-los em vídeo-gravações com cerca de 60m cada. Procurámos os ex-trabalhadores mais idosos de modo a que o seu testemunho figurasse também como arquivo de memória dado que eram pessoas bem conhecidas do meio torriense. Temos consciência de que ficámos no limiar do lançamento de um processo de recolha testemunhal que deverá prosseguir nos próximos anos, realizado em trabalho de equipa com pessoas de formação diversa e que constituirá um núcleo significativo do projecto de *Museu de Memórias do Trabalho do concelho de Torres Vedras* de que daremos conta na parte final deste trabalho.

Procurámos também a recolha de testemunhos escritos mas apenas dois dos contactados acederam a fazê-lo. Entende-se a dificuldade. Escrever é gravar em letra de forma, o que requer competência e predisposição, condições raramente reunidas como pudemos verificar.

No total, foram gravados vinte depoimentos orais e dois escritos. Em relação aos primeiros, houve que fazer a transcrição resumida de modo a incorporar as informações no conjunto recolhido no FCH; e aos segundos, trabalho idêntico no que se refere ao registo e articulação das informações.

Abordemos, por último, a questão metodológica relacionada com o tratamento do núcleo 4 das fontes - recolha e tratamento de informações a partir do *corpus* da imprensa local. Qual a importância e a relevância da imprensa como fonte de estudo da História Local?

O reconhecimento da imprensa regional como fonte histórica é hoje comumente aceite, seja no âmbito da chamada Micro-História, seja no da História Cultural, das Mentalidades, do Quotidiano, etc. Há uma relação óbvia entre os limites de actuação desta imprensa e o âmbito restrito das abordagens históricas focadas no local, no particular, numa célula social ou num espaço delimitado geográfica e cronologicamente. Apesar de

dirigida ao conceito lato de imprensa, parece-nos elucidativa esta citação de António Nóvoa:

A análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas, também no plano micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente²⁷.

Lucas S. Vieira²⁸, sublinhando a importância da imprensa como fonte histórica, reconhece que ela é cada vez mais um instrumento de pesquisa em todas as áreas das ciências sociais e humanas, estando já distante o tempo em que “a imprensa era considerada como fonte suspeita [...] pois apresentava problemas de credibilidade.” E mais adiante: “Nestas últimas décadas incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento”²⁹.

Áurea Adão lembra a feliz expressão dos historiadores P. Albert e F. Terrou, autores da obra *Histoire de la presse*, os quais consideram os jornais como os “arquivos do quotidiano1, (...) a fonte mais completa, e na sua diversidade, a mais objectiva da história geral”. E acrescenta uma observação sua: “um campo específico da história que contribui para uma melhor utilização dos jornais enquanto testemunhas desse quotidiano”³⁰.

Em Torres Vedras existe imprensa local desde 1885³¹. Entre essa data e 1935 surgiram 21 títulos, entre semanários, quinzenários, trimensais e mensais, com tempos de vida muito variáveis, de acordo com as circunstâncias. 1935 é uma data de referência, relacionada com a afirmação do Estado Novo, de cariz totalitário, e corresponde ao ano a partir do qual rareou o aparecimento de novos títulos. A partir daí até 1974 apenas se contam 4 novos jornais, de periodicidade variável. Em 1948 surgiu o jornal *Badaladas* - uma folha paroquial com saída mensal, mais tarde quinzenal e, a partir de 1960, semanal, o qual viria a tornar-se o órgão da imprensa local de referência - que ainda hoje se publica,

²⁷ Citado por Clarice P. Chiareli - A imprensa: um lugar da memória sob o olhar da História. *Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas*, Ouro Preto, EdUFOP, 2008, em:

<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/seminariodehistoria2008/t/pavan.pdf> [13 Novembro 2015] [Cons. 13 Novembro 2015]

²⁸ Lucas Schuab Vieira – *A imprensa como fonte para a pesquisa em História: teoria e método*. Em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf> [Cons. 13 Fevereiro 2014]

²⁹ *Idem*, p.1

³⁰ Cf. *A educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969, um repertório cronológico, temático e onomástico*, Direcção de Áurea Adão, Ed. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012, p.11. Em:

<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6382/3/A%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20NOS%20ARTIGOS%20DE%20JORNAL%20DURANTE%20O%20ESTADO%20NOVO.pdf> [Cons. 29 Julho 2016]

³¹ Torres Vedras seguiu assim a tendência nacional, anotada por José Tengarrinha - *História da imprensa periódica portuguesa*. Ed. Caminho, 2ª ed. Lisboa, 1989. p. 233.

com uma tiragem de cerca de 10 000 exemplares. Após 1974, ano da revolução do 25 de Abril, surgiram três novos semanários, com existência mais ou menos longa, - mas sempre de alguns anos, ou mais de uma década. – e ainda várias revistas ou jornais centrados na área cultural.

A nossa investigação incidiu no núcleo constituído por todos os periódicos publicados em Torres Vedras desde 1885 até 2010 e permitiu-nos obter informações importantes para o conhecimento desta parcela da História Local torriense. Foi para nós muito gratificante verificar que esses dados estavam disponíveis mas dispersos, na penumbra das prateleiras de arquivo, à espera de quem os resgatasse do esquecimento. Verificámos que as páginas da imprensa local, onde várias gerações de cidadãos deixaram textos informativos ou de opinião, mereciam ser relidas, agora à luz do nosso presente, para que nos seja possível compreender melhor o passado e ao passado estar de novo presente ³².

Incidimos a nossa pesquisa em tudo que dissesse respeito à empresa em estudo, bem como ao seu fundador e familiares. Capturámos fotograficamente muitas centenas de páginas relativas a notícias, reportagens, textos de opinião e peças publicitárias. Desse *corpus* documental organizámos um ficheiro classificado que foi uma base muito útil para a redacção do nosso texto dissertativo.

Acresce que o valor das informações que recolhemos da leitura de milhares de páginas daqueles jornais antigos se revelou cada vez maior à medida que nos afastávamos do presente. É que não podemos esquecer que a parte mais antiga dos arquivos da *Casa Hipólito* foi destruída aquando da passagem dos escritórios situados na cidade para as novas instalações na zona periférica de Arenes, no início dos anos 70 do século passado. Vários testemunhos orais nos confirmaram que no sótão das antigas instalações administrativas, na Rua Serpa Pinto, existiam grandes quantidades de caixotes com documentos que desapareceram no processo de mudança para a fábrica de Arenes. Uma perda irreparável.

Referindo os aspectos concretos da nossa abordagem à imprensa local, seguimos de perto algumas sugestões induzidas pela leitura de um texto estimulante de René

³² Verdadeiramente notável é o facto de a *Biblioteca Municipal de Torres Vedras* ter no seu arquivo praticamente todos os exemplares dos jornais locais, desde 1885 até aos nossos dias, fruto da acção relevantíssima dos seus diversos Directores.

Zicman³³. Esta autora aponta o *Método da Análise de Conteúdo* como um útil instrumento de trabalho aprofundado nos anos 50 e 60 pela aplicação às várias áreas das Ciências Sociais:

Este instrumental metodológico polimorfo e polifuncional, caracteriza-se fundamentalmente como um exercício de desocultação fornecendo-nos uma melhor ‘descrição’ dos textos e permitindo-nos avançar para além das significações primeiras dos discursos e escapar dos perigos da compreensão espontânea³⁴.

Depois de enumerar os quatro tipos de *Análise de Conteúdo* – temática, semiológica, de discurso e de argumentação – a autora fixa-se na *análise temática* como sendo a opção que melhor respondia ao trabalho de pesquisa como aquele que pretendíamos realizar: analisar a frequência, o tipo e a relevância de cada texto sobre a temática que nos interessa, de modo a interrogar, esclarecer ou completar informações provenientes das outras fontes. Cada entrada referenciada foi registada em fichas separadas que constituíram um manancial de utilidade evidente para a redacção final do nosso trabalho ou, quem sabe, para outras abordagens a realizar no futuro.

Refira-se ainda, em jeito de visão geral sobre as fontes disponíveis, algumas observações.

Para o primeiro período da História da empresa – de 1902 a 1944 – a fonte principal é a imprensa local. Afortunadamente, podemos contar com a quase totalidade dos periódicos publicados nesse período, num total de 25 títulos. Aí encontramos dezenas de anúncios a partir dos quais é possível reconstituir a evolução da gama de produtos fabricados e lemos notícias sobre a empresa ou pessoas a ela ligadas. Conhecem-se, também, algumas revistas de actualidades e jornais de circulação nacional que publicaram textos sobre Torres Vedras e suas empresas.

Para além da imprensa local, temos as deliberações camarárias onde se encontram informações dispersas. Há ainda algumas escrituras da época que referem alugueres ou compra de prédios, bem como plantas topográficas, dados importantes para o conhecimento da evolução das instalações fabris.

Para o segundo período – 1944 a 1980 – as fontes aumentaram, naturalmente. Contudo, até cerca de 1970, a imprensa local continua a ser a fonte mais pródiga. Tal

³³ René Barata Zicman – *História através da imprensa: algumas considerações metodológicas*. Projecto História. Revista do programa de estudos pós-graduados de História. E-ISSN 2176-2767;ISSN 0102-4442. Em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410> [Cons. 15 Fevereiro 2014]

³⁴ *Idem*, p. 6

deve-se ao facto de o arquivo mais antigo da empresa ter desaparecido com a passagem dos serviços de gerência e administração para as novas instalações, no Bairro Arenes, no final da década de 60. A partir dessa data aumenta exponencialmente o número de documentos disponíveis, os quais fazem parte do Fundo Casa Hipólito (FCH) no Museu Municipal. Os catálogos de produtos são também uma fonte preciosa, naturalmente.

É esse abundante acervo que constitui a base de trabalho para o terceiro período da História da empresa – 1980 a 1999. Relatórios e Contas de Gerência, Informações de Serviço, fotografias, documentos sindicais e das comissões de trabalhadores, notícias de jornais e revistas – disponibilizam vasta informação sobre a época crítica da *Casa Hipólito*. A parte final é o tempo de sucessivos estudos de viabilização económica, de relatórios dos administradores judiciais e do volumoso processo de falência

5. Histórias de fábricas

A historiografia ligada às empresas industriais / fábricas é recente e ainda escassa. Tivemos como ponto de partida inspirador uma obra que abriu caminho nesta temática: *História de uma fábrica – a Real fábrica de fiação de Thomar*, de Manuel da Silva Guimarães, editada pela Junta Distrital de Santarém em 1976. Alheia aos padrões académicos actuais – sentimos a falta de notas e de uma bibliografia de apoio - esta obra revela, contudo, uma profunda e séria pesquisa arquivística, bem visível no rico *corpus* documental em anexo e numa seleccionada colecção de fotos e infografias. O texto historiográfico é sempre apoiado em documentos frequentemente transcritos na íntegra. É, pois, uma obra imprescindível para a história da indústria da fiação e tecelagem em Portugal e, também, um exemplo pioneiro no estudo do nosso Património Industrial.

Outras obras existem que merecem referência, de valor histórico desigual consoante o contexto em que foram editadas - algumas com preocupações históricas bem definidas, outras com intuítos celebratórios e publicitários. De uma forma ou de outra, são obras que registam histórias empresariais relevantes e ilustrativas da evolução da indústria nacional³⁵.

³⁵ Recolhemos e arquivámos diversas referências de monografias dedicadas a unidades industriais, que optámos por listar na bibliografia final. A mais recente: *O nome do biscoito é Paupério – desde 1874*, uma obra dedicada à fábrica de biscoitos de Valongo, trabalho cuidado e bem documentado publicado pela empresa Paupério em 2015. As monografias de fábricas, de J. M. Amado Mendes, são exemplares. De referir, também, alguns trabalhos académicos – caso das dissertações de Mestrado, na Universidade Aberta, de Maria da Conceição Toscano, sobre a fábrica de moagem do Caramujo; e de Armando Palma de Araújo sobre a fábrica de louça de Massarelos.

O crescente interesse académico pelo Património Industrial conjugado com a preocupação e o gosto dos autarcas em preservarem memórias de empresas que marcaram os seus territórios contribuirão - estamos convictos – para o surgimento de monografias que elucidem e documentem aspectos importantes da economia local e nacional.

6. Organização do texto

A forma como se articulam as diversas partes de um texto é uma opção nem sempre consensual dado que, para quem escreve, o aturado convívio com o assunto induz escolhas que poderão parecer desajustadas a quem lê. Justifica-se, pois, uma breve explicação acerca do modo como organizámos a redacção deste trabalho.

Na **Introdução** explicámos a escolha do tema e enumerámos as fontes disponíveis. Referimos a importância da preservação da memória como factor identitário e, no caso concreto deste estudo, a sua relação com a preservação do Património Industrial. Por fim, evidenciamos o papel da imprensa local torriense como repositório riquíssimo de memórias escritas que merecem ser lembradas e reproduzidas em contexto actual.

Segue-se o **Capítulo I** dedicado ao fundador da empresa e à envolvente social e económica em que se desenrolou a sua acção. Entendemos que merecia destaque especial a actividade relevantíssima deste homem - embora continuemos a fazer referências explícitas à sua acção na parte inicial do capítulo seguinte.

Ao longo do **Capítulo II** – o mais extenso – fixámos os momentos mais marcantes do percurso da *Casa Hipólito*, dividido em três fases. Tendo uma sequência cronológica no chamado *tempo longo*, a narrativa não segue uma sequência rigorosa no que respeita ao *tempo curto*,³⁶ sujeito à abordagem parcelar de aspectos concretos da vida da empresa. Tendo isto em conta, optámos por incluir no final do trabalho e logo após a **conclusão**, uma **proposta de cronologia** que servirá de bordão ao leitor, sempre que necessite de apoio cronológico mais ordenado.

O **Capítulo III** ocupa-se de uma curta amostragem de testemunhos orais de quem trabalhou na fábrica. Logo no início explicamos essa opção.

O **Capítulo IV**, dedicado ao projecto de um *Museu de Memórias do Trabalho do concelho de Torres Vedras*, tem uma justificação lógica: esta dissertação insere-se no Mestrado de Estudos do Património. A recolha de memórias documentais e orais exige

³⁶ Releve-se o simplismo da utilização dos conceitos de *tempo longo* e *tempo curto* – elementos basilares da abordagem da temporalidade da História que Fernand Braudel tão brilhantemente aplicou.

que se concretize o passo seguinte que será a sua preservação e fruição, na perspectiva de dar futuro ao passado, integrando-o na memória social e transformando-o em património útil para as novas gerações que o não viveram.

A **Conclusão**, propositadamente curta, foi escrita num registo metafórico e assumidamente subjectivo. Com isso pretendemos evidenciar a carga afectiva que percorreu o nosso labor ao longo dos meses em que nele nos ocupámos.

Por fim, como é de regra, enumerámos a **bibliografia** e **webgrafia** de apoio. Foi a partir delas que alargámos horizontes de investigação e encontrámos pormenores de análise que de outro modo nos passariam despercebidos. Nas consultas feitas, nas páginas lidas, fortalecemos a convicção de que a construção intelectual é sempre uma parcela a acrescentar ao imenso trabalho de quem nos precedeu e um contributo, mesmo modesto, para outros que vierem a seguir.

Dando primazia ao texto, a inclusão de **imagens** fez-se com parcimónia e critério estreito – apenas quando julgámos que elas acrescentariam alguma coisa ao escrito.

Nos **Anexos** incluímos elementos complementares que respondam à curiosidade de quem nos ler: fotografias, textos, uma breve genealogia, dados sobre a família Hipólito.

CAP. I – O HOMEM E A CIRCUNSTÂNCIA

O grande homem de acção é aquele que avalia exactamente a estreiteza das suas possibilidades, que escolhe manter-se aí e aproveitar mesmo o peso do inevitável para o acrescentar ao seu próprio avanço.

Fernand Braudel,
O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na Época de Filipe II

1. António Hipólito: de latoeiro a Comendador



Figura 2 – Notícia necrológica

Dois terços da primeira página do jornal torriense *Badaladas* de 1 de Setembro de 1954 eram ocupados pela notícia “Um grande industrial que nos deixa – o Comendador António Hipólito”. Referia-se ao seu falecimento em 8 de Agosto daquele ano, com 72 anos de idade. Duas fotos ilustravam o texto: uma, de grande pose, com a figura do falecido ostentando as insígnias de Comendador; a outra evocando o momento em que, quatro anos antes, recebera das mãos do Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Rogério de Figueiroa Rego, “a medalha de ouro por bons serviços prestados ao concelho (Junho de 1950)”. A notícia tinha

conclusão na última página com a referência às cerimónias fúnebres que terminaram com a deposição do corpo “em jazigo próprio, no cemitério desta vila”.

Nesta mesma edição, em *Carta ao Director*, António dos Santos Torres sugeria à Câmara Municipal que atribuísse à rua onde nasceu a empresa (R. Serpa Pinto) o nome do grande industrial, “uma justíssima homenagem a alguém que tanto engrandeceu esta terra, que a fez conhecida comercialmente em muitas partes do mundo...”³⁷.

³⁷ A sugestão terá sido ignorada pela Câmara Municipal, como se depreende da *Carta ao Director* do *Badaladas* de 1 de Agosto de 1955 em que Rogério de Carvalho recorda a sugestão de Afonso S. Torres, reforçando-a com novo pedido dirigido ao senhor Presidente da Câmara, «*prestando-se assim uma pública e perene homenagem a um Torriense que para além das nossas fronteiras levantou bem alto o nome de Torres Vedras*». Por deliberação camarária nesse mesmo ano, o comendador António Hipólito viria a ser

Um mês depois, Justino Moura Guedes, influente advogado local e articulista daquele quinzenário, escrevia num texto elogioso intitulado *Um homem notável*:

O velho António Hipólito nasceu pobre. De seu apenas tinha miolos e a chama de uma saudável ambição dentro de si. À força de engenho e de labuta, criou uma grande indústria e construiu um nome³⁸.

A recordação da vida concreta deste homem está hoje muito esbatida na memória colectiva torriense – inclusive dos seus descendentes directos, os seis netos com quem falámos: Ana Maria – filha de António Hipólito Júnior; Luísa – filha de João Hipólito; Vasco Alberto – filho de Elvira Hipólito; António Manuel – filho de José Hipólito; Noémia – filha de Alberto Hipólito; e António, filho de Aura Hipólito. Eram muito novos quando o avô morreu. Dos torrienses, só os mais idosos se lembram dele, já na fase final da vida, amparado ao enfermeiro João que também era seu motorista. António Hipólito tivera uma doença incapacitante em 1943 e ficara seriamente diminuído nas faculdades motoras e elocutórias, motivo por que a sua empresa passou a ser gerida pelo filho mais velho, António Hipólito Júnior, pelo genro Vasco Rodrigues Parreira, casado com sua filha Elvira e com a ajuda dos restantes filhos.

Um facto pouco conhecido: António Hipólito não era natural de Torres Vedras³⁹. Nasceu em Alcobaça e veio para esta localidade com 13 anos. A família não sabe pormenores dos seus primeiros anos. Encontrámo-los numa reportagem feita pela *Indústria Portuguesa - revista da Associação Industrial Portuguesa*,⁴⁰ em que o jornalista, em visita às principais empresas torrienses, relata a conversa com o industrial:

O sr. António Hipólito conta-me o princípio da sua vida e eu resumo em duas linhas o que ele me contou. / Nasceu em Alcobaça de família pobre. Aos seis anos morreu-lhe o pai. Foi educado no Asilo da Infância Desvalida, donde saiu aos 12 anos. Aos 13 anos, sustentava com o seu trabalho a mãe e um irmão. Contou-nos isto com satisfação, direi mesmo com orgulho. [...] Aos 13 anos veio para Torres Vedras. Na oficina em que trabalhava, o seu sonho era ter uma máquina. Em 1912 realizou o seu sonho. Tinha a primeira máquina.

Os registos paroquiais confirmam estes dados e dão-nos outros complementares:⁴¹ António Hipólito foi baptizado aos vinte e nove dias do mês de Junho de 1882 na Igreja

homenageado com o nome do arruamento que liga as Ruas Santos Bernardes e Conde de Tarouca, num bairro novo da vila.

³⁸ *Badaladas*, 15 de Setembro de 1954.

³⁹ Em Torres Vedras há pelo menos outra família com o apelido *Hipólito* mas nada tem a ver com esta de que aqui falamos.

⁴⁰ *Indústria Portuguesa*, 3º ano – Nº 27, Maio de 1930, pp. 44 e 45.

⁴¹ Cf. Livro de registo de baptismo de Alcobaça, Alcobaça, em: <http://digitarq.adlra.arquivos.pt/viewer?id=1019987>. [Cons. 25 Setembro 2015]

Paroquial do Santíssimo Sacramento da vila de Alcobaça, freguesia onde nascera às duas da tarde do dia 11 de Junho de 1882; filho legítimo, e primeiro do nome, de António Hipólito, natural da Pederneira do concelho de Alcobaça, de profissão trabalhador e de Felicidade da Conceição, natural da freguesia de Alcobaça; neto paterno de Isidoro Hipólito e Ana Crespo da Conceição; e materno de António Estevão Bogalho e Maria da Conceição. Foram padrinhos: António Calçada, solteiro, pedreiro; e Rita Pexim, solteira, doméstica.

Os registos informam-nos também que António Hipólito teve mais dois irmãos: Maria, nascida em 6 de Setembro de 1884 e Alberto, nascido em 22 de Agosto de 1887⁴².

Quanto à condição de órfão de pai aos seis anos e conseqüente internato num Asilo, essa era uma situação relativamente frequente no século XIX e até meados do XX. Não havia Segurança Social e as famílias muito pobres encontravam aqui a solução para as frequentes situações de penúria extrema. Assim, o pequeno António Hipólito viveu no Asilo de Infância Desvalida do distrito de Leiria,⁴³ em Alcobaça, entre os seis e os doze anos. Do que foi essa instituição restam hoje alguns documentos no Arquivo Distrital de Leiria e as ruínas do edifício do Palácio do Visconde Costa Veiga, em Alcobaça. Para além de garantirem o acolhimento e o sustento, estes Asilos que surgiram em Lisboa e em algumas outras cidades do país a partir de 1834, tinham preocupações educativas e formativas de modo a proporcionarem aos jovens internados a preparação para a vida activa. No dizer de Rogério Fernandes “essas instituições configuravam as escolas de Primeiras Letras, mas incluíam no currículo actividades educativas, manuais ou artísticas, e de educação social, visando à integração de seu público”⁴⁴.

Não admira, pois, que o jovem António Hipólito, aos 13 anos e depois de sair do Asilo, sustentasse a mãe e um irmão, trabalhando numa oficina, em Torres Vedras – como lemos no escrito acima transcrito do repórter da revista *Indústria Portuguesa*. Significa que aprendeu o ofício de latoeiro, uma profissão rentável numa época em que não havia plásticos e terá chegado a Torres Vedras em 1895. No entanto desconhece-se a razão de

⁴² De Maria não encontramos mais referências. Quanto a Alberto sabemos que se estabeleceu no Estoril com uma oficina de latoaria. Teve quatro filhos de que resultou descendência com quem contactámos. No caso, uma bisneta, que nos informou que seu bisavô Alberto, depois de um AVC que o deixou acamado alguns anos, foi sempre ajudado pelo irmão Comendador, até à morte deste.

⁴³ A partir de 1927 passou a ter a designação de Asilo da Infância Desvalida Álvaro Possolo.

⁴⁴ Cf. Rogério Fernandes - Orientações pedagógicas das Casas de Asilo da Infância Desvalida (1834-1840) *Cadernos de Pesquisa*, n° 109, p. 89-114, Março /2000, em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000100005 [Cons. 12 Fevereiro 2016]

ter escolhido esta terra. A família nada sabe. Apenas uma neta referiu ter ouvido a seu pai que o avô António Hipólito teria fugido do Asilo, vindo para Torres Vedras.

Procurámos pistas para a solução deste enigma mas não encontramos nada de seguro. Não há documentos e as pessoas a quem o velho industrial terá confidenciado, já morreram há muito.

Resta-nos lidar com indícios⁴⁵. É uma opção metodológica de recurso e, por isso mesmo, pouco susceptível de conclusões indubitáveis. Ela permite-nos, contudo, encontrar razões plausíveis para avançarmos com esta hipótese: António Hipólito terá vindo para Torres Vedras com o apoio da família Trindade, já estabelecida aqui mas originária de Alcobaça de onde viera uma ou duas décadas antes. Com efeito, o pai de Leonel de Freitas Sampaio Trindade – o conceituado arqueólogo torriense que viveu entre 1903 e 1992 – era Joaquim Marques Trindade que viera da Vestiaria, freguesia de Alcobaça, para trabalhar no balcão da loja de modas do homem que viria a ser seu sogro⁴⁶. Marques Trindade, ao casar com a filha do patrão, ascendeu socialmente. Não admira que o encontremos, poucos anos depois, na Comissão Municipal Republicana que tomou posse em 8 de Outubro de 1910. Joaquim Marques Trindade acabou por tomar conta do negócio depois da morte do sogro, constituindo a firma *Trindade & C^a*, sediada na Rua de S. Pedro – actual R. Miguel Bombarda. Será nesta mesma rua que, alguns anos mais tarde, seu filho Leonel Trindade, juntamente com Adão de Carvalho e António Hipólito Júnior, constituirão sociedade para uma renovada loja de modas – que mais tarde seria o *Jardim de Modas*⁴⁷. De referir que Joaquim Marques Trindade tinha um irmão mais velho, António, que também se estabeleceu em Torres Vedras.

Esta ligação inicial entre Hipólitos e Trindades explica o prolongamento na geração seguinte, com os primogénitos, Leonel Trindade e António Hipólito Júnior – que tinham praticamente a mesma idade, o primeiro nasceu em 1903, o segundo em 1901. Vamos encontrá-los no grupo que, em 1924, fez as primeiras experiências de telefonia sem fios

⁴⁵ Apoiamo-nos nas pesquisas teóricas de Carlo Ginzburg e no seu “método indiciário”. Cf: Sinais – Raízes de um paradigma indiciário in: *Mitos, emblemas, sinais – Morfologia e História*. Companhia das Letras, 2ª ed., Editora Schwarcz, S. Paulo, 2012. Citando o autor, “Quando as causas não são reproduzíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos” (*Op. cit.*, p. 169). E também: “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.” (*Id.*, p. 177).

⁴⁶ Cecília Travanca – *Reconhecer Leonel Trindade*, Cooperativa de Comunicação e Cultura, Torres Vedras, 1999, p. 15.

⁴⁷ *Badaladas*, 1 de Maio de 1959 – Anúncio da escritura de 13 de Março de 1959, na Secretaria Notarial de Torres Vedras, em que é constituída a sociedade Hipólito, Carvalho & Trindade, com sede em Torres Vedras na R. Miguel Bombarda, nºs 7 a 13. Tem como objecto “o comércio de modas, fazendas de lã, algodão e seda.”. Sócios, com 30 000\$00 cada um: António Hipólito Júnior, Adão Avelino de Carvalho e Leonel de Freitas Sampaio Trindade.

as quais, pouco depois, deram origem à Rádio Sport Clube. O primeiro posto emissor-receptor funcionou exactamente na casa de habitação de António Hipólito, no Largo do Terreirinho⁴⁸ e esteve na origem, em 1925, da Associação de Educação Física e Desportiva de Torres Vedras, de cuja comissão fundadora os dois amigos fizeram parte⁴⁹.

Outro indício que nos parece revelador foi a realização de dois convívios, de grande projecção na época, entre Torres Vedras e Alcobça. O primeiro, que ocorreu em 1908, é-nos contado por Victor Cesário da Fonseca num opúsculo em que ele, já com 90 anos, relata episódios da sua juventude⁵⁰. Na sua emotiva evocação recorda que se tratou de uma excursão, a Alcobça, da Tuna do Grémio Artístico Comercial «realizada em conjunto com os Bombeiros Voluntários e muitos outros torrienses» com a finalidade de apresentar um concerto da *Tuna* e uma representação do seu Grupo Dramático. Alcobça organizou uma recepção entusiástica que ficou na memória de todos.

Pois bem: António Hipólito fazia parte da Tuna, como refere V. Cesário da Fonseca, e se comprova numa fotografia do grupo em que ele aparece de guitarra na mão. E dela fazia parte, também, António Marques Trindade, tio de Leonel Trindade.



Figura 3 – António Hipólito (X) na Tuna do G.A.C.

⁴⁸ Cecília Travanca - *Reconhecer.....*, p.25.

⁴⁹ Cf: *História da Associação de Educação Física e Desportiva de Torres Vedras*, coord. de Carlos Guardado e Cecília Travanca, ed. Associação de Educação Física e Desportiva de Torres Vedras, Torres Vedras, 2012, p.22.

⁵⁰ Victor Cesário da Fonseca - *Retalhos para a História de Torres Vedras*, ed. Associação para a Defesa e a Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras, Torres Vedras, 1979, p.28.

Esta memorável viagem a Alcobaça foi retribuída em 1921 quando uma grande comitiva daquela vila se deslocou a Torres Vedras. Um semanário da época, *Ecos de Torres*, nos números de Agosto e Setembro, deu enorme relevo a esta visita e não se esqueceu de referir que, da Comissão de recepção, faziam parte «pelos alcobacenses moradores nesta vila, António Trindade e António Hipólito».

Outro dado curioso: até meados de 1940, o salão de teatro do Grémio Artístico Comercial situava-se nas traseiras da loja/oficina de António Hipólito, paredes meias com a Igreja de Santiago. Talvez por isso, António Hipólito fazia parte da Tuna daquela associação. Mas, além de músico, participava também no grupo de teatro do Grémio, juntamente com António Trindade, como vemos comprovado no Programa das Festas da Páscoa de 1919, daquela agremiação⁵¹.

Em conclusão, parece-nos defensável a ideia de que a vinda de António Hipólito para Torres Vedras se explica por uma ligação à família Trindade, afinidade de contornos iniciais hoje desconhecidos para nós, mas cuja expressão significativa ao longo dos anos nos permite sustentar a validade da hipótese.

Voltemos ao fundador da empresa que viria a ser a *Casa Hipólito*.

Em 17 de Agosto de 1902, no jornal *Folha de Torres Vedras*, saiu o seguinte anúncio:



Figura 4 – Primeiro anúncio

⁵¹ Cf. Benedita Isabel Gerales Faria de Freitas - *O teatro na comunidade de Torres Vedras: as práticas de criação e de fruição em torno do grupo do Grémio Artístico Torreense*, Dissertação de Mestrado em Educação Artística, Escola Superior de Educação de Lisboa, Lisboa, 1912, em: <http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/2334/1/O%20teatro%20na%20comunidade%20de%20Torres%20vedras.pdf> [Cons. 9 de Julho 2016]

É o primeiro sinal de vida profissional do jovem latoeiro, na altura com 20 anos. Saiu da oficina onde tinha trabalhado e abriu o seu próprio estabelecimento numa rua central da velha urbe. Será ali que trabalhará até ao fim da vida activa. Em 22 de Janeiro desse ano havia-se casado com Maria Inácia, natural de Enxara do Bispo, que residia em Torres Vedras. O nubente, de menor idade, órfão de pai desde os 6 anos, necessitava da autorização da mãe que veio de Alcobaça para participar na cerimónia realizada na Igreja de S. Pedro, em Torres Vedras. Também nesse ano nasce o filho primogénito, António Hipólito Júnior.



Figura 5 – António Hipólito, início dos anos 40

António Hipólito era de estatura baixa: 1,65m, indica o Bilhete de Identidade datado de 20/07/1927. Tal como acontece a qualquer mortal, as suas fotos documentam a evolução física: perfil magro junto do primeiro gasómetro que fabricou, por volta de 1904; aspecto anafado da idade madura; corpo emagrecido

e devastado pela doença nos últimos anos.

Pela obra feita, podemos caracterizá-lo como um homem trabalhador, persistente, determinado. Engenhoso e dinâmico, de visão prospectiva, percebeu desde o início que as necessidades da lavoura vinhateira lhe abriam um espaço amplo para os equipamentos que passou a fabricar, em substituição dos que eram importados. Os testemunhos escritos que sobre ele se encontram na imprensa local e nacional apontam para as suas enormes qualidades como metalúrgico que aprendeu e progrediu à sua custa, copiando peças e reproduzindo-as com evidente vantagem de qualidade e preço. Procurava os melhores operários e apontava como uma das soluções para as deficiências da indústria nacional a formação técnica em escolas especializadas. Revelava grande capacidade para se impor à concorrência, sobretudo através do uso constante e hábil da publicidade e da presença em Exposições Industriais. Desde o início, vemo-lo a publicitar a sua nova empresa em cada jornal que aparecia, usando um estilo directo e persuasivo, com frequentes descrições pormenorizadas dos seus produtos.

Na vida pessoal era divertido e amigo da boa mesa, como o atesta a sua participação no Carnaval torriense e em alguns convívios documentados fotograficamente e referidos por quem o conheceu. Não sendo torriense de origem, integrou-se plenamente na terra de adopção, “cenário urbano, saudosos do ruralismo primário”,⁵² impondo-se pelo trabalho e atenção ao que o rodeava, como o atesta a sua participação em momentos importantes da vida do concelho.

Assim, em 18 de Setembro de 1913 o jornal *A Vinha de Torres Vedras* informa que António Hipólito se encarrega das iluminações no Círio da Prata Grande em S. Pedro da Cadeira, a freguesia mais ao Sul do concelho de Torres Vedras, o que é sinal inequívoco da projecção do seu trabalho⁵³.

Ainda nesse ano o mesmo jornal publica a lista de contribuintes para as festas da vila. Nela figura a meio da tabela António Hipólito com a dádiva de \$500.

Em 9 de Maio de 1915, o jornal *A Voz de Torres* publica uma pequena local sobre os festejos do 1º de Maio referindo as decorações de flores artificiais e centenas de lâmpadas no Largo da República. E mais adiante: “O cortejo alegórico representava interessantes carros dos industriais Srs. António Hipólito, João Henriques, António da Silva e o da comissão promotora”⁵⁴.

Já não era o simples latoeiro que abrira a sua loja treze anos antes, era um industrial, designação só aplicável a quem tem uma fábrica e operários por sua conta⁵⁵. De facto, a sua vida prosperava⁵⁶. É o que nos sugere uma referência na Acta da sessão ordinária de 2 de Maio de 1917 da Câmara Municipal de Torres Vedras ao requerimento

⁵² Cf. António Augusto Sales – *Os Guardadores do Tempo*, Ed. Câmara Municipal de Torres Vedras, Torres Vedras, 2007, que traça um retrato impressionante da vida torriense na época.

⁵³ O Círio da Prata Grande é uma romaria tradicional na zona Oeste portuguesa em honra de Nª Srª da Nazaré na qual estão envolvidas 17 freguesias – 16 do concelho de Mafra e uma de Torres Vedras, S. Pedro da Cadeira - seguindo uma ordem pré-estabelecida. As festas realizam-se anualmente numa das freguesias pelo que cada uma delas só festeja de 17 em 17 anos. Esta característica – que julgamos única no país – confere a cada festa um significado especial com um enorme envolvimento das populações na sua realização. Em 1913 S. Pedro da Cadeira ainda não tinha electricidade – Torres Vedras só a tivera um ano antes e, mesmo assim, apenas com um gerador para a vila. Por isso, a participação nestas festas de António Hipólito, que se notabilizara como fabricante de gasómetros a carbureto, revela bem o prestígio alcançado.

⁵⁴ Não se trata de Francisco António da Silva, mas sim de um conhecido tanoeiro, com oficina na Rua da Corredoura, com presença habitual nos anúncios dos jornais da época.

⁵⁵ Sobre o conceito de *Industrial*, ver por exemplo Maria Filomena Mónica – *Capitalistas e industriais (1870-1914)*, in *Análise Social*, vol. XXIII (99), 1987 – 5º, pp. 819-863: Para definir o que era um industrial no final do século XIX, na p.821, a autora cita F. Crouzet na obra *The First Industrialists*: “um industrial é alguém que possui uma fábrica, e não uma oficina (o que o distingue do fabricante, e que a dirige (o que o distingue do capitalista).” Em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223028371W4lFY9ix0Ky28XO1.pdf> [Cons. 20 Setembro de 2015]

⁵⁶ Ainda hoje encontramos em Torres Vedras pessoas que atribuem à rápida afirmação empresarial de António Hipólito o facto de ele ter achado na Estação de Caminho-de-ferro da vila, uma carteira cheia de dinheiro. Uma lenda sem qualquer fundamento, semelhante a outras que ouvimos por esse país fora...

De António Hipólito, industrial, residente nesta vila, pedindo licença para demolir e reconstruir sobre o mesmo alicerce, um prédio que possui no Largo do Terreirinho, colocando no mesmo largo os materiais necessários, pedindo também para esta Câmara vistoriar previamente o local. / Foi deliberado proceder a essa vistoria.

O prédio em questão situava-se no mesmo quarteirão da loja e da oficina, com as quais havia comunicação pelos respectivos logradouros. Nele residirá o industrial até à sua morte. Este prédio, mais tarde conhecido por “casa do Comendador”, viria a ser demolido já na primeira década do século XXI, juntamente com a chamada *Fábrica A* e as restantes instalações da *Casa Hipólito* situadas no Centro Histórico da cidade. No seu lugar existe hoje um parque de estacionamento⁵⁷.

António Hipólito tornara-se, de facto, numa figura de referência em Torres Vedras. Por isso, o jornal *O Torreense* publicou em 8 de Maio de 1921 uma notícia que hoje nos parece de duvidosa pertinência mas que na época fazia sentido pois os passeios de automóvel eram raros e os seus protagonistas desafiavam a rotina quotidiana⁵⁸. O teor da notícia é bem expressivo da ambiência social da época:

Coisas da nossa terra – Desastre / Na passada 2ª feira o industrial desta vila sr. Antonio Hipolito, resolveu ir com a sua família dar um passeio no seu automóvel, levando também alguns amigos, entre eles o digno comandante dos nossos bombeiros sr. Joaquim Paulino Pereira; no regresso e na estrada de Arênes uma das rodas do veículo saltou fora indo este de encontro a umas árvores pelo que ficou bastante danificado. Todos os passageiros ficaram ilesos à excepção do sr. Joaquim Paulino Pereira que sofreu ferimentos na cabeça e num braço o qual depois de pensado no hospital recolheu a sua casa encontrando-se felizmente quasi restabelecido.

Outro reflexo da projecção social de António Hipólito na sociedade torriense é a pequena local publicada pelo jornal *A Voz de Torres* em 11 de Abril de 1915 com o título «Parto»: “A esposa do nosso amigo snr. Antonio Hipolito, desta vila, deu à luz uma robusta criança, com toda a felicidade. Ao activo e arrojado industrial endereçamos as nossas felicitações, com os votos de que a fortuna lhe continue sempre sorrindo.”

Significativa é, igualmente, a inclusão do seu nome, em 1922, na lista do Partido Republicano Reconstituente para as eleições da Junta de Freguesia de S. Pedro⁵⁹, facto que não será estranho ao seu convívio com Vítor Cesário da Fonseca, figura destacada

⁵⁷ Cf. subcapítulo 4.10.

⁵⁸ António Hipólito foi o 19º proprietário de automóvel em Torres Vedras, como elucida Venerando de Matos no seu blogue *Vedrografias2*, em 7 de Julho de 2009. O primeiro automóvel foi de D. Vasco Martins Sequeira, da Quinta do Juncal (Matacães), adquirido em 18 de Abril de 1918. A. Hipólito adquiriu o seu em 22 de Maio de 1922. Em: http://vedrografias2.blogspot.pt/2009/07/nos-primordios-do-transporte-automovel_07.html [Cons. 24 de Novembro de 2016].

⁵⁹ Cf.: *Jornal A Reconstituição*, semanário torriense do Partido Republicano Reconstituente, nº 1, 16 de Julho de 1922.

do republicanismo torriense na primeira metade do séc. XX e pessoa económica e socialmente influente na vila.

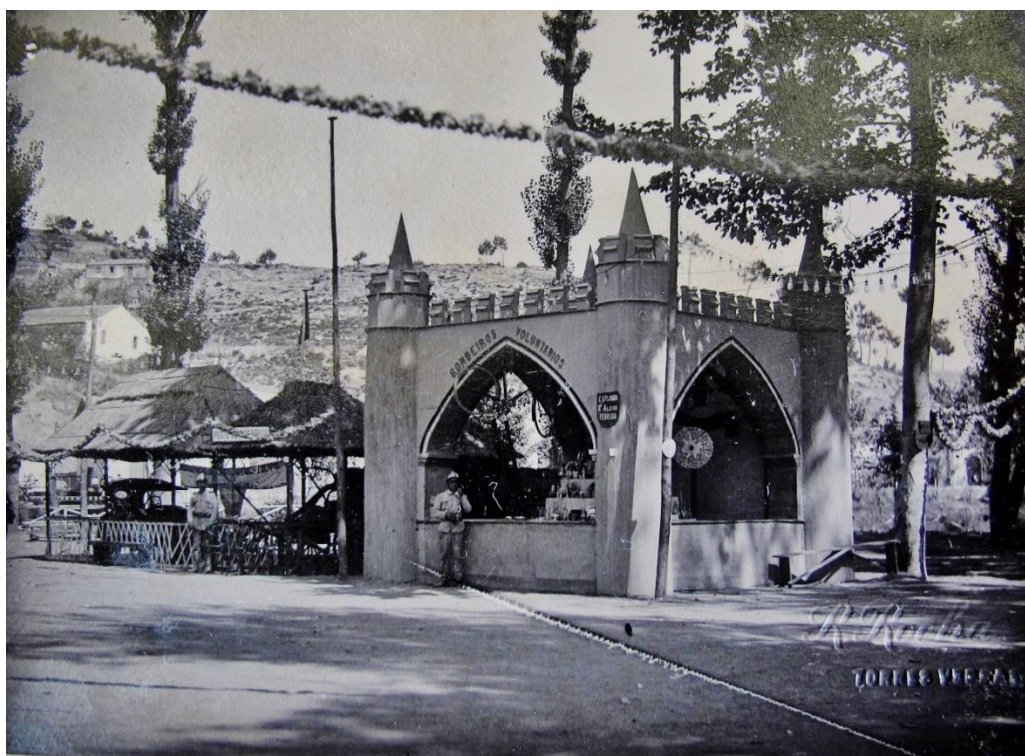


Figura 6 - Aspecto da Exposição Agro - Pecuária e Industrial, T. Vedras, 1926

Quando, de 22 a 29 de Agosto de 1926, se realiza no Parque do Choupal a 1ª Exposição Agro-Pecuária e Industrial de Torres Vedras, António Hipólito já está na linha da frente. Faz parte da Comissão Executiva e expõe os seus produtos num *stand* próprio. A iniciativa foi um êxito. As crónicas falam de trinta mil visitantes no primeiro dia, vindos de Lisboa e de toda a região oestina. O acontecimento foi amplamente divulgado nos jornais da capital e mereceu a visita de membros do Governo. O secretário-geral da Exposição era Júlio Vieira, um dos homens mais influentes de Torres Vedras, comerciante e activista republicano, notável investigador da História Local cuja obra *Torres Vedras Antiga e Moderna*, oportunamente publicada no ano da grande Exposição, ainda hoje é basilar. A compilação feita por ele⁶⁰ dos artigos de imprensa local, nacional e até do Brasil, é bem a expressão do grande acontecimento e lá vemos, em destaque, as fotos de António Hipólito. Contudo, esta não foi a primeira participação do industrial numa exposição pública. Já havia estado, em 1921, 1923, 1924 e 1927, nas Caldas da

⁶⁰ Este álbum encadernado, com artigos cuidadosamente recortados, colados e ordenados, pode ser consultado na *Biblioteca Municipal de Torres Vedras*.

Rainha, onde recebera medalhas de distinção, bem como no Bombarral – no que se pode considerar o primeiro anel da sua expansão comercial, o da região oeste. Em breve sairia para mais longe, marcando presença em exposições nacionais e internacionais, como veremos em outro capítulo. O seu dinamismo empresarial que o levou a uma notável pujança produtiva teve reconhecimento nacional com a atribuição das insígnias da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial, grau Comendador, em 1930⁶¹. Veja-se o texto justificativo:

Pelos relevantes serviços prestados na propaganda da indústria nacional e pelas suas patrióticas iniciativas conseguindo com o esforço próprio, elevar a sua indústria a competir com a melhor que no género se fabrica no estrangeiro. É o maior industrial em todo o paiz de diferente material vinícola, mas especialmente em pulverizadores e prensas. As máquinas da sua invenção não só evita [sic] a saída de ouro, mas provoca a sua entrada pela importante exportação que tem. / Premiado com medalhas de ouro nas exposições Ibero-Americana de Sevilha, Rio de Janeiro, Caldas da Rainha, Torres Vedras e Feira de Amostras do Estoril.

Lisboa, 20 de Outubro de 1930. O Ministro da Agricultura, Henrique Linhares de Lima⁶²

⁶¹ Não deixa de ser curiosa a nota informativa da *Gazeta de Torres* de 26 de Outubro de 1930: “Foi agraciado com a comenda de Mérito Agrícola e Industrial o inteligente e activo industrial de Torres Vedras, nosso amigo e estimado assinante Antonio Hipolito. / Se bem que o nosso espírito democrático não se coadune com mercês honoríficas, felicitamos, todavia, o nosso conterrâneo pela distinção que lhe acaba de ser concedida.”

⁶² O processo de atribuição da condecoração pode ser consultado no Arquivo da Presidência da República, Chancelaria das Ordens. Dele fazem parte quatro documentos: 1- Proposta de condecoração assinada pelo Ministro da Agricultura, datada de 20/10/1930; 2- Ficha de registo da Ordem, indicando ter sido aprovada em 5/11/1930; 3- Declaração de aceitação assinada por António Hipólito em 21/01/1931; 4- Decreto de concessão assinado pelo Presidente da República António Óscar Fragoso Carmona e Ministro Henrique L. da Silva, em 25/04/1931, o qual viria a ser publicado no Diário do Governo nº 100, de 1/05/1931.



Figura 7 – Imposição das insígnias de Comendador

A entrega das insígnias ao seu titular decorreu em 1 de Fevereiro de 1931, dia da inauguração da I Exposição Vinícola da Região de Torres Vedras. A *Gazeta de Torres* de 8 de Fevereiro daquele ano relata pormenorizadamente o que foi um grande dia para a sede do concelho. Começou com o desembarque na Estação do Caminho-de-ferro de uma comitiva vinda de Lisboa da qual faziam parte o presidente do Ministério, General Domingos de Oliveira, os ministros do Interior, dos Negócios Estrangeiros e da Agricultura, o Governador Civil de Lisboa, Tenente-coronel João Luiz de Moura – cujo nome viria a ser atribuído ao arruamento do acesso do lado Sul ao Mercado Municipal, inaugurado nesse dia – entre outras individualidades. A recepção foi de grande solenidade, com guarda de honra dos Bombeiros Voluntários e Bandas Filarmónicas da Ribaldeira e dos Bombeiros, com a presença de todas as forças vivas do concelho anfitrião e concelhos limítrofes. A Exposição Vinícola realizou-se na sede da Associação de Educação Física – onde hoje é o átrio e o Auditório da Câmara Municipal de Torres Vedras. Depois da inauguração houve diversas intervenções a que se seguiu a visita oficial. Escreveu o repórter:

Num dos intervalos da visita às instalações da Exposição Vinícola, foram pelo sr. General Domingos de Oliveira, presidente do Ministério, colocadas ao peito do activo industrial torreense, sr. António Hipólito, as insígnias de comendador da Ordem de Mérito Industrial, com que há pouco foi agraciado. / Teve o chefe do governo nesse momento algumas palavras amistosas para com o agraciado, a quem foi premiado o trabalho insano e a labuta quotidiana em defeza do bom nome desta região.

Do ponto de vista do prestígio social, este foi o momento mais alto da vida de António Hipólito. Tinha 48 anos, era um homem vigoroso, com uma prole numerosa – quatro filhos e três filhas - e estava no auge da actividade profissional, alimentada por um dinamismo invulgar. Tinha uma empresa florescente que em breve atingiria os 80 trabalhadores. A atribuição da comenda não amoleceu o seu espírito de iniciativa. A década de 30 será decisiva: ao mesmo tempo que se expandem as instalações fabris, entra na família o homem que será mais tarde seu continuador, Vasco Parreira, funcionário administrativo que casa com a filha Elvira. Novos produtos e expansão nacional tornam a marca *Hipólito* uma referência na metalo-mecânica ligeira, como veremos no Capítulo II sobre a evolução da empresa.

Parece ter havido sempre uma ligação forte entre António Hipólito e os operários que trabalhavam na sua fábrica. Tal pode explicar-se pelo facto de ele continuar a trabalhar no ofício e ser um profundo conhecedor da sua arte. No dia em que completou 54 anos – em 11 de Junho de 1936 – “o pessoal das suas importantes oficinas metalúrgicas associou-se [à festa] como prova de gratidão, prestando-lhe a maior homenagem que é dado prestar a um patrão” – no dizer do jornal *O Torreense* de 28 de Junho de 1936. Nesse dia foi descerrado um retrato do comendador, em grande formato, da autoria de Raul Rocha, um fotógrafo que fez época em Torres Vedras e houve “um belíssimo «copo de água» (que por sinal foi vinho, e do melhor, tanto da nossa região como do Porto), sendo as toalhas e as louças substituídos por artigos de fábrica da «Casa Hipólito»”⁶³. No final, como não podia deixar de ser, houve discursos e brindes, entre os quais “ em nome do pessoal, o operário sr. Manuel António Pereira, que em singelas e sentidas palavras brindou pelo seu patrão, sr. Comendador António Hipólito, e pelos seus grandes cooperadores, os seus quatro filhos”.

⁶³ O jornal prossegue com a descrição das louças: “ As toalhas eram as chapas de cobre com que são construídos os pulverizadores; as bandejas, reflectores dos aquecedores a petróleo; os pratos, fundos de fogões a petróleo; as garrafas para o belo tinto, botijas para água quente e os jarros, bombas dos pulverizadores.”



Figura 8 – Comendador António Hipólito (foto de Raul Rocha)

Contudo, o Comendador também conheceu horas de infortúnio. Em Maio de 1931 sua filha Júlia, com 22 anos, casada com António Trigueiros Júnior, foi vítima de um terrível acidente doméstico que lhe provocou queimaduras gravíssimas que a levaram à morte⁶⁴. E ele próprio, em 1943, foi acometido de doença incapacitante, um AVC que lhe tolheu movimentos e fala, embora mantivesse o entendimento⁶⁵. A gestão da fábrica pertencerá, doravante ao genro, Vasco Parreira, e ao filho primogénito, António Hipólito Júnior, coadjuvados pelos restantes filhos. António Hipólito passará os últimos anos da vida em luta contra a doença. Em 1950, aquando das festas de aniversário da *Casa*

⁶⁴ A notícia encontra-se na *Gazeta de Torres* de 24 de Maio de 1931.

⁶⁵ Desde essa data até à sua morte, António Hipólito foi acompanhado, dia e noite, por um homem que ainda hoje é recordado pelos torrienses mais idosos como “João enfermeiro”, de seu nome completo João Elisário Carvalho. Para além da assistência, era também o motorista do Comendador. A este homem que, além de enfermeiro, era cultor de boa literatura, prestou homenagem António Gomes Marques num texto memorativo publicado no blogue *A viagem dos argonautas* em 10 de Agosto de 2012, disponível em: <https://aviagemdosargonautas.net/2012/08/10/de-capitães-da-areia-de-jorge-amado-a-leitura-de-grandes-autores-por-antonio-gomes-marques/> [Cons. 7 Julho 2016]

Hipólito, terá um derradeiro momento de reconhecimento público. Os trabalhadores da empresa cotizaram-se para um busto de bronze esculpido pelo grande mestre Martins Correia, o qual foi colocado no principal estabelecimento comercial, na Rua Serpa Pinto⁶⁶. Ao mesmo tempo, a Câmara Municipal de Torres Vedras atribuiu-lhe, em sessão solene realizada nos Paços do Concelho no dia 18 de Junho de 1950, a medalha de ouro da vila, “pelos seus invulgares dotes de trabalho e de iniciativa” bem como “por bons serviços prestados ao concelho de Torres Vedras”.



Figura 9 – António Hipólito e família junto ao seu busto de bronze, em 1950

Antes de morrer, em 1954, ainda viu o início da construção da *Fábrica A*, grande edifício fabril de quatro pisos, que substituiu as velhas instalações onde ele se estabelecera cinquenta anos antes e onde trabalhara tantas horas. Aquele que tão pobre nasceu e como latoeiro se afirmou no ramo industrial, morreu como comendador e deixou em herança um nome que ainda hoje é recordado pela excelência dos seus produtos fabris.

⁶⁶ Este busto, assim como o retrato de Raul Rocha, estão hoje à guarda do *Museu Municipal Leonel Trindade* de Torres Vedras.

2. Torres Vedras no início do século XX

Se cada homem também é a sua circunstância, impõe-se saber como era a vila que António Hipólito encontrou quando aqui chegou por volta de 1895 e onde lançou a sua empresa no início do século.

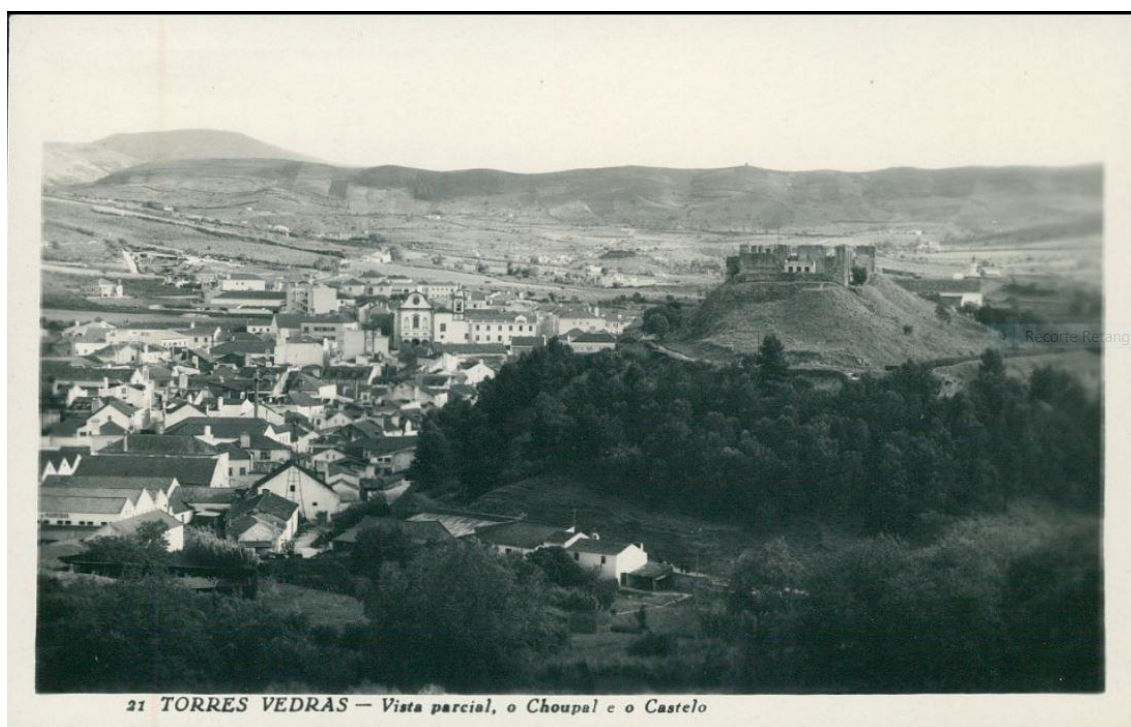


Figura 10 – Torres Vedras, 1ª metade do séc. XX

A implantação geográfica deste antiquíssimo aglomerado urbano caracteriza-se por três elementos: uma colina facilmente defensável, um rio que lhe corre no sopé e uma várzea adjacente muito fértil. A fixação humana fez-se na encosta sul do monte, soalheira e abrigada dos ventos dominantes, sob a protecção de muralhas construídas pelos alcaides em nome das rainhas, proprietárias da vila desde o reinado de D. Afonso III, na primeira dinastia. Durante séculos – até à chegada do caminho-de-ferro, em 1886,⁶⁷ com a abertura da grande avenida de acesso à Estação - a vila restringiu-se a este pequeno aglomerado de ruas estreitas tecidas em redor de quatro igrejas, com uma população ligada aos mesteres artesanais, ao comércio e serviços locais e às vivências religiosas. Contudo,

⁶⁷ Cf. Venerando de Matos – *O caminho-de-ferro em Torres Vedras, impacto da sua chegada*, Ed. Colibri/Câmara Municipal de Torres Vedras, Lisboa, 2007, p.34.

como mostrou Ana Maria Rodrigues,⁶⁸ a *vila* sempre esteve intimamente ligada ao *termo*, território envolvente, dois polos interdependentes e complementares:

Era nele [termo] que se abastecia em homens e em géneros, dotando-se dos apoios demográficos e económicos sem os quais não podia manter-se e, ainda menos, crescer. Em contrapartida, era nela [vila] que se tomavam muitas decisões condicionantes da vida rural: aí residiam os senhores ou os seus representantes [...]; nela funcionavam os tribunais, faziam-se as proclamações, fixavam-se os preços de mercado, realizava-se a feira anual. [...]. As duas entidades viviam, pois, em permanente interacção económica, social e religiosa [...]⁶⁹.

A povoação situa-se no coração do concelho, uma área de cerca de 400 km², convergindo as vias de comunicação para ela como raios de uma roda. Esta morfologia territorial manter-se-á ao longo dos séculos até ao presente e será ela que, na primeira metade do século XX, alimentará o crescimento das empresas nascidas na vila mas vocacionadas para responder às necessidades da periferia. Moagens, armazéns de víveres, oficinas, serviços, são procurados pelas populações rurais que fazem do “vir à vila” um ritual mensal ou até, para as mais próximas, semanal.

No início do século XX o concelho tinha 34 879 habitantes residentes, dos quais 19% habitava a vila – dados do censo de 1900⁷⁰. A população cresceu sempre ao longo do primeiro terço do século XX, superando a média nacional⁷¹. Tal deveu-se, para além da taxa de natalidade, à capacidade atractiva do concelho para onde vinham pessoas de todos os pontos do país, ao mesmo tempo que nele não se conhecem surtos significativos de emigração⁷². Da população activa, 74,6 % ocupava-se das actividades agrícolas enquanto a indústria não ia além dos 11,7 %⁷³. Em 1915 verifica-se um aproveitamento intensivo dos solos agrícolas, de que apenas 23,8 % não se encontrava agricultado, sendo a vinha o cultivo predominante. Para além da vinha, cultivavam-se cereais e criavam-se animais, em regime generalizado de pequena propriedade, entremeado aqui e ali, por quintas de média dimensão.

O cultivo da vinha, sendo uma das mais lucrativas para os agricultores, foi atingida frequentemente por crises que tiveram impacto significativo nesta região⁷⁴. Nas duas

⁶⁸ Ana Maria Rodrigues – *Torres Vedras, a vila e o termo nos finais da Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Braga, 1995.

⁶⁹ Ana M. Rodrigues, *op. cit.*, p.22-23.

⁷⁰ Cecília Travanca [et al.] – *Torres Vedras, passado e presente*, Vol. I, Câmara Municipal de Torres Vedras, 1996, p. 161

⁷¹ Cf. *Gazeta de Torres*, de 22/02/1931: sob o título «O último censo prova que Torres Vedras é um dos mais populosos concelhos do país», publicou os dados do censo de 1930 referindo que o total da população é de 49103, mais 7186 do que no censo de 1920.

⁷² Célia Reis – *Cenas da vida de Torres Vedras*, Município de Torres Vedras/Cultura, 1999, p. 17.

⁷³ *Idem*, p.18.

⁷⁴ Cf. Célia Reis – Problemas dos vinhos torrienses no final da Monarquia in: *Turres Veteras III – Actas de História Contemporânea*, Câmara Municipal de Torres Vedras, 2000, p. 125-147

últimas décadas de oitocentos, a causa principal foi a filoxera. Esta praga que por volta de 1867 entrou pela região do Douro, a mais fortemente afectada, acabou por se estender ao resto do país a partir de 1881/82. Procuraram-se formas de combater o flagelo que se revelaram mais ou menos eficazes consoante o empenho dos Governos de então e a adesão dos próprios agricultores, sempre resistentes às inovações⁷⁵. No final do século o mal estava praticamente debelado⁷⁶ e o saldo, apesar de tudo, não se revelava negativo, na perspectiva de Conceição Andrade Martins:

Em conclusão, se, por um lado, a filoxera afectou a viticultura, na medida em que diminuiu os rendimentos dos viticultores, dando assim azo a que em muitas regiões agrícolas a vinha deixasse de ser uma cultura rendível, por outro, ela permitiu modernizar o sector, contribuindo assim para o aumento global da produção nacional e para a melhor qualidade do vinho a partir de então produzido. No pós-filoxera, a situação da viticultura nacional tinha-se modificado significativamente. A carta vinícola nacional e a estrutura produtiva tinham-se alterado. A vinha cobria todo o país, mas as maiores densidades encontravam-se agora na zona Centro/Sul. No início do século xx, a produção dos distritos de Leiria, Santarém e Lisboa representava quase metade da produção nacional e a cota do Douro descera para menos de 15%⁷⁷.

Nas primeiras décadas do século XX a principal preocupação dos vinicultores torrienses – semelhante aos do resto do país - estava ligada a alguns problemas estruturais: falta de regularização dos mercados interno e externo; concorrência do álcool industrial importado, em detrimento da aguardente proveniente das massas vínicas; cultivo da vinha em áreas propícias ao cultivo dos cereais; restrições ao uso dos vinhos da região para o Douro, para serem loteados como Vinho do Porto⁷⁸. Estes problemas, com variações e alterações naturais, percorrerão todo o século XX mas não impedirão que o concelho de Torres Vedras mantenha um lugar cimeiro na produção vinícola nacional. A seu tempo veremos que a empresa de António Hipólito nasceu e cresceu escorada neste sector agrícola.

⁷⁵ Cf. Conceição Andrade Martins – A filoxera na viticultura nacional. In: *Análise Social*, Vol. XXVI (112-113), 1991. P.653-688, em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223042079C5pJM6qm9Aw66HJ7.pdf> .[Cons. 22 Março 2016].

⁷⁶ De referir que, na batalha contra a filoxera, teve papel de destaque Jaime Batalha Reis, filho de um grande proprietário rural torriense e figura notável da intelectualidade portuguesa do grupo de Eça de Queiroz e Antero de Quental. J. Batalha Reis, engenheiro agrónomo, entre outros cargos foi presidente da comissão nacional encarregada de estudar aquela moléstia das vinhas. Ver: Maria José Marinho, “Jaime Batalha Reis e Celeste Cinatti: diálogo sobre um retrato incompleto” in: *Análise Social*, vol. XLII (182), 2007, pp. 281-284: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218649507K9eUN1bq9NI24RJ4.pdf> [Cons. 5 de Agosto 2016]. Iguualmente seu irmão, António Batalha Reis, também agrónomo, participou activamente nessa luta através de muitos artigos e ensaios dedicados ao assunto, conforme se comprova pela abundante bibliografia que deixou e que pode ser consultada na Biblioteca Nacional ou na Biblioteca do Instituto do Vinho e do Vinho.

⁷⁷ Cf. Conceição Andrade Martins, *A filoxera na viticultura...*, p. 683

⁷⁸ Cf. Célia Reis, *Cenas...*, p.22.

E quanto à indústria, qual a situação do concelho no início do século XX?

Tal como no restante país - de que apenas alguns centros urbanos mais importantes eram excepção, casos de Lisboa, Porto, Covilhã, Aveiro, Marinha Grande... - Torres Vedras não tinha indústria, apenas um núcleo de actividades artesanais. Sobre isto, Célia Reis resume:

De facto, segundo o inquérito de 1890, mas facto comum até ao raiar do novo século, este tipo de trabalho correspondia essencialmente a pequenas unidades movidas pelo vento, força hidráulica e mão humana, contando-se apenas uma máquina locomóvel em todo o território municipal, situada na única moagem conhecida⁷⁹.

A mesma autora, baseada no citado inquérito, enumera de seguida, as diversas unidades de produção artesanal:

[...] uma mina, pedreiras, fornos de cal, alambiques de álcool, alabardeiros, alfaiatarias, sapatarias, fogueteiros, funilarias, fição e tecelagem de lã, marcenarias, moinhos de vento, a referida moagem, odreiros, ourivesaria e relojoaria, padarias, serrações de madeira, serralharias, tanoarias e uma tipografia⁸⁰.

Na sequência desta abordagem, Célia Reis refere os casos de António Hipólito e de Francisco António da Silva que deram um impulso notável à actividade metalúrgica no início do século⁸¹.

Pormenor significativo: quando António Hipólito veio para Torres Vedras, a diminuta iluminação pública era assegurada desde 1862 por 35 candeeiros a petróleo. Em 1887 fizeram-se experiências para introduzir a iluminação a gás, adoptada um ano depois pela Câmara Municipal. Contudo, em 1891, devido a problemas técnicos, voltou-se à iluminação a petróleo que perdurará até 1912, ano em que foi inaugurada a luz eléctrica na vila, produzida por dois motores Diesel adquiridos pela firma *Sociedade Progresso Industrial* e montados numa estação central situada no Bairro das Covas⁸². Até esta data, a iluminação de uso privado era feita pelos meios tradicionais – candeias de azeite, candeeiros de petróleo e, em alguns espaços comerciais, «custosas instalações de gaz acetyleno.»⁸³ Atento às necessidades do seu tempo e já a trabalhar por conta própria, António Hipólito irá dedicar-se ao fabrico de gasómetros, o primeiro produto de referência da sua nova oficina, como veremos no Capítulo seguinte.

⁷⁹ Cf., Célia Reis, *Cenas...*, p. 22.

⁸⁰ Cf. *Idem*, p. 22.

⁸¹ Refira-se, contudo, que as informações que aduz acerca destes industriais são escassas e nem sempre rigorosas, cremos que por falta de fontes disponíveis na altura em que escreveu este livro.

⁸² Para a história da iluminação pública em Torres Vedras, ver: *Há 75 anos a inauguração da luz eléctrica*, suplemento da *Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras* in: jornal *Badaladas* de 4 de Dezembro de 1987. Ver também *Vedrografias2*, blogue de Venerando de Matos, em: <http://vedrografias2.blogspot.pt/search?q=electricidade+em+torres+vedras> [Cons. 21 Março 2016]

⁸³ Jornal "*Folha de Torres Vedras*" - 20 Abril 1902.

3. A indústria metalomecânica daquele tempo

Em linhas gerais, esboçamos um retrato de Torres Vedras na época em que António Hipólito aqui chegou. E em Portugal, qual era o estado da indústria?

Os estudos nesta área são unânimes em referir a debilidade da indústria portuguesa nos finais de oitocentos⁸⁴. Nem de outro modo podia ser: nas últimas décadas daquela centúria, a nossa economia havia crescido a um ritmo muito mais lento do que a dos restantes países europeus. De tal modo que em 1910 o PNB *per capita* (em dólares dos EU, 1960) de Portugal era de 290 enquanto o da Europa era de 499; o consumo de ferro (Kg. *per capita*) era de 11,1, bem diferente do da Europa que se situava nos 80; e o consumo de carvão (kg. *per capita*) era de 200 face aos 1.509 da restante Europa⁸⁵. O diagnóstico para este atraso é bem conhecido: falta de recursos naturais, fraca qualidade média dos solos, posição geográfica de Portugal, reduzido mercado interno, elevado índice de analfabetismo (70% em 1910, em contraste com 10% da Suécia, em 1850⁸⁶) e consequente imobilismo cultural.

A incipiente indústria nacional – que só nas primeiras décadas de novecentos viria a conhecer alguma expressão significativa em locais como o Vale do Ave, a Covilhã ou o Barreiro - dedicava-se sobretudo “ao agasalho e alimento do corpo e à decoração da casa”⁸⁷- tecidos, calçado, móveis, pão, tabaco...As novidades seriam a metalurgia e a química, mas nestas, em 1907, trabalhavam menos de 1 500 pessoas⁸⁸.

Olhando o sector industrial em que António Hipólito se fixou – a metalomecânica ligeira – o panorama é pobre. Diz Filomena Mónica: “Sem matérias-primas, sem tradições industriais, o sector metalúrgico mantinha-se particularmente atrasado.”⁸⁹ Predominavam as pequenas oficinas, herdeiras dos antigos mestres medievais com seus mestres e aprendizes, coexistindo, em espaços contíguos, a bancada de manufatura e a loja aberta para a rua. Apenas em Lisboa e no Porto o Inquérito Industrial de 1881 encontrou

⁸⁴ Cf. por exemplo: Maria Filomena Mónica – Capitalistas e industriais..., p.822 e segts.

⁸⁵ Cf. Jaime Reis - O atraso económico português em perspectiva histórica (1860 – 1913) in: *Análise Social*, vol. XX (80), 1984 – 1º, pp.7-28. Em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223472983X6iYR2re6Rj50YV5.pdf> [Cons. 17 Outubro 2016].

O termo comparativo “Europa” é vago. Em quadro estatístico anterior o autor descrimina: Alemanha Ocidental, Dinamarca, França, Hungria, Grã-Bretanha, Itália.

⁸⁶ *Idem*.

⁸⁷ Cf. *Portugal - da Monarquia para a República*, coord. de A.H. Oliveira Marques, p. 125.

⁸⁸ *Idem*.

⁸⁹ Cf. Maria Filomena Mónica – Capitalistas e industriais..., p. 833.

unidades fabris metalúrgicas mas “das 11 unidades recenseadas na capital, só 3 tinham mais de 100 operários.”⁹⁰Tais fábricas haviam surgido na década de 1840 mercê de algumas medidas proteccionistas adoptadas pelos Governos da época de que a promulgação da Pauta Geral de 1837 foi a expressão maior⁹¹.

A principal metalúrgica de Lisboa era a fábrica de José Pedro Collares, fundada em 1809 que se firmou inicialmente como fabricante de destilarias⁹². No seu processo de crescimento, ganhou relevância no panorama industrial da capital, aumentando o número de operários e de instalações. Equipada com uma fundição de ferro, serralharia com tornos e forja, na década de 40 do séc. XIX produzia máquinas de destilação, bombas, máquinas a vapor, rodas hidráulicas e diversos equipamentos para a agricultura.⁹³ Na década seguinte contava com 500 operários e da sua produção fabril faziam parte, entre outros, caldeiras, prensas de parafuso, prensas hidráulicas, moinhos de azeitona, trigo e arroz e máquinas de debulha⁹⁴.

Em Lisboa, outros estabelecimentos metalúrgicos se destacaram: a Fábrica Vulcano de Fundição de Ferro e Serralharia e a Fábrica de Fundição de Mr. Lemoine onde se faziam caldeiras e máquinas a vapor para equipar outras fábricas. No Porto encontramos a *Fundição de Massarelos*, a *Fábrica do Bicalho*, que produzia objectos para uso doméstico e da lavoura e as fundições do Bolhão, da Arrábida e da Boa Viagem.

O relativo desenvolvimento do sector metalúrgico, nas décadas seguintes, com o aparecimento de novos estabelecimentos fabris em Lisboa e no Porto, deveu-se à crescente procura de equipamentos por parte de outras áreas industriais como os têxteis e, também às necessidades da vida doméstica e da lavoura. Contudo, a importação de equipamentos industriais que entravam no mercado a preços mais baixos acabou por criar graves dificuldades à metalomecânica nacional. Esta concorrência estrangeira, aliada à endémica dificuldade de financiamento, à reduzida dimensão do mercado interno e às pautas alfandegárias sujeitas aos interesses antagónicos em jogo, estrangulavam o necessário crescimento da indústria metalúrgica que “no final do século XIX (...)”

⁹⁰Cf. Maria Filomena Mónica – Capitalistas e industriais... , p. 833.

⁹¹ Cf. Maria de Fátima Bonifácio – Lisboa, bastião do proteccionismo (pautas, política e indústria nos anos 30-40 do século passado) in: *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991 (3º e 4º), pp. 515-535. Em: <file:///C:/Users/Utilizador/Desktop/MEP%20UAb/DISSERTA%C3%87%C3%83O/163%20Lisboa%20b%20asti%C3%A3o%20do%20proteccionismo%20M%C2%AA%20F%C3%A1tima%20Bonif%C3%A1cio.pdf> [Cons. 2 Novembro 2016]

⁹² Cf. Ana Maria Cardoso de Matos – A indústria metalúrgica e metalomecânica em Lisboa e no Porto na segunda metade do século XIX, in: *Arqueologia & Indústria*, nº 1, Revista da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, ed. APAI e Ed. Colibri, Lisboa, Julho 1998, p. 83.

⁹³ CF. Ana Maria C. Matos, A indústria metalúrgica..., p. 84.

⁹⁴ *Idem*, p. 85.

continuava ainda a ser insuficiente e, grande parte, realizada em fábricas de pequena dimensão.”⁹⁵ Mesmo assim, em meados da segunda década do séc. XX a metalurgia nacional denotava um crescimento significativo: “havia em Portugal umas 600 fábricas metalúrgicas com um mínimo de dez operários cada, totalizando 9000 a 10 000 trabalhadores.”⁹⁶ Esta indústria dedicava-se à produção de artigos de uso doméstico e de equipamentos ligeiros para a lavoura⁹⁷.

António Hipólito, atento às necessidades colectivas e interpretando bem os sinais do seu tempo, fez parte deste surto metalúrgico. A primitiva oficina de latoeiro rapidamente passou à pequena fábrica metalomecânica que viria a marcar indelevelmente a vida económica torriense ao longo do século XX.

⁹⁵ Cf. Ana Maria Cardoso de Matos – A indústria metalúrgica..., p. 99.

⁹⁶ Cf. *Portugal – da Monarquia para a República...*, p. 140.

⁹⁷ *Idem...*, p.139.

CAP. II – A EMPRESA

A memória que temos de cultivar é aquela que tem um interesse para a vida do presente, como forma de projectar o futuro. Ao nível colectivo, o dever de memória, mais que a necessidade de preservar os vestígios do passado, deve ser encarado como a obrigação de tratar correctamente esses vestígios.

Luís Miguel Pereira – *A memória como espaço de experiência e horizonte de espera*⁹⁸

1. Periodização

Entramos agora na abordagem memorialística da empresa fundada por António Hipólito. Sobre o início é voz comum dizer que ela começou em 1900 - embora tal data não seja rigorosa, como adiante veremos; quanto ao seu fim, conhecemos o anúncio/edital publicado no *Diário da República* de 22 de Maio de 1999 que informa que “no despacho proferido [pela Juíza de Direito Laurinda Guerreiro Gemas] em 28 de Abril de 1999 foi decretada a falência da requerente acima referida.” [Casa Hipólito, S. A.]

O espaço de cerca de 100 anos é assaz dilatado para que o possamos englobar num único segmento de análise. Para facilidade de abordagem e organização dos dados considerámos útil uma proposta de periodização que divide o percurso da empresa em três fases, definidas numa progressão cronológica marcada pela sucessão geracional.

Assim, a **primeira fase, de 1902 a 1944**, corresponde à vida activa do fundador e tem como limite a passagem da empresa, até aí sociedade em nome individual – *A Industrial* de António Hipólito - a sociedade por quotas com a designação de *Casa Hipólito Ld.^a*

Inicia-se em 1902, quando António Hipólito se estabelece por sua conta em oficina própria, na R. Serpa Pinto, em Torres Vedras, fabricando artigos para iluminação a gás - gasómetros para acetileno – e passando aos produtos destinados à vitivinicultura como os pulverizadores, de que viria a tornar-se o principal produtor nacional, competindo vantajosamente com os produtos importados.

Em 1914 a oficina de António Hipólito já fabrica prensas para vinho dos sistemas *Mabile* e *Marmonier*.⁹⁹ Nos anúncios da imprensa local e regional surge a designação *A*

⁹⁸ In: No centenário do nascimento de Paul Ricoeur: a memória como espaço de experiência e horizonte de espera. Em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/dia/v27n2/v27n2a11.pdf> [Cons. 15 Janeiro 2017]

⁹⁹ São comuns, na publicidade promovida por António Hipólito na imprensa local, estas designações que apontam para produtos de origem francesa. No entanto, não encontramos registos de autorização de fabrico ou de compra de patentes, o que se deve, provavelmente, ao desaparecimento dos arquivos mais antigos da empresa.

Industrial com a especificação de “serralharia mecânica e civil, oficinas movidas a vapor”.

A *Industrial* de António Hipólito ganha projecção regional e nacional pela participação em Exposições industriais e Agrícolas: Caldas da Rainha (1921); Estoril (1929); Porto (1930); Ibero-Americana de Sevilha (1929/1930) onde é distinguida com diversas medalhas pela qualidade dos produtos apresentados. A designação *Casa Hipólito* começa a aparecer em anúncios na imprensa.

Em 1926 a fábrica tem 30 trabalhadores. Situada atrás da loja da R. Serpa Pinto, com múltiplas e complexas secções fabris, é ampliada para 2 500 m². Desenvolve-se o fabrico de material vitivinícola: para além dos pulverizadores e torpilhas *Aurita*, fabricam-se prensas, bombas de trasfega e esmagadores, torneiras de botão, enxofradores de mão e uma gama imensa de peças e acessórios. Fabricam-se igualmente caldeiras de destilação e alambiques.

A par da produção industrial, surge uma dinâmica área comercial com uma loja onde se vendem utilidades domésticas e produtos eléctricos como lâmpadas, fio, isoladores, candeeiros, lustres e suspensões e fogareiros a petróleo das marcas *Optimus*, *Vacuum* e *Juwell*.

No início dos anos 30 passa a usar-se a designação *Casa Hipólito* e adquire-se a representação exclusiva da marca alemã *Petromax*. António Hipólito recebe a Comenda da Ordem de Mérito Industrial.

Em 1933 inicia-se o fabrico dos famosos fogareiros *Hipólito*, competindo vantajosamente com os suecos que dominavam o mercado nacional, assim como as lanternas “de estábulo”. Em 1934 o número de trabalhadores é de 80.

No final dos anos 30 anuncia-se a venda de banheiras, esquentadores e caloríferos e nos anos 40 acrescentam-se a niquelagem de peças metálicas de automóvel, louças sanitárias e lanternas a petróleo para todos os sistemas.

Em 1943 o Comendador António Hipólito é acometido de doença incapacitante, passando a gestão para o genro, Vasco Parreira, e os filhos, de que se destaca o primogénito, António Hipólito Junior.

Em 1944 a firma, de nome individual, passa a sociedade por quotas: constitui-se legalmente a *Casa Hipólito Ld.^a*

A **segunda fase, de 1944 a 1980**, abarca os anos em que a empresa foi administrada pela geração que sucedeu ao fundador e que tem como figuras cimeiras o filho

primogénito, António Hipólito Junior, e o genro, Vasco Rodrigues Parreira. A data limite é a que corresponde ao agravamento dos graves problemas da empresa, expressos nos documentos da época, e ao progressivo afastamento por doença da figura cimeira desta fase, Vasco R. Parreira. António Hipólito Junior já havia falecido em 1973.

António Hipólito Junior, à frente da área industrial e Vasco Parreira, seu cunhado, responsável pela gestão comercial, erguem a empresa a patamares superiores de desenvolvimento. Conta, na altura, com cerca de 200 trabalhadores. Apesar das dificuldades da Segunda Grande Guerra – falta de matéria-prima e atrofiamento do comércio internacional – a empresa continua a crescer diversificando mercados. O pós-guerra favorece a expansão.

A *Casa Hipólito* comparece nas grandes exposições industriais, faz publicidade na imprensa regional e nacional e continua a aumentar a gama de produtos destinados à lavoura. Ao mesmo tempo cria uma nova área industrial: fabrico de material para uso e queima de gás em parceria com a empresa *Cidla*, primeiro, e depois também com a *Shell*. Em 1961 atinge os 500 trabalhadores; em 1962, os 720. Tal só foi possível com a construção, no final dos anos 50, do grande edifício junto à Igreja de Santiago, com quatro pisos, no qual se instalaram novas secções com a mais moderna maquinaria. Em meados dos anos 60 as instalações alargam-se com três pavilhões na Rua dos Cavaleiros da Espora Dourada e o número de trabalhadores chega aos 1044. É a época da grande encomenda do Governo cubano de um milhão de cabeças de fogareiro. De 1971 a 73 amplia-se o novo complexo industrial Hipólito no Bairro Arenes, já iniciado na década anterior

Em 1972 a sociedade por quotas passa a *S.A.R.L.* cujo Presidente do Conselho de Administração é Vasco Parreira. António Hipólito Junior, já debilitado, morre em 1973. É a época da montagem de grandes equipamentos em adegas de todo o país assim como o fabrico das lanternas *Petromax* e *Aida* em exclusivo para muitos países da Europa e da Ásia.

O 25 de Abril de 1974 faz estremecer a empresa que em 1977 assina com os trabalhadores um Protocolo que garante a estabilidade. Em 1979 atinge-se o máximo de 1 235 trabalhadores.

A **terceira fase, de 1980 a 1999**, é a do processo de decadência irreversível, marcado por sucessivos balanços deficitários e entrega da empresa ao controlo de gestão por um consórcio de credores representados por um administrador judicial.

As grandes alterações socioeconómicas dos anos 70 reflectem-se inevitavelmente na empresa. Aumento dos custos, inflacção elevada, estagnação das vendas, recurso a empréstimos bancários, obsolescência dos produtos fabricados – tudo isso acarretou desequilíbrios que o tempo foi agravando.

Em 1987 os credores – *Companhia Portuguesa do Cobre* e Bancos – ao abrigo do Decreto-Lei nº 177/86 - impuseram um plano de recuperação e o controlo da gestão. Contudo, o futuro da empresa é incerto: incapacidade de autofinanciamento, passivo elevado, incomportável serviço de dívida, negócios de iniciativa duvidosa, excesso de mão-de-obra, deficiente organização interna. Os salários deixam de ser pagos com regularidade.

A Comissão de Trabalhadores, entidade que ganhara protagonismo com as novas condições sociopolíticas resultantes do 25 de Abril de 1974, trava lutas intensas pela manutenção dos postos de trabalho e pagamento de salários. Contudo já não encontra interlocutores à altura da antiga Administração liderada por Vasco Parreira – falecido em 1991 depois de doença prolongada. Os novos administradores, nomeados pelos credores, estão muitas vezes ausentes e não sentem o pulsar da empresa.

O canto do cisne, no início dos anos 90, será a tentativa de condensação de serviços, o reequipamento informático e de algumas máquinas industriais e o lançamento de dois produtos - a bicicleta *Strida* e o carrinho de bebé. Esforço inútil.

O ano de 1999 assiste à declaração da falência e ao processo final de liquidação de danos pelos credores – dos quais faziam parte os 356 trabalhadores que ainda se mantinham no activo mas com ordenados em atraso.

O nosso enfoque incidirá em grande parte sobre o percurso da empresa na primeira e segunda fases, aquelas em que teve gerência e administração familiares, período *dos bons velhos tempos*, de acordo com o sentir dos mais antigos trabalhadores com quem falámos. Foi o tempo dos patrões que todos conheciam e com quem se cruzavam diariamente nas ruas da urbe torriense ou nas colectividades em que exerciam cargos directivos como o Sport Clube União Torreense, a Associação de Educação Física e Desportiva ou os Bombeiros Voluntários.

Na nossa abordagem teremos como pontos de referência os produtos fabricados, as instalações fabris e, como corolário natural, o elemento humano que a suporta. Propositadamente deixaremos de fora as questões relacionadas com a organização do trabalho, os aspectos tecnológicos dos produtos fabricados ou a análise sociológica das

relações de produção – aspectos sem dúvida importantes mas que extravasam os objectivos do presente trabalho.

O terceiro período da vida da empresa, sendo o mais curto é o mais complexo. No dizer de um antigo operário da *Casa Hipólito*, é a fase em que “deixa de haver um rosto no posto de comando e a empresa é gerida por administradores que nunca se vêem”¹⁰⁰. É um período que, cronologicamente, está muito perto de nós, vivenciado por muitos que dele foram protagonistas e que ainda por aqui estão, com perspectivas e leituras muito marcadas – traumáticas por vezes. Período a exigir cuidados redobrados na interpretação das fontes e na necessidade de evitar a contaminação de visões subjectivas e apaixonadas dos acontecimentos.

Sobre este período o Fundo da Casa Hipólito [FCH], em fase de inventariação, está longe de possibilitar uma consulta expedita e metódica. Se os dossiês estão organizados por sectores da empresa, não o estão quanto aos conteúdos de cada um, onde coexistem documentos de anos muito diferentes e sem ordenação lógica. Parece ter existido a preocupação de manter a ordem com que foram recolhidos mas a verdade é que ela resultou de uma actividade colectora marcada pela urgência dentro de espaços da empresa que já haviam sido vandalizados. Impõe-se, quanto a nós, a constituição de uma equipa que eleja como critério básico a ordenação cronológica dos documentos – ou outro que se considere arquivisticamente válido - de cada sector e reordene os dossiês de acordo com esse critério.

Dentro destas limitações, optámos por fazer uma abordagem sucinta a partir de três núcleos fundamentais de documentos: o processo judicial N° 1864/14.6 TBTVD, no âmbito do Decreto-Lei n° 177/86, de 2 de Julho, à guarda do Tribunal de Loures; o “Estudo de viabilização da Casa Hipólito, SARL”, feito pela empresa SOGE – AUDI Sociedade de Gestão e Auditoria; e um grupo seleccionado de documentos avulso do FCH.

Já na fase final da redacção deste trabalho, chegou-nos o contacto de um qualificado ex-trabalhador da *C. Hipólito* - Armando Firmo - que nos facultou um conjunto significativo de documentos do seu arquivo pessoal. Dentro das limitações do nosso já escasso tempo disponível, procurámos tirar partido das informações muito úteis que neles encontramos.

¹⁰⁰ Depoimento vídeo gravado do operário Reis Vieira.

Temos consciência das limitações deste trabalho, incursão pioneira em território mal conhecido de onde apenas havia notícias parcelares, dispersas e frequentemente veiculadas pelo preconceito. Eivada de alguma temeridade e de muito entusiasmo, esta caminhada exigiu vigor de estafeta que inicia o percurso. Bom será que venham outros e peguem no testemunho. Decerto chegarão mais além no conhecimento da que foi a mais importante unidade fabril do concelho de Torres Vedras no século XX.

2. Primeira fase - 1902 a 1944

Inicia-se em 1902, quando António Hipólito se estabelece por sua conta em oficina própria, na R. Serpa Pinto, em Torres Vedras e corresponde à vida activa do fundador. Tem como limite a passagem da empresa, até aí sociedade em nome individual – *A Industrial* de António Hipólito - a sociedade por quotas com a designação de *Casa Hipólito Lda*.

2.1. O início da empresa

Recordemos o anúncio publicado em 17 de Agosto de 1902 no semanário *Folha de Torres Vedras*¹⁰¹:

Nova officina de latoeiro / de / ANTONIO HYPOLITO / 43 – Rua Serpa Pinto – 43 / Participa ao publico que tendo saído da antiga officina Joaquim Franco, se estabeleceu por sua conta. / Encarrega-se de qualquer obra respeitante à sua arte, concertos de bombas, canalisações, construção por systema aperfeiçoado de gazometros de acetylene, etc., etc. / Tudo por preços muito limitados.

Como já havíamos referido no Capítulo I, esta é a primeira notícia conhecida sobre a actividade profissional de António Hipólito. Tinha ele, nesta data, 20 anos, feitos em Junho. O semanário *A Vinha de Torres Vedras*, em 21 de Agosto de 1902, publica um anúncio semelhante, com texto um pouco diferente:

LOJA NOVA DE LATOEIRO / R. Serpa Pinto, 43 – TORRES VEDRAS / António Hypolito, official da antiga casa de Joaquim Franco, encarrega-se do fabrico de gazometros para gaz actylene de diversos systemas, e bem assim da sua installação. / Concertam-se bombas para água. / Grandes descontos para revender em objectos de folha branca.

Estes anúncios, os primeiros publicados por António Hipólito, são significativos para se entender a nossa discordância quanto à data do início da empresa, indicada usualmente como sendo o ano de 1900, data que aparece referida pela primeira vez no título de um anúncio publicado no jornal *O Torriense* de 2 de Janeiro de 1921. Lá se diz: “A INDUSTRIAL / Serralharia mecânica e civil / Oficinas movidas a vapor / Casa fundada em 1900”. Por baixo, a gravura de uma prensa *Marmonier* e um texto descritivo dos produtos e serviços facultados pela firma de António Hipólito.

Basta ter em conta o texto dos primeiros anúncios de 1902, repetidos nos meses seguintes até meados de 1903, para se entender que a data de 1900 aparece 19 anos depois como um arredondamento cronológico de efeito publicitário mais eficaz. E essa é a data

¹⁰¹ O mesmo anúncio, reproduzido na Figura 4, será publicado semanalmente até 16 de Novembro de 1902.

que, doravante, será referida em todas as notícias e anúncios, resultado de uma hábil política publicitária que António Hipólito sempre imprimiu à sua actividade. Mas, na verdade, em 1900 António Hipólito tinha 18 anos e era ainda o jovem aprendiz na oficina de Joaquim Franco¹⁰².

Podemos interrogar-nos sobre a persistência, até aos nossos dias, da referência de 1900 como data da fundação da *Casa Hipólito*, ainda hoje visível na empena das antigas instalações fabris de Arenes - preservada como memória do lugar. Em nosso entender, António Hipólito considerou essa data como de fixação mais fácil para efeitos publicitários e como tal a divulgou nos seus anúncios. Nessa altura, década de 20, já a sua pequena oficina de latoeiro passara a *A Industrial* e preparava-se para aparecer em feiras e mostras industriais. Estava-se no início da grande ascensão, que levou a fama do empresário para fora do meio torriense e que viria a culminar com a sua elevação a Comendador da Ordem de Mérito Industrial em 1930. A data redonda de 1900, adoptada e divulgada por ele, passou a verdade insofismável e assim apareceu nos meios de comunicação nacionais que o procuravam – caso da revista *A Hora* que publicou reportagens em 1936, 1937 e 1959¹⁰³ – bem como a revista da *Associação Industrial Portuguesa*¹⁰⁴.

Note-se que os dois anúncios iniciais já contêm todos os elementos que vão caracterizar a publicidade que António Hipólito enviará para os jornais com uma regularidade e constância notáveis: concisão e rigor; descrições apelativas da actividade e dos produtos, tendo sempre em conta o interesse do comprador; referência aos serviços de reparação de equipamentos; indicação de preços favoráveis.

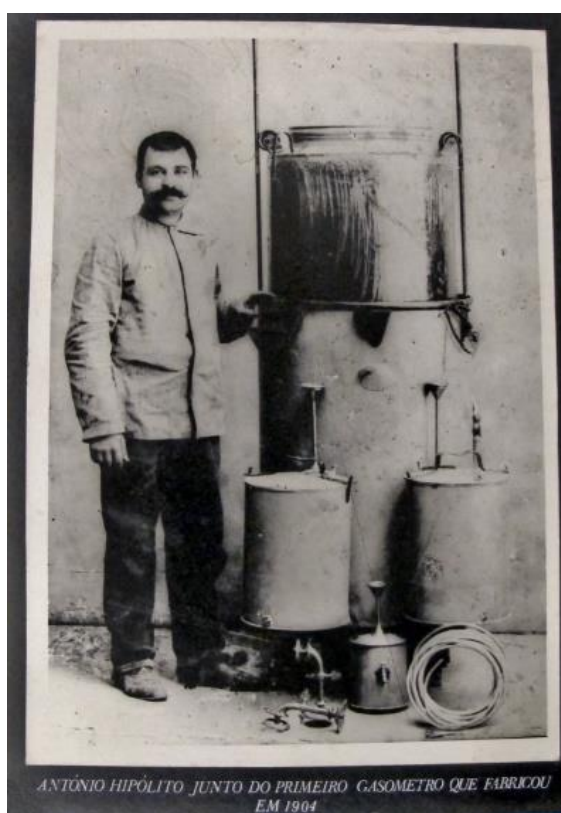
Para além das reparações e trabalhos de canalização, os anúncios referem explicitamente o fabrico de gasómetros de acetileno. Este é outro aspecto que vai caracterizar o trabalho futuro de António Hipólito: a preocupação em fabricar bens que tenham grande utilidade e que correspondam às novas necessidades da vida quotidiana. Os gasómetros de acetileno já eram muito conhecidos mas o seu fabrico exigia

¹⁰² Não encontramos referências a esta oficina. No *Anuário de Torres Vedras* de 1904, são referidas quatro latoarias existentes nesta vila: António Hipólito, José Luís Ramos, João Gomes Pereira e Constança da Boa-Hora Franco. Talvez esta última seja a de Joaquim Franco, agora na posse da viúva...

¹⁰³ *A Hora – jornal ilustrado*, de Lisboa, fundado em 1933 por Bandeira de Tóro, publicou uma página sobre a *C. Hipólito* em 1936 – que repetiu em 1937 – e um número especial em 1959. A página de 1936 foi depois usada sob o título “*Notícia histórica sobre a Casa Hipólito, Ltd^{sa}*” para ilustrar alguns catálogos publicados pela empresa no início dos anos 50 mas contém uma referência errónea que acabou por se repercutir nos textos escritos posteriormente sobre a empresa: «*Ano de 1900. Embora existisse a nossa casa, uma pequena oficina de latoaria com o capital de 48\$00...*». Nem a empresa existia nessa data nem o capital era o indicado já que o escudo só passou a moeda oficial em 1911.

¹⁰⁴ *Indústria Portuguesa*, 3º ano – Nº 27, Maio de 1930.

competências técnicas que os vulgares latoeiros não dominavam, habituados à rotina produtiva dos recipientes de folha branca – baldes, regadores, peças de cozinha, bilhas, funis, etc. Numa altura em que Torres Vedras ainda não conhecia a iluminação eléctrica – só viria a chegar à vila em 1912 – eram os velhos métodos de iluminação caseira que predominavam na vida diária: velas de estearina e candeias de azeite. Em comparação, os gasómetros eram mais eficientes e, por isso, começaram a ter maior procura, tanto mais quanto as questões da segurança já haviam sido resolvidas em parte. Hoje pouco se fala deles mas tiveram bastante importância no tempo anterior à generalização do chamado petróleo iluminante comercializado em Portugal pela *Vacuum Oil Company* nas primeiras quatro décadas do séc. XX¹⁰⁵.



A mais antiga fotografia que se conhece de António Hipólito mostra-o junto do primeiro gasómetro que fabricou - o produto de maior venda no início da sua actividade. Percebe-se com quanta satisfação terá contratado um fotógrafo para fixar este momento tão importante na sua actividade profissional.

Figura 11 – António Hipólito junto do primeiro gasómetro que fabricou, em 1904.

¹⁰⁵ Cf. *A História da energia, Portugal 1890-1980*, coordenação de Nuno Luís Madureira, Livros Horizonte, Lisboa, 2005. Ver cap. 6, A iluminação: para lá da electricidade, de Bruno Cordeiro, pp. 171 a 190. Como funcionavam os gasómetros? Havia-os de várias dimensões. Os mais práticos para uso doméstico tinham cerca de 25 cm de altura, além de uma pega em cima. Compunham-se de dois depósitos sobrepostos. No de baixo colocavam-se algumas pedras de carbureto (carbonato de cálcio) e no de cima deitava-se água. A passagem desta para o depósito de baixo era regulada por uma torneira/válvula. Ao contacto da água, o carbureto reagia e libertava um gás inflamável, o acetileno, que era canalizado para um bico exterior situado em uma meia-lua metálica que funcionava como reflector. Em contacto com uma chama, o gás inflamava-se produzindo um jacto luminoso cuja intensidade podia ser regulada com a torneira/válvula.

Os anúncios iniciais publicados nos jornais referidos, serão repetidos nos números seguintes, todas as semanas até Março de 1903. A partir de 7 de Maio de 1903 – repetindo-se depois pelo resto do ano, prolongando-se por 1904 - o anúncio inicial é aumentado com um texto no qual vamos encontrar outra característica da publicidade de António Hipólito: teor acentuadamente descritivo, com um registo textual próximo do que encontramos hoje nos *spots* publicitários:

LOJA NOVA DE LATOEIRO / R. Serpa Pinto, 43 – Torres Vedras / Antonio Hypolito, official da antiga casa de Joaquim Franco, encarrega-se do fabrico de gazometros para gaz acetylene de diversis systemas, e bem assim da sua installação. / Concertam-se bombas para agua. / Grandes descontos para revender em objectos de folha branca. / NOVIDADE! NOVIDADE! / Lampadas e candeeiros portateis para gaz / acetylene, novos modelos. / Fabricam-se de zinco ou metal, garantindo-se o seu bom funcionamento. / Luz para 6 horas! com pequeno consumo de carbureto! / Estes aparelhos dispensam canalisações, são absolutamente inexplosíveis, não havendo o menor perigo com o seu uso; e além d'isso dão uma luz brilhante e fixa, com grande economia. / Por isso são recommendaveis tanto para casas particulares, como para estabelecimentos que não possam fazer installações de gazometros. / Este estabelecimento tem já fornecido bastantes d'estas lampadas, todas com bons resultados.

Mais uma vez encontramos a referência explícita à modalidade de revenda, o que significa que A. Hipólito se assumiu desde o início como fornecedor de casas comerciais. Este é um dado importante. Os latoeiros da época – como todas as oficinas de características artesanais – fabricavam os seus produtos e vendiam-nos ali mesmo¹⁰⁶. Era a oficina-loja, tal como a conhecemos desde a época medieval, onde trabalhava o mestre e alguns aprendizes. A. Hipólito quer ir mais longe. Consegui-lo-á.

Há uma factura¹⁰⁷ passada em 1 de Abril de 1908 à Direcção do Grémio Artístico – que na altura tinha a sede nas traseiras da oficina de A. Hipólito – muito expressiva do modo de trabalhar do jovem latoeiro: a metade superior da folha é usada como espaço publicitário com a lista completa da já vasta gama dos seus produtos. Vale a pena lê-la pelo que nos informa acerca da rápida expansão da actividade e da variedade de ofertas, muito para além da vulgar latoaria:

Antonio Hypolito / com / Officina de funileiro / Instalações de gasómetros e seus pertences. Importação directa de carbureto de calcio / Candeeiros de diversos systemas para gaz acetylene, etc. / Pulverizadores Gobet e mais systemas. Borrachas e todas as peças pertencentes aos mesmos. / Encarrega-se de concertos em pulverizadores / Louça de arame: tachos, bacias e almofarizes. Frigideiras de cobre, chocolateiras e torneiras / Cobre e metal em chapa de diversas grossuras. Tubos de metal / Incumbe-se de qualquer installação para água ou trabalhos

¹⁰⁶ Cf. Teresa Soeiro, *A latoaria em Cabeceiras de Basto*, ed. Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, Maio 2015. Um cuidado e bem documentado estudo sobre o ofício de latoeiro desde a época medieval, com incidência nos últimos representantes deste ofício e na exposição temporária que esteve patente ao público no Museu das Terras de Basto, instalações de Arco de Baúlhe, no biénio 2013-2014.

¹⁰⁷ Arquivada nos “Reservados” do FCH.

de construção civil. / Chumbo para gaz e água. Zinco. Baldes, regadores, tinas e bidets. Bocaes. Candeias de ferro / Toma conta de quaesquer trabalhos em cobre para caldeiras de destilação / Compra e vende cobre e metal velho. – Grandes descontos em obra para revender. / 13 - Rua Serpa Pinto – 15

Nos anos seguintes e até 6 de Abril de 1911, no semanário *A Vinha de Torres Vedras*, vamos encontrando publicidade especializada com o título “Artigos para GAZ ACETYLENE”, ilustrada com a imagem de um gazómetro e acompanhada de informações sobre novos produtos:

Preços **baratos**. Carboreto de cálcio – Fornece-se em caixas de 50 kilos e tambores de 100 kilos, a preços sem competência. / Novidade: Bicos ingleses “Bray’s Cycle... Burners.” / Braços de movimento, braços simples e candieiros de diversos systemas. / Tubos de chumbo de diversas grossuras, tanto para gaz como para agua, pelos preços da tabella de fabrica. / Encarrega-se de quaesquer installações e trabalhos de construção civil. Faz preços incompetíveis. / **Gazómetros automáticos** / Novo systema de geradores contínuos, vedados por meios hydraulicos, que são os mais práticos. / Estes gazometros podem-se carregar com 50 kilos de carboreto, durando um mez sem qualquer interrupção, sendo affiançado o seu bom funcionamento. / Grande sortido de louça de arame / Vende cobre em chapa e latão, tubos de cobre e latão. / Fornece por atacado torneiras de todos os tamanhos e monas para toneis. / **Bombas** – Há sempre em deposito bombas “Religio”, prementes e de outros systemas. / Tubos de ferro, uniões, curvas, etc. / O systema da casa é vender barato. / **ANTÓNIO HYPOLITO** / LOJA DE FUNILEIRO – Rua Serpa Pinto / Torres Vedras

Tendo em conta os produtos que vende e os serviços que se dispõe a garantir, é forçoso concluir que A. Hipólito já não trabalhava sozinho. Estes anúncios permitem-nos inferir que, para além da loja de funileiro, haveria necessariamente um armazém, tal a diversidade e quantidade de produtos à venda. Naturalmente contratou aprendizes ou oficiais. Os textos publicitários, ou outros, dos anos mais recuados, nada informam sobre isso mas um documento de 1986 refere que nessa época tinha 4 trabalhadores¹⁰⁸.

Veja-se agora o que segue: em *A Vinha de Torres Vedras* de 17 de Março de 1904, o anúncio com o título *Loja nova de latoeiro*, acima transcrito, tem um acrescento com palavras a negrito, deste teor:

PULVERIZADORES SYSTEMA GOBET, / e todas as demais peças necessárias. Garante-se a sua solidez e perfeição. Também se fazem concertos de pulverizadores de todos os systemas, ficando a funcionarem bem. / Dá-se desconto aos revendedores¹⁰⁹.

Isto significa que António Hipólito terá iniciado nesta data o fabrico do que viria a ser o seu mais conhecido produto? Parece-nos prematura a conclusão pois nessa data a

¹⁰⁸ Cf. *Estudo da viabilização da Casa Hipólito – Agosto / 86*, pela empresa *Soge-Audi, Sociedade de Gestão e auditoria, Ld.ª*, p. 17, FCH. Desconhecemos em que fonte os redactores deste estudo se basearam para indicar este número.

¹⁰⁹ Este anúncio repetir-se-á semanalmente até, pelo menos, Janeiro de 1905.

oficina de latoaria não poderia ter os meios necessários para o fabrico de um equipamento de tal natureza – até porque ele abrira a sua oficina apenas dois anos antes. O mais antigo texto descritivo da evolução da oficina é uma página da revista *A Hora*, publicada em 1936 e repetida na edição de 1937,¹¹⁰ na qual se aponta o ano de 1905 como aquele em que “surge a primeira evolução dessa pequena oficina de latoaria, instalando-se nela algumas máquinas accionadas por intermédio das suas transmissões e estas movidas por sua vez por uma roda enorme de madeira movida por um homem.” No parágrafo seguinte acrescenta-se: “Inicia-se então o estudo da fabricação de pulverizadores, aparelhos tão raros e tão desconhecidos que dificilmente eram reparados quando deixavam de funcionar.”

Estas informações, que pelo teor e estilo do texto apontam mais para uma evocação memorialística de alguém ligado à fábrica do que para uma reportagem rigorosa, não se coadunam com os testemunhos deixados pelo próprio A. Hipólito à imprensa. Veja-se, na pequena reportagem/entrevista em *O Jornal de Torres Vedras* de 5 de Julho de 1929, a resposta de A. Hipólito à pergunta “*Como e quando começou a sua indústria?*”

Primeiro, há muitos anos, comecei a trabalhar como funileiro e mais tarde em 1910 comecei a dedicar-me então à mecânica. Montei uma pequena oficina, principiei por fabricar prensas e pulverizadores, e cheguei a ter também para mover algumas pequenas máquinas, um operário a movimentar a clássica roda a que chamaram o motor humano. Assim fui prosseguindo, o progresso acentuando-se sempre, até chegar ao meu razoável desenvolvimento de hoje.

Ao repórter da revista *Indústria Portuguesa*, a conversa com A. Hipólito suscitou esta narração:

Aos 13 anos veio para Torres Vedras. Na oficina em que trabalhava, o seu sonho era ter uma máquina. Em 1912 realizou o seu sonho. Tinha a primeira máquina. Iniciou a sua indústria que, volvidos dois anos, com a guerra, começou a desenvolver-se, favorecida pela natural falta de concorrência do estrangeiro. Soube aproveitar inteligentemente essa circunstância favorável, de forma tal que o fim da guerra e o consequente regresso do artigo estrangeiro encontrou já o pulverizador Hipólito, solidamente acreditado pela perfeição do fabrico, por aperfeiçoamentos constantes, já distinguido com medalhas de ouro de exposições¹¹¹.

Estes relatos parecem-nos mais consentâneos com a realidade. Não seria com os maquinismos descritos para o ano de 1905 pela revista *A Hora* que António Hipólito iniciaria o fabrico de pulverizadores. Mas então, como explicar o teor do anúncio de 17 de Março de 1904? Em nossa opinião, ele não permite concluir que A. Hipólito esteja já

¹¹⁰ Cf. *A Hora*, nº 43, Janeiro de 1937, Lisboa, p. 30.

¹¹¹ Cf. *Indústria portuguesa – revista da Associação Industrial Portuguesa*, 3º ano, nº 27, Maio de 1930, p. 45.

a fabricar pulverizadores mas sim que iniciou a actividade da sua reparação. É que, ao contrário do que dizia a revista *A Hora*, os pulverizadores não eram raros e desconhecidos. O jornal *O Imparcial*, editado em Torres Vedras em 1900 / 1901, publicava anúncios de grande formato, da firma *Arends, Galvão & C^a*, com imagens de equipamentos para a vinicultura, entre os quais vemos pulverizadores dos dois sistemas conhecidos, *Gobet* e *Vermorel*, de fabrico francês. O semanário *A Vinha de Torres Vedras*, fundado em 1894 por um grupo de proprietários vitivinicultores, publicava desde 1901 anúncios com equipamentos para o tratamento das vinhas e fabricação do vinho nas adegas: o “pulverizador Excelsior”, vendido na grande loja/armazém de Joaquim Pedro Marques – gerente do jornal – e também enxofradores *Gobet*, prensas *Marmonier*, esmagadores, etc.¹¹².

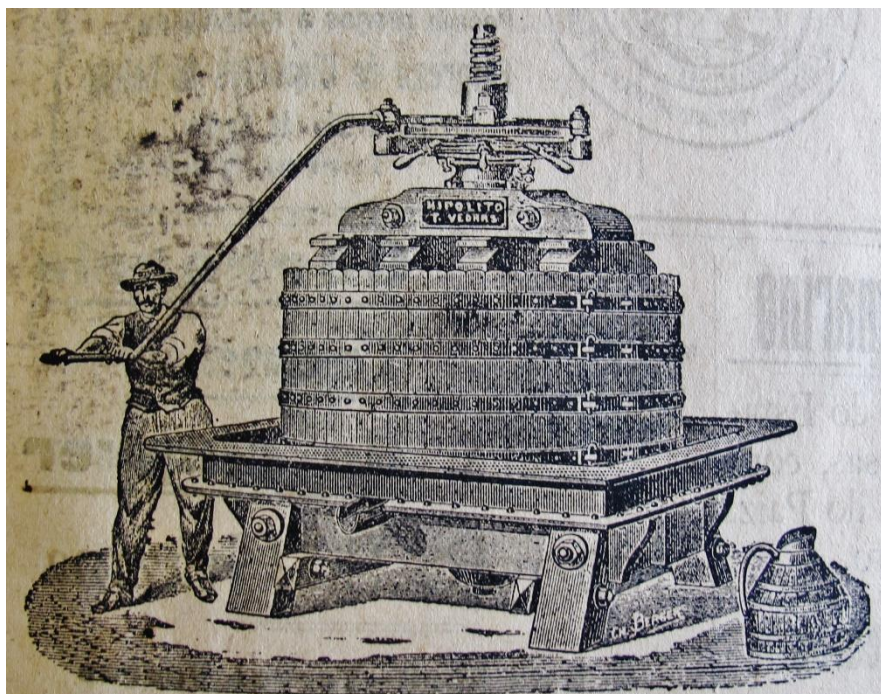


Figura 12 - Prensa Marmonier, uma das primeiras imagens publicitárias, anos 20.

António Hipólito publicou anúncios neste jornal desde o início da sua actividade. Muitos deles apareciam ao lado dos de Joaquim Pedro Marques e, anos mais tarde,

¹¹² Joaquim Pedro Marques foi pessoa influente e muito activa na vida torriense. Defensor dos interesses dos vitivinicultores torrienses, um dos fundadores e redactor de *A Vinha de Torres Vedras*, Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal em 1906, foi também um dos grandes comerciantes da época. Tal como informa o *Anuário de Torres Vedras de 1906* e os anúncios do jornal, no seu estabelecimento vendiam-se ferro, aço e ferragens, raspilhas para tanoeiros, cimento inglês e cimento nacional, geropiga, espingardas, mós francesas para moinhos ou azenhas... E máquinas agrícolas, importadas do estrangeiro, de que ele era representante. O jornal *A Vinha de Torres Vedras* de 5 de Setembro de 1912 publicou na primeira página um extenso necrológio alusivo ao falecimento de Joaquim Pedro Marques em 1 daquele mês.

quando começou o fabrico dos seus equipamentos – caso da prensa *Marmonier*, em 1914 - utilizou as zincogravuras com as mesmas imagens que antes publicitavam os artigos importados, mudando apenas a etiqueta do fabricante. Isto significa que António Hipólito está, desde a primeira hora, em sintonia com os produtores de vinho. Começou por fazer reparações ao material importado e depois, mercê de uma notável capacidade para reproduzir o que lhe vinha às mãos, passou ao seu fabrico. Vemos isso com os gasómetros que fabricou e publicitou insistentemente até à chegada da luz eléctrica em 1912. E depois, com o fabrico de pulverizadores quando o deflagrar da Primeira Grande Guerra tornou proibitiva a sua importação.

O incremento da indústria metalúrgica torriense, no início do século XX, está intimamente ligado às necessidades da vitivinicultura, o que sempre foi salientado pelos jornais e revistas que abordaram estas questões. A vinha era o grande território económico do concelho. Recuperada da grave crise provocada pela filoxera nos finais do século XIX, reerguera-se e retomara um lugar proeminente na produção vinhateira do país - apesar das constantes queixas dos proprietários, devidas às crises cíclicas de excesso de produção e abaixamento de preços. Naturalmente, a necessidade de responder às exigências técnicas de novos e mais rentáveis processos de vinificação abriu espaço aos empreendedores industriais como António Hipólito e, alguns anos depois, Francisco António da Silva. Estes souberam corresponder às necessidades locais e tiveram visão prospectiva para se lançarem no mercado nacional¹¹³.

Em *A Vinha de Torres Vedras* de 6 de Abril de 1911, para além dos já habituais anúncios ao gazómetro, encontramos uma curta local que revela uma modificação importante na oficina do jovem latoeiro:

Fundição de metal / O Sr. António Hipólito, industrial de funileiro e construtor de gazómetros para gaz acetylene, acaba de montar no seu estabelecimento uma fundição de metaes, encarregando-se de todos os trabalhos deste género, para o que tem pessoal habilitado.

No mesmo jornal, em 9 de Maio de 1912, repetindo-se em três números seguintes, António Hipólito anuncia: “Fundição de metal em Torres Vedras / Aceitam-se todos os trabalhos de fundição, concertam-se e fazem-se torneiras e todos os trabalhos de latoeiro.” No último destes anúncios substitui a palavra *latoeiro* por *torneiro*.

¹¹³ Sobre a ligação entre a vitivinicultura torriense e o incremento da indústria metalomecânica ligeira - e consequências a nível sociológico, ver: Nuno Andrade Santos – Casa Hipólito: Um contributo para a cultura industrialista torreense, in: *Badaladas*, 24 de Maio de 2002; e Casa Hipólito e Industrialismo, in: *Badaladas*, 25 de Março de 2016.

A já citada revista *A Hora*, reportando-se a 1910, ignora esta inovação mas, por outro lado, refere a introdução de um motor *Stover* de 4 H.P. e um aumento das instalações. No mesmo texto informa que em 1914 aquele motor foi substituído por outro com o dobro da força motriz, após o que “segue-se a sua substituição por motor a gás pobre de 12 H.P. e êste por um motor Earmstadt de 20 H. P.”

Não há dúvida de que A. Hipólito consolidava a sua presença no escasso panorama industrial torriense. Por exemplo, *A Vinha de Torres Vedras*, de 18 de Julho de 1912, ao noticiar deliberações da Câmara Municipal, escreve: “Foi lida uma conta de António Hypólito na importância de 8\$000, de um concerto d’uma bomba. Foi mandado pagar.” Em 15 de Agosto desse ano aquele jornal referia outra deliberação camarária: “[*requerimento*] de António Hypólito d’esta villa pedindo licença para armar um andaime na rua Serpa Pinto. Concedido.”

2.2. Instalações fabris

Como vimos, António Hipólito abriu a sua oficina de latoeiro na Rua Serpa Pinto, nº 43, na então vila de Torres Vedras. Nesta rua se manteria até ao fim da vida activa, em 1943. Os filhos e genro, seus continuadores, lá continuaram por mais cerca de 20 anos. Para se entender como foi possível a expansão da pequena oficina com frente para a rua temos de ter em conta que o estabelecimento era uma pequena parcela do quarteirão delimitado pela rua Serpa Pinto, Rua José Eduardo César, Travessa de Santiago, Praça Machado Santos, Rua Aleixo Ferreira e Largo do Terreirinho. Como era usual, todas as

frentes de casa tinham nas traseiras um logradouro com pequeno quintal e, geralmente, um poço.

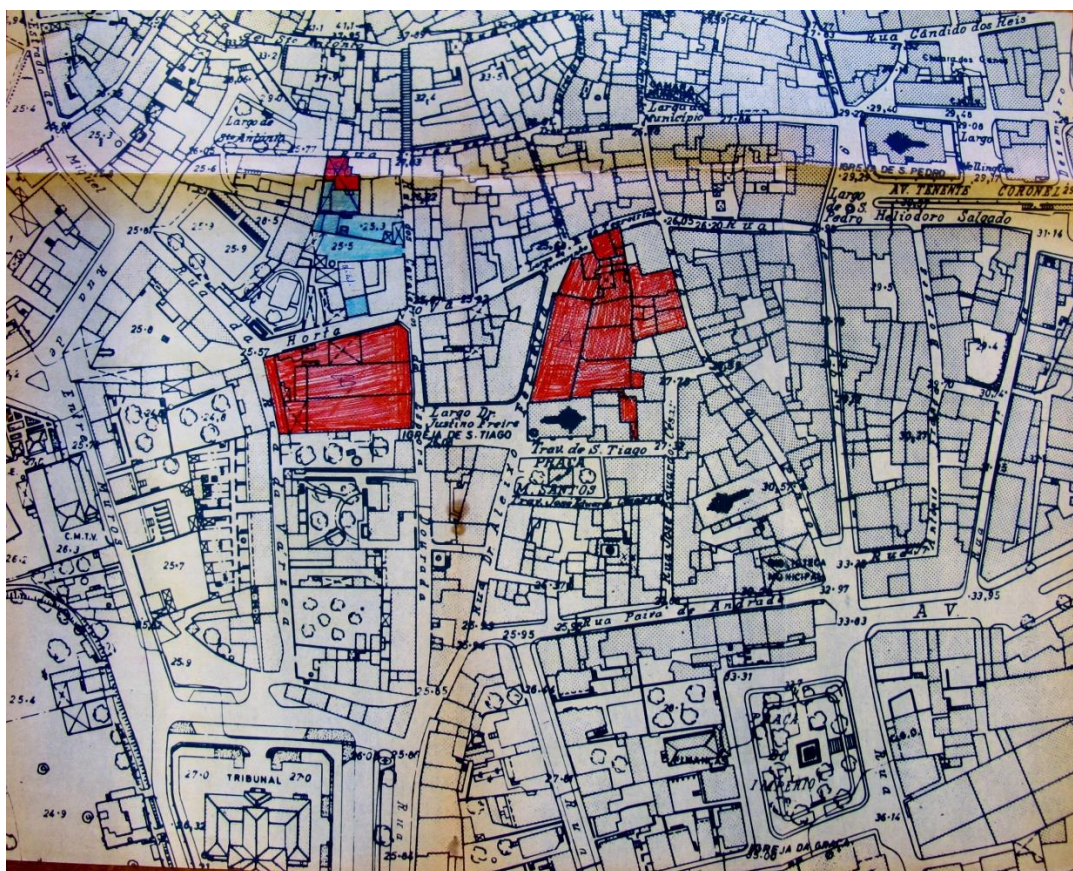


Figura 13 - A escuro, as instalações da C. Hipólito, no Centro Histórico.

A pequena loja de António Hipólito fazia parte deste reticulado urbano e, presumimos, foi tomada de aluguer. Não sabemos se houve contrato inicial, em 1902, mas chegou até nós um contrato de arrendamento feito em 5 de Setembro de 1912¹¹⁴ que revela uma mudança de instalações. A proprietária era Dona Carolina Maria de Bastos, viúva, que alugou a António Hipólito, industrial, o seu prédio urbano na Rua Serpa Pinto, nºs 55 e 57, “o qual consta de lojas, primeiro e segundo andar, quintal com poço”. Nas condições do contrato, o arrendatário fica responsável pela manutenção das lojas e quintal. Na loja com porta para a rua, pode exercer comércio com algumas restrições de ramo mas nela não pode instalar qualquer oficina, a não ser com autorização da proprietária. Mas acrescenta-se: “Nas lojas interiores, as que têm portas para o quintal, poderá o arrendatário instalar a sua oficina de latoeiro de folha branca, cobre e outros

¹¹⁴ Contrato feito no Cartório do Escrivão Notário Teodoro da Cunha, em Torres Vedras, no *Livro d'atos e contratos entre vivos*, cópia do FCH.

metais.” A parte final é elucidativa: a proprietária não assina por não saber escrever e quem o faz, a rogo, é Jaime Lafaia de Castro, de uma família muito conhecida; e uma das duas testemunhas é Vítor Cesário da Fonseca, homem influente no meio torriense que marcou a vida social e económica da vila durante muitos anos.

Vemos assim que, dez anos depois de se ter estabelecido, António Hipólito mudou para um prédio um pouco mais abaixo na mesma rua, porventura mais amplo, no qual passou a dispor de espaço comercial virado à rua, e oficinas nas lojas traseiras. Podia, ainda, usar os dois pisos superiores para habitação ou escritórios. As novas instalações respondem, com certeza, à expansão produtiva de A. Hipólito, de que a fundição de metais já referida, bem como a introdução de máquinas a vapor, relatadas no texto da revista *A Hora*, são a marca mais expressiva.

E agora, sim, depois da fase inicial de fabrico de gasómetros de acetileno com seus acessórios, bem como de peças miúdas para as adegas, amplamente enumeradas nos anúncios dos primeiros anos, António Hipólito vai ter condições para iniciar o fabrico do seu primeiro produto de referência, o pulverizador, como adiante veremos.

O modesto latoeiro que se estabelecera em 1902, já era conhecido como industrial, com fábrica e operários por sua conta.

Vem a propósito referir um requerimento do António Hipólito apresentado à Comissão Municipal que o jornal *A Vinha de Torres Vedras*, de 7 de Agosto de 1913 transcreve:

De António Hypólito, d’esta villa, pedindo que lhe seja permitido encerrar aos domingos a sua officina para descanso semanal dos seus operários, conservando aberto o seu estabelecimento e fechando este às segundas-feiras, trabalhando os operários n’estes dias. Ficou de se estudar este assunto.

A questão dos dias de descanso semanal já era antiga em Torres Vedras. O mesmo jornal, em 30 de Julho de 1896, dera conta de um movimento gerado no comércio de Lisboa com a finalidade de introduzir uma dia de descanso semanal para os empregados e apoiara a reivindicação local de fechar os estabelecimentos comerciais aos Domingos a partir das 16 horas. Pequeníssima exigência aos olhos actuais, constituiu um passo enorme numa época em que o horário de trabalho era marcado pela marcha do sol. Quando o governo de João Franco publicou o Decreto-Lei¹¹⁵ que tornou obrigatório o

¹¹⁵ O Decreto-Lei de 3 de Agosto de 1907 foi um avanço significativo no que respeita aos direitos do trabalho, embora o dia de descanso semanal, de preferência ao Domingo, que por ele foi instituído, abarcasse apenas os trabalhadores do comércio e da indústria. Cf.: *Feridos em Portugal – Tempos de*

descanso semanal de um dia para todo o país, em Torres Vedras esse dia passou a ser a Segunda-Feira,¹¹⁶ dado que o Decreto previa a possibilidade de escolha do dia da semana. O requerimento de António Hipólito em Agosto de 1913 permite-nos confirmar o que temos vindo a expor sobre a evolução da sua actividade industrial. A saber: as suas instalações tinham duas partes complementares mas distintas: a parte fabril – “officina” – com operários a quem ele pretende dar descanso ao Domingo; e a loja – “estabelecimento” – que estará aberta ao Domingo mas fechará no dia seguinte. Não sabemos qual a resposta da Câmara Municipal mas é de crer que tenha ido ao encontro da pretensão.



Figura 14 - Fábrica A Industrial, anos 30

memória e sociabilidade, de Luís Andrade e Luís Reis Torgal, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012. [Parcialmente em linha]

<https://books.google.pt/books?id=pze5CwAAQBAJ&pg=PA58&lpg=PA58&dq=quando+come%C3%A7ou+o+descanso+semanal+em+portugal?&source=bl&ots=6GWd10OufK&sig=o8qoi1vk1A1o2LPe6jfdn4Ed4WU&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjJofqThLDMahWkuBQKHROhA-YQ6AEITjAJ#v=onepage&q=quando%20come%C3%A7ou%20o%20descanso%20semanal%20em%20portugal%3F&f=false> [Cons. 26 Abril 2016]

¹¹⁶ Cf.: António Augusto Sales, *Os Guardadores do Tempo...*, p.35. Contudo o problema do descanso semanal arrastou-se por muitos anos. Veja-se, por exemplo, a *Gazeta de Torres* de 20 /01/1929 em que a primeira página é totalmente ocupada por um grande artigo intitulado «Um único dia de descanso para toda a classe e para toda a parte», o qual teve réplicas ao longo desse ano.

2.3. Concorrência e nova designação *A Industrial*

Em 1914 surge uma novidade em Torres Vedras: um latoeiro, que tomara de trespasse a *Latoaria Moderna* em que fizera a aprendizagem profissional, anuncia no semanário *A Voz de Torres*, de 9 de Agosto daquele ano, os produtos da sua “*Oficina de Caldeireiro e Funileiro*”. Trata-se de Francisco António da Silva, cujo nome encima o anúncio, e que virá a constituir ao longo dos anos futuros, o mais sério concorrente de António Hipólito. O texto publicitário denota que F.A.S.¹¹⁷ aprendeu com o concorrente a usar as páginas do jornal para descrever a sua actividade:

FRANCISCO ANTONIO DA SILVA / com / Oficina de Caldeireiro e Funileiro / Fazem-se gazometros simples e automaticos, modelo aperfeiçoado, encarregando-se da sua instalação. – Encarrega-se de iluminações de arraiais por acetilene, para o que dispõe de grande quantidade de material. – Grande quantidade de obra de folha branca, de boa qualidade, que vende a preços muito resumidos e sem competencia. – Fabrica lanternas para carruagens, e encarrega-se de quaesquer trabalhos de casquinheiro, e de todos que dizem respeito à arte de latoeiro. – Encarrega-se de quaesquer concertos em caldeiras de destilação e bombas de poços e adegas. – Toma a responsabilidade da boa e solida execução de todos os trabalhos, garantindo a modicidade dos preços. 20 a 24, R. Miguel Bombarda, TORRES VEDRAS.

A transcrição integral do anúncio justifica-se porque ele expressa bem o início de uma competição industrial que marcará a vila de Torres Vedras. O novo latoeiro funda a sua empresa e seguirá um caminho de certo modo paralelo ao de António Hipólito. Não atingirá a envergadura deste, tanto na dimensão da empresa como na variedade de produtos fabricados, mas conquistará uma parcela significativa do mercado vitivinícola português mercê da qualidade da sua produção. Distinguir-se-á sobretudo na área das caldeiras de destilação para vinhos e bagaços. Curiosamente a sua empresa virá a instalar-se numa rua paralela à Serpa Pinto de A. Hipólito - a Rua 9 de Abril. Um e outro terão necessidade de alargar as instalações e, para isso, irão adquirir prédios urbanos para demolir e erguer em seu lugar novas e modernas construções fabris e comerciais, tudo muito próximo, dentro do que é hoje o Centro Histórico¹¹⁸. Só em meados do século –

¹¹⁷ A sigla FAS será a marca comercial da empresa de Francisco António da Silva a partir de 1950 com o nome de *Sociedade Metalúrgica F.A.S., Ld.^a*. Por escritura de 14 de Janeiro de 1957 – publicada no *Badaladas* de 1 de Fevereiro de 1957 – passará a designar-se *Francisco António da Silva & Filhos, Ld.^a*. Sobre Francisco António da Silva ver: *Gazeta de Torres* de 14 de Abril de 1929, com foto do industrial. Ver também semanário *Badaladas*, 16 de Janeiro e 6 de Fevereiro de 2016, na rubrica *Patrimónios da Associação para a Defesa e a Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras*, dois artigos intitulados *Francisco António da Silva, um industrial empreendedor*, de Isabel Goucha e Luísa Goucha.

¹¹⁸ Sobre este processo de implantação comercial e industrial em zona urbana, ver: Teresa Barata Salgueiro, *Torres Vedras, a vila na região*, tese de licenciatura na Faculdade de Letras de Lisboa, 1970, ed. copiografada, disponível na Biblioteca Municipal de Torres Vedras, Fundo Local. A autora, que escreveu a sua tese no final dos anos 60, quando as firmas estavam ainda em plena laboração, evidencia que, tanto

anos 50 e 60 – construirão instalações fabris na periferia de Torres Vedras, mantendo, contudo, os estabelecimentos comerciais e escritórios no centro da cidade.

António Hipólito responderá ao anúncio de F. António da Silva com outro anúncio, também publicado em *A Voz de Torres*, duas semanas depois – em 30 de Agosto de 1914:

OFICINA MECÂNICA MOVIDA A VAPOR / EM TORRES VEDRAS / ANTÓNIO HIPÓLITO / RUA SERPA PINTO, 50 A 60 / Esta casa é a única na província que fabrica prensas para vinho systema Mabile e Marnumer.[sic]¹¹⁹. Os fusos são feitos em aço becenver com rosca trapezoidal, as peças são todas em aço fundido. Sendo duma resistência sem igual. Esta oficina é a única que fabrica e concerta todas as prensas inutilizadas, executa todos os trabalhos de torno mechanico, eixos, veios, tambores, machinas, etc, e fundição de metaes, montagens de moinhos para tirar agua, tornas, etc. Não comprem prensas sem consultarem os meus preços, bastante limitados. Vende barato para vender muito, faz-se grandes descontos aos revendedores. Sindicatos Agricolas etc.

Francisco António da Silva não voltará a repetir o anúncio, ao passo que António Hipólito repetirá o seu em números posteriores do jornal. Aliás, a persistência e regularidade publicitárias são uma constante da sua actividade. Além disso, vai diversificando a oferta de serviços e produtos – veja-se o pequeno anúncio inserto no mesmo jornal em 3 de Janeiro de 1915:

BOMBAS para trasfega de vinho (tipo Noel). Vendem-se completas com chupador em borracha com 2,50,5 [sic] metros de mangueira, uniões, curva, aspirador e chupeta de cobre, etc. Os cilindros como os órgãos de fricção são em bronze fundido. Não tem compelidora [sic; será “competidora”] para trasfega de líquidos grossos, mostos, etc. / Fazer pedidos à oficina mecânica de ANTONIO HIPOLITO. Torres Vedras.

Os dados que temos vindo a referir mostram como a empresa de A. Hipólito foi evoluindo ao longo da segunda década da sua existência, apesar das enormes dificuldades decorrentes da Primeira Grande Guerra que, tal como no resto do país, teve repercussões significativas em Torres Vedras¹²⁰.

na empresa de A. Hipólito como na de F.A. da Silva, se observa o denominado, em Geografia Humana, fenómeno das *Back Street*: a implantação espacial da empresa tem duas faces, uma voltada para a rua de circulação nobre, com a loja e os escritórios; a outra que dá para a rua das traseiras, por onde circulam as mercadorias e os operários.

¹¹⁹ Este erro ortográfico será posteriormente corrigido nos anúncios subsequentes: «[...] Mabile e Marmonier»

¹²⁰ Sobre as dificuldades vividas pelos torrienses neste período, nomeadamente a questão das subsistências, ver o estudo publicado no blogue *Vedrografias*, pelo investigador de História Local Venerando de Matos, <http://vedrografias2.blogspot.pt/search?q=abastecimento+de+%C3%A1+gua> [Cons. 4 Julho 2016]. Este texto, *A questão das subsistências em Torres Vedras (1916-1918)*, foi apresentado no IX Encontro de História Local Turres Veteras, em 2006, e publicado nas respectivas Actas em 2007, ed. Colibri, Câmara Municipal de Torres Vedras e Instituto Alexandre Herculano, pp.187-214.

De notar que a concorrência na área das alfaias agrícolas passou a ser uma constante, como pudemos verificar na análise aos jornais da época. Assim, por exemplo, além da antiga empresa de Joaquim Pedro Marques, de que falámos atrás, surgiu em 1912 um depósito / sucursal da *Empresa Industrial Portuguesa de Lisboa* na Rua Dias Neiva, em Torres Vedras, que possibilitava aos agricultores da região, “pelos preços de Lisboa”, um conjunto variado de alfaias agrícolas. Para além das charruas e relhas, anunciava equipamentos para adega como bombas de trasfega, prensas, fuzos, escolhedores, descaroladores, etc.¹²¹.

O aparecimento de mais empresas na área dos equipamentos mecânicos para a lavoura explica-se, entre outros factores, por uma medida legislativa que previa a dotação de subvenções estatais à cultura mecânica. Com efeito, o Decreto nº 6893 de 6 de Setembro de 1920 “vem auxiliar grandemente a produção, pois que adiantando 50% para aquisição de material de cultura mecânica, sendo 25% reembolsáveis, e isentando estes de direitos alfandegários, vem baratear grandemente o cultivo da terra, provocando, como é de esperar, uma generalização rápida da motocultura”¹²².

Um outro concorrente surge no jornal *Ecos de Torres*, de 15 de Agosto de 1920: trata-se de “A METALURGICA TORREENSE / Serralheria mecanica e civil. Fundação de metais / de / Oliveira & Gomes, Lda ”, situada na Rua Mousinho de Albuquerque. O anúncio inclui a imagem de uma prensa *Marmonier* e textos descritivos que fazem lembrar os de A. Hipólito. Este anúncio aparecerá em mais alguns números do mesmo jornal. Contudo, em marcação cerrada, A. Hipólito estará presente nesse mesmo jornal e em muitos números seguidos – apenas com algumas intermitências – com dois espaços publicitários na página de anúncios que aparecem quase lado a lado. No mais pequeno, sob o título “Prensas para vinho”, segue-se a informação: “Vendem-se na Industrial. Esta casa dedica-se a todos os trabalhos pertencentes à mecanica e serralheria civil.” Depois de lembrar “que há sempre em deposito torneiras, valvulas, bombas, pulverizadores, etc. / Artigos para vinicultura”, remata com o nome e a localização. Já o anúncio maior traz em título de caixa alta «ANTONIO HIPOLITO / TORRES VEDRAS» e especifica:

Bombas para trasfego de vinhos, para entrega imediata. / Bombas marca COLUMBIA de efeito duplo montadas em carro e com cilindro em ferro e outras em bronze, para mangueiras 45m sua tiragem à hora 10.000 litros. / Bombas com volantes montadas em carros (sistema Henriques Irmãos) construídas em bronze. / Há grande sortido de mangueiras de borracha aramada, lisa, de lona impermeada, de borracha e lona simples. / Chupadores de todos os

¹²¹ Cf. *Folha de Torres Vedras*, 17 de Novembro de 1912.

¹²² Cf. *Ecos de Torres*, 31 de Outubro de 1920.

tamanhos e para todas as bombas. / Tudo para entrega imediata. Fazer pedidos à / INDUSTRIAL – Torres Vedras.

A novidade é a montagem das bombas em carros, o que facilitava o seu manuseio e deslocação nas adegas. Na prática tratava-se de uma adaptação do carro de mão - mas em ferro para garantir solidez – em que a bomba se apoiava numa estrutura simples que tinha de um lado duas pegas e do outro, duas rodas.

Registe-se também que, pela primeira vez, encontramos a designação da empresa de António Hipólito como *A Industrial*, que se manterá até aos fins da década de 20. A partir daí, será progressivamente substituída pela designação *Casa Hipólito*, alternando uma e outra nos anúncios, por vezes até no mesmo jornal¹²³.

2.4. O Pulverizador



Figura 15 - Pulverizador Hipólito

O *stock* de produtos Hipólito, na 2ª e 3ª décadas de actividade, era muito variado: prensas para esmagamento das uvas na adega; bombas de trasfega de líquidos; grande quantidade de peças soltas para estes equipamentos; e pulverizadores - enquanto os primeiros se destinavam à parte final da produção vinícola, os pulverizadores eram necessários à fase inicial, anterior à colheita/vindima. Além disso, a firma ocupava-se de trabalhos de serralharia civil e de equipamentos como os moinhos eólicos de tirar água dos poços, montados em grandes estruturas metálicas, muito

comuns no início do século.

Já atrás se disse que os pulverizadores eram bem conhecidos no concelho torriense e no resto do país. A luta pela erradicação da filoxera, e mais tarde do míldio, passara, naturalmente, pela sua utilização. Contudo, como artigo importado, a sua aquisição e manutenção eram onerosas. António Hipólito começou por se dedicar ao serviço de reparações mas, quando teve condições para isso, lançou-se na sua produção.

¹²³ Por exemplo, em a *Gazeta de Torres* de 3 de Agosto de 1930 aparece *A Industrial*; nesse jornal, em 28 de Setembro de 1930, indica-se *Casa Hipólito*. Em outro anúncio neste mesmo número, vemos a designação *Casa Hipólito* e a gravura de um esmagador com a indicação de marca “A INDUSTRIAL/TORRES VEDRAS”. A designação *Casa Hipólito* só foi oficializada na escritura celebrada em 12 de Maio de 1944, em que a firma passou a Sociedade por Quotas Ld.^a

Numa breve panorâmica contextualizadora, recordemos que os pulverizadores de dorso apareceram em França nos finais do século XIX. São referidos como seus inventores Denis Gobet, em 1887, e Victor Vermorel na mesma altura. Foram uma das várias possibilidades de resposta ao grave problema da filoxera e outras pragas que infestavam as vinhas francesas. Com estes aparelhos práticos era possível um rancho de homens tratar rapidamente uma vinha afectada. A sua fama passou fronteiras e, naturalmente, Portugal começou a importá-los no início do século XX¹²⁴.

O eclodir da Primeira Grande Guerra, em 1914, fez escassear os pulverizadores franceses. E quando em 1915 os alemães infestaram as trincheiras francesas com gases mortíferos, o Governo francês teve de providenciar a entrega de 200 000 pulverizadores para as tarefas de desinfestação¹²⁵. A falta destes aparelhos no nosso mercado nacional abriu portas à inventiva de António Hipólito. Já habituado ao seu manuseio em trabalhos de reparação, ele passa ao fabrico. Não sabemos se houve diligências no sentido de obter autorizações de fabrico pois não encontramos fontes disponíveis que nos dessem respostas. Supomos que já nessa época, tal como hoje, era usual a contrafacção dissimulada através de pequenas alterações e adaptações dos originais. António Hipólito “soube aproveitar inteligentemente essa circunstância favorável [falta de concorrência do estrangeiro] de forma tal que o fim da guerra e o consequente regresso do artigo estrangeiro encontrou já o pulverizador Hipólito solidamente acreditado pela perfeição do fabrico, por aperfeiçoamentos constantes”¹²⁶.

¹²⁴ Numa breve pesquisa na web encontramos referências diversas aos pulverizadores Gobet e Vermorel, quer no que respeita à sua invenção quer aos muitos exemplares antigos que circulam no comércio *on line*. Estes aparelhos eram constituídos por um depósito moldado à forma do corpo humano de modo a poderem ser usados como mochila suspensa por duas tiras de couro que se apoiavam nos ombros e ligavam à parte posterior do aparelho. As dimensões médias eram de 40cm de altura, 18 de largura e 19 de espessura. O sulfato (água com sais de cobre) era introduzido no depósito e depois aspergido através de um tubo a partir de uma alavanca que accionava um pistom no interior do depósito de modo a criar uma determinada força de pressão.

¹²⁵ Cf. Patrice Delhomme in « 14-18 » N° 38, d’août , septembre , octobre 2007 page 44: " ... Pour désinfecter le terrain , on utilisait des solutions neutralisantes diffusées à l’aide du pulvérisateur « *Eclair VERMOREL* » , un appareil dont se servaient les vigneronns .

De mai 1915 à novembre 1918, l’armée reçut 200 000 appareils VERMOREL. Avec l’extension de l’emploi de l’obus à gaz à partir de 1916, il fut indispensable d’aménager les abris pour empêcher les gaz d’y pénétrer . Le plus souvent on se bornait à suspendre à l’entrée des toiles imprégnées d’une solution d’hyposulfite à 1 mètre 50 d’intervalle pour former un sas . Pendant l’attaque , on régénérât l’imprégnation neutralisante par des pulvérisations avec un appareil VERMOREL ...".

Citado em http://pages14-18.mesdiscussions.net/pages1418/Forum-Pages-d-Histoire-service-sante-1914-1918/desinfection-champ-bataille-sujet_729_1.htm . [Cons. 12 Janeiro 2016].

¹²⁶ Cf. *Indústria Portuguesa – Revista da Associação Industrial Portuguesa*, 3º ano, nº 27, Maio 1930, p. 44.

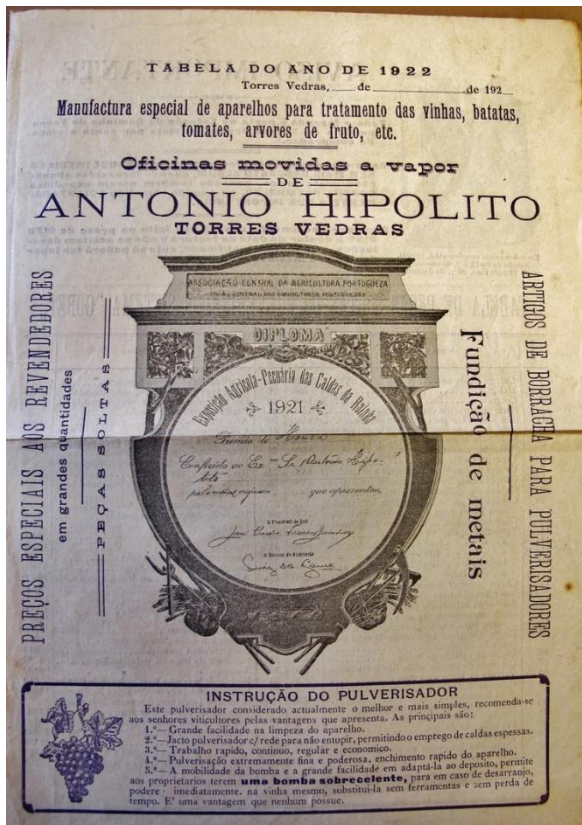


Figura 16 - Folheto publicitário de 1922

No início da terceira década da sua actividade António Hipólito publicou um folheto de quatro páginas, *Tabela do ano de 1922*, que especificava em subtítulo: “Manufactura especial de aparelhos para tratamento das vinhas, batatas, tomates, árvores de fruto, etc”. Em destaque: “Officinas movidas a vapor / de / Antonio Hipolito / Torres Vedras”. Constitui um repositório de informação acerca de um dos seus principais produtos, o pulverizador, fabricado pelos dois sistema conhecidos, o *Gobet* e o *Vermorel*.

Esta peça publicitária ainda hoje impressiona pelo rigor informativo, equilíbrio gráfico e eficácia da mensagem. Imagens e texto completam-se harmoniosamente. A primeira página é dominada pela reprodução do diploma com o «Prémio de Honra» atribuído a António Hipólito na Exposição Agrícola-Pecuária das Caldas da Rainha em 1921 “pelo material originais [sic] que apresentou.”

Para além das habituais indicações “preços especiais aos revendedores em grandes quantidades” e “fundição de metais”, acrescenta “peças soltas”, “artigos de borracha para pulverizadores”, “Aviso importante – Depois do último tratamento é útil lavar o piston do interior da bomba para evitar a adherencia na esfera de cautchouc” e “Todos os pulverizadores nesta casa são afiançados”. O corpo do folheto faculta “Instruções do pulverizador” e apresenta outro “Aviso importante” sobre questões práticas da comercialização. Entre elas, o prazo de oito dias para qualquer reclamação e a exigência de motivo justificado para as devoluções. E dá indicações importantes sobre a circulação dos produtos:

Toda a fazenda é posta na Estação do Caminho de Ferro ou Cais de Torres Vedras, e viaja por conta e risco do comprador.» Além disso adverte que «As vendas são sempre efectuadas contra SAQUE IMEDIATO SEM MAIS DESCONTO ALGUM, quando fornecidas abonações nesta

praça, podendo também serem expeditas CONTRA REEMBOLSO, ou quando remetida ADIANTADAMENTE A SUA IMPORTANCIA.

A maior parte do folheto é ocupada com a tabela de preços de peças soltas dos pulverizadores que são numeradas de modo a que o leitor veja a reprodução da imagem de cada uma na página seguinte e a ligue ao preço indicado. Já na última página, em jeito de complemento informativo, surge a imagem do engenho de enroscar de uma prensa com a legenda “Prensa Marmonier A N e Marmonier B B / Fusos com rosca trapesoidal reforçada em aço, garantidos”. Ao lado, em texto posto na vertical dentro de caixa: “Modificação e reparação em todo o sistema de Pulverizadores por preços razoaveis / Bombas para vinho e água / Prensas para vinho / Concertam-se peças para maquinas”.

Podemos imaginar a satisfação do industrial ao olhar para este folheto publicitário. Para além do cuidado de informação e variedade de propostas, ele revela mudanças significativas de âmbito geográfico, caso da participação – a primeira! – numa exposição fora de Torres Vedras. Mostra também que os seus produtos já haviam transposto as fronteiras concelhias e saíam para o exterior através do caminho-de-ferro, mediante condições de comercialização bem claras e compreensíveis face à exiguidade de seguros comerciais.

Mas A. Hipólito não parava. Dois anos depois, no jornal *A Nossa Terra* de 23 de Novembro de 1924, publica um anúncio algo insólito:

Aviso ao público / A INDUSTRIAL / Antonio Hipolito, comunica ao publico que montou nas suas novas instalações uma serra mecânica de fita, movida por motor electrico força 6 H.P., encarregando-se da serragem de diversas madeiras, quer sejam pinas, raios, taboado, toros, barrotame, lenha para fogões, trabalhos de marcenaria, etc. O preço é à hora, por quantia modica. / OFICINAS MECANICAS / (Movidas a electricidade) / TORRES VEDRAS

O insólito é a incursão do industrial numa área de actividade - serração de madeiras - estranha à habitual. Pelo que temos vindo a observar do seu trabalho, A. Hipólito gostava de inovar. Ao aumentar as instalações - o que corresponde ao alargamento a outras parcelas de terreno no quarteirão urbano onde se situava - logo procurou rentabilizá-las com novo serviço. E como em anúncios anteriores já entrara na construção civil com equipamentos de canalização, por exemplo, naturalmente encontrou no tratamento das madeiras uma nova oportunidade de negócio. Contudo, não voltamos a ver referências a este serviço em anúncios posteriores. O que vamos encontrar neste mesmo jornal, em 25 de Dezembro de 1924, é uma página inteira com 8 gravuras, réplica do folheto de 1922, com uma enorme quantidade de informação. É uma absoluta novidade publicitária na

imprensa local. Até aí nunca ninguém ocupara uma página inteira, com gravuras e legendas de tão grande densidade informativa. A razão parece-nos óbvia: o quinzenário *A Nossa Terra*, de Maio de 1924 a Dezembro do mesmo ano, publicara anúncios da oficina do latoeiro António Diogo Júnior, na *Rua de Traz do Açougue* com o desenho de um pulverizador em grande plano e a legenda «*Construtor António Diogo Júnior – Torres Vedras*», além de outras indicações comerciais que não terão agradado a A. Hipólito pois entravam ostensivamente no seu território. A resposta foi esmagadora e a verdade é que silenciou o concorrente – que só voltamos a encontrar bastante mais tarde num anúncio publicado no *Jornal de Sintra* de 13 de Junho de 1943, o que indicia que se manteve em actividade mas sem expressão significativa.

Sobre o fabrico de pulverizadores na terceira década da sua actividade fabril – anos 20 - António Hipólito deu-nos informações muito interessantes numa entrevista a *O Jornal de Torres Vedras*, de 5 de Julho de 1929:¹²⁷

Se ainda assim houvesse na nossa terra alguém que atentando no meu progresso, filho de muito esforço e da muita persistência, me incitasse, mas ajudando-me a conseguir um maior e necessário capital para a minha indústria; se uma empresa bancária ou comercial me desse novo alento com “aquilo com que se compram os melões... e os pulverizadores Hipólito”, então a minha fábrica seria maior, ainda mais digna do importante centro comercial de Torres Vedras. Assim tenho de continuar no mesmo passo de anão – mas anão que ainda sonha ser um dia gigante!

Perante a estranheza do jornalista que lhe observou “Em todo o caso o desenvolvimento da sua fábrica é grande, não é verdade?” A. Hipólito respondeu:

Sim, com o capital de que disponho fabrico o suficiente para os meus clientes da Metrópole e Ilhas, mas poderia ainda, como é meu desejo fabricar muito mais se disposesse de maior numerario. Quando comecei a fabricar pulverizadores, no primeiro ano fabriquei 200, e hoje fabrico normalmente 8 mil! Já vê que isto denota progresso. Mas o Paiz consome 20 mil e eu poderia muito bem fabricar esta quantidade, se pudesse empatar grandes capitais em cobre e todo o material necessário, indispensável à minha indústria.

De facto, a vida não terá sido fácil para A. Hipólito. As fontes da época são escassas quanto aos pormenores da evolução da empresa. Mais uma vez será a imprensa local que poderá suprir a falta. É o caso do jornal *Badaladas* de 15 de Junho de 1957 que ocupou toda a página 3 e parte da página 9 com um texto/entrevista assinado por F. Vieira

¹²⁷ Artigo de A.J. - *A nossa indústria – O Jornal de Torres Vedras ouve o activo industrial torreense sr. Antonio Hipolito.*

Jerónimo¹²⁸ intitulado “Alguns passos da vida de um grande industrial”. Foi ponto central deste trabalho uma conversa do repórter com Alberto dos Santos Torres e Rogério de Carvalho. O primeiro fora grande amigo e colaborador de António Hipólito, o segundo trabalhara como operário na *Casa Hipólito*. Resultou num texto evocativo, tanto mais oportuno quanto se estava prestes a assinalar o terceiro aniversário da morte do Comendador. Os dois entrevistados haviam assinado, anos antes e no mesmo jornal, pequenas locais elogiosas do grande industrial. Neste trabalho de Vieira Jerónimo eles recordam tempos passados com informações preciosas sobre uma fase mais obscura da vida da empresa de A. Hipólito. É o que veremos a seguir.

2.5. A torneira de botão, invento de um torriense

TORNEIRA DE BOTÃO «HIPÓLITO»

Apesar de estar incluída nos nossos catálogos especiais de peças soltas para Pulverizadores, não quisemos deixar de incluir neste novo catálogo a TORNEIRA DE BOTÃO «HIPÓLITO». As vantagens e economia desta nossa torneira estão bem patentadas, pela grande aceitação que teve junto dos Srs. Vinicultores, uma vez que por nós foi lançada no mercado. A sua ótima construção é de molde a satisfazer os mais exigentes. A grande economia de mais de 30% na calda, acabou por impôr definitivamente esta torneira

TORNEIRA DE BOTÃO «HIPÓLITO»

CASA HIPÓLITO, LTDA.
TORRES VEDRAS TEL. (P. B. X.) 53 PORTUGAL

Figura 17 - Catálogo da *C. Hipólito*, anos 50

Relata Alberto dos Santos Torres:

Não há nenhum lavrador que não conheça uma pequena torneira existente nos pulverizadores, prática e eficiente, que durante as sulfatações representa uma grande economia, quer em tempo, quer em calda. / Ora, o que poucos sabem, talvez, é que essa torneirinha foi inventada em Torres Vedras e por um torriense, invento esse que cedeu imediatamente à Casa Hipólito – só a ela – apesar de hoje, por usurpação, ser adoptada por todos os demais fabricantes de pulverizadores.

O repórter pergunta se António Hipólito não registou a patente e Alberto Torres informa que sim mas o processo foi complicado e a verdade é que a proliferação do

¹²⁸ Francisco Vieira Jerónimo foi um homem dinâmico e interventivo na comunidade torriense. Para além da sua vida profissional – era escriturário – distinguiu-se como dedicado e assíduo colaborador das associações culturais e jornais da terra, participando activamente em muitas iniciativas - caso da feira de S. Pedro, de que foi Secretário-Geral na fase de reanimação daquele certame, logo a seguir ao 25 de Abril. Uma Praceta com o seu nome em Torres Vedras perpetua a sua memória.

invento preocupou seriamente o grande industrial que “gastou dezenas e dezenas de contos mas, por fim, teve de desistir.”

Ao lermos esta peça jornalística, veio-nos à memória uma deliberação camarária tomada na sessão ordinária de 28 de Outubro de 1927 que diz o seguinte:

[...] De António Hipólito, industrial desta vila, pedindo para esta Câmara lhe atestar o que neste concelho constar e for notório a respeito de uma torneira da sua invenção para ser usada como obturador de pulverizadores para sulfatar as vinhas.- Foi resolvido atestar: 1º. Que o industrial António Hipólito introduziu no mercado metalúrgico uma torneira obturadora de pulverizadores, de sua invenção, a qual, no dizer dos viticultores, apresenta a vantagem de, no acto da sulfatagem na vinha, poder suspender repentinamente o jacto do pulverizador pela simples pressão do dedo polegar da própria mão que segura a lança do aparelho; 2º. Que tendo aparecido há muitos anos um obturador de pulverizadores para o mesmo efeito, de origem estrangeira, foi ele posto de parte, em virtude de não corresponder ao fim que tinha em vista; 3º. Que esta Comissão não conhece nenhum invento igual da indústria nacional.

Hoje parece-nos estranha esta deliberação da Câmara Municipal de Torres Vedras pois substitui-se ao que deveria ser competência do *Registo Nacional de Patentes* ou do mais recente *Instituto Nacional da Propriedade Industrial*. A verdade é que não encontramos neste organismo oficial qualquer referência a António Hipólito anterior a 1964 e, tanto quanto sabemos, os registos de patentes relativos aos primeiros decénios do século XX estão em parte incerta – o que nos leva a compreender melhor a preocupação de António Hipólito e o seu apelo à autoridade administrativa que lhe estava mais próxima. Por outro lado, esta diligência confirma as palavras de Alberto Torres no texto de jornal que vínhamos analisando. Pegando de novo nesse texto, vamos ao ponto em que nos fala do modo como surgiu o tal invento. Alberto Torres, que na altura era relojoeiro, visitava com frequência a fábrica de A. Hipólito pois morava lá perto e, como ele diz, “gostava de admirar qualquer melhoramento, qualquer máquina nova que aparecesse... e porque me ligava ao Sr. António Hipólito laços da maior amizade”. Numa dessas visitas foi abordado pelo industrial “que me disse de chofre: - Ouve lá, tu que és todo coca-bichinhos e que tens certa habilidade para a mecânica, és capaz de descobrir uma torneira prática para os meus pulverizadores?”

Alberto Torres foi para casa a pensar naquele desafio. Depois de muito matutar, encontrou a solução e foi apresentá-la a A. Hipólito que, percebendo de imediato a sua eficácia, logo mandou fazer um protótipo. E Alberto Torres comenta:

Logo nesse ano contaram-se por milhares os pulverizadores “Hipólito” que se venderam. Mais tarde, e aí está o meu desgosto, foi a torneira adoptada por todos os fabricantes. E é desgosto, apenas, porque o invento dei-o exclusivamente ao Sr. António Hipólito, e se bem que ele, pela sua utilidade deva servir todos, os outros fabricantes deviam, ao menos, anunciar sempre que os seus pulverizadores eram equipados com a torneira de botão “Hipólito”. Assim é que estava certo!

Rogério de Carvalho confirmou as palavras de Alberto Torres e acrescentou que foi ele o operário “que teve a honra de torneir as primeiras peças para as tais torneirinhas de botão”. A novidade dessa torneira é que ela interrompia o fluxo do líquido com uma simples pressão do dedo, ao contrário da antiga torneira que requeria o enroscamento de um manípulo em volta de um eixo.

Outra informação relevante desta peça jornalística é acerca da grave crise que a empresa de A. Hipólito passou por volta do ano de 1923 devido à importação de pulverizadores estrangeiros com preços mais baixos. A. Hipólito viu nas baixas taxas alfandegárias a causa do problema e deslocou-se várias vezes a Lisboa para ser recebido em audiência pelo Ministro da tutela. As sucessivas quedas dos Governos adiaram a solução que acabou por vir, depois de inúmeras insistências do industrial torriense. As pautas alfandegárias foram actualizadas de acordo com os interesses da indústria nacional. Alberto Torres, que presenciou estes acontecimentos, refere que A. Hipólito em breve reconquistou a primazia no mercado nacional e, depois de renovar o parque de máquinas,¹²⁹ aumentar as instalações fabris e admitir mais operários, lançou-se no mercado externo onde os seus pulverizadores se impuseram.

2.6. Presença em exposições

Foi na terceira década da sua actividade – anos 20 do século XX - que António Hipólito rompeu os limites da terra em que se estabelecera e decidiu marcar presença em exposições de carácter agrícola e industrial. Estas iniciativas já eram comuns na época, herdeiras directas de uma tradição que se iniciara em Portugal no século XIX, que, por sua vez, era o reflexo das exposições industriais que se organizavam nas grandes capitais europeias – Paris e Londres - desde os princípios de oitocentos. Foi em Londres, em 1851, que pela primeira vez surgiu uma “exposição internacional”, que teve réplica em Paris, quatro anos depois, sob a designação de “exposição universal”. A partir daí, outras se

¹²⁹ Numa carta ao director, publicada no jornal *Badaladas* de 1 de Agosto de 1955, a propósito do primeiro aniversário da morte de António Hipólito, Rogério Carvalho que trabalhou cerca de vinte anos na *Casa Hipólito*, recorda: “Eu assisti à entrada da primeira e importante máquina rápida (estávamos então em 1925), vinda directamente da Alemanha, que veio dar início à grandiosa obra de desenvolvimento daquela grande organização industrial, tendo sido muito felicitado por tal empreendimento.”

sucederam. A mais emblemática foi, talvez, a de Paris, em 1889, comemorativa da Revolução Francesa, que deixou a marca perene da Torre Eiffel¹³⁰.

Também em Portugal se percebeu o alcance e vantagem das exposições, nomeadamente ligadas à agricultura e à indústria. Num opúsculo publicado em 1894¹³¹, Cavalleiro e Sousa lembrava que elas têm “por alvo colher preciosos elementos para combater o infelicíssimo preconceito de que no nosso paiz não se podem, nem sabem fazer com perfeição e economia, artefactos industriaes”. O mesmo autor faz depois uma breve resenha das diversas exposições realizadas no país, em Lisboa e no Porto. Entre 1840 e 1891 realizaram-se 13 exposições centradas nas actividades agrícolas e industriais. Não cabendo aqui fazer a listagem destas iniciativas, parece-nos interessante referir o catálogo da Secção Agrícola da Exposição Industrial Portuguesa de 1888 que enumera as 20 empresas agrícolas do concelho de Torres Vedras que se fizeram representar, com os prémios que foram atribuídos aos seus vinhos. Lá encontramos firmas que ainda hoje se recordam – caso de J. G. Dias Neiva, Barros e Cunha ou Santos Bernardes – e outras que se esbateram no esquecimento, como por exemplo D. Alexandrina A. Borja ou Conde e Condessa de Bertandos. O que é de realçar, contudo, é a expressividade da representação torriense, a confirmar a importância deste concelho na produção vinícola nacional.

António Hipólito, homem bem informado, percebeu as vantagens de aparecer nestas exposições e começou a frequentá-las quando teve condições para isso. O texto justificativo da atribuição da Comenda de Mérito Industrial que lhe foi atribuída em 1930 enumera os certames em que participou como uma das razões para a sua atribuição: “Premiado com medalhas de ouro nas exposições Ibero Americana de Sevilha, Rio de Janeiro, Caldas da Rainha, Torres Vedras e Feira de Amostras do Estoril.”

A primeira foi nas Caldas da Rainha em 1921. O *Ecos de Torres* de 1 de Setembro de 1921 faz um pequeno e elogioso relato. Depois de se confessar muito agradado com a visita que fez à “grande Exposição Agrícola-Pecuária e de Indústrias Regionais que a Associação Central da Agricultura promoveu nos passados dias 14 e 15 de Agosto, nas Caldas da Rainha, por ocasião da grande feira anual”, diz que não seria justo ignorar “os trabalhos apresentados nessa exposição pelo nosso prezado amigo e inteligente industrial António Hipólito, que lhe valeu ser classificado pelo júri que presidiu às classificações, com o “Prémio de Honra”.” Enaltecendo os objectos em bronze, ferro e cobre

¹³⁰ Sobre as diversas exposições universais e internacionais do século XIX há abundante literatura *em linha* de que referimos alguns exemplos na bibliografia final.

¹³¹ Cf.: A. E. de F. Cavalleiro e Sousa, *A Exposição Industrial de Belem em 1893*, Lucas & Filhos – Editores, Lisboa, 1894.

apresentados pelo industrial torriense, pormenoriza: “uma bonita colecção de torneiras em bronze, ligações para mangueiras, válvulas para cubas e muitos outros objectos.” E conclui: “Foram devidamente apreciados os pulverizadores sistema Gobet fabricados nas suas oficinas e também as prensas Marmonier.” Um anúncio do jornal *O Torriense* de 2 de Janeiro de 1921, dá-nos a conhecer os restantes produtos Hipólito que, com certeza, fizeram parte da exposição das Caldas da Rainha nesse ano: “Artigos vinícolas e agrícolas. Prensas Marmonier e Mabile. Pulverizadores. Caldeiras de destilação. Bombas para vinho. Manufactura de prensas, cosedores, carros, charriours e mais ferramentas. Tubagem em ferro, cobre, latão e borracha, etc.”



Figura 18 - Exposição de *A Industrial* nas Caldas da Rainha, 1923

António Hipólito guardou orgulhosamente o diploma e a medalha recebidos nessa exposição e passou a reproduzi-los em toda a publicidade subsequente¹³². É o caso do folheto de quatro páginas que já atrás referimos. Até 1927 irão realizar-se nas Caldas da Rainha mais quatro exposições e nelas António Hipólito marcará presença, atestada pelas

¹³² No espólio da *Casa Hipólito* à guarda do Museu Municipal Leonel Trindade encontram-se diversas medalhas ganhas nas exposições das Caldas da Rainha.

medalhas que lhe foram atribuídas. Em 1925, para além de um Diploma de Honra, foi distinguido com uma Medalha de Ouro.

Sobre a participação de António Hipólito numa exposição no Brasil não encontramos referências directas no espólio da *Casa Hipólito* nem em outras fontes¹³³. Apenas a nota justificativa da atribuição da Comenda a refere.

Em relação à exposição de Torres Vedras, de 22 a 29 de Agosto de 1926 – a que já fizemos referência no Capítulo I - ela foi a grande e definitiva afirmação de António Hipólito na terra onde iniciara o seu percurso como industrial¹³⁴. A imprensa local, através dos jornais *O Correio de Torres* e *A Nossa Terra*, deu ampla cobertura à preparação e realização deste acontecimento. Tudo começou em 28 de Janeiro daquele ano, no Teatro-Cine Ferreira da Silva, com “uma reunião magna dos habitantes da vila para nela ser tratado um assunto palpitante para o progresso torrense.” De facto, tanto a lista das associações locais como as individualidades que participaram demonstram bem a mobilização entusiástica que se fez em torno da sugestão inicial de Júlio Vieira para que se realizasse em Torres Vedras uma Festa Anual com a Exposição das actividades económicas e culturais da vila¹³⁵. A reunião teve cunho prático pois o que dela resultou foi a constituição de diversas comissões destinadas à concretização da ideia. A chamada Grande Comissão era composta por António Hipólito, Francisco António da Silva, Francisco Avelino Nunes de Carvalho, Francisco de Carvalho Martins e Henrique Vilela, a qual foi alargada na reunião de 3 de Março com José Antunes Martins, Florêncio Augusto das Chagas, João Ghira, José António Vieira, Francisco Maria Peres e José Ferreira Pinto¹³⁶. Na Comissão Executiva ficaram Júlio Vieira, João Rodrigues da Silva Grazina, António Hipólito, Dr. Justino de Moura Guedes e António Teixeira de Figueiredo – alargada em 3 de Março a Artur Castilho. Como se vê, A. Hipólito foi o único a fazer parte das duas comissões. A última deliberação, por sugestão de Júlio Vieira,

¹³³ Como já dissemos na Introdução, o arquivo dos primeiros anos da *Casa Hipólito* não chegou até aos nossos dias. Na nossa Biblioteca Nacional não encontramos documentos que nos elucidassem embora admitamos que uma pesquisa exaustiva nos fornecesse os dados de que necessitamos.

¹³⁴ A Cinemateca Portuguesa tem em arquivo um documentário sobre este acontecimento: <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=13367&type=Video>. [Cons. 18 Maio 2016].

Nos jornais da época, locais e nacionais, há poucas fotos do acontecimento. Os pavilhões das empresas não aparecem praticamente, apenas são visíveis imagens de conjunto. Genericamente, o fotojornalismo em Portugal, nos jornais diários dessa época, era de má qualidade. Já o mesmo não acontecia nas publicações periódicas / revistas, como a *Ilustração Portuguesa*, que publicou algumas boas fotos desta Exposição.

¹³⁵ Cf. *O Correio de Torres*, 1 de Fevereiro de 1926.

¹³⁶ Cf. *O Correio de Torres*, 7 de Março de 1926.

foi a “criação de cotas mensais voluntárias” - a que *O Correio de Torres* deu relevo dois meses depois com a publicação dos donativos mensais de cada um¹³⁷. António Hipólito foi o único a entrar de imediato com um donativo de 500\$00.

O jornal de 7 de Março noticia a reunião da “Grande Comissão da Exposição e Festas Anuais, no salão do Casino desta vila” e, em dada altura refere: “O sr. António Hipólito começa a ler os seus trabalhos preparatórios, mas a assembleia, aprovando um voto de louvor ao seu esforço, entende que essa leitura se deve fazer na Comissão Executiva, de que o sr. Hipólito faz parte.” Na parte final da reunião é constituída outra comissão para escolher o local em que decorrerão as Festas e a Exposição. Mais uma vez António Hipólito é nomeado, juntamente com Júlio Vieira, Januário Pinto dos Santos e Francisco Maria Peres.

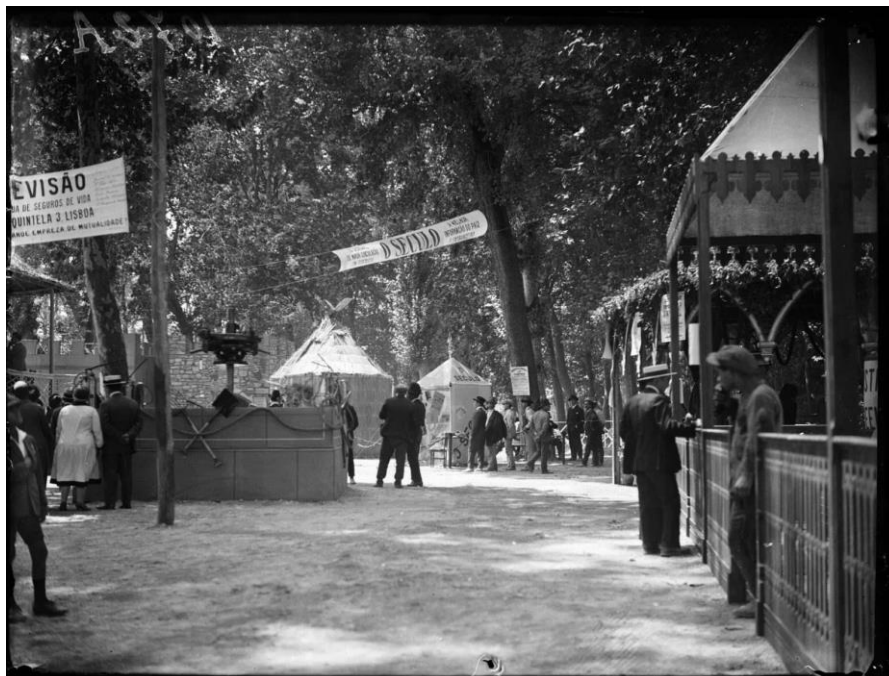


Figura 19 – Aspecto da Exposição Agro-Pecuária e Industrial, T. Vedras, 1926

Já com a Exposição aberta, o jornal que temos vindo a citar publicou no dia 26 de Agosto várias peças sobre o certame. Numa delas, intitulada “Quatro vontades fortes ao serviço de uma bela obra”, o director A. Teixeira de Figueiredo distingue quatro protagonistas na concretização daquela iniciativa - Júlio Vieira, António Hipólito, António Freire e Januário Pinto dos Santos - que “têm trabalhado com toda a alma, descurando os seus negócios particulares, dando provas evidentes do seu bairrismo (...) foram o porta-voz, neste acontecimento, da alma do concelho, dos desejos dos seus

¹³⁷ Cf. *O Correio de Torres*, 21 de Março de 1926.

habitantes progressivos.” Evidentemente, A. Hipólito não descurou os seus negócios. Ele sabia bem a importância para eles deste tipo de iniciativas. O jornal nacional *O Século*, na sua edição de 21 de Agosto de 1926, publicou uma desenvolvida notícia sobre a Exposição, com fotos de alguns dos responsáveis, entre elas a de A. Hipólito. Na mesma página incluiu diversos anúncios aos *stands* da Exposição mas o maior deles, com a gravura de uma prensa *Marmonier*, era de *A Industrial* de A. Hipólito. Outros jornais de circulação nacional como *A Época* e o *Diário de Notícias* fizeram extensas reportagens nas quais, entre as fotografias ilustrativas, encontramos sempre a de António Hipólito, bem como elogiosas referências ao seu pavilhão.



Figura 20 - Folheto publicitário de *A Industrial*, 1926

Outro sinal de que António Hipólito, empenhando-se tanto na realização da Exposição, não descurava os negócios e era talvez por eles que tanto trabalhava, é a publicidade que circulou durante a realização daquela iniciativa. O álbum documental organizado por Júlio Vieira, a que já fizemos referência, é bem ilustrativo. O melhor e mais completo material gráfico é o da sua empresa. Como novidade para a época, publicou um folheto da autoria de Amílcar Guerreiro,¹³⁸ doze páginas a duas cores, com

¹³⁸ Cf. António A. Sales, *Os Guardadores do Tempo*, p. 34 e 74: Amílcar Guerreiro, nascido em 1907, foi um artista talentoso que deixou marcas no teatro local amador, nas artes gráficas e na fotografia.

imagens dos seus produtos, legendas explicativas e textos em verso rimado de gosto popular. Veja-se, por exemplo, a página com o desenho de um esmagador de uvas, de marca *A Industrial – Torres Vedras*. Por baixo, uma legenda:

O rendimento dum simples esmagador numa hora equivale ao de 10 homens num lagar em todo o dia»; por baixo desta, duas quadras: «O que 10 homens num dia / faziam dificilmente / faz agora um esmagador / em uma hora somente. // Não é pois de admirar / que qualquer agricultor / use hoje sem hesitar / este nosso esmagador».

Quanto à projecção nacional da firma de António Hipólito, ela tem como marco decisivo a participação na Feira de Amostras do Estoril, em 1929, que viria a ter continuidade em 1932 com uma grande Exposição Industrial Portuguesa, no Parque Eduardo VII¹³⁹. A *Gazeta de Torres* de 13 de Outubro de 1929 inseriu uma desenvolvida reportagem sobre a Feira, inaugurada em 6 daquele mês. Dizendo em subtítulo, que ela “constitui uma extraordinária prova da vitalidade nacional”, enumera os vários pavilhões entre os quais se encontra o de António Hipólito, assim descrito: “O stand mostra-nos uma parreira feita com graça e vistosa. Exposição de vários utensílios vitícolas: pulverizadores, bombas para trasfega, esmagadores, prensas, etc. Distribui catálogos a cores, ilustrados com as gravuras dos seus artigos.” O mesmo jornal, em 29 de Dezembro de 1929, publicou uma fotografia do pavilhão Hipólito com uma extensa legenda:

Os pulverizadores Hipolito / É, sem dúvida, uma das maiores industrias desta região, a fabricação de pulverizadores. A fábrica de ANTONIO HIPOLITO, em TORRES VEDRAS, honra o seu proprietário e a terra. Foi este o único industrial da nossa região que concorreu à feira de amostras ultimamente realizada no Estoril por iniciativa da Associação Industrial Portuguesa. Como então tivemos ocasião de referir o “stand” de Antonio Hipolito era dos melhores que ali se apresentaram. Publicando hoje a fotografia do seu “stand”, praticamos não só um acto de justiça como de louvor ao inteligente industrial torreense.

¹³⁹ Estas iniciativas foram organizadas pela *Associação Industrial Portuguesa*, entidade fundada em 1837. Em Março de 1928 iniciou a publicação da revista *Indústria Portuguesa*, importante repositório informativo sobre este sector da actividade económica.



Figura 21 - António Hipólito na Feira de Amostras, Estoril, 1929

O ano de 1929 foi marcante para a empresa de A. Hipólito. De facto, antes da participação na Feira de Amostras do Estoril, já ele se apresentara em Maio desse ano na Exposição Ibero-Americana de Sevilha, uma iniciativa de enorme relevo económico, visitada por mais de dois milhões de pessoas¹⁴⁰. A *Gazeta de Torres* de 3 de Fevereiro de

¹⁴⁰ A exposição de Sevilha articulou-se com a de Barcelona como salienta Sílvio de Abreu Filho: «Em 1929, a Espanha organizou duas grandes Exposições mundiais, a Exposição Ibero Americana de Sevilha e a Exposição Internacional de Barcelona. Elas foram concebidas como eventos autónomos e complementares em uma ambiciosa Exposición General Española de 1929, e preparadas desde o início do século XX para celebrar a permanência dos vínculos da metrópole com suas ex-colónias na América (Sevilha) e a inserção da Espanha industrial na Europa moderna (Barcelona).» In: *Dois exposições espanholas: Sevilha e Barcelona, 1929*. Em: http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_16/02_SAF.pdf [Cons. 23 Maio 2016].

1929 publicou na primeira página um artigo de fundo intitulado “Do mal... o menor”, da autoria de Júlio Vieira, no qual salientava a grande importância das exposições de Sevilha e Barcelona, em preparação no país vizinho. Portugal ia ter um pavilhão próprio e o governo português criara um Comissariado Geral para coordenar a participação portuguesa. Júlio Vieira lembrava que aquela era uma excelente ocasião para que os viticultores, comerciantes e industriais torrienses apresentassem os seus produtos mas, infelizmente, tal não acontecera. E notava: “No próprio Comissariado não passou despercebida esta inação de Torres Vedras que, nos grandes meios, é justamente conhecida por uma terra rica e de vastos recursos, bem podendo honrar suas tradições.” Mas houve algumas exceções, que o autor do artigo elogiou: José António Martins e Henrique Vilela, como viticultores; e António Hipólito como industrial. Sobre este, dizia J. Vieira: “O activo industrial sr. António Hipólito, a quem tivemos o gosto de prestar nosso concurso e encorajamento, teve a rasgada decisão de ir propositadamente a Lisboa inscrever-se como expositor.”

António Hipólito viria a receber uma medalha e, com ela, um vistoso diploma – que mandou emoldurar e expor na loja – no qual se diz: “El jurado superior de recompensas ha concedido medalha de prata a António Hipólito por fabrico de pulverizadores”. Sobre essa participação, A. Hipólito declarou ao repórter de *O Jornal de Torres Vedras*, em 5 de Julho de 1929:

Fui o único torreense que expoz os seus produtos em Sevilha! E muito mais faria, muito mais me desenvolveria, a muitas mais exposições concorreria se o meu capital, insignificante para o meu movimento, consentisse em todo esse réclame util para mim e honroso para a minha terra!

De facto, A. Hipólito queixava-se de um mal endémico na nossa indústria: a falta de apoios do Estado. Na mesma entrevista, ele é bem explícito:

Como talvez notou, os meus princípios foram os mesmos da importante casa francesa Marmonier. Todavia, a casa Marmonier é hoje uma das maiores fábricas da França enquanto que a minha casa não passa de uma pequena fábrica. E tudo porque não auxiliam a indústria nacional! Pois que se a casa Marmonier é hoje como que uma pequena cidade, deve-o ao auxílio que na França se dá à indústria. Mas eu ainda espero esse auxílio da minha Pátria!



Figura 22 - Diploma de Medalha de Prata na Exposição Ibero-Americana de Sevilha, 1929

Em Dezembro de 1930 realizou-se no Palácio de Cristal, no Porto, uma Exposição Industrial. António Hipólito foi o único industrial torriense que participou. No seu número de 7 de Dezembro desse ano, a *Gazeta de Torres* publicou uma reportagem do seu enviado especial que deu conta do êxito desta representação:

Ali teve a industria torreense uma digna representação: a da Industrial do comendador António Hipólito. (...) o stand de A Industrial honrou ali a nossa região, conseguindo chamar sobre si as atenções dos milhares de visitantes da exposição. / Todos os seus artigos, prensas, esmagadores, bombas, etc., rivalizam, sem favor, com o que de melhor ali se encontrava. Os seus pulverizadores superavam, mesmo, tudo o que no genero ali se encontrava. Mas o clou [sic] do seu fabrico foi sem duvida a sua torneira automatica de pressão (patente Hipolito) que vimos elogiar pela simplicidade de concepção e pelos resultados praticos.

Talvez fruto da presença nesta mostra industrial no Porto, a *Gazeta de Torres* de 10 de Maio de 1931 inseriu na primeira página uma local intitulada “Indústria torreense” na qual deu conta da visita à fábrica metalúrgica *A Industrial* do “importante viticultor da região duriense sr. Marquez de Castelo Melhor (...) tendo adquirido a título de experiencia, alguns dos artigos viti-vinícolas daquela casa, especialmente pulverizadores”. Em jeito de remate, o articulista expressou o seu contentamento pelo facto de a indústria torriense “devido a propaganda daquele nosso amigo [A. Hipólito],

comece a ter a sua justa expansão na região do Douro, um dos mais importantes mercados consumidores de material viti-vinícola em que a indústria local se tem especializado”.



Figura 23 - Produtos de A. Hipólito na 1ª Exposição Vinícola de Torres Vedras, 1931

Em Fevereiro de 1931 realizou-se a 1ª Exposição Vinícola de Torres Vedras na qual António Hipólito teve a sua consagração nacional, como referimos no Cap. I, pois nela recebeu das mãos do chefe do Governo as insígnias de Comendador da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial. A valorizá-la, não faltou o concorrente directo, Francisco António da Silva, com o produto que lhe deu mais fama e prestígio, a caldeira para destilação de bagaço, apresentando também outros como as bombas de trasfega de vinhos e mostos. Mas é à *Industrial* de António Hipólito que a reportagem da *Gazeta de Torres* de 8 de Fevereiro de 1931 dá maior realce. Começa por referir o *Pulverizador Hipólito* – “sempre triunfante nos certames industriais de Portugal e estrangeiro, marca como sempre o seu lugar” - para de seguida apresentar uma novidade: “A *Industrial* apresenta pela primeira vez um novo sistema de pulverizador – o Pulverizador de Pressão, justamente apreciado pela simplicidade do manejo e resultados práticos do seu emprego.” Acentuando a capacidade inovadora do “activo industrial”, aponta “outra novidade: um funil para encher garrafas que evita por completo o derramamento do líquido. Muito prático e

indispensável em todas as casas, pela simplicidade do seu manejo e modicidade de preço”. A completar, o repórter refere a gama de produtos ligados à vitivinicultura – caso da torpilha (enxofradeira) de efeito duplo ou simples - bem como a exposição dos testemunhos de honra ganhos em outras exposições por António Hipólito. Pela leitura da extensa reportagem apercebemo-nos da riqueza e representatividade desta Exposição Vinícola em que participaram os maiores viticultores e armazenistas de vinhos de Torres Vedras bem como dos concelhos limítrofes.

Já vai longa a rememoração das presenças de A. Hipólito em exposições industriais. A verdade é que, sem ela, não avaliáramos correctamente a sua projecção e com ela entendemos melhor a fama que a marca *Hipólito* granjeou no país e no estrangeiro - um fenómeno publicitário de que ainda hoje nos apercebemos junto de pessoas de mais idade, e de várias regiões do país, sempre que se fala dos produtos que a *Hipólito* fabricava.

Contudo, a enumeração que temos vindo a fazer ficaria incompleta se ignorássemos a Grande Exposição Industrial Portuguesa, realizada no Parque Eduardo VII no Outono de 1932 (1º Ciclo) e na Primavera de 1933 (2º Ciclo). António Hipólito foi, mais uma vez, o único industrial torriense a participar: expositor nº 567, no 1º Ciclo¹⁴¹. A *Gazeta de Torres*, semanário sempre atento às questões da Economia local e nacional, deu grande destaque a esta Exposição em 30 de Outubro e 27 de Novembro de 1932. Não se deteve apenas na participação do industrial torriense pois fez reportagem desenvolvida sobre a iniciativa da Associação Industrial Portuguesa à qual não nega elogios, pela magnitude e variedade expositiva, imagens da indústria portuguesa em busca da sua afirmação.

No que se refere a Torres Vedras, o redactor critica abertamente os industriais de metalo-mecânica que primaram pela ausência. Com uma excepção: “Apenas A Industrial, de Antonio Hipolito, ali apresenta os seus produtos. E fá-lo com a galhardia que todos estamos acostumados a ver, quando de representar a industria torreense se trata”. Depois de enumerar os produtos expostos, observa: “[...] tudo com aquele perfeito acabamento e bela apresentação que estamos acostumados a ver em todos os certames a que concorre tão audacioso representante da industria local” E acrescenta:

Mas tem também uma novidade: Pequenos pulverizadores de pressão, para flores ou pequenos arbustos de jardim, de um e dois litros de capacidade. // Há muito que em Portugal se encontrava a falta de um pequeno pulverizador. Os conselhos de alguns agrónomos ilustres levaram o industrial sr. Antonio Hipolito a apresenta-lo no mercado, alargando assim a esfera da sua fabricação com mais uma modalidade, seguida de outras, segundo sabemos.

¹⁴¹ Cf. *Catálogo Geral da Grande Exposição Industrial Portuguesa realizada no Parque Eduardo VII*, Lisboa, 1932-1933; referência a António Hipólito na p. XXVII.

O redactor do jornal lamenta, por fim, que não se veja no certame uma mostra condigna das caldeiras de destilação,

[...] falta que seria brilhantemente suprida se um dos mais activos industriais torreenses ali tivesse concorrido. Referimo-nos ao sr. Francisco Antonio da Silva; vimos já, por duas vezes, em certames da mesma transcendencia, os seus productos. Ali, no Parque Eduardo VII, parada de toda a industria nacional, não fica bem a sua ausência.

2.7. Conflito de concorrência com Francisco António da Silva

Esta observação do redactor da *Gazeta de Torres* é útil para entendermos o que se irá passar um ano depois entre os dois principais industriais torrienses por causa das caldeiras de destilação. António Hipólito já as mencionava em anúncios desde 1921¹⁴² mas não fazia delas especial menção, pelo que poderemos supor que se referia a trabalhos de reparação – à semelhança do que já havia acontecido com os pulverizadores. Veja-se, por exemplo o jornal publicitário, de quatro páginas, intitulado *A Industrial*, que estrategicamente fez publicar em 1 Fevereiro de 1931 – poucos dias antes de receber as insígnias de comendador – onde, na enumeração e elogio aos produtos da sua fábrica não faz qualquer referência às caldeiras de destilação. O que nos parece plausível é que, depois do êxito da 1ª Exposição Vinícola em 1931 em que Francisco António da Silva brilhou com o equipamento que melhor o representava – as caldeiras de destilação – António Hipólito decidiu concorrer abertamente com o rival, o que desencadeará um conflito público dois anos depois. A rivalidade já se fazia sentir nos anúncios dos jornais: a *Gazeta de Torres*, ao longo de 1930 e 31 publica anúncios dos dois industriais em localizações de página que revelam esse confronto renhido, na mesma página ou na barra inferior da página ou no espaço intermédio entre duas páginas. É certo que as suas relações pessoais tinham sido amistosas até aí, como o prova o casamento de um filho de Francisco António da Silva, em 1929, no qual se vê António Hipólito entre os convidados na foto à saída da Igreja de S. Pedro. Mas negócios são negócios... e F. António da Silva surpreende a pacata vila torriense com uma declaração arrasadora publicada no jornal *Alta Extremadura* em 20 Julho de 1933. Faz acusações graves ao que considera continuado comportamento sem escrúpulos de António Hipólito que se teria apropriado de desenhos de aparelhos de destilação que à sua casa pertenciam, deles fazendo reclame

¹⁴² Cf. jornal *O Torreense*, 2 Janeiro 1921; ou *Gazeta de Coimbra*, 10 Agosto, 28 Setembro e 14 Novembro de 1929.

abusivo pois, segundo ele, A. Hipólito nunca os fabricou¹⁴³. Apela à opinião pública para que compare “a deslealdade e forma de proceder daquele industrial e o ponha em confronto com a lisura e honestidade que tem sido timbre da minha casa”. Informa que já publicou esta declaração em outros jornais da região e de Lisboa onde fez “o oferecimento de 10 000\$00 a quem me provar que até hoje no estabelecimento do referido industrial foi feito algum aparelho segundo o desenho publicado por si abusivamente num seu anuncio no “Seculo” de 2 do corrente, mantenho o meu oferecimento, entregando aquela importancia à pessoa que se apresente a tal provar.” Termina lamentando “a cera gasta com tão ruim...assunto” que dá por terminado e sublinhando este “acto censuravel e extranho na praça de Torres Vedras, onde o comercio e a industria sempre se exerceram com lisura e honestidade.”

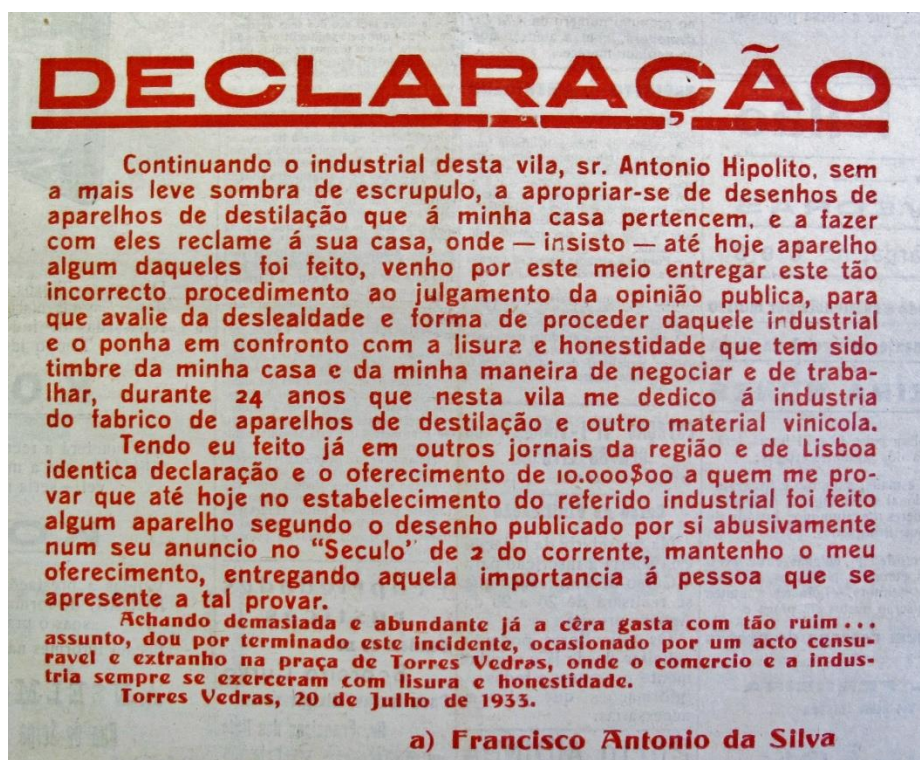


Figura 24 - Declaração de Francisco António da Silva contra A. Hipólito

Tendo em conta que a declaração surge na primeira página, a vermelho, num jornal todo impresso a preto e branco, melhor podemos imaginar o efeito desta iniciativa. A verdade é que o prestígio de António Hipólito terá sido abalado localmente e a isso não serão estranhas certas reacções que fomos encontrando ao longo da elaboração deste

¹⁴³ Francisco António da Silva refere-se a anúncios como o que saiu em página inteira na *Gazeta de Torres* em 16 de Julho de 1933 e no jornal *Alta Extremadura*, no mesmo dia em que publicou a sua Declaração acusatória.

trabalho nas quais os nossos interlocutores sugeriam que, pelo que sabiam e era voz corrente, A. Hipólito tinha tanto de ousadia e persistência como de manha e astúcia - características que não terão sido alheias ao facto de A. Hipólito não responder ao violento ataque do concorrente. Ignorou-o. O que fez foi intensificar a publicidade, multiplicando nas páginas do jornal – o *Alta Extremadura* era o único naquela altura - pequenos anúncios dispersos entre os textos. Em 10 de Outubro de 1933 o *Alta Extremadura* publicou uma pequena local intitulada “O progresso da indústria torreense”. Quão satisfeito não terá ficado A. Hipólito perante os seus detractores, quando a leu:

É com a maior satisfação que informamos os nossos leitores de que a Casa Hipólito vai exportar para Inglaterra uma importante remessa de pulverizadores de pressão. // Sendo de todos conhecida a exigência do mercado inglês, devem os nossos leitores avaliar a perfeição atingida pela industria metalúrgica da Casa Hipolito, preferida pelo comercio inglês entre todas as fabricas do mundo.

A emulação publicitária entre os dois concorrentes prosseguiu com denodo ao longo desse ano e nos seguintes. Em 20 de Janeiro de 1935, o mesmo jornal publicou um anúncio de meia página que poderá ter sido o epílogo definitivo deste caso. Com ele A. Hipólito terá calado definitivamente o acusador. Trata-se de um anúncio que parece violar as regras comuns da publicidade – frases curtas e prevalência da imagem sobre o texto – e opta por um longo descritivo sobre o funcionamento das caldeiras para destilação de vinhos, mostos e bagaços. Junta-lhe a carta de um cliente de Leiria, bem identificado, com elogio rasgado a uma reparação efectuada na sua caldeira pela *Casa Hipólito*. Em complemento, a imagem de uma caldeira com uma legenda significativa: “A instalação mais moderna, para destilação de bagaços. Modelo 1933”. Recordamos que 1933 foi o ano da declaração acusatória de Francisco A. da Silva.

Este episódio parece não ter deixado rastos visíveis na sociedade torriense. Resta-nos supor que, se Francisco A. da Silva arriscou uma acusação tão frontal, tinha sérias razões para o fazer. Considerando a rivalidade das empresas, é de admitir que A. Hipólito tenha aliciado desenhadores da firma concorrente – comportamento comum no universo industrial. Se foi assim ou não, só a descoberta de novos documentos ou testemunhos nos poderá elucidar. As pessoas mais velhas a quem falámos deste assunto não guardam dele qualquer memória – a não ser a referência à “manha e astúcia” de A. Hipólito, como atrás referimos.



Figura 25 - António Hipólito à porta da loja na R. Serpa Pinto, ao lado de seu filho Alberto. Anos 30

Entretanto, António Hipólito não perdia uma ocasião para se afirmar. Assim, vemos na sessão de homenagem e apoio ao Administrador do concelho, Tenente França Borges, noticiada pelo *Alta Extremadura* de 20 Fevereiro de 1934. Entre as forças vivas do concelho, ele foi uma das três personalidades que discursaram. Estava no auge da sua actividade empresarial. Não se limitava aos fabricos vitivinícolas. Desde 1927 anunciava a venda, na loja da R. Serpa Pinto, de fogões *Puritan* e fogareiros a petróleo das marcas *Optimus*, *Vacuum* e *Juwel*¹⁴⁴. Sobre estes, anunciava em 21 de Fevereiro de 1932, na *Gazeta de Torres*, que a *Casa Hipólito* fazia reparações. Em 1928, além dos produtos de queima a petróleo, já vendia também material eléctrico: “Grande sortido de lampadas, fio, isoladores, compressores, interruptores, etc., etc. Aos melhores preços do mercado. Candieiros – Lustres e suspensões. Fogões Vacuum, candieiros e lanternas para petroleo. Reparções nos mesmos”¹⁴⁵. Ampliara a loja e anunciava na *Gazeta de Torres*, ao longo do ano de 1930, artigos tão diversos como utilidades domésticas para casas de banho – tinas, lavatórios e autoclismos, em ferro esmaltado – e aparelhos de rádio *Telefunken*, “o AZ dos aparelhos de T.S.F. Únicos revendedores em Torres Vedras: A Industrial de Antonio Hipolito”. Anunciava igualmente – na *Gazeta de Torres*, 22 Junho de 1930 – “Baterias de alta e baixa tensão aos melhores preços. Para maior comodidade dos nossos

¹⁴⁴ Cf. *Gazeta de Torres*, 25 Dezembro de 1927.

¹⁴⁵ Cf. *Gazeta de Torres* de 10 Junho 1928.

clientes carregamos gratuitamente as baterias”. E para que não houvesse dúvidas, acrescentava: “Compare V. Ex^a os resultados dos aparelhos TELEFUNKEN e permitam-nos que façamos em sua casa, sem qualquer compromisso nem encargo para si, uma demonstração com os nossos receptores”

2.8. Vasco Parreira e a renovação da fábrica

Corria o ano de 1933. A fábrica de A. Hipólito continuava a expandir-se e contava com cerca de 80 trabalhadores. Um ano antes havia sido instalada uma central eléctrica, necessária para o apoio às máquinas que já não se satisfaziam com a energia fornecida pela *Companhia de Electricidade de Torres Vedras*. A potência instalada variava entre os 22 e os 32 kw¹⁴⁶. A revista *A Hora*,¹⁴⁷ já atrás citada, descreve o que considerava ser uma grande fábrica moderna que ocupava 2 500 m² na qual existiam as seguintes secções: Central eléctrica com um motor *Junkers* a óleos pesados de 50 H. P.; “serralharia mecânica e civil, metalúrgica, tornos mecânicos e de revólver, máquinas automáticas rápidas, balancés de pressão, compressão e fricção, caldeiraria em cobre, latoaria mecânica, polissagem, niquelagem, fundição de cobre, latão e alumínio, pintura à pistola, ferramentas, armazéns, escritórios, etc”.

Por essa altura já Vasco Parreira trabalhava na fábrica – onde ingressara em 1926, com 14 anos, como empregado de escritório e onde depressa se integrara ganhando a confiança do patrão, que conhecia como vizinho e que por tal o admitira ao serviço. Com faro para a actividade comercial, foi o primeiro prospector de vendas da empresa que percorreu o país em busca de compradores para os produtos *Hipólito*. As qualidades de Vasco Parreira – um homem que apenas tirou o antigo 2º ano do Liceu, correspondente ao actual 2º Ciclo do Ensino Básico – impuseram-no como colaborador privilegiado de A. Hipólito de quem em 1934 se tornou genro ao casar com Elvira Hipólito¹⁴⁸. Afirma-se, assim, a geração herdeira do fundador. Para além do genro, também trabalham na fábrica seus filhos António – o primogénito -, João, José e Alberto. António assumirá

¹⁴⁶ Cf. Estatísticas das Instalações Eléctricas de Portugal, 1928 a 1950. Informação colhida in: <http://www.wikienergia.pt/~edp/index.php?title=Principal>. [Cons. 28 Maio 2016]

¹⁴⁷ Cf. *A Hora*, nº 43, Janeiro de 1937, Lisboa, p. 30.

¹⁴⁸ Reportamo-nos às informações contidas no discurso de Manuel Pereira, então chefe da Secção de Pessoal da Casa Hipólito, na festa de homenagem a Vasco Parreira em 23 de Março de 1979, no Hotel Golf Mar, em que participaram centenas de trabalhadores da fábrica. O discurso foi impresso e distribuído aos convidados, bem como a inúmeras conversas com pessoas da família Hipólito.

maiores responsabilidades quando, em 1943, o pai entrou em declínio irreversível devido a um AVC que lhe tolheu a fala e a autonomia locomotora. Os outros irmãos serão coadjuvantes, sem rasgos empresariais assinaláveis.

Juntamente com António Hipólito Junior, será, de facto, Vasco Parreira quem, leal e assiduamente, acompanhará e complementarará o sogro nos últimos anos produtivos da vida dele. Enquanto o fundador continuava empenhado nos equipamentos para a vitivinicultura, Vasco Parreira lançava a fabricação de novos produtos de que os mais importantes foram o fogão a petróleo, primeiro, e a lanterna de estábulo, pouco depois. Um e outro revelar-se-ão produtos de enorme utilidade num Portugal ainda marcado pela ruralidade em que, fora dos principais centros urbanos, não se conhecia a electricidade doméstica e se cozinhava a lenha; e nos centros urbanos as cozinhas ainda dependiam do carvão vegetal¹⁴⁹.

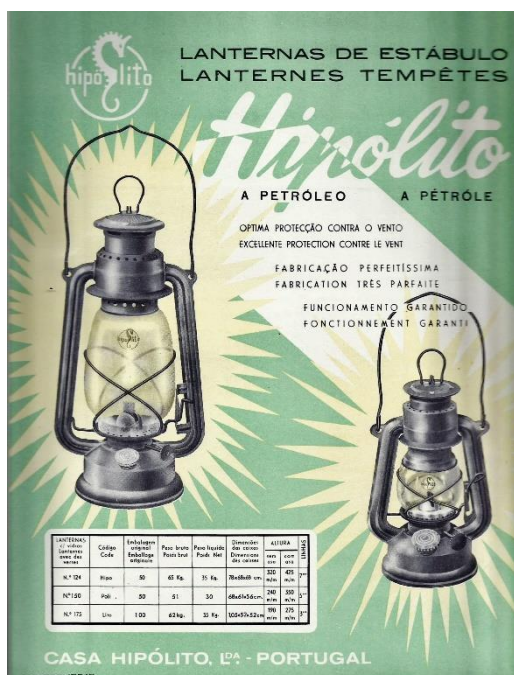


Figura 26 - Lanterna de estábulo

que a torcida se vai queimando e um vidro-chaminé por onde vai saindo o fumo proveniente da queima. A diferença entre o candeeiro doméstico e a lanterna de estábulo estava na estrutura em chapa com um depósito metálico em baixo e um entrançado de arame que segurava o vidro. Sobre este, a chaminé constituída por uma grelha metálica e

As chamadas “lanternas de estábulo” constituíram, antes das lanternas de incandescência (conhecidas por “Petromaxes”), uma enorme alteração na vida quotidiana rural pela sua simplicidade e eficiência. O princípio de funcionamento era o mesmo dos candeeiros de petróleo com reservatório e chaminé de vidro – que ainda hoje são um recurso de reserva nas casas de muita gente: um depósito de petróleo, uma torcida de pano, impregnada de petróleo por osmose, uma pequena roda dentada que prende a torcida e a faz subir através de um parafuso sem fim que o utilizador faz rodar à medida

¹⁴⁹ Cf. dissertação de mestrado de Sofia de Sousa Teives Henriques *Os consumos domésticos de energia em Portugal*, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 2006. Em: https://www.academia.edu/375691/Henriques_Sofia_T._2006_Os_consumos_dom%C3%A9sticos_de_energia_em_Portugal_MSC_thesis_Lisbon_ISEG, pp. 96 a 102. [Cons.24 Junho 2016].

uma argola larga que servia para transportar ou pendurar a lanterna num prego da parede. A *Casa Hipólito* fabricou milhares destes utilíssimos instrumentos de trabalho e de conforto, em dois modelos, um maior, outro mais maneirinho.

Quanto aos fogões a petróleo, também conhecidos como fogareiros, inventados em 1892 pelo sueco Frans Wilhelm Lindqvist,¹⁵⁰ já eram vendidos em Portugal desde o princípio do século XX, publicitados nos jornais nacionais e também na imprensa torriense¹⁵¹ que em muitos anúncios informava que a *Casa Hipólito* fazia reparações destes fogões. Mas foi em 1933 que a empresa torriense passou da reparação ao fabrico deste pequeno equipamento doméstico que veio revolucionar o quotidiano dos lares portugueses. Não mais a ida à lenha ou ao carvoeiro, agora era o petróleo doméstico, “o combustível do proletariado”¹⁵², que se impunha como o mais prático e limpo¹⁵³. É ainda Sofia S.T. Henriques quem elucida:

FOGÕES A PETRÓLEO - RECHAUDS A PETROLE - KEROSENE STOVES

hipólito

FOGÃO N.º 2
RÉCHAUD N.º 2
STOVE N.º 2

N.º 1 E 2 FUDOSO e SILENCIOSO
N.º 1 ET 2 BRUYANT et SILENCIEUX
N.º 1 AND 2 ROARING and SILENT

FABRICADOS COM MATERIAS SELECCIONADAS E SUJEITOS A EXPERIENCIAS DE VEDACAO E RESISTENCIA, OS Nossos FOGÕES OFFEREM A GARANTIA

SUPERIOR QUALIDADE

MANUFACTURÉS AVEC DES PRODUITS CHOISIS ET SOUMIS À DES ESSAIS D'ÉTANCHÉMENT ET DE RESISTANCE NOS RECHAUDS OFFRENT LA GARANTIE D'UNE

QUALITE SUPERIEURE

MANUFACTURED WITH THE BEST RAW MATERIALS, LEAK-PROOF AND RESISTENT, OUR STOVES GIVE THE GUARANTEE OF A

SUPERIOR QUALITY

FOGÃO N.º 1
RÉCHAUD N.º 1
STOVE N.º 1

Modelo	Capacidade	Consumo	Preço líquido	Preço bruto	Preço com frete	Preço com frete e seguro	Preço com frete e seguro e imposto	Preço com frete e seguro e imposto e taxa de importação
N.º 2	1 litro	50	15.000 \$	15.000 \$	15.000 \$	15.000 \$	15.000 \$	15.000 \$
N.º 1	1 litro	50	10.000 \$	10.000 \$	10.000 \$	10.000 \$	10.000 \$	10.000 \$
N.º 2	1 litro	50	15.000 \$	15.000 \$	15.000 \$	15.000 \$	15.000 \$	15.000 \$
N.º 1	1 litro	50	10.000 \$	10.000 \$	10.000 \$	10.000 \$	10.000 \$	10.000 \$

CASA HIPÓLITO, L.ª - PORTUGAL

Figura 27 - Fogão a petróleo

[...] com o desenvolvimento dos transportes (caminhos-de-ferro e especialmente camionagem) e melhoria da distribuição do combustível pelas Companhias que o comercializavam (como a Vacuum e a Shell), o petróleo tornou-se também o combustível de iluminação das zonas rurais, onde antes dominava a candeia a azeite¹⁵⁴.

¹⁵⁰ Não cabe entrar aqui em pormenores técnicos relativos ao fogão a petróleo. Numa breve procura na internet encontrámos, entre outras, uma abordagem que pode ser útil a quem queira aprofundar a questão: <http://www.base-camp.co.uk/instructions%202.htm>. Foi-nos útil, também, um trabalho de Rui Jorge Nunes Brás, “Objectos vulgares: o fogão de petróleo «Hipólito» N.º 2”, elaborado no âmbito do seu Mestrado em Museologia, 2010, cuja cedência em formato PDF muito agradecemos.

¹⁵¹ Cf. por exemplo *A Voz de Torres* de 3 de Janeiro de 1915. A abundante publicidade a nível nacional pode ser revista em alguns blogs de investigadores curiosos como por exemplo: <http://garfadasonline.blogspot.pt/2010/07/o-fogao-da-vacuum-oil-company.html> ; <http://diasquevoam.blogspot.pt/search?q=vacuum>

¹⁵² Cf. Sofia de Sousa Teives Henriques, *Os consumos domésticos...*, p. 96.

¹⁵³ *Idem*, p.96: «Em 1942, um deputado calculava que nos últimos anos tivessem sido vendidos cerca de 450 000 fogões a petróleo».

¹⁵⁴ Sofia S.T. Henriques, *Ibidem*, p. 97.

Detenhamo-nos um pouco mais no fogão. A *Casa Hipólito* fez publicar em 7 de Março de 1948, num grande jornal de circulação nacional, o *Diário de Notícias*, um texto publicitário que tinha como título: “Fabrico português de fogareiros a petróleo e seus acessórios”. Depois da introdução, o texto arruma-se por sete parágrafos que informam o leitor acerca da evolução do fabrico do fogareiro pela C. Hipólito. Refere 1933 como o do início da produção pela “mais antiga e importante FÁBRICA PORTUGUESA DE FOGAREIROS A PETRÓLEO E SEUS ACESSÓRIOS” que assim abastecia inteiramente o mercado nacional, evitando a importação do estrangeiro, reduzida a menos de “10% do consumo total de fogões vendidos em Portugal”. Salienta que, no período anterior à guerra, “a produção destes fogareiros – efectuada com os mais modernos maquinismos e por um pessoal especializado de cerca de 250 operários - era superior ao consumo do país em que a laboração de quatro meses era suficiente para fazer o abastecimento do mercado nacional.” Centra-se depois na questão que parece justificar o teor do anúncio - o fabrico das cabeças de fogareiro – que sendo de reconhecida qualidade, se revela insuficiente “devido às dificuldades de aquisição de matérias-primas, tal como acontece com a produção estrangeira.” Lembra que esta falta tem dado lugar ao aparecimento de pequenas indústrias que procuram dar-lhe resposta mas contrapõe a superioridade de fabrico da *Casa Hipólito* que está a tentar suprir as dificuldades e “deficiências que têm surgido, motivadas por causas alheias à sua vontade, e sobretudo alheias à sua esmerada fabricação.” Conclui que para corresponder às preferências do público no que respeita ao fabrico dos acessórios dos fogareiros – as respectivas cabeças



Figura 28 - "Cabeças de fogareiro" (Bocais)

– tudo fará para garantir o seu abastecimento, um dos “produtos da FÁBRICA HIPÓLITO – com CAPITAIS PORTUGUESES, TÉCNICOS PORTUGUESES E MÃO DE OBRA PORTUGUESA”.

O teor deste anúncio explica-se pela importância decisiva das cabeças de fogareiro. Elas eram o coração do aparelho, o queimador, onde se fazia a combustão do querosene (petróleo para queima ou iluminação) pressurizado no reservatório através de uma pequena bomba manual. Necessitavam de um aquecimento prévio com álcool num pequeno prato situado abaixo do queimador após o qual a fina pulverização do gás atingia a placa superior onde, num anel de chama, se fazia a queima com um ruído característico – que podia ser anulado por um dispositivo silenciador, de compra opcional.

Estas características exigiam elevados requisitos técnicos na soldadura pelo que não admira que os suecos, seus inventores, tenham guardado ciosamente o segredo do seu fabrico. Disso nos dá conta Manuel Pereira:¹⁵⁵

Foi assim que se deu início à fabricação do também célebre fogareiro a petróleo, que à excepção da respectiva cabeça – que era importada – passou a fazer parte da gama do fabrico da Casa. Este foi o produto que viria a projectar a Firma para além fronteiras. Vasco Parreira havia apostado que viria a enfrentar com êxito os experimentados fabricantes Suecos, então detentores dos mercados mundiais neste ramo e não tardou em ganhar a aposta. Lutou contra a “Primus”, a “Optimus” e a “Svea”, até que conseguiu obter o segredo da soldadura da referida cabeça. A importação deste acessório deixou de fazer-se e o fogareiro Hipólito passou a ser inteiramente Nacional, mercê, também, da aquisição do necessário equipamento¹⁵⁶.

Os suecos não se deram por vencidos e decidiram montar uma fábrica em Vila Nova de Gaia com a marca *Fama* com o objectivo de fazer frente ao já conceituado fogareiro *Hipólito*. Contudo não tiveram êxito pois a presença da empresa torriense no mercado de fogareiros já era muito forte. Ao fim de poucos anos acabaram por vender a fábrica e a marca à *Casa Hipólito*!¹⁵⁷ - que viria a fabricar fogões com a marca *Fama* durante alguns anos e depois, a transformá-la mais tarde num entreposto comercial para a região Norte.

Hoje temos dificuldade em avaliar a importância do fogão a petróleo no quotidiano das populações. Símbolo melancólico de um passado recente transformou-se em objecto decorativo ou em ilustração icónica das secções de etnografia museológica. É preciso recuarmos algumas décadas e aprofundarmos o conhecimento sobre as condições de vida da população portuguesa no que respeita aos combustíveis disponíveis para uso doméstico, para percebermos a real importância deste equipamento¹⁵⁸.

Foi na linha de fidelidade ao princípio estratégico do fundador, de lançar produtos fabris de urgente necessidade, substituindo importações e vendendo a preços acessíveis, que a *Casa Hipólito* se lançou decisivamente no fabrico de fogões a petróleo. Essa opção marcou indelevelmente a marca e perdurou praticamente até ao fecho da fábrica em 1999.

¹⁵⁵ Discurso de Manuel Pereira, já citado na nota 148.

¹⁵⁶ O testemunho oral de Vasco Alberto Hipólito Parreira, filho de Vasco Parreira, por nós recolhido em 29 de Julho de 2015, parece reforçar esta história da descoberta do tal segredo:

«Quando fomos aos Jogos Olímpicos de Helsínquia [em 1952], visitámos uma fábrica de fogões na Suécia, acompanhados por um industrial judeu amigo de meu pai. Quando meu pai estava na zona dos materiais usados na soldadura das cabeças de fogareiro, aproveitou uma distração dos acompanhantes e guardou num lenço um bocado daquele produto e foi assim que se descobriu o segredo da soldadura.» No entanto parece haver uma contradição entre a data de 1952 e a do anúncio no *Diário de Notícias*, 1948, pelo que consideramos necessário olhar com reservas para estas informações.

¹⁵⁷ Cf. referência à Fábrica de Artigos de Metal (FAMA): Gonçalves Guimarães, O pólo industrial da Serra do Pilar, in: *A indústria portuguesa em perspectiva histórica: actas do Colóquio*, Lisboa, CLC – FLUP, 1998, p. 241-250: <https://www.google.pt/search?q=o+p%C3%B3lo+industrial+da+serra+do+pilar&cad=h> [Cons. 12 Julho 2016].

¹⁵⁸ Cf. *A História da energia, Portugal 1890-1980*, AAVV sob coordenação de Nuno Luís Madureira, Livros Horizonte, Lisboa, 2005, Cap. IV – O consumo doméstico de energia, p.115 e sgts.

Quando deixou de ter procura em Portugal, o fogão a petróleo continuou a ser consumido nos países do chamado Terceiro Mundo, para onde foi exportado em grande quantidade.



Figura 29 - Viagem à Alemanha e Hungria, em 1937, António Hipólito à esquerda e Vasco Parreira à direita

Bem se pode dizer que Vasco Parreira contribuiu de forma decisiva para a renovação da *Casa Hipólito*. Para isso, concorreu o bom relacionamento que sempre manteve com o fundador da empresa, de que um exemplo expressivo foi a viagem que ambos fizeram à Alemanha, por ocasião dos Jogos Olímpicos em Agosto de 1936, documentada no FCH que conserva os bilhetes de viagem e de ingresso no Estádio Olímpico de Berlim. Um ano depois, sogro e genro empreenderam nova viagem à Alemanha, alargada a outras paragens, como a Hungria, à qual se referiu uma curiosa reportagem do jornal *O Torreense* de 31 de Outubro de 1937, intitulada “A viagem de António Hipólito ao estrangeiro”. O jornalista, que assinou X., começa por dizer que fez uma visita de boas vindas ao “presado amigo, Sr. Comendador António Hipólito, o grande industrial torreense, da sua grande viagem comercial, de estudo e propaganda pelo estrangeiro”. Passados tempos, voltou aos escritórios do industrial, para lhe fazer uma grande entrevista sobre a viagem mas ficou desapontado com a negativa dele, escudada no facto de não ter tempo e ter muito que fazer. “Ficámos estupefactos e boquiabertos, e só o nosso amigo Vasco Parreira, nos tirou daquela situação, descrevendo-nos o passeio e mostrando-nos vários instantâneos da viagem” - desabafa o jornalista. E logo ali planeia pregar uma partida a A. Hipólito, surripiando quatro fotografias que publicou na peça jornalística que remata deste modo: “Agora vamos ter o prazer de saber que o nosso querido Comendador

vai ficar com a mesma cara com que nos deixou quando lhe rogámos a entrevista. Desculpe o nosso amigo António Hipólito a brincadeira, mas no jornalismo, o «amor com amor se paga»”.

Foi também através de Vasco Parreira que a *Casa Hipólito* iniciou a prática regular de acesso ao crédito bancário – como nos informa Manuel Pereira:

E, eis, nova acção preponderante de Vasco Parreira: /A sua vontade férrea de vencer na vida, aliada aos sãos princípios morais de que era possuidor, o seu gosto nato pelas relações públicas que projectam os homens para o futuro, o escrupuloso rigor com que cumpria os compromissos assumidos, inspiram toda a confiança à Banca que, sem vacilar, se prontificou a conceder-lhe todo o crédito de que necessitasse. / O seu grande amigo Vilarinho Gambeiro, na altura Gerente do Banco Espírito Santo em Torres Vedras, proporciona-lhe toda a abertura àquela Casa bancária¹⁵⁹.

Os últimos anos da vida activa de António Hipólito, já escorados na colaboração de seus filhos e sobretudo do genro, vão conhecer, para além do fabrico dos fogões a petróleo, a intensificação produtiva na área vitivinícola. Isso é bem patente na copiosa publicidade desta época que nos informa sobre a gama de produtos fabricados: “bombas para vinho, mostos e aguardentes; prensas, esmagadores para uvas, mangueiras, chupadores; caldeiras de destilação de todos os sistemas; bombas para lavagem de automóveis”¹⁶⁰.

No semanário de circulação nacional “*Notícias*” *Agrícola*, publicado pela Empresa Nacional de Publicidade do *Diário de Notícias*, ao longo de 1933 e até 1935, a *Casa Hipólito* publicitou regularmente produtos seus, privilegiando a época das vindimas. A enumeração que se segue, retirada dos anúncios, dá bem a ideia dos seus fabricos:

[...] pulverizadores de pressão para jardins e tratamento de árvores; bombas Ideal para trasfegas; prensas para lagares, caldeiras de destilação e todo o restante material vitivinícola; torpilha Aurita que permite uma economia de 50% nas enxofras, devido ao seu bom funcionamento;¹⁶¹ cinchos, lagariças, válvulas para tonéis, torneiras de válvula; prensas Marmonier: a prensa é um complemento da bagaceira com cincho e lagariça para espremer bagaços, borras, resíduos, etc; sulfítómetro – sistema Pacottet, dosagem rápida e exacta para a aplicação do Anidrido Sulfuroso aos mostos, vinhos, cervejas, etc; QUEREIS TER BONS FRUTOS? É este o melhor período para atacar o mal das árvores, aplicando as caldas sulfocálcicas com os **Pulverizadores de pressão** de 4 e 6 atmosferas, fabrico especializado da Casa Hipólito, que resiste a todas as caldas empregadas nestes tratamentos. Temos também o **Pulverizador Hipólito** sem pressão para as mesmas caldas mas para pequenas curas; aparelhos compostos de fornalhas e caldeiras com agitador manual para confecção das caldas **sulfocálcicas** pelos melhores processos e aconselháveis pelas BRIGADAS DA COMPANHIA DE

¹⁵⁹ Discurso de Manuel Pereira, já antes citado (Notas 148 e 155)

¹⁶⁰ Cf. jornal *O Torreense*, 13 de Outubro de 1935, cujo anúncio se repete semanalmente até Novembro de 1936.

¹⁶¹ A *torpilha* espalha pó de enxofre, enquanto o *pulverizador* espalha líquido sob pressão. O nome *Aurita* expressava uma homenagem de A. Hipólito à sua filha mais nova, Aura. Estas torpilhas tiveram muito êxito entre os agricultores. Já se comercializavam aquando da presença de A. Hipólito na *Feira Ibero-Americana de Sevilha*, em 1929, para a qual mandou imprimir centenas de cartões publicitários em espanhol.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA; Pulverizadores Hipólito e Vermorel; niquelagem e cromagem de peças de automóvel.

Já atrás referimos que a *Casa Hipólito* tinha uma loja na R. Serpa Pinto em que comercializava, para além dos seus produtos, outros de que era representante, diversificando a oferta no campo das utilidades domésticas.

2.9. A Segunda Grande Guerra

Entrada a década de 40, já em plena Grande Guerra, a empresa procurava manter a estabilidade produtiva e um bom ambiente de trabalho que decorria sobretudo, do facto de os patrões - António Hipólito, filhos e genro - trabalharem na fábrica¹⁶². Contudo, a empresa debatia-se com os problemas decorrentes da falta de matérias-primas, sobretudo cobre, latão e ferro. A este propósito ainda hoje se contam histórias cuja veracidade não é possível averiguar dada a falta de documentos elucidativos. É o caso do blogue *Vedrografias*, administrado por Venerando de Matos, historiador local torriense de reconhecido mérito que, numa entrada em 1 de Setembro de 2009, sob o tema genérico *Torres Vedras e a segunda guerra mundial*, afirma:

Mas nem todos os efeitos foram negativos. É conhecido o caso da “Casa Hipólito” que ficou a dever em grande parte a sua expansão à guerra, nomeadamente nas relações privilegiadas que, pelo menos desde 1938, mantinha com a Alemanha, fabricando invólucros de granada, pelo que o nome dessa empresa chegou a constar de uma “lista negra” elaborada pelos aliados, com os nomes de empresas que haviam colaborado com os alemães, divulgada aos microfones da BBC, e envolvendo outras empresas da região, entre elas uma serralharia de Runa. Só a diplomacia de um Vasco Parreira, bem relacionado com o delegado comercial da embaixada Norte-Americana, conseguiu livrar a empresa de sofrer as consequências dessa situação¹⁶³.

O autor do blogue não acrescentou quaisquer notas comprovativas desta afirmação. Em posterior conversa connosco referiu que se tratava de um facto dado como certo por pessoas que viviam naquela época em Torres Vedras e que assim lho transmitiram. Pela nossa parte, procurámos outras fontes – mas nada encontramos. Tentámos, também, recolher testemunhos orais mas o único que nos soube falar sobre o assunto tem uma

¹⁶² Em Dezembro de 1940 teve lugar um acontecimento que nos parece elucidativo sobre o ambiente social vivido na fábrica: uma excursão da Casa Hipólito à Exposição do Mundo Português. A viagem, totalmente custeada pela empresa, envolveu todos os trabalhadores, transportados em autocarros, como se vê na foto que acompanha a notícia. Naturalmente esta iniciativa inseriu-se na propaganda política da época, bem visível no último parágrafo: «A excursão de trabalhadores da CASA HIPÓLITO constituiu, por isso, um interessante empreendimento, de alto sentido patriótico, e digno de todo o louvor.» (notícia publicada no jornal *A Voz do Concelho*, em Dezembro de 1940.)

¹⁶³ Blogue *Vedrografias* <http://vedrografias2.blogspot.pt/2009/09/torres-vedras-durante-ii-guerra.html>. [Cons. 29 Junho 2016]

Este texto já fora publicado na revista *Torres Cultural*, nº 7, edição do Sector de Cultura da Câmara Municipal de Torres Vedras, Gabinete de Estudos Torreenses, 1996, pp. 2-7.

versão bem diferente. Trata-se de Vasco Alberto Parreira, filho de Vasco Parreira, que nos disse:

Eu era miúdo e já ouvia essa história de que a Casa Hipólito fabricava granadas para os alemães. Mas isso não tem fundamento. Nem a empresa tinha capacidade técnica para isso. Porque é que se dizia isso? O que acontecia era que, como havia falta de matéria-prima, as nossas camionetas iam comprar material de guerra obsoleto, vendido como sucata nos armazéns militares em Lisboa. Aqui em Torres Vedras esse material de cobre era transformado em chapa numa máquina laminadora construída na fábrica.

Mas isso que se dizia criou problemas ao meu pai. Ele já trabalhava há uns anos com uma firma alemã que tinha representação em Lisboa, a Sociedade Zickermann¹⁶⁴. Através dela importava produtos alemães. O cônsul inglês veio falar com o meu pai exigindo que ficasse com todo o material que tinha vindo da Alemanha mas o meu pai recusou-se pois queria cumprir o contrato com a firma. Essa a razão de a Casa Hipólito ter ido para a lista negra dos ingleses. Mais tarde o novo cônsul inglês reconheceu que tinha havido um equívoco mas o meu pai não conseguiu que ele passasse a escrito esse reconhecimento. Se a firma Zickermann era nazi, não sei, mas isso não tinha nada a ver com os negócios que fez com a Casa Hipólito¹⁶⁵.

Quanto a nós, esta questão é conjuntural e não pode ser apreciada com critérios de julgamento sumário, acusando a *Casa Hipólito* de actividades colaboracionistas com os nazis de Hitler, como já ouvimos em conversas avulsas. A historiografia que se tem debruçado sobre as relações económicas entre empresas portuguesas e alemãs, durante a Segunda Grande Guerra, demonstra que elas eram frequentes e abertas, sujeitas naturalmente ao evoluir da situação político-militar e às manobras diplomáticas do Presidente do Conselho, Oliveira Salazar. Veja-se, por exemplo, Fernando Rosas:

Quanto ao comércio legal, e em termos globais, (...) o valor do comércio geral com a Alemanha, e em particular o das exportações com esse destino, à excepção do ano de 1940, representou ao longo da guerra um peso decisivo no conjunto do comércio externo português, superior mesmo às percentagens de antes do conflito. Em 1942 e 1943 a Alemanha é o segundo parceiro comercial de Portugal, sendo que em 1941 é o principal destino das nossas exportações (...). Ainda que com menor peso absoluto e relativo, os valores da importação não deixam igualmente de chamar a atenção: em 1942 a Alemanha é o principal fornecedor português, ocupando a segunda posição (se excluirmos as colónias) no ano seguinte¹⁶⁶.

Admitimos, portanto, que os gerentes da *Casa Hipólito* agiram nesta época com a cautela e o pragmatismo que a situação exigia, na via estreita das opções empresariais que garantiam a sobrevivência da empresa.

¹⁶⁴ A firma Sociedade Zickermann ainda hoje tem sede em Lisboa, na R. de São Sebastião da Pedreira. Dedicar-se ao comércio e representações nas áreas de vácuo e electrónica, minérios e metais.

¹⁶⁵ Depoimento oral do Eng^o Vasco Alberto Hipólito Parreira.

¹⁶⁶ Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939 – 1945*. Editorial Estampa, Lisboa, 1995, p. 60. A mesma perspectiva encontramos em João Paulo Avelãs Nunes no seu livro *O estado novo e o volfrâmio (1933-1947: actividade mineira, “grande depressão” e segunda guerra mundial*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. [Parcialmente em linha] em:

https://books.google.pt/books?id=u_x0vx6eWfsC&pg=PA2002-IA20&lpg=PA2002-IA20&dq=sociedade+Zickermann+na+segunda+grande+guerra&source=bl&ots=SaKjRgjKk-&sig=NkjO5FmeOUTXcMQejnaIccuL7Bw&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwiqPLaTrM7NAhXC1xQKHURUqBeIQ6AEIGzAA#v=onepage&q=sociedade%20Zickermann%20na%20segunda%20grande%20guerra&f=false [Cons. 29 Junho 2016]

Bem mais significativa nos parece a referência que ouvimos em vários dos testemunhos orais recolhidos sobre a *máquina laminadora*. Face à carência de matéria-prima, A. Hipólito, sempre perspicaz e inventivo, criou na fábrica um dispositivo que transformava em novas chapas o material fundido proveniente de sucata seleccionada, garantindo, assim, a continuidade da produção, numa época crítica para a indústria metalo-mecânica¹⁶⁷.

Contudo, a importante e decisiva alteração no quotidiano fabril da *Casa Hipólito* deu-se no ano de 1943 quando António Hipólito, o velho fundador, foi acometido de doença incapacitante, um AVC, que pôs fim à sua vida activa. Corria, assim, uma cortina sobre quatro décadas de intenso e profícuo trabalho, obrigando o protagonista a recolher-se aos bastidores da empresa, dando lugar à nova geração que já lá representava o seu papel e que passava agora à cena principal.

2.10. A última invenção de António Hipólito

Caberá aqui, ao fechar a abordagem à primeira fase da vida da *Casa Hipólito* – que corresponde à vida activa do fundador - fazer uma referência ao que podemos considerar o último contributo de António Hipólito para a sua empresa: o esquentador a petróleo. Já sabemos que a linha estratégica do grande industrial apontou sempre para a fabricação de equipamentos de utilidade quotidiana, substituindo os produtos importados por outros mais baratos e de qualidade garantida. Foi assim com os pulverizadores, com os fogões, com as lanternas de estábulo ou com a maquinaria ligeira de apoio à vinicultura. Quando não fabricava, tinha a preocupação de criar espaços comerciais onde se vendessem as utilidades domésticas de que se fazia representante. Assim aconteceu com os produtos para casas de banho e da área eléctrica. Também na comercialização dos aparelhos de telefonia sem fios (TSF) António Hipólito foi pioneiro em Torres Vedras. Faltavam os esquentadores.

Na Europa o antepassado do actual esquentador a gás já era conhecido desde meados do século XIX mas estava longe de ser um bem de consumo vulgar. Nos Estados Unidos da América só se generalizou nos anos 30 do século seguinte. Portugal, sempre mais lento no uso das novas tecnologias, mal sabia o que isso era. Usava o gás para fins de iluminação pública e pouco mais. Só nos finais dos anos 30 do século XX se começara a

¹⁶⁷ Depoimentos orais de José Augusto de Carvalho o “Coelhinho”, Armando Firmo e Engº Vasco A. H. Parreira.

comercializar o gás butano através da *Cidla* – com a marca *Gascidla* - mas apenas em Lisboa e no Porto¹⁶⁸ e mesmo assim quase só para aquecimento e fogões de cozinha. No resto do país o consumo de gás em garrafas, para uso doméstico, só adquire expressão nos finais dos anos 50¹⁶⁹. O esquentador continuava a ser um equipamento muito raro que apenas se massificou nos inícios de 60.

Estava-se em 1940. Sempre atento às realidades do seu tempo e a possíveis “janelas de oportunidade”, A. Hipólito congeminou um esquentador a petróleo com nova configuração, mais eficiente e segura, em relação a outros que já existiam no mercado com esse combustível. A novidade da sua proposta consistia na incorporação do depósito de petróleo no corpo do esquentador. O resultado, visível nos desenhos que acompanharam a submissão do invento, mostra-nos um modelo formal surpreendentemente próximo dos que viriam a ser fabricados para o gás nos anos 60.

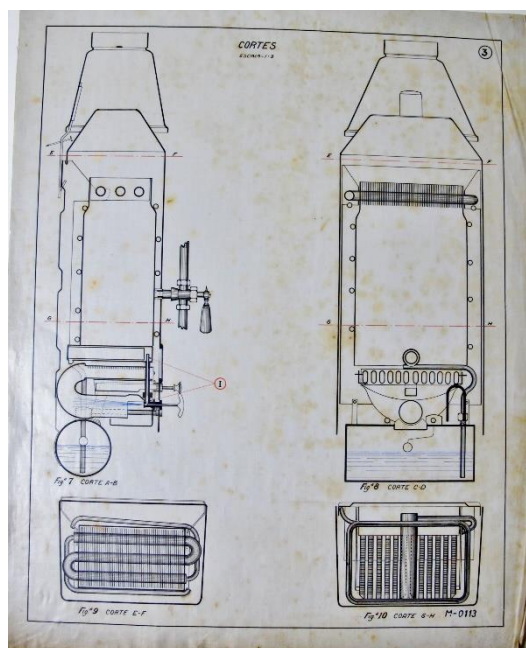


Figura 30 - Esquentador Hipólito, 1940

Temos diante de nós as cópias dos documentos enviados à entidade nacional que na altura registava os inventos, a Repartição da Propriedade Industrial¹⁷⁰. Cumprindo os requisitos legais,¹⁷¹ são eles: texto com exposição técnica do invento, “reivindicações” e “memória descritiva do esquentador Hipólito segundo a ordem dos desenhos”. Não

¹⁶⁸ Ver o blogue *Restos de colecção*: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2009/11/gazcidla.html> , quanto a nós, um repositório credível de informações e de imagens relativas à História contemporânea de Portugal. [Cons. 23 de Agosto de 2016]

¹⁶⁹ Cf. *A História da energia, Portugal 1890-1980...*, pp. 134-140.

¹⁷⁰ Este organismo público foi substituído em 1976 pelo INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

¹⁷¹ Cf. Giuliana B. A. Gattass, Ano 2 (2013), nº 11, 12353-12375 / <http://www.idb-fdul.com/> ISSN: 2182-7567, disponível em: http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2013/11/2013_11_12353_12375.pdf [Cons. 22 Julho 2016]: “As reivindicações estabelecem os direitos do titular da patente, sobre a matéria objecto de protecção, frente ao comportamento de terceiros que venham a utilizar ou comercializar a invenção reivindicada. E ainda, informam a terceiros o que a patente protege, quais os limites da protecção concedida ao titular. Devemos considerar a reivindicação como a peça escrita mais importante do pedido de patente, através da qual o inventor requerente, após a exposição da solução técnica que pretende que lhe seja concedida a exclusividade, delimita dentro do texto da exposição, a parte específica para qual pretende o privilégio.”

cabendo aqui a transcrição completa dos textos, seleccionamos um excerto elucidativo, com o indicativo do local / data que apresenta no final:

[...]

No ESQUENTADOR agora inventado, o fogão tem forma apropriada e é integrado no conjunto, o que faz do aparelho um esquentador completo. / Isto só por si representa um invento que é caracterizado pela forma especial do dispositivo de gazificação e da combustão do petróleo para melhor distribuição do calor e, portanto, maior rendimento em menor espaço de tempo.

[...] Lisboa, 8 de Abril de 1940¹⁷².

Este invento nunca passou à fase de fabrico. Depois da apresentação à Repartição da Propriedade Industrial seguiu-se naturalmente um prazo de estudo e análise. A resposta, se a houve, já terá encontrado A. Hipólito em condições de saúde que não lhe permitiram pôr em prática o que com tanto engenho urdira.

¹⁷² Os documentos referentes ao invento do esquentador fazem parte de um conjunto oferecido, por nosso intermédio, ao Museu Municipal Leonel Trindade, pelo senhor Luís Fortes, antigo trabalhador da *Casa Hipólito*.

3. Segunda fase – 1944 a 1980

Abarca os anos em que a empresa foi administrada pela geração que sucedeu ao fundador e que tem como figuras cimeiras o filho primogénito, António Hipólito Junior, e o genro, Vasco Rodrigues Parreira. A data limite é a que corresponde ao agravamento dos problemas da empresa e ao progressivo afastamento por doença da figura cimeira desta fase, Vasco R. Parreira.

3.1. Passagem a sociedade por quotas Ld.^a

No dia 12 de Maio de 1944 o notário torriense Joaquim Nunes Correia deslocou-se à residência do Comendador António Hipólito a fim de passar à letra de escritura a constituição da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada *Casa Hipólito, Limitada*¹⁷³. Ao acto compareceram: António Hipólito Junior, o primogénito, que outorgava por si e como bastante procurador de seu pai, António Hipólito, e sua mãe Maria Inácia Hipólito, ali presentes; os outros filhos José Hipólito, João Hipólito e Alberto Hipólito, casados e identificados como industriais; a filha, Dona Elvira Hipólito Parreira e seu marido Vasco Rodrigues Parreira; e a outra filha, Dona Aura Hipólito, solteira, maior. O capital social era de 500 000\$00 (quinhentos mil escudos), soma das seguintes quotas: 380 000\$00 de António Hipólito e 20 000\$00 de cada um dos seis filhos¹⁷⁴.

A leitura desta escritura dá-nos algumas indicações interessantes. A primeira é a da preponderância da figura do fundador, expressa na propriedade da maioria do capital social e noutras cláusulas sobre possíveis alterações futuras da Sociedade nas quais ele se constitui parte privilegiada. Possivelmente, na altura em que foi exarada esta escritura, ainda havia esperança de que o velho patriarca da família retomasse a saúde e voltasse ao leme. Mas tal não aconteceu. António Hipólito passou os restantes onze anos de vida arrimado ao enfermeiro particular que o acompanhava dia e noite¹⁷⁵. Aliás, no acto da assinatura final, o notário reconheceu: “Assim o disseram e outorgaram, não assinando o

¹⁷³ A escritura consta do livro de notas nº 1103 C, folhas 25 e seguintes, do cartório da Secretaria Notarial de Torres Vedras. Temos presente uma cópia existente no FCH.

¹⁷⁴ Na escritura refere-se que os 380 000\$00 de António Hipólito se concretizavam assim: 252 200\$00 em dinheiro e 127 800\$00 em valor de dois prédios urbanos, um na rua Serpa Pinto e outro na rua Dr. Aleixo Ferreira.

¹⁷⁵ Trata-se do “João enfermeiro” que assistia António Hipólito e era seu motorista, já referido no Capítulo I, 1.

marido [António Hipólito] por declarar que o não podia fazer e sua esposa por declarar que não sabia”.



António Hipólito Júnior

Figura 31 - António Hipólito Junior, o primogénito do fundador

Outra observação que podemos fazer é o reconhecimento de que ao filho primogénito, António Hipólito Júnior, competia maior quinhão de responsabilidade, visível tanto na procuração dos pais como no facto de ele ser obrigatoriamente imprescindível na representação da sociedade, acompanhado de qualquer outro sócio gerente. Por último, anote-se a participação de Vasco Rodrigues Parreira como figura secundária nesta sociedade, apenas em representação de sua mulher. Muitos anos mais tarde, no já referido discurso de Manuel Pereira na festa de homenagem a Vasco Parreira,

encontramos a explicação:

Em 1944, dado o volume de transacções, foi constituída a Sociedade por quotas, Casa Hipólito Limitada, da qual, por vontade expressa do Homenageado de hoje, ficaram fazendo parte, além do Fundador, apenas seus filhos. Vasco Parreira, nessa sociedade, agiu sempre em representação de sua mulher, nunca tendo abdicado a sua condição de empregado.

Contudo, e para que não houvesse dúvidas, no mesmo dia 12 de Maio de 1944, os outorgantes deslocaram-se ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia onde compareceu o mesmo notário, a fim de reconhecer a qualidade de procurador de seus pais a António Hipólito Junior por decisão constituinte deles, António Hipólito e sua esposa Maria Inácia Hipólito. Entende-se a particularidade do local do acto – o Hospital – dado que se requeria a presença abonatória de dois médicos como testemunhas qualificadas. Assim escreveu o notário:

Foram testemunhas os Excelentíssimos Senhores Doutores José Alberto de Bastos e Afonso Avelino Pedreira Vilela, casados, médicos, residentes nesta vila, que, na sua qualidade de médicos me afirmaram a sanidade de espírito do outorgante António Hipólito (...).

De facto, aqueles eram dois prestigiadíssimos médicos torrienses que deixaram marcas indeléveis da sua actividade na comunidade onde exerceram clínica durante muitos anos. A sua escolha para este acto não terá sido obra do acaso. Estava em causa a sucessão na gerência da maior empresa torriense da época e esta escritura marcou a

passagem para uma nova fase da sua vida. A gestão em nome individual, centrada na figura do fundador, foi substituída pela dos sócios gerentes, eleitos em Assembleia. Naturalmente, foi o filho primogénito a assumir esse papel, reconhecido pelos irmãos e cunhado. António Hipólito Junior será, nos anos seguintes e até ao seu declínio físico, no início dos anos 70, “o patrão” da fábrica. Seu cunhado Vasco Parreira assumirá cada vez maior importância na área comercial, tanto a nível nacional como internacional. Os dois completar-se-ão. Contudo, o campo de acção de Vasco Parreira revelar-se-á decisivo, o que lhe dará cada vez mais protagonismo na evolução da empresa. Isso veremos mais adiante. Quanto aos irmãos, os testemunhos orais por nós recolhidos apontam para que tiveram acção circunscrita no trabalho fabril ou administrativo, sem relevância significativa para além do quotidiano imediato.

Esta mudança correspondeu às alterações que paulatinamente se iam verificando no velho burgo torriense. Recorde-se que o hospital da Misericórdia, de que atrás fizemos referência, havia sido inaugurado um ano antes, em 1943, no mesmo dia - 18 de Julho - em que também foram o lavadouro público e a nova estação dos Correios¹⁷⁶. Dia grande, esse, pois foi marcado pela visita a Torres Vedras do Presidente da República, General António Óscar de Fragoso Carmona. Também a *Casa Hipólito* teve motivo para festejar: numa das muitas cerimónias daquele dia memorável, o Presidente da República impôs as insígnias do grau de Cavaleiro da Ordem do Mérito Agrícola e Industrial, Classe do Mérito Industrial, a Alberto da Conceição Ferreira, torneiro mecânico da empresa, como veremos mais adiante.

3.2. Instalações

O normal crescimento de uma empresa exige a adaptação dos espaços disponíveis para a sua laboração. Como já atrás referimos, a pequena oficina inicial de António Hipólito foi sofrendo sucessivos ajustamentos ao longo das primeiras décadas da sua existência. No entanto, a localização no coração do que viria mais tarde a ser definido como Centro Histórico não facilitava as necessárias ampliações¹⁷⁷. O problema principal

¹⁷⁶ Notícia desenvolvida no jornal *O Torreense* de 11 de Outubro de 1943. Mais tarde, na edição de 18 de Maio de 1951, o mesmo jornal, a propósito da morte do General Óscar Carmona, recorda a sua visita a Torres Vedras oito anos antes e a distinção conferida a Alberto Ferreira, ilustrada com uma foto.

¹⁷⁷ O conceito de *Centro Histórico de Torres Vedras* passou a instrumento de ordenação urbana nos anos 80 do século passado. Cf. endereço electrónico da Câmara Municipal de Torres Vedras em <http://www.cm-tvedras.pt/urbanismo/centro-historico/>. [Cons. 7 Julho 2016] Contudo, numa deliberação camarária de 1954, relativa a requerimentos da *Casa Hipólito* para ampliação de instalações na zona

era o parcelamento da propriedade urbana. Por isso, ao longo dos anos 40 assiste-se a um esforço de compra, por parte da *Casa Hipólito*, das propriedades em que já estava instalada e das adjacentes, de modo a dispor de quase todo o quarteirão urbano onde projectava construir um grande edifício de vários andares. Não caberá aqui fazer a relação exaustiva dessas compras, que estão documentadas no FCH¹⁷⁸. Para rememoração de muitos torrienses que ainda hoje recordam antigos edifícios e seus donos, limitamo-nos a anotar os nomes dos vendedores de prédios situados no quarteirão definido pela Rua do Terreirinho, Rua Dr. Aleixo Ferreira, Praça Machado dos Santos, Travessa de Santiago e Rua Serpa Pinto: Óscar Prudêncio e mulher, Maria Cândida Batista Prudêncio; Olavo Ferreira e sua mulher Maria Rosa Vala Rodrigues dos Santos; Mariana Oliveira Martins; Manuel Rodrigues Parreira; José Joaquim Miranda; Maria Clementina Mendes e Maria do Carmo Mendes; Maria Otilio dos Santos Grilo e Maria Irene dos Santos Grilo (proprietárias da *Tipografia Grilo* que ali existia).



Figura 32 - Antigo Grémio Artístico Torreense, ao lado da Igreja de Santiago.
Foi demolido para se construir a Fábrica A

Destas aquisições, a mais curiosa refere-se ao negócio entre a *Casa Hipólito* e Manuel Rodrigues Parreira – pai de Vasco Parreira e, por conseguinte, “compadre” do Comendador António Hipólito. Tratou-se de dois prédios: o primeiro, “casa de habitação de altos e baixos, casa que serve de teatro; sótão, casas de arrecadação e quintal”; o

histórica, já se invocava o facto de «o Plano de Urbanização, superiormente aprovado, prever em prazo mais ou menos longo, a transferência para a Zona própria, das indústrias existentes na Zona habitacional» pelo que a aprovação do projecto era feita «a título precário sem direito a qualquer indemnização.»

¹⁷⁸ Cf. FCH, Caixa 2, Pasta 01.

segundo, “casa de habitação de primeiro andar, lojas, saguão e quintal.” Detenhamo-nos no primeiro prédio, “casa que serve de teatro”: era o espaço alugado pelo Grémio Artístico Torreense, a mais antiga associação cultural torriense, fundada em 1891¹⁷⁹. A sua compra implicou uma negociação amigável entre a gerência da *Casa Hipólito* e a Direcção do Grémio, nestes termos:

(...) fora firmado um contrato no qual a casa Hipólito se obrigava a construir, em local e sob projecto a ser aprovado em Assembleia Geral, um edifício próprio para a nova sede até ao montante de 375 mil escudos. O jornal *Badaladas* publicou que, no ano de 1950, a (...) sede fora transferida para a Rua Álvaro Galvão em edifício pertencente à firma casa Hipólito, SA, à qual o Grémio pagava, à data, uma renda¹⁸⁰.

Em 31 de Outubro de 1948 já o jornal *O Torreense* informara numa pequena local que a *Casa Hipólito* apresentara em Lisboa, para aprovação da Inspecção dos Espectáculos, o projecto do novo edifício, na Rua Álvaro Galvão, destinado às novas instalações do Grémio, elogiando a empresa que não se poupava a despesas “para dotar esta colectividade com um moderno edifício à altura das suas belas e inesquecíveis tradições.”

Outras aquisições feitas pela *Casa Hipólito*: “Casa de altos e baixos e quinta”, na Rua Elias Garcia, de que era proprietária Mariana de Oliveira Martins; “Uma faixa de terreno da Cerca”, de que eram proprietários António Pedro da Cruz e Maria de Jesus Roque do Vale; “uma terra denominada Cerca”, propriedade de Maria Clementina Pereira Mendes Leão e marido Dr. José Jorge de Oliveira Leão, e de Margarida do Rosário Pereira Mendes Geadá; “Casas de habitação, adegas, pátio”, localizados na Rua dos Cavaleiros da Espora Dourada, R. da Várzea e Horta Nova, dos mesmos proprietários.

No início da década de 50, os prédios do quarteirão referido, depois de demolidos, acabaram por se juntar em matriz predial única, possibilitando a construção do grande edifício de quatro pisos, na Rua Dr. Aleixo Ferreira, que foi designado por *Fábrica A*¹⁸¹. Nos terrenos dos prédios das ruas paralelas àquela – Espora Dourada, Várzea e Horta Nova - vieram a ser construídos os chamados Pavilhões. Na Rua Elias Garcia – com comunicação para o espaço conhecido por Patim – foi montado o armazém de material eléctrico. Na falta de dados mais concretos, apurámos que o edifício da *Fábrica A* foi

¹⁷⁹ Cf. Benedita Isabel G. F. Freitas – *O teatro...*

¹⁸⁰ *Idem*, p. 25.

¹⁸¹ Nos serviços camarários de Torres Vedras os processos de obras relativos à Casa Hipólito que nos foram facultados não recuam para lá de 1964 e dizem respeito apenas à zona industrial de Arenes.

projectado pelo Arquitecto Frederico Jorge e estava concluído por volta do ano 1954. Os restantes terão sido construídos um pouco mais tarde.

Assim, em meados dos anos 60, para além dos escritórios, loja e salão de exposições, na Rua Serpa Pinto, as instalações fabris da *Casa Hipólito* eram estas:¹⁸²*Fábrica A*, com quatro pavimentos nos quais se encontravam as seguintes secções:

. Rés-do-chão: serralharia mecânica, serralharia civil, soldaduras, balancés, tornos automáticos, central eléctrica e ar comprimido.

. 1º andar: galvanoplastia, latoaria, tornos de revólver, secção de cabeças, cunhos e cortantes, secção Cidla.

. 2º andar: secção de Mola Punc (molas para fecho automático de portas), limpeza química, pintura, polissagem, acabamento e embalagem.

. 3º andar: secção de cabeças, atomizadores.

. 4º andar (terraço): armazém.



Figura 33 - Vista aérea da Fábrica A, ao lado da Igreja de Santiago

Na Rua dos Cavaleiros da Espora Dourada:

¹⁸² Baseamo-nos num *Relatório sobre Prevenção de Sinistros*, assinado por Liberto Machado, Monitor de Segurança, datado de 1 de Novembro de 1964, em que é feita a análise às condições de trabalho nos diversos sectores de trabalho da fábrica. (FCH)

- . Pavilhão A: oficina de serralharia
- . Pavilhão B: serralharia mecânica, tornearia mecânica, 5 balancés de fricção e 3 de cambota, central eléctrica. Secção de gás.
- . Pavilhão C: pintura à pistola
- . Fundição e armazém de retém de metais

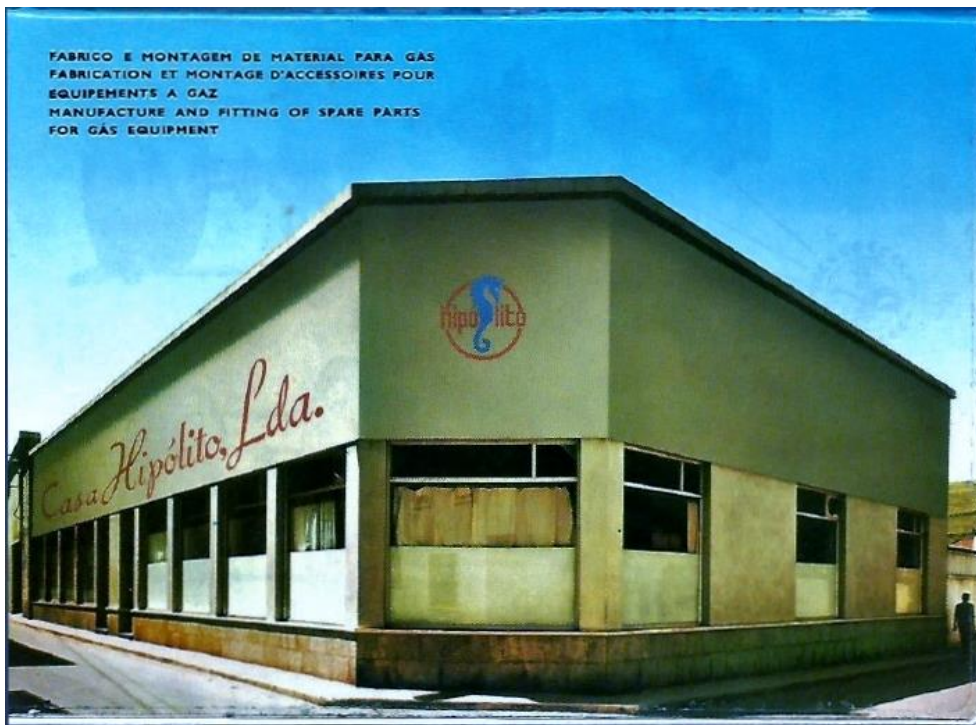


Figura 34 - Pavilhões, R. Cavaleiros da Espora Dourada

- . Armazém de material eléctrico (AME).



Figura 35 - Placa sobre a porta nº 5, R. Elias Garcia, um dos acessos ao AME

Na Rua Cândido dos Reis:

. Armazéns Centrais, onde se centralizavam os serviços de expedição de encomendas.



Figura 36 - Armazéns Centrais, R. Cândido dos Reis

Além destas instalações em Torres Vedras, a *Casa Hipólito* continuava a dispor da fábrica *Fama*, em Vila Nova de Gaia, na qual eram fabricados os fogareiros *Fama*, marca que havia sido comprada uns anos antes aos suecos¹⁸³.

Em *A Hora - Jornal Ilustrado*, publicado nos finais de 1959¹⁸⁴, encontramos uma descrição pormenorizada das instalações da empresa. Na parte comercial, situada na R. Serpa Pinto, contava três estabelecimentos. Num deles expunha todos os produtos fabricados; nos outros dois apresentava a secção de electricidade, utilidades, águas e aquecimento, para o que dispunha de pessoal especializado que assegurava a instalação e a montagem. Nos andares superiores destas instalações funcionavam os escritórios que ao longo dos anos 60 se foram alargando à medida das necessidades, mormente a secção

¹⁸³ Conforme referimos no subcapítulo 2.8.

¹⁸⁴ Cf.: Notícia histórica sobre a Casa Hipólito, Ld^a, in: *A Hora – Jornal Ilustrado*, Ano XXVII, Lisboa, Outubro e Novembro 1959 – N^os 276 e 277.

de exportações e a primeira fase da informatização, com os cartões perfurados dos primeiros sistemas da IBM.



Figura 37 - Escritórios e lojas na R. Serpa Pinto

Pela descrição pormenorizada, vale a pena transcrever o que *A Hora* viu na visita à parte fabril:

[...] encontramos ali instalada a mais moderna e variegada maquinaria. Assim recordemos: a secção de máquinas automáticas, com os seus tornos de grande produção, funcionando e construindo automaticamente as mais diferentes peças que hão-de vir a equipar os produtos que saem das fábricas da Casa Hipólito, Ld^a; a secção de estampagem ou cunhagem com as suas prensas de grande tonelagem; a secção de ferramentas onde são construídos os cunhos, cortantes e toda a espécie de ferramentas, que irão equipar as máquinas, como tornos, frezas, pantógrafos de grande precisão, etc.; a secção designada por tornearia de metais, com todo o seu maquinismo moderno, para torneamento e controlo de torneiras e redutores para gaz, e de inúmeras peças metálicas; a secção de galvanoplastia e polissagem, instalada com todos os requisitos de higiene. / A secção de serralharia vinícola, também excelentemente montada, com

óptimos tornos, escateladores, mandriladores, serras de corte, etc. / Há ainda outras secções como sejam, controle, fundição, acabamentos e embalagens, armazéns, etc, que visitados deixam igualmente as melhores impressões¹⁸⁵.

Quanto às futuras instalações na várzea de Arenes, elas começaram a ser construídas em Maio de 1964. Nessa data teve início a edificação da primeira nave industrial, um edifício designado no processo de obras nº 560/64, da Câmara Municipal de Torres Vedras, como “armazém”, de planta rectangular, com 70^m de comprimento por 40^m de largura, concluído em Maio de 1965. Logo de seguida, entre Novembro de 1964 e Outubro de 1965, foi construído um pavilhão de apoio à nave inicial, equipado com balneário, pequeno refeitório e instalações sanitárias, bem como uma moradia para habitação de um guarda. Quase em simultâneo, em Dezembro de 1964 começou a erguer-se um segundo armazém, acoplado ao primeiro, que ficou concluído em Junho de 1965. Por último, em Dezembro de 1966 iniciou-se a construção do grande refeitório, edifício de linhas arquitectónicas fora do comum, desenhado e construído por Altino Aldo Gromicho, um “diplomado em construções civis e obras públicas”, de Torres Vedras. Deu-se por concluído em Junho de 1967.

Hoje, ao consultarmos as caixas dos processos da *C. Hipólito* em Arenes, perante as sucessivas datas dos requerimentos para autorização das obras, somos levados a supor que não houve um plano previamente estruturado para a sua consecução. Além disso, os terrenos da várzea de Arenes, até há pouco de utilização exclusivamente agrícola, ainda não tinham sido urbanizados, isto é, dotados das infra-estruturas necessárias – água, luz e esgotos, além dos acessos viários¹⁸⁶. Tal suposição mais se consolida perante a polémica surgida por aquela época nas páginas do *Badaladas*. É o que veremos a seguir.

3.2.1. A “galinha que põe ovos de ouro”

Vamos um pouco atrás e recordemos o Relatório de Prevenção de Sinistros de 1 de Novembro de 1964, já referido no subcapítulo 3.2. Ele era muito severo quanto às condições de trabalho fabril. Em tom de crítica construtiva, apontava falhas graves na prevenção de acidentes de trabalho: falta de uso de meios de protecção individual,

¹⁸⁵ *Idem*, p. 25.

¹⁸⁶ Veja-se a extensa nota de imprensa da Câmara Municipal de Torres Vedras, publicada no semanário *Badaladas* em 10 de Setembro de 1966, com o título “Tempo de acordar”, na qual se enunciam as iniciativas camarárias. Em dada altura, refere: «(...) adquiriu-se terreno no valor de 330 contos, para a abertura e alargamento do acesso à zona industrial, dada a urgência em servir as novas fábricas Hipólito.»

exiguidade de espaço de muitas secções, arejamento e iluminação deficientes. A visita desta inspecção não terá sido alheia a alguma má fama da fábrica quanto às condições de trabalho, de que ainda hoje os mais antigos nos falam¹⁸⁷.

Era evidente a necessidade de renovação das instalações fabris da *Casa Hipólito*. Além disso, a empresa enfrentava sérios problemas com a falta de espaço para a contínua expansão da sua actividade. Impôs-se à gerência a necessidade de olhar para os arredores da vila, buscando terrenos adequados e disponíveis. Estudou a hipótese da Quinta das Fontainhas, a seguir ao Aqueduto, na estrada para Runa, que logo se gorou, e acabou por se fixar na chamada Várzea de Arenes, margem direita do Sizandro, no início da estrada que leva ao Maxial, Vilar e Cadaval. Fizeram-se as primeiras aquisições de terrenos e em 1960 a decisão de se construir uma nova fábrica naquela área já estava em marcha quando a empresa informou a Câmara Municipal que aceitava “aterro sem lixo e em qualquer quantidade” no terreno a ela destinado¹⁸⁸. A construção, ali, de novos pavilhões estava prestes a iniciar-se. Porém, a Câmara Municipal, a braços com falta de recursos financeiros, considerou que não podia arcar sozinha com a construção dos acessos àqueles terrenos - que, mais tarde, viriam a constituir-se como o *parque industrial de Arenes*. Além do pedido ao Estado, solicitou a participação da *Casa Hipólito* em 200 contos, sem a qual não daria “início aos trabalhos de terraplanagem e pavimentação a betuminoso do acesso em causa” (Actas da Câmara Municipal em 1965 e 1966)¹⁸⁹. A empresa, porém, não concordou com isso e fez constar que estava disposta a migrar para outro concelho, para um terreno que já tinha adquirido, à entrada da Malveira, no vizinho município de Mafra. Iniciou-se, assim, um processo de braço de ferro que acabou por gerar forte polémica no jornal *Badaladas*, num conjunto de artigos de opinião publicado entre 26 de Junho de 1965 e 8 de Janeiro de 1966.

Em boa verdade, a questão já fora levantada em 7 de Dezembro de 1963 nas páginas do *Badaladas*, num artigo assinado pelo Dr. Moura Guedes e que se intitulava: «*O problema da Casa Hipólito*». No meio de considerações genéricas sobre a legitimidade

¹⁸⁷ Alguns anos depois, em 1971, uma explosão num dos Pavilhões da fábrica, provocou a morte do operário Vitor Manuel Ferreira da Costa. Único acidente mortal ocorrido na *Casa Hipólito*, a ele se referiu Luís Fortes no seu depoimento, sem saber precisar data exacta. Dadas as circunstâncias estranhas em que terá ocorrido, o facto foi abafado, o que explica em parte o *apagamento* desta memória.

¹⁸⁸ No jornal *Badaladas* de 1 de Agosto de 1960 lê-se o seguinte anúncio: «ATERRO / Recebe-se aterro sem lixo / Informa: / CASA HIPÓLITO LD»

¹⁸⁹ Na altura em que redigimos esta dissertação, as actas da Câmara Municipal estavam a ser dactilografadas / digitalizadas, o que nos impediu de anotar as datas exactas das deliberações aqui referidas. Apenas dispusemos de um levantamento por anos, facultado pelas funcionárias responsáveis por aqueles trabalhos, às quais muito agradecemos.

dos direitos e deveres em confronto, da parte da *Casa Hipólito* e da Câmara Municipal, o articulista apontava o cerne do problema:

Cremos que foi infeliz a aquisição de terreno para o Bairro Industrial, atento o facto de ser de aluvião, o que encarece as construções, e de estar rodeado de pessoas que certamente procuram aproveitar-se da oportunidade para valorizarem demasiadamente as suas courelas.

A isto acresciam os custos de urbanização do local. O autor entendia assim como natural que a empresa pensasse numa “sucursal noutra região onde o terreno fosse mais favorável e o custo da obra muito inferior.” Terminava apelando para que as forças em presença encontrassem “uma solução que não seja prejudicial e desagradável para o concelho.”

A polémica estalou um ano e meio depois. Em 26 de Junho de 1965, surgiu na primeira página do *Badaladas* um artigo com um título bombástico: «*TORRIENSES! salvem a “Galinha que põe ovos de Ouro”*».

TORRIENSES!
salvem a “Galinha que põe ovos de Ouro”

Estas linhas são dirigidas a todos os que constituem a grande e próspera comarca de Torres Vedras. Faltam apenas alguns meses, para completar quarenta anos de ausência em terras distantes, onde o meu trabalho é a continuação do iniciado nesta terra, como aprendiz em metalúrgica, há cinquenta e três anos atrás.

Esta é a quinta vez que, nos últimos vinte anos, tenho a imensa dita de tornar a ver Pátria, Família e Amigos. Graças a Deus, não tenho inimigos, são todos amigos. Ao dispor agora apenas de uns breves dias, visitei só os mais íntimos, e os que pude. Vi com grande alegria grande prosperidade. A primeira visita foi por iniludível dever, ao sr. Francisco António da Silva que, lado a lado com o saudoso Comendador António Hipólito, iniciaram e deram vigoroso impulso à indústria metalúrgica em Torres Vedras. Emocionado, vi a doença que o imobiliza e impede seguir pessoalmente a linha ascendente da sua indústria. Seu filho Humberto, herdeiro da firma paterna, aproveitando a visita ao pai levou-me através das instalações construídas e em construção da nova fábrica, descrevendo em detalhe projectos actuais e futuros, que eu, cheio de contentamento e alegria pela «firma» e por Torres Vedras, só desejo que tenham feliz e completa execução pelo grande valor moral e material que dão a esta terra.

No dia seguinte, o sr. António Hipólito Júnior, gerente da Casa Hipólito, conduziu-me pelas novas instalações em construção destinadas somente à fabricação do material vitivinícola, e armazéns para o mesmo. Digo, somente para material vitivinícola, porque é justamente esta frase, com aparência de simples, que dá motivo a que eu intente, com a ajuda de Deus, a despertar em todos os torrienses a magnitude da importância contida na dita frase, e, para que façam o impossível para evitar o que, por agora, parece inevitável.

O intento destas linhas, é de tanta transcendência, de tanta responsabilidade que, confesso, pedi a Deus para que as minhas palavras se sejam construtivas, que não irritem feridas morais de ninguém, e que só tenham a virtude de chamar à reflexão aqueles que têm nas suas mãos evitar o que, sem dúvida, será para Torres Vedras uma hecatombe.

Vila Junqueiro, 10-5-65.
Ex.º Sr. Director.

Pela primeira vez dirijo a V. Ex.ª esta minha missiva e apresento, em meu nome e de mais dois colegas, também do concelho, sinceros cumprimentos com votos de felicidades, não esquecendo também todos os colaboradores do nosso tão querido «Badaladas» e a todos os nossos conterrâneos, em especial os que

8

Figura 38 - Início da polémica

Era seu autor João da Costa Miranda, torriense do Varatojo, emigrado há 40 anos na Argentina, onde se tornara um industrial de mérito, que viera passar uma temporada a Portugal. Usando uma linguagem emotiva, chamava a atenção para o que considerava uma tragédia que estava prestes a acontecer. Numa visita às novas instalações de Arenas, ouvira de António Hipólito Júnior, gerente da fábrica, queixas amargas contra a Câmara Municipal que dificultava a resolução de problemas da empresa. A tragédia era que a *Casa Hipólito* já adquirira 30 hectares num concelho vizinho e projectava mudar-se para lá. Em tom melodramático, lembrando os grandes benefícios proporcionados por uma grande empresa como a *Hipólito*, interrogava: “Teve de vir um torriense de tão longe para

ver a gravidade desta situação?” E clamava, já no final: “Não deixem escapar das mãos uma indústria tão próspera! (...) Tenham um só ponto de mira: a grandeza de Torres Vedras – Salvem «a galinha que põe ovos de ouro».”

Naturalmente este artigo teve resposta imediata na semana seguinte, em 3 de Julho, da parte da Câmara Municipal de Torres Vedras que emitiu um *Comunicado*. Em tom conciliatório, elogiava o bairrismo do ilustre emigrante mas lamentava que, depois das queixas que ouvira ao gerente da *Casa Hipólito*, não se tivesse informado junto da Câmara e dos Serviços Municipalizados acerca da pertinência das mesmas. Se o tivesse feito, saberia que a *Casa Hipólito* pedira tarifas de energia eléctrica mais baixas para seu uso exclusivo e que os Serviços Municipalizados submeteram esse pedido à aprovação superior desde que tais tarifas fossem aplicadas a todos os industriais torrienses. E que, a ser aceite tal pedido, o Município perderia o modesto lucro anual, com prejuízo para a generalidade da população, nomeadamente a da zona rural que esperava pela electrificação pública. Lembrava depois os vários pedidos já feitos pela *Casa Hipólito* e que haviam sido concedidos. Mas recordava outros que o não puderam ser porque implicariam um tratamento de privilégio, inadmissível para uma empresa que tinha muitos milhares de contos de lucro.

Na semana seguinte, em 10 de Julho, João da Costa Miranda respondeu com um pequeno texto agradecendo a gentileza da resposta camarária mas invocando que apenas pretendia “lançar um grito de alarme”. Não ouvira as duas partes em litígio porque entendia não ter o direito nem a autoridade moral para fazer de árbitro.

Uma semana depois, em resposta ao Comunicado da Câmara de 3 de Julho, surgiu em “*Cartas ao Director*” um extenso texto no qual João Alexandre Moreira, antigo responsável pelos Serviços Municipalizados, contestava as opções da Câmara em relação às tarifas eléctricas cobradas à *Casa Hipólito*. E recorria a dados estatísticos para provar a sua opinião.

Em 21 de Agosto foi a vez de o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados contestar o teor do texto de João Alexandre Moreira. Evocava a complexidade do problema dos tarifários da electricidade, mostrava outros dados estatísticos e provava que o novo tarifário era mais rentável para o Município.

Sendo Verão, o assunto hibernou. Teremos de esperar pelo jornal de 25 de Dezembro de 1965 para lermos um novo e muito extenso texto do tal emigrante, João da Costa Miranda. Em destaque na primeira página e com recurso a pontos de exclamação, titulava:

“Na iminência de uma enorme e irreparável perda! Torrienses! Intendem salvar a «galinha que põe ovos de ouro»”.

Lamentava que se tivesse transformado em letra morta o seu grito de alerta, seis meses atrás, e entrava numa análise detalhada dos vários aspectos do problema para propor a criação de uma comissão idónea que estudasse o problema e investigasse, sem demoras burocráticas “se tudo isto é falso alarme ou se o concelho de Torres Vedras está realmente prestes a perder um dos seus fortes pilares.”

Uma semana depois, em 1 de Janeiro de 1966, assinada por Moura Guedes, surgiu a reacção a este texto, intitulada «Resposta a um apelo». O autor recordava que o problema central de toda esta questão era o dos acessos viários à nova fábrica de Arenes os quais implicavam a compra ou a expropriação de terrenos de vários proprietários. E apontava: “O Sr. João Miranda não faz a mais pequena ideia do trabalho que isso representa”. Lembrava que, reconhecendo o valor e importância da *Casa Hipólito*, o Município devia olhar para a totalidade do território e da população concelhios. E dizia claramente que “até hoje, nenhuma outra empresa de Torres Vedras exigiu e obteve da Câmara Municipal qualquer esforço ou sacrifício que, de longe, se parecesse com aqueles que tem feito pela Casa Hipólito.”

João da Costa Miranda estava prestes a partir para a Argentina mas ainda escreveu um terceiro e último artigo, publicado em 8 de Janeiro de 1966: «Mais um apelo – Torrienses!». Ao tom dramático dos artigos anteriores juntava o sentimento de amargura por ver que os seus argumentos não haviam suscitado respostas capazes mas apenas meias tintas, paninhos quentes, ironias jocosas, observações descabidas. Nada mais lhe restava senão dar por terminada a sua missão “nesta lamentável e espinhosa controvérsia (...) agradecer as atenções recebidas e desejar de todo o coração que a luz se faça nas vossas mentes...” Terminava em acorde crescendo, citando o que a mãe do último rei mouro de Granada dissera ao filho, ao vê-lo chorar pela perda irreparável do seu reino: “Chora agora como criança por aquilo que não soubeste defender como homem.”

Podemos avaliar a pertinência e oportunidade desta polémica, sabendo que ela teve larga repercussão no meio torriense, como não podia deixar de ser numa urbe de reduzida dimensão, apertada nas malhas do que é hoje o seu Centro Histórico, e em que os contendores eram instituições e pessoas bem conhecidas no meio. O destino da *Casa Hipólito*, que em 1961 tinha 500 trabalhadores e, dois anos depois, atingira o

impressionante número de 1044,¹⁹⁰ era decisivo para o tecido económico da vila e do concelho.

Porém, é de estranhar o facto de esta polémica se ter iniciado e desenvolvido no tempo em que já estavam a ser construídos os primeiros edifícios da *C. Hipólito* em Arenes – o que não transparece nos textos. Só encontramos uma explicação: as construções que estavam em marcha surgiam numa área inóspita, em que ainda estava tudo por fazer quanto aos arruamentos. O que havia eram caminhos lamacentos que levavam a construções inacabadas, tudo com um ar precário e disperso, pouco animador. Por outro lado, é igualmente estranho o silêncio da própria *Casa Hipólito* nesta polémica. As razões, sendo hipotéticas, parecem-nos plausíveis: em fase de negociações com a Câmara Municipal na procura de soluções para o problema das instalações fabris, a gerência não estava interessada em alimentar controvérsias públicas.

Sabemos, hoje, que a empresa não se deslocalizou. Mas, cinquenta anos depois, perante aquele espaço desanuviado e acolhedor que é hoje o bairro e parque industrial de Arenes, bem urbanizado e com múltiplos pavilhões de comércio e pequenas indústrias, não conseguimos imaginá-lo como seria no início dos anos 60: terras de amanho agrícola, onde medravam hortas e pomares, alagadiças e sujeitas a cheias frequentes. Um longo caminho se andou e a *Casa Hipólito* acabou por construir ali dois imponentes conjuntos de naves fabris, escritórios e um refeitório de belo recorte modernista.



Figura 39 - Instalações em Arenes, 1991

¹⁹⁰ Números referidos no já citado discurso de Manuel Pereira, na festa de homenagem a Vasco Parreira em 23 de Março de 1979.

Muito mais tarde, decretada a falência em 1999, aqueles edifícios foram vendidos e transformados – amarga ironia! – num conjunto de espaços comerciais que um gosto duvidoso nomeou de Hipólito Center Park¹⁹¹.

No seu depoimento oral, Vasco Alberto Parreira, filho de Vasco Parreira, referiu-se a esta polémica com alguma bonomia. Na sua perspectiva, a *Casa Hipólito* fez o que tinha de ser feito para demover a Câmara Municipal e levá-la a assumir por inteiro as despesas de urbanização da Várzea de Arenas. Não se tratou de chantagem mas de habilidade diplomática de seu pai e do tio, António Hipólito Junior. A compra do terreno na Malveira, tendo servido, de facto, o propósito negocial, constituía, na realidade, um investimento numa zona que oferecia perspectivas interessantes de urbanização residencial. Esse terreno veio a ser vendido, já na fase final da empresa, no esforço final de garantir liquidez para pagamento aos credores.

3.3. Impulso fabril

A década de 50 foi, porventura, a mais marcante na evolução da *Casa Hipólito*. Foi nela que a primitiva e já muito acanhada oficina metalúrgica se transformou na *Fábrica A*, um enorme edifício de quatro pisos onde se processavam as operações principais da actividade industrial. Foram importadas novas máquinas da Alemanha, como a fresadora/pantógrafo,¹⁹² - que na altura eram o que de mais avançado havia na metalomecânica ligeira – e, com elas veio um técnico alemão credenciado, chamado Kreisler, que muitos ainda hoje recordam como decisivo na evolução fabril da empresa, numa altura em que ainda não havia engenheiros especializados ao seu serviço. Iniciou-se o fabrico de novos produtos. Além da renovação dos dois eixos marcantes da anterior produção fabril – equipamentos para a actividade vinícola e equipamentos de queima e iluminação a petróleo – criou-se um terceiro, o dos equipamentos ligados ao gás. Em 1953 a empresa contava com 350 trabalhadores.

Numa desenvolvida reportagem a duas páginas no semanário regional *Badaladas*, em 15 de Maio de 1959, o repórter ouviu o gerente António Hipólito Junior que traçou uma imagem precisa e abrangente da empresa, descrevendo as diversas secções e os produtos fabricados. Em dada altura refere números. Por exemplo, em 1958, as despesas

¹⁹¹ Mal sabia João da Costa Miranda, o interventivo emigrante de 1965, que o seu apelo viria a ter dolorosa actualidade trinta e poucos anos depois, em 1999, quando a falência decretou a morte da empresa a que ele chamava, com propriedade, a “*galinha que põe ovos de ouro*”.

¹⁹² Depoimento oral de Luís Fortes no Cap. III – Memórias de quem trabalhou na fábrica.

alfandegárias resultantes da importação de equipamentos e exportação de bens atingiram 1 396 847\$40 escudos. Nesse mesmo ano a empresa comprou 695 toneladas de metais – perfis, tubos, chapas, cavilhas, latão – o que significou a transformação diária de mais de 2 toneladas por dia. A secção de cabeças de fogareiro produziu 3 000 ao dia, mais de um milhão / ano. As exportações de fogões e lanternas representaram 40% da produção.

E já que se referiu a percentagem da chamada “área do petróleo” – constituída pelos fogões e lanternas – olhemos as outras áreas, a vinícola e a do gás, mais recente. De acordo com testemunhos orais de responsáveis da produção vinícola,¹⁹³ esta, a partir dos finais dos anos 50, perdeu o protagonismo que tivera na fase anterior da vida da empresa e nunca ultrapassou os 40% da produção da fábrica. É certo que os novos produtos lançados, assim como o equipamento de adegas por todo o país, teve relevância expressiva até finais dos anos 60. Mas depois, com a pulverização do mercado devido à concorrência e à natural diminuição de adegas carentes de modernização, essa área produtiva foi perdendo importância. Dependente, também, da sazonalidade da produção do vinho, a fábrica acumulava excedentes de equipamentos vinícolas que implicavam custos acrescidos de armazenamento e exigência cada vez maior de fundos de manuseio proporcionais ao material parado à espera de venda¹⁹⁴.

Restam 20% da actividade produtiva – maioritariamente atribuíveis ao sector do gás, em franca expansão, mas englobando também alguns produtos novos destinados à construção civil como o fluxómetro e as molas “punc”¹⁹⁵.

3.3.1. Organização do trabalho

Quanto aos processos de fabrico, é oportuno registar que no impulso fabril da segunda fase da vida da empresa houve lugar, naturalmente, para o estabelecimento de formas ditas científicas de organização do trabalho. A este propósito, o Eng^o Manuel Silvestre publicou no jornal *Badaladas* de 28 de Setembro de 1979 um artigo, com destaque na primeira página, no qual fez considerações genéricas sobre a vida das empresas a partir do conhecimento que tinha acerca das que ele conhecia de perto em

¹⁹³ Depoimentos orais de A. Carocinho e Ramalho Martinho.

¹⁹⁴ Depoimento do Eng^o Vasco Alberto Parreira.

¹⁹⁵ Fluxómetro: pequeno aparelho destinado a descargas controladas de água sanitária, substituto do autoclismo. Fabricado na *C. Hipólito* sob licença/contrato de 1 de Fevereiro de 1967 com a empresa alemã Butzke – Werke. Cf. FCH, Pasta “277 Produção”.

Mola Punc: mola hidráulica para controlo automático de abertura e fecho de portas.

Torres Vedras – nomeadamente aquela em que trabalhava, a *C. Hipólito*. Lembrando um velho ditado que diz que “as empresas são construídas pelo fundador, desenvolvidas pelos filhos e destruídas pelos netos”, salientava que a segunda fase – a dos filhos – é a da organização científica:

Esta fase comporta uma reestruturação interna da empresa, que assentará sobre os princípios da organização científica das empresas, desde há muito estabelecidas e aceites, e que, referidos sob a formulação devida a Taylor desde o início deste século, podem designar-se por princípios da mecanização, da normalização, da especialização e da coordenação.

Nestas palavras encontramos o retrato do que havia sido introduzido na *C. Hipólito* no período áureo da sua existência e de que a referida reportagem lá realizada pelo *Badaladas* em 1959 dava conta. Concretamente, trata-se do “sistema Bedaux”¹⁹⁶ adoptado na *C. Hipólito* no segundo lustro de 50, assim descrito pelo gerente A. Hipólito Junior:

O controle industrial é feito pelo sistema Bedaux, um sistema francês com excelentes provas da sua eficiência e do qual, embora ainda não o tenhamos tornado extensivo a todas as secções, temos, igualmente, as melhores impressões. [...] Na actividade de um operário há os chamados “pontos mortos”, consequência de várias causas em que se não produz trabalho. Ora um dos primeiros factores aproveitáveis do sistema reside, especialmente, em procurar-se eliminar tanto quanto possível esses “pontos mortos”, por um estudo conveniente das máquinas e dos movimentos a efectuar para as pôr em movimento. Conseguido este estudo, procede-se ao controle diário de trabalho de um operário, sabendo-se de antemão que, em laboração normal, é possível obter-se ao fim de 8 horas de trabalho um certo número de unidades. O resto, ou seja a verificação do rendimento do trabalho útil produzido, é efectuado pelo pessoal desta secção, tendo nós atribuído um prémio para distribuir a todo o operário que produza além do que é normal.

Sobre os resultados do sistema, A. Hipólito Junior esclareceu:

Posso dar um exemplo frisante da sua boa eficiência. Na secção de cabeças para fogareiros de petróleo trabalhavam antes de o utilizarmos 48 operários, pois agora estão lá cerca de metade e com os mesmos resultados, o que representa uma economia apreciável¹⁹⁷.

¹⁹⁶ O “sistema Bedaux” foi inventado pelo francês Charles Eugène Bedaux (1886-1944) na sequência dos trabalhos do americano F.W. Taylor que se dedicara ao estudo científico dos métodos de trabalho com a finalidade de otimizar a produtividade industrial. Taylor inspirou muitos outros teóricos que desenvolveram processos de racionalização do trabalho fabril. Um deles, C. Bedaux, introduziu o conceito de cronometragem das tarefas para definir o tempo padrão necessário para as concluir. Com isto, pretendia-se reduzir os tempos de execução, premiando o trabalho mais rápido, através de um engenhoso processo de cálculo: o salário/hora de base de um operário correspondia a 60 pontos/minuto (“60 Bedaux”) e o salário máximo possível poderia ir a um máximo de 80 pontos/minuto – sendo que um ponto/minuto correspondia à quantidade de trabalho fornecido num minuto por um operário médio. Sobre o sistema Bedaux, ver, entre outros: Yves Levant e Marc Nikitin: *C.E. Bedaux fut-il reellment un socialiste utopique?* Em: http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/camt/fr/memoires/donnees_colloques/07_03_29-30_Conference_Histoire_de_la_comptabilite/program_fichiers/levant.pdf [Cons. 20 Setembro 2016]

¹⁹⁷ Não nos compete emitir aqui juízos de valor sobre as magnas questões da “organização científica do trabalho” em geral, e sobre o “sistema Bedaux” em particular. O leitor interessado encontrará uma infinidade de escritos ensaísticos, que vão desde os defensores radicais dos processos *taylorísticos* ou *fordistas* até às críticas ferozes dos que consideram esses métodos uma exploração desumana do trabalho.

Também no sector administrativo da *C. Hipólito* foram adoptados procedimentos para a racionalização do trabalho. Introduziu-se na contabilidade o “sistema de custo-padrão”,¹⁹⁸ como nos contou José António Ramalho Martinho no seu depoimento oral – o qual confirmámos num documento oficial datado de 10 de Outubro de 1979, um requerimento dirigido ao Director Geral das Contribuições e Impostos¹⁹⁹. Disse J. A. Ramalho Martinho:

A Casa Hipólito trabalhava com os chamados *custos padrão*, um instrumento administrativo que tinha de ser autorizado pelo Ministério das Finanças e que só cinco empresas em Portugal usavam. Este sistema tinha sido proposto pela equipa externa que tinha estado na CH a trabalhar na codificação dos produtos, uma medida necessária para a posterior informatização. O custo padrão é pré-atribuído como base para o registo de produção antes da determinação do custo efectivo. É pré-fixado com base no histórico ou em metas a serem perseguidas pela empresa. Facilita o apuramento de balancetes em empresas que precisam de maior agilidade contabilística.

O requerimento de 1979 elucida-nos mais sobre este procedimento. Começa por referir que a autorização para o uso do sistema de custos padrão foi concedida em Março de 1966 “após parecer favorável dos Serviços de Prevenção e Fiscalização Tributária”. As razões para a introdução deste sistema:

[...] permite não só um aumento de rapidez no processo de contabilização como [é] ainda a única forma de fazer face aos enormes volumes de movimentos resultantes da laboração normal da empresa e que são necessários verificar e contabilizar: cerca de 10.000 produtos fabricados, quantidade superior de produtos de compra, o que origina cerca de 35.000 saldos materiais em armazém que são mantidos em inventário permanente.

Este requerimento destinava-se a renovar a autorização para o uso do sistema de custos padrão, “que tão grandes vantagens tem trazido à gestão da nossa empresa”. A apoiar a pretensão anexavam-se “os valores dos custos e respectivos desvios e percentagens [...] referentes aos anos de 1971 a 1978.” Os valores indicados dizem respeito a várias rubricas contabilísticas: “compras”, “custos de transformação”, “fabricação”, “viaturas”, “encargos sociais” e grau de rotação dos stocks”.

Não sendo nosso objectivo detalhar a história económica da empresa, não nos cabe a apreciação destes valores, da sua variação ao longo dos anos e dos desvios de execução. Contudo parece-nos útil debruçarmo-nos sobre o último capítulo do documento, intitulado “Enumeração dos factores que tiveram maior influência nos desvios” pois encontramos aqui a explicitação de alguns dos grandes problemas que afectaram a vida

¹⁹⁸ Sobre o conceito de custo padrão ver, por exemplo: Filipa Sofia M. Esteves – *A aplicação do sistema de custo padrão na Indústria Têxtil: o caso da FISIPE-Fibras Sintéticas de Portugal, S.A.*, dissertação de Mestrado em Gestão de Empresa, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2013. Em: <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/172/1/Tese%20Custo%20Padr%C3%A3o%20-%20Filipa%20Esteves%20-%20vers%C3%A3o%20final%20ADssima.pdf> [Cons. 25 Setembro 2016]

¹⁹⁹ Documento do FCH, Caixa 40, Pasta 03.

da empresa e que estão na origem do plano inclinado em que ela foi resvalando até cair no abismo da falência.

Um dos primeiros factores é o da subida dos encargos com salários. Contrariamente ao que poderíamos supor, eles não começaram com o 25 de Abril mas logo em 1971, quando se verificou um desvio em relação ao orçamentado de 3,21%. O mesmo em 1972 em que a entrada em vigor de um novo Contrato Colectivo de Trabalho levou a um desvio de 5,43%. Naturalmente esse desvio atingiu os 15,46% em 1974. E se depois desse ano houve poucas alterações, já em 1978 o desvio chegou aos 6,30%.²⁰⁰.

Outro factor que o documento enuncia é o da grande variação de preços das matérias-primas, nomeadamente a cotação do cobre no mercado mundial. Este factor é referido em todos os anos em apreço, para justificar os desvios acentuados entre o inicialmente orçamentado com base nos custos padrão e o que depois foi realizado. Iguamente são referidos os aumentos de preços dos combustíveis - sobretudo no ano de 1974, em consequência da crise petrolífera do ano anterior - assim como os picos mais ou menos acentuados nos anos seguintes, o que contribuiu também para os desequilíbrios financeiros da empresa.

Vejamos agora mais em pormenor cada um dos sectores produtivos na época da vida da empresa que estamos a analisar – que corresponde aos anos 50 a 70.

3.3.2. Área vinícola

Uma das tarefas tradicionais da vinificação era a pisa da uva feita a pés nus, quase sempre por homens, dentro dos lagares. Ao ritmo cadenciado, marcado por cantilenas em coro, os homens erguiam e baixavam as pernas, como se caminhassem no meio de um pântano encarniçado pela cor da uva tinta. Era um trabalho demorado que garantia a qualidade dos mostos antes da fermentação. No entanto, do ponto de vista da

²⁰⁰ A questão dos salários na *C. Hipólito* mereceria um estudo particular e alguém o fará um dia, com certeza. Limitar-nos-emos a uma verificação empírica, baseada em alguns depoimentos que registámos e na nossa própria observação. Grande parte da mão-de-obra da *C. Hipólito* era oriunda das aldeias limítrofes. Constituída pelo chamado *operário/camponês* que acumulava o trabalho na fábrica com o amanho de pequenas propriedades agrícolas, não tinha a veemência reivindicativa que encontramos, por exemplo, na cintura industrial de Lisboa. Os C. C. Trabalho, negociados pelo forte Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa desde o início dos anos 70 tinham depois aplicação na *C. Hipólito* em que a massa salarial fora sempre bastante mais baixa – o que, juntamente com outros factores, teve consequências negativas no equilíbrio financeiro da empresa.

rentabilidade, o processo foi-se tornando cada vez mais oneroso devido à falta de gente para este trabalho com o consequente aumento dos salários²⁰¹.



Figura 40 - Prensa tipo Marmonier

Depois da pisa, era necessário proceder à prensagem, de modo a retirar da uva o resto de sumo que ainda contivesse, processo tradicionalmente feito com as prensas de vara e progressivamente substituído pelas prensas mecânicas. António Hipólito, na primeira fase da vida da empresa, começou por fabricar prensas mecânicas verticais, tipo *Marmonier*,²⁰² marca francesa de uma firma de Lyon fundada em 1835. Fabricou-as, também, do “tipo Mabile”, outra marca de origem francesa²⁰³.

Foi no início dos anos 50 que se introduziram inovações que viriam a dar nova projecção à empresa: a prensa tipo *Verin* – ainda vertical mas com sistema de cabeça hidráulico - e a *PHRA – Prensa Hidráulica de Repisa Automática*, uma e outra fabricadas a partir de uma licença negociada com a firma francesa *Société Pressoirs Colin*. A introdução destes equipamentos pela *Casa Hipólito* foi saudada como uma revolução tecnológica de enorme utilidade para a vitivinicultura nacional. Ela destinava-se às adegas de grande produção, sobretudo as das regiões demarcadas como o Douro, o Dão ou o Alentejo que até aí tinham de importar grande parte dos seus equipamentos. Vejamos os testemunhos disso na imprensa da época.

²⁰¹ Generalizou-se o uso dos esmagadores e desengaçadores que faziam as primeiras operações após a vindima, preparando a uva para o lagar. A *Casa Hipólito* fabricou estes equipamentos em larga escala.

²⁰² Num anúncio de António Hipólito no jornal *A Nossa Terra* de 25 de Dezembro de 1925 é referido que “esta fábrica tem feito para cima de 1 500 prensas Marmonier[...] de todos os tamanhos, Prensa Marmonier A.N. e Prensa Marmonier B.B. “

²⁰³ Em 6 de Outubro de 1935 o semanário *Vinho* – propriedade, direcção e edição de António Batalha Reis – num artigo sobre a *Casa Hipólito* escrevia: “Graças à sua acção, na grande região de Torres já quasi se não encontram varas em lagares. Realmente, o preço acessível das suas prensas tornou-as de tal modo acessíveis a todos, que raros são os que não racharam para lenha as velhas varas de ulmeiro que foram legadas pelos nossos avós.”

O jornal *O Torreense* de 11 de Maio de 1952 titulava na primeira página: “A Casa Hipólito Ld^a e as referências que lhe faz a imprensa.” O articulista referia a satisfação que teve ao encontrar um artigo sobre a *C. Hipólito* num jornal regional, o *Diário do Alentejo* de 25 de Março daquele ano, “o que com a devida vénia, e por acharmos honroso para a indústria da Nossa Terra, transcrevemos na íntegra”. Justifica-se, da nossa parte, uma imitação parcial do labor do jornalista, transcrevendo:



Figura 41 - Prensa tipo Verin

“UMA REVOLUÇÃO na indústria vinicultora – Vai certamente causar uma autêntica revolução na indústria vinicultora, acabando de vez com os antigos processos do fabrico do vinho, a prensa hidráulica para uvas, que em breve deve ser espalhada na referida indústria. / Trata-se da prensa, patente da firma francesa Pressoir Colin, de Paris, que já se fabrica no nosso país. Como é fácil compreender, só um estabelecimento industrial, com os mais modernos mecanismos, poderia meter ombros a esse empreendimento. / É-nos grato registar nas nossas colunas que a Casa Hipólito Ld^a, de Torres Vedras, tendo fabricado a primeira prensa hidráulica, fez as experiências devidas na Quinta da Rocheira, em S. Mamede da Ventosa, que excederam todas a expectativas.”

O articulista de *O Torreense* concluía com palavras de júbilo, notando que “o referido artigo era ilustrado com uma gravura de prensa automática, cuja produção diária é de 24000 peças.”

Longe de se tratar de entusiasmo frívolo de um jornalista de província, este artigo revelava um olhar atento às questões da lavoura vinária numa região onde ela sempre teve grande expressão.

Menos de um mês depois, em 8 de Junho de 1952, *O Torreense* inseriu uma reportagem sobre a inauguração pelo Presidente da República, Gen. Craveiro Lopes, do stand da *Casa Hipólito* na Feira Popular de Lisboa²⁰⁴. A exposição de todos os artigos fabricados pela empresa, “num ambiente de requintado bom gosto”, atraiu muitos visitantes. Um dos motivos de maior interesse foi a mostra de duas *maquetes* construídas

²⁰⁴ Esta feira teve a primeira edição em 1943 e destinava-se a recolher fundos para a Colónia Balnear Infantil do jornal *O Século*. Ver em: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2014/05/primeira-feira-popular-de-lisboa.html> [Cons. 18 Agosto 2016].

pelos operários Álvaro Leiria e seu filho Júlio, e Joaquim e João Silvestre. Representavam um lagar e uma destilaria²⁰⁵. Contudo, os produtos que mais chamaram a atenção dos agricultores foram as prensas *Verin* e *PHRA* – e de tal modo que o articulista sentiu necessidade de introduzir explicações técnicas. A primeira era uma “prensa de fuso, hidráulica, vertical, para substituir a prensa mecânica” e podia ser montada nos fusos já existentes nos lagares. As vantagens eram evidentes: manobrada por um só operador, a pressão obtida duplicava a da antiga, “o que dá um aumento de produção de cerca de 10%.” Pelas características de funcionamento, o desgaste do material era muito menor, logo os custos de manutenção diminuía significativamente.

PRENSAS HIDRÁULICAS PARA VINHOS
PHRA N.3 E PHRA N.5
Prensa Hidráulica de Repisa Automática
LICENÇA DA SOCIÉTÉ DES PRESSEIRS COLIN. PARIS

HIPÓLITO

A PHRA 3 ou 5
Reune três máquinas em uma só. Simplifica o vosso trabalho na vindima. Trabalha automaticamente. Exige um só operário. Aumenta o vosso rendimento. Melhora a qualidade do vosso vinho.

A PHRA 3 ou 5
Começa por efectuar automaticamente a totalidade das operações necessárias à prensagem integral da vindima bronca. Substitue o trabalho das prensas de grande superfície, dos esprezadores centrifugos e das prensas hidráulicas vulgares. Suprime quase a totalidade da mão de obra. Conduz a uma vinificação perfeita.

PHRA N. 5/52
TIPO COOPERATIVA

1,8 m CORRESPONDE A 4.000 kg. DE UVA PREVIAMENTE ESGOTADA

PHRA 3/38\$
PHRA 3/52\$
PHRA 5/52\$

PRENSA	POTENCIA	VOLUME DO CINCHO	PRESSÃO S/ AS MASSAS	Nº DE VEICULOS	FORÇA MOTRIZ
PHRA 3/38	5,5 TON.	1,8 m ³	10 kg/cm ²	1	3,5 C. V.
PHRA 3/52	5,5 TON.	1,8 m ³	10 kg/cm ²	2	3,5 C. V.
PHRA 5/52	13,5 TON.	3,5 m ³	12 kg/cm ²	2	5 C. V.

CASA HIPÓLITO, L^{DA} - PORTUGAL

Figura 42 - Prensa PHRA

A “prensa hidráulica de repisa automática” (PHRA) era “de cincho horizontal, fixa, com aperto mecânico, seguido de aperto hidráulico, podendo atingir nas massas vnicas uma pressão de 10 quilos por centímetro quadrado.” Com um motor eléctrico, não

²⁰⁵ Estas maquetes estão hoje à guarda do Museu Municipal Leonel Trindade de Torres Vedras. Foram recentemente expostas na Mostra realizada no âmbito do Ano Europeu do Património Industrial, de 19 de Setembro a 31 de Dezembro de 2015.

precisava de mais do que um servente. A eficiência e qualidade do serviço prestado deixava à distância as antigas prensas. Esta prensa *PHRA* será a partir daqui uma das peças mais vistosas e observadas com mais interesse em todas as feiras e exposições em que a *Casa Hipólito* viria a participar²⁰⁶.

O articulista concluiu o artigo com uma referência pormenorizada a outro produto fabricado pela *C. Hipólito*: o esmagador-bomba *Fouloir-Pompe 1.37*. Desde sempre a empresa fabricara estes aparelhos tão necessários em todas as adegas. São eles que recebem os cachos de uvas vindos da vindima e os preparam para a entrada nos lagares. Mas este modelo constituía um significativo progresso na operação pois garantia uma rápida canalização da uva depois de separada do engaço, e resolvia problemas frequentes provocados por gravetos ou torrões indesejáveis. Funcionava com um motor que permitia “o esmagamento e a elevação a 4 metros e a uma distância de 16 metros”.

Em Maio de 1953 o Instituto Superior de Agronomia comemorou o centenário da organização do Ensino Agrícola em Portugal com uma Exposição-Feira de Máquinas Agrícolas, que decorreu na Tapada da Ajuda, em Lisboa. O semanário da lavoura *Vida Rural*, na sua edição de 23 de Maio de 1953, dá-nos conta desta iniciativa e salienta, entre as novidades apresentadas, a nova máquina *PHRA – Prensa Hidráulica de Repisa Automática*. “É a primeira vez que estas máquinas se fabricam em Portugal” demonstrando “o notável progresso atingido pela indústria nacional” e esta máquina é feita em Torres Vedras, informa o articulista. No seu número de 15 de Agosto de 1953, a mesma revista analisou em pormenor as novas máquinas destinadas à vinificação apresentadas na Tapada da Ajuda e deu grande destaque à *PHRA*, explicando detalhadamente o seu funcionamento. Se tivermos em conta que aquele certame expôs 700 máquinas representando 33 industriais nacionais e estrangeiros, concluiremos que, como sempre costumava, a *Casa Hipólito* apostou na via mais eficiente para dar a conhecer os seus novos fabricos.

Outra inovação introduzida na área vinícola foi a do fabrico de componentes para linhas de engarrafamento, um sector que dependia quase totalmente das importações.

Em síntese, nos anos 50 e 60 os catálogos da empresa passaram a incluir um significativo rol de produtos para a vitivinicultura e actividade agrícola: bombas para

²⁰⁶ Continuará a ser fabricada por muitos anos, com a natural evolução tecnológica visível na adopção de novos modelos como o 400 e 600 das prensas contínuas *Coq* lançadas no início dos anos 70 com grande êxito, como se lê no Relatório e Contas de 1973 da *C. Hipólito SARL*, publicado no *Badaladas* de 6 de Abril de 1974.

trasfega de vinhos, modelos *Ideal*, *Minerva* e *Jeca*; grupos moto e electro-bombas para trasfegas; grupo esfarrapador para massas vónicas prensadas; aparelhos “lava cascos” e “arejadores para depósitos”; prensas hidráulicas para vinhos tipo PH5V ‘TITAN’, PHRA Nº 3 e PHRA Nº 5, tipo VERIN “L”; prensas tipo “Marmonier”, séries “A.N.” e “B.B.”; cinchos, rodas e malhais para prensas Verin e Marmonier; bocas para depósitos de vinhos; esmagador “Fouloir-Pompe Tipo 200 CL e Tipo 1/37; esmagadores para uva tipos MM, MA e AE; pulverizadores tipos Gobet e Vermorel e sistema “Minho”; torpilhas “Aurita” de efeito duplo e simples; pulverizador de pressão e lança-chamas para tratamento de árvores, desinfecções, extinção de gafanhotos, etc.; pulverizador nacional e bomba de pressão tipo americano para tratamento de árvores de fruto; bomba “óptima” e pulverizador de jardim; alambiques sistema Deroy; funis automáticos e batoques hidráulicos; bombas para poços profundos; caldeiras para a confecção das caldas sulfocálcicas; caldeiras contínuas; caldeiras de destilação de bagaços de diversos modelos e reguladores de vapor para caldeiras de destilação contínua; caldeira móvel de vapor para desinfecção de vasilhame, capoeiras, etc.; enxofradores de mão e torneiras de botão “Hipólito”; máquinas para enchimento automático de garrafas; máquinas de lavar garrafas; prensas para laboratórios; máquinas para rolar garrafas; sulfitómetros e sulfuradores; acessórios de todo o tipo para todos estes equipamentos, como torneiras, braçadeiras, tubos chupadores, tubos de borracha, mangueiras, cinchos, agulhetas, etc.²⁰⁷.

A expressiva demonstração de vitalidade produtiva no sector da vitivinicultura só foi possível depois da sua transferência para as instalações de Arenes, em 1965, com a designação de *Fábrica B*. A isso, há que juntar dois factores: a aquisição de novas e mais modernas máquinas; e o papel decisivo do Eng.º Orlando Godinho, o director fabril desta área, o qual introduziu formas de organização e racionalização do trabalho que até aí eram desconhecidas na fábrica²⁰⁸.

Este salto qualitativo teve outra consequência assinalável: a conquista pela *C. Hipólito* de uma fatia significativa do mercado de apetrechamento de adegas. Os quadros técnicos da área vitivinícola – que iam dos operários especializados aos projectistas, desenhadores e orçamentistas – permitiam à empresa equipar adegas no sistema de *chave na mão*, ou então propor e concretizar a substituição ou a modernização de equipamentos já existentes²⁰⁹. Equipas de operários especializados da *C. Hipólito* deslocavam-se aos

²⁰⁷ Catálogos dos anos 50 no FCH e da doação de Luís Fortes ao MMLT de Torres Vedras.

²⁰⁸ Factos sublinhados no depoimento de Celestino Alves Narciso, Cap. III.

²⁰⁹ *Idem*.

locais das adegas para proceder às montagens ou lá permaneciam por altura das vindimas e laboração mais intensa. No Douro vinhateiro, no Vale do Tejo, na Estremadura / Oeste ou no Alentejo, encontramos grande número de adegas equipadas pela *Casa Hipólito*. Temos presente um dossiê, datado de 20 de Junho de 1973, com a proposta de orçamento apresentada a um cliente dono de uma adega no Pinhão. Dela constam diversos equipamentos a fornecer bem como a lista de adegas que já são clientes da empresa – o impressionante número de 143, de Norte a Sul do país²¹⁰.

3.3.3. Área do petróleo – As lanternas de incandescência



Figura 43 - Lanterna de incandescência

Como vimos, no início dos anos 30 a *Casa Hipólito* deu início à exploração da área do petróleo com o fabrico dos fogareiros e das lanternas de estábulo, equipamentos que contribuíram de forma decisiva para o conforto das casas portuguesas. Mas a evolução tecnológica é um fenómeno imparável e, enquanto em Portugal se fabricavam lanternas com a chama presa a um pavio impregnado de petróleo, na Alemanha surgiu uma lanterna de incandescência muito mais avançada tecnologicamente, a qual viria a ser conhecida por *Petromax*²¹¹. Tendo também

como combustível o petróleo, usava um sistema de queima que garantia uma maior e mais eficiente iluminação²¹². Esta marca, que ainda hoje é bem conhecida, pertencia à firma *Ehrich e Graetz A. G. Berlim*²¹³. O comendador Hipólito e seu genro Vasco Parreira aperceberam-se rapidamente das vantagens deste aparelho e, numa das viagens à Alemanha, nos anos 30, trataram de garantir o exclusivo de representação comercial para Portugal e Ilhas. O texto do anúncio que foi profusamente publicitado em jornais da época

²¹⁰ Documento do autor, adquirido num alfarrabista. No FCH encontramos muito mais documentação sobre esta actividade.

²¹¹ Petro = petróleo / max = nome de um dos sócios da empresa alemã que fabricava estes aparelhos. Sobre a história do Petromax: ver, por exemplo: http://hytta.de/info/en_graetz.htm [Cons. 22 Agosto 2016].

²¹² Uma descrição simples do sistema: “Consta de um depósito, onde está introduzida uma bomba de pressão, do qual sai um tubo tendo na extremidade um vaporizador e fixa a este, uma camisa em seda em forma de lâmpada, protegida por um cilindro em vidro. No cimo tem uma chaminé por onde saem os gases.” Em Wikipédia, <https://pt.wikipedia.org/wiki/Petromax>. [Cons. 22 Agosto 2016]

²¹³ Cf. anúncio no jornal *O Torrense* de 1 de Novembro de 1936.

evidencia as qualidades destas lanternas - rapidez no acendimento, economia e eficiência - e assegura que a *C. Hipólito* tem em armazém todas as peças sobresselentes.

Mais tarde, já no rescaldo da Segunda Grande Guerra e no contexto da recomposição da indústria alemã, a *Casa Hipólito* garantiu uma licença de fabrico destas lanternas de incandescência, como eram então designadas. Citamos mais uma vez o discurso de Manuel Pereira:

“Então surge a licença para o fabrico das marcas «Petromax» e «Aida» [...] em exclusivo para a Europa (Alemanha, Bélgica, Chipre, Finlândia, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Malta e Suíça) e para a Ásia (Afeganistão, Arábia Saudita, Bahrein, Filipinas, Irac, Israel, Jordânia, Kuwait, Qatar, Síria e Iemen do Norte e Sul, Dubai e Mascate) e ainda União Indiana e Tailândia, relativamente à marca «Aida». / É ainda Vasco Parreira que neste momento mantém contactos de cooperação com outros fabricantes congéneres, de nível mundial, nomeadamente de Hong Kong.”

Quando se iniciou realmente a produção das lanternas de incandescência na *Casa Hipólito*? A resposta, encontrámo-la na publicidade. O *Diário de Notícias* de 13 de Novembro de 1949 inseriu um anúncio ilustrado da *Casa Hipólito* no qual se mostravam os produtos da área do petróleo e os respectivos preços: lanterna de estábulo (Nº 124: 55\$00; Nº 175: 42\$50); fogão (130\$00); cabeças R1, 815 e S5 (respectivamente, 17\$00, 25\$00 e 22\$50) e “lanterna de incandescência (em fabrico)”. Por sua vez o *Notícias do Comércio* de 15 de Julho de 1950 publicitava diversos produtos da *Casa Hipólito* e, entre eles referia: “lanternas de incandescência (a sair brevemente)”. Portanto, é de concluir que em meados de 1950 estas lanternas estavam em fase de fabrico mas ainda não acessíveis ao público.

Em Maio de 1951 um anúncio em *A Voz Pública*, ilustrado com uma imagem da lanterna refere explicitamente: “Casa Hipólito, Lda – exportadores (Fábricas Metalúrgicas) – Apresenta: Lanterna de incandescência «Hipólito» de 300 velas – Absolutamente garantida – à venda em todo o país – Torres Vedras Apartado 6 – Telefones 3 e 53”. Curiosamente, a *Casa Hipólito* lançou publicidade internacional, procurando explorar o vazio deixado pela indústria alemã no pós Segunda Grande Guerra. O *Herald Tribune* de 20 de Janeiro de 1951, por exemplo, publicou um anúncio da *C. Hipólito* em que ao texto “Another example is the thriving little town of Torres Vedras where the hurricane lamps used in the fishing smacs are made in large quantities” juntava a gravura de uma lanterna com as legendas: “Oil Stoves / Incandescent Lanterns / Hurricane Lamps / Phone:3 & 53 / Torres Vedras / Portugal”²¹⁴.

²¹⁴ Este anúncio faz parte de uma colecção guardada num Álbum integrado no Fundo da Casa Hipólito do Museu Municipal de Torres Vedras.

Podemos, assim, concluir que o fabrico pela *Casa Hipólito* dos célebres *Petromax* teve início em 1950 e a sua comercialização iniciou-se em 1951. Inicialmente havia dois tipos de lanterna: de 150 velas e de 250 v.; mais tarde, de 350 v. como se vê nos catálogos da época²¹⁵. Anos depois, as de 150 v. deixaram de se fabricar, substituídas pelas de 500 v. Pelos testemunhos orais que recolhemos, sabemos também que estas lanternas eram fabricadas inicialmente com a marca *Hipólito*. Em 1974 estas lanternas passaram a ser fabricadas também com a marca *Petromax*,²¹⁶ coexistindo as duas como forma de penetrar em mercados internacionais em que a marca alemã era mais conhecida.

3.3.4. Área do gás

Entre 1846 - data em que se começou a usar o gás para iluminação em Lisboa – e a chegada do gás aos lares portugueses, vão quase cem anos. Em 1940 a *Sacor* inicia a refinaria de petróleo em Portugal e constitui a *Cidla-Combustíveis Industriais e Domésticos, Lda*.²¹⁷ É a partir daí que o gás em botijas entra, lentamente, no quotidiano das famílias das zonas rurais - banhos, refrigeração, aquecimento, cozinha²¹⁸. Processo moroso pois exige, como condição, uma rede de distribuição eficiente, o que não era fácil dada a má qualidade das vias terrestres. “Gazcidla – uma chama viva onde quer que viva” tornou-se um *slogan* popular, indutor do consumo que

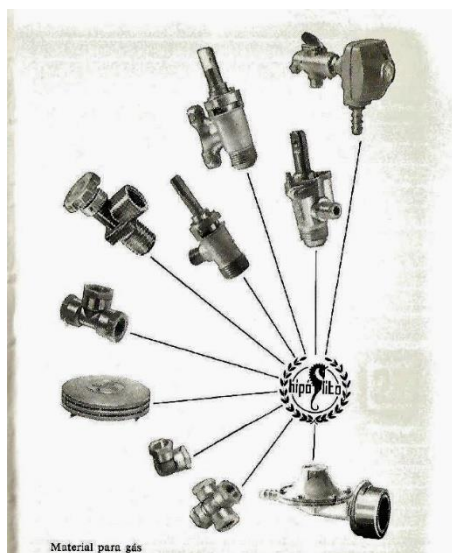


Figura 44 - Material para gás

teve aumentos exponenciais ao longo das décadas seguintes, sobretudo a que se inicia em 1960, ano em que a *Cidla* perde a exclusividade da comercialização do gás butano e entram novos concorrentes no circuito de distribuição, a *Mobil* e a *Shell*.

²¹⁵ A designação de “lanternas de tempestade” foi usada na publicidade dirigida aos pescadores. De facto, elas constituíram um enorme auxílio a esta actividade económica. Pela primeira vez os pescadores podiam enfrentar as trevas do mar nocturno com um instrumento que resistia aos ventos fortes e aos açoites violentos das ondas.

²¹⁶ Cf. *Relatório e Contas de 1973* da *C. Hipólito*, publicado no *Badaladas* de 6 de Abril de 1974.

²¹⁷ Informações da APETRO-Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas em: http://www.apetro.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=76&Itemid=121.

[Cons.2 Setembro 2016].

²¹⁸ Cf. *A História da energia – Portugal 1890-1980...* pp. 132-139.

Sempre atenta às oportunidades, a *Casa Hipólito* fez um acordo com a *Cidla* para o fabrico de componentes para os equipamentos de queima. Inicialmente, redutores e torneiras, e logo depois fogões e lanternas a gás. Não sabemos a data exacta e os termos de tal acordo mas alguns indícios permitem-nos inferir que terá sido no segundo lustro dos anos cinquenta, 1957 / 58. Com efeito, a já por nós referida reportagem do *Badaladas* de 15 de Maio de 1959 ²¹⁹ subintitula “A nova secção – Material para Gás” e pormenoriza no corpo do texto em que o repórter, Fernando Monteiro, descreve a visita às instalações fabris, acompanhado por António Hipólito Junior:



Figura 45 - Produtos da secção de gás

“Seguiu-se a secção de material para gás em que se fabricam diversas peças quer para as botijas – torneiras e redutores – quer para os fogões a gás. A necessária e exegível precisão de todas as peças desta secção é produzida em série em muitas máquinas, verdadeiras maravilhas da técnica moderna, desde o mais simples parafuso até ao acessório de maiores cuidados. É compreensível que assim tenha de ser pois tratando-se de um gás de grande expansibilidade, é mister que a perfeição e necessário ajustamento de todas as peças afins, corresponda em qualidade e acabamento ao máximo que é de exigir.”

Mais adiante, depois de observar “uma máquina de alta precisão – a única existente na Península – cujo trabalho respeita somente a rectificar os cones das torneiras para os fogões de gás”, informa: “Esta secção, a mais recente da casa, foi montada

completamente no curto espaço de alguns meses.”

Manuel Pereira, no seu discurso na festa de homenagem a Vasco Parreira, de que já fizemos anteriores referências, diz em dada altura:

“O êxito obtido com o fornecimento à «Cidla» foi tal que a «Shell», não obstante a sua origem estrangeira, logo que iniciou a comercialização de gás no nosso país, não teve quaisquer dúvidas em optar pela Indústria Nacional. E eis que surge este novo Cliente, aliás, com um sistema diferenciado do da «Cidla».[...] / A produção para a queima de gás não se ficou por estes dois sistemas. / Vasco Parreira, naturalmente, verifica que este tipo de fluido virá a ter grande expansão no nosso País e alarga o âmbito da nossa fabricação para os acessórios, até aqui importados, pelos fabricantes de fogões domésticos e industriais. E, surgem os Fogareiros, as Lanternas e os Caloríferos a gás, no nosso fabrico, comercializados pela «Cidla».”

Não por acaso, nesse discurso M. Pereira pontua as referências que vai fazendo com a indicação do número de trabalhadores ao serviço na empresa: em 1953 eram 350; em

²¹⁹ Referida em 3.3.

1961, “ultrapassava-se a casa dos 500 trabalhadores; em 1962, eram 720; 1963, 1044 trabalhadores; 1971, 1067”. Manuel Pereira sabia bem do que falava pois era o chefe da Secção de Pessoal.

Estes números revelam expressivamente o incremento da empresa, de que a criação da área do gás foi uma das responsáveis no final da década de 50 e ao longo das seguintes. O Relatório e Contas do exercício de 1972 – o primeiro após a passagem da empresa a Sociedade Anónima - reserva um parágrafo ao sector do gás:

Estamos igualmente preparados, no campo do material para gases liquefeitos, para a fabricação de novos artigos com destino à Eival e Shell, bem como para a fabricação de novos sistemas de válvulas e redutores e uma nova gama de material para uso doméstico e campismo destinados não só ao mercado interno como à exportação.

O Relatório e Contas de 1973 também se refere a este sector: “Lançaremos no decorrer de 1974 novos tipos de redutores Shell e Cidla, totalmente concebidos pelos nossos Serviços Técnicos e cujos modelos são mais económicos e de melhores características no seu funcionamento.”

Onde funcionava a secção de gás?

Os testemunhos que ouvimos dizem-nos que no início localizava-se nas antigas oficinas originais mas, na década de 60, passou para o *Pavilhão B*, uma dependência na R. dos Cavaleiros da Espora Dourada. Com a passagem para Arenes, em meados dos anos 60, depois das naves destinadas à secção vinícola, construiu-se outra, em 1973, separada e localizada a poente, para a área do gás e dos *Petromax*.

3.4. Exposições e representações

A *Casa Hipólito* teve sempre uma política publicitária aguerrida e persistente. Anunciando em jornais regionais e nacionais, consolidou com firmeza a imagem de fornecedora de produtos de qualidade, não supérfluos mas necessários ao conforto imediato dos consumidores. Como vimos, a participação em exposições fazia parte dessa estratégia comercial desde os primeiros tempos da sua existência.



Figura 46 - Participação na 1ª Feira da AIP

Quando em 1949 a Associação Industrial Portuguesa (AIP), com a participação da Associação Industrial Portuense, montou a primeira Feira das Indústrias Portuguesas, em Belém, Lisboa,²²⁰ a *Casa Hipólito* compareceu naturalmente. Tratou-se do primeiro grande certame industrial português pós guerra, lançado com o objectivo de mostrar os progressos da nossa indústria, expressão da política desenvolvimentista do Estado Novo que a apoiou decisivamente. A revista *Indústria Portuguesa*, órgão da AIP, no seu número 261 publicado em Novembro de 1949, fazia a antecipação do que iria ser aquela iniciativa titulando o editorial: “Algumas características do que vai ser a Feira das Indústrias Portuguesas – Novidade, variedade, qualidade.” No corpo do texto, assegurava: “O que vai constituir, evidentemente, a grande surpresa da Feira é ter o consumidor oportunidade de ficar sabendo que são de fabrico nacional muitos produtos que, na maior parte dos casos, se tinha habituado a supor de origem estrangeira.”

A *Casa Hipólito*, única empresa torriense que participou, expôs todos os seus produtos como o atesta o Catálogo impresso em 1950 em que, a páginas 47, refere: “CASA HIPÓLITO, LDA- TORRES VEDRAS * Fogões de petróleo, lanternas de

²²⁰ Esta primeira feira localizou-se no espaço da Exposição do Mundo Português realizada em 1940, aproveitando algumas das estruturas desse certame que ainda se conservavam.

petróleo e acessórios, pulverizadores para vinhas e árvores, bombas de trasfega e material viti-vinícola”²²¹. Nos dez anos subsequentes, a empresa continuou a participar nestas feiras das indústrias – a partir das quais se institucionalizou a FIL, na Junqueira. Ao 10º ano foi distinguida com um Diploma de Honra “pela sua participação na primeira Feira das Indústrias Portuguesas, em 1949-1950, bem como pela valiosa contribuição dada, a todos os certames levados a efeito pela Associação Industrial Portuguesa, dentro do decénio que se completa este ano”²²².

Já acima fizemos referência à participação da *C. Hipólito* na Feira Popular de 1952, bem como na Exposição-Feira de Máquinas Agrícolas, na Tapada da Ajuda em Maio de 1953²²³. Uma e outra confirmam a linha estratégica da empresa que procurava a divulgação publicitária em locais e iniciativas que garantiam, à partida, a presença de muitos milhares de pessoas.

A *Casa Hipólito* participou também, com muita frequência, na Feira Nacional da Agricultura / Feira do Ribatejo, em Santarém de que encontramos testemunho no espólio fotográfico do FCH. Nele se guardam algumas medalhas e diplomas de participação nessa feira assim como em outras por todo o país: S. Mateus, em Viseu, Setúbal, Palácio de Cristal no Porto, etc.

A *C. Hipólito* participou igualmente em mostras fora do país, como nos foi dito em testemunhos orais e é referido na já citada revista *A Hora* de Outubro / Novembro de 1959: França, Itália, Turquia, Síria, Malásia, Tunísia, Brasil. E ainda: Lourenço Marques (actual Maputo), Luanda, Goa, Tunísia, Paris, Turquia²²⁴.

Diga-se, a propósito, que tais testemunhos frisaram que nos anos mais próximos de nós a participação em feiras se tornou economicamente desfavorável. As deslocações do material, as taxas de ocupação e a necessária presença de funcionários de acompanhamento já não compensavam os eventuais negócios que lá se fizessem.

Um aspecto relevante da evolução da empresa foi a criação de uma rede de representantes, agentes e revendedores espalhados pelo país. Um anúncio no jornal *Voz de Palmela* de 26 de Maio de 1955 informa que a *C. Hipólito* tem agências oficiais no

²²¹ Não há referências a esta participação na imprensa local. A razão é simples: o único jornal torriense que se publicava à data da primeira Feira das Indústrias Portuguesas era o *Badaladas*, fundado em Maio de 1948, que nessa altura era apenas um boletim da paróquia publicado quinzenalmente.

²²² Conforme nota em destaque na reportagem do *Badaladas* na *Casa Hipólito* em 15 de Maio de 1959.

²²³ No subcapítulo 3.3.2.

²²⁴ Cf. reportagem do *Badaladas* na *Casa Hipólito* em 15 de Maio de 1959.

Porto e em Santarém e revendedores em Palmela – Xavier Santana e Poceirão – Fernando Serra.

Outro anúncio – cujo local de publicação não é visível mas cuja data será por volta de 1955, pela proximidade com outros anúncios deste ano²²⁵ - inclui uma extensa lista de entidades que garantiam a comercialização dos produtos *Hipólito*. A saber:

Armazenistas em Lisboa: Roldão & Caldeira, Ld^a – Trav. Nova de S. Domingos, 28; T.J. Battos Queiroz, Herds Ld^a, - Largo de S. Domingos, 24; Sociedade Unida de Vendedores Ld^a – R. das Flores, 49; Marques Oliveira & Silva Ld^a – R. da Horta Seca, 24; Roldões Ld^a – R. da Madalena, 216; Casa Torreense – R. 4 de Infantaria, 80. / Em Coimbra: Carlos d’Almeida – R. Eduardo Coelho, 74; Gonçalves & Martins – R. Visconde da Luz, 66. / Agências: no Porto: J. Lemos Junior – R. das Flores, 14, 1º; em Santarém: Seabra & Leal Ld^a – R. Serpa Pinto, 101. / Depositário: Casa Viúva Lopes de Lopes da Silva & Irmão – Régua.

A Agenda editada pela *Casa Hipólito* em 1971, oferecida aos melhores clientes e amigos, inclui uma página com a lista de Agências em Portugal e fora do país. Eis:

ARMANDO DE ALMEIDA COUTO
Rua Hermenegildo Capelo, 18 - Tel. 235128
PALMELA

CARLOS DE ALMEIDA
Rua Eduardo Coelho, 80 - Tel, 23423
COIMBRA

J. LEMOS JUNIOR & C^a., Ld^a.
Rua Mouzinho da Silveira, 216·220 - Tel. 21531
PORTO

SEABRA & LEAL, LD^a.
Rua Dr. Teixeira Guedes, 38·40 - Tel. 605
SANTAREM

VILAÇA & LOPES, Ld^a.
Praça do Município, 16 - Tel.52466
FUNDÃO

JOÃO DA GAMA PEREIRA
Rua das Murças, 66-2.º - Tel. 20755
FUNCHAL – MADEIRA

MILTON DE MELO E SOUSA & CA., Ld^a.
Rua do Melo, 53·1.0 - Tel. 22804
PONTA DELGADA - S. MIGUEL – AÇORES

²²⁵ Reportamo-nos a um álbum de anúncios da *Casa Hipólito* que a Gerência terá organizado e que faz parte do espólio dos “reservados” do FCH.

JOAO BENOLIEL DE CARVALHO, Lda. Caixa Postal 68
S. VICENTE - CABO VERDE

SOCIEDADE COMERCIAL ULTRAMARINA Caixa Postal 23
BISSAU - GUINÉ PORTUGUESA

JALBER, Lda.
Caixa Postal 710 - Tel. 2235
LUANDA- AFRICA OCIDENTAL PORTUGUESA

SCHUTTE & SOARES, Lda. Caixa Postal 336 - Tel. 7724
LUANDA-AFRICA OCIDENTAL PORTUGUESA

QUÍMICO- TECNICA, LDA. Caixa Postal 1428- Tel. 2726
LOURENÇO MARQUES – ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

URUGES & IRMÃO, LDA. Caixa Postal 805 - Tel. 2474
BEIRA-ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA

ARMAND SITRUK
106, Boulevard Périer -" California House"
MARSEILLE - FRANCE

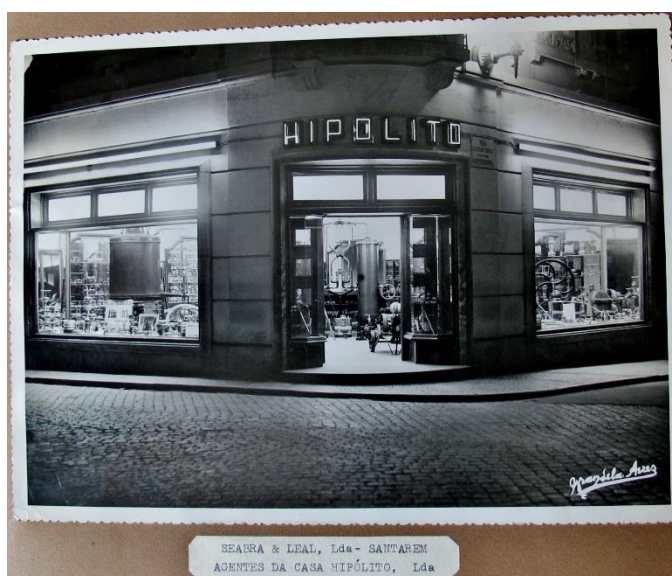


Figura 47 - Representação em Santarém, Firma *Seabra & Leal Lda.*

Esta rede garantia a ligação permanente com os clientes dos mercados interno e externo, e assegurava, igualmente, a promoção dos produtos novos, os preços praticados e a rapidez na satisfação das encomendas.

3.5. Publicidade

Ao longo deste trabalho temos feito referências frequentes à publicidade da *Casa Hipólito*. De facto, desde o início, mercê da notável sensibilidade do fundador, António Hipólito, a publicidade foi um poderoso e eficaz instrumento de afirmação da empresa no mercado nacional. Os continuadores não só mantiveram o seu estilo de divulgação como o refinaram. Sem termos feito uma pesquisa sistemática, encontrámos publicidade da *Casa Hipólito* em órgãos de imprensa local de zonas tão díspares como Arganil, Coimbra, Beja ou Castelo Branco e em jornais de grande circulação nacional como o *Diário de Notícias* e o *Século*.

Só por si o tema merecia uma abordagem circunstanciada, o que não é possível pois alongaria excessivamente este trabalho. Optámos por escolher alguns bons exemplos de publicidade que fazem parte das memórias da empresa e da nossa própria memória – pois os recordamos como sinais relevantes de um quotidiano que já não volta.



Figura 48 – Publicidade - lanterna



Figura 49 - Publicidade - fogão



Figura 50 - Publicidade - cinzeiros



UMA MARAVILHA DA INDÚSTRIA NACIONAL



FABRICAÇÃO DA
CASA HIPÓLITO, LIMITADA
TORRES VEDRAS / PORTUGAL

© AGENCIA UPI



UMA MARAVILHA DA INDÚSTRIA NACIONAL



FABRICAÇÃO DA
CASA HIPÓLITO, LIMITADA
TORRES VEDRAS / PORTUGAL

© AGENCIA UPI



UMA MARAVILHA DA INDÚSTRIA NACIONAL



FABRICAÇÃO DA
CASA HIPÓLITO, LIMITADA
TORRES VEDRAS / PORTUGAL

© AGENCIA UPI

Figura 51 - Publicidade - produtos Hipólito

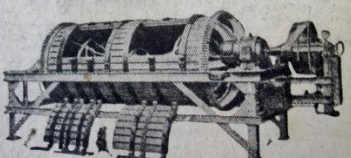
CASA HIPÓLITO LDA.

Apresenta aos senhores vinicultores portugueses a nova prensa hidráulica de repisa automática "PHRA"

e a prensa hidráulica «VERIM», aplicável aos fusos já existentes nos lagares



Prensa «VERIM»




A «PHRA» pronta a receber as massas

UMA REVOLUÇÃO NA INDÚSTRIA DO VINHO EM PORTUGAL

CASA HIPÓLITO, LDA. — TORRES VEDRAS — TELEF. 53

Figura 52 - Publicidade - prensas vnicas



El pulverizador "Hipolito" es el mejor y más económico del mundo

Exposición Ibero-Americana
Sevilha, 1929

TORRES VEDRAS — PORTUGAL

Figura 53 - Publicidade - pulverizador



Figura 54 - Publicidade - fogão



Figura 55 - Publicidade – eléctrico da Carris em Lisboa

3.6. Actividade exportadora



Figura 56 - Camiões Hipólito no porto de Lisboa, anos 50

Embora já lhe tenhamos feito várias referências em páginas anteriores, consideramos útil uma abordagem global à actividade exportadora da *C. Hipólito*²²⁶.

Como atrás dissemos, o grande impulsionador da expansão da empresa para fora das fronteiras nacionais foi Vasco Parreira logo a seguir à Segunda Grande Guerra e no início dos anos 50. Apesar de ter poucos estudos – cursou apenas o antigo 2º ano do Liceu, actual 6º ano do Ensino Básico²²⁷ – este homem não se sentiu limitado e viajou por todo o mundo em representação da empresa.

Dizem os que com ele trabalharam que era dotado de grande sentido negocial. Tinha qualidades de diplomata: sabia a

palavra exacta para cada interlocutor e privilegiava os pontos de convergência sobre os de discordância²²⁸.

Todos realçam o ponto culminante da sua acção comercial quando, em plena época salazarista, conseguiu uma encomenda de um milhão de cabeças de fogareiro para Cuba.²²⁹ Recordemos o que a esse respeito disse M. Pereira no já citado discurso de homenagem a Vasco Parreira em 23 de Março de 1979:

²²⁶ Esta abordagem, orientada para as memórias e preservação do Património, não abrange a perspectiva económica da actividade exportadora: valores anuais, parcelas relativas a cada país para onde se exportava, quantidades exportadas, etc.

²²⁷ Informação dada pelo filho, Engº Vasco Alberto Parreira, que nos mostrou a caderneta escolar do pai.

²²⁸ Em 1972 falámos com Vasco Parreira no seu escritório da *Casa Hipólito*, para tratar de um assunto urgente. Ainda hoje recordamos o homem elegante, de fato completo de bom corte, solícito e atento - como era sempre com quem o procurasse.

²²⁹ Esta encomenda ainda hoje suscita perplexidades. Há até quem fale que ela só foi possível pela intermediação de uma empresa espanhola, esquecendo que Espanha também vivia num regime anti - Fidel. O Engº Vasco Alberto Parreira, filho de Vasco Parreira, esclareceu no seu testemunho oral, que o pai tinha bom relacionamento com Silva Pais, figura grada da então PIDE – polícia política do Estado Novo - que já conhecia muito antes de este exercer as funções de director daquela polícia. Numa visita a Cuba, Vasco Parreira foi contactado por Ana Maria, filha única de Silva Pais, que lá vivia como apoiante entusiasta do regime castrista, pedindo-lhe que trouxesse recados para seus pais. Silva Pais terá ficado agradecido e terá

“Em 1963, já com 1044 trabalhadores, novo marco histórico na Casa Hipólito: Vasco Parreira, através de uma já larga experiência de contactos internacionais, consegue obter do Governo Cubano de Fidel de Castro, uma encomenda de um milhão de cabeças de fogareiro de modelo totalmente diferente daqueles, que até aqui, vínhamos fabricando²³⁰. / E, note-se, nesta altura não eram possíveis relações Diplomáticas entre estes dois países. Não obstante isso, o negócio fez-se e outros se foram fazendo nas mesmas condições. / E tal foi a actuação de Vasco Parreira, que Cuba nunca mais deixou de ser Cliente, existindo mesmo fortes raízes de amizade recíproca.”

Porém, a actividade exportadora já se iniciara alguns anos antes, ainda na década de 50 quando numa exposição da *C. Hipólito* na Tunísia, então protectorado francês, Vasco Parreira conheceu um negociante judeu lá sediado, chamado Armand Sitruk. Este homem era um agente comercial que se movimentava por todo o mundo e aceitou disponibilizar os seus préstimos para colocar os produtos *Hipólito*. Fez-se o contrato e a partir daí, até ao final da década de 80, A. Sitruk fará a ponte entre a empresa e os importadores de outros países²³¹. Quando em Março de 1956 a França reconheceu a independência da Tunísia, A. Sitruk receou pela sua segurança e transferiu-se para Marselha²³².



Figura 57 - Fogões Hipólito numa feira em Hong-Kong

retribuído. Como curiosidade, diga-se que a história de Annie Silva Pais foi contada pelos jornalistas José Pedro Castanheira e Valdemar Cruz no livro *A filha rebelde*, editado em 2003 pela Temas e Debates/Círculo de Leitores.

²³⁰ Alberto Avelino, no seu depoimento oral, explicou: as cabeças tinham um pequeno orifício por onde saía o petróleo gaseificado que alimentava o anel queimador, o qual se entupia com frequência. Por isso, havia os esprevidadores, uma peça metálica com um fino arame na ponta, para o desobstruir. Ora, as cabeças encomendadas por Cuba tinham uma *manete* incorporada que, através de um veio excêntrico, accionava um pequeno desentupidor mediante a acção de rodar a *manete*.

²³¹ Vários testemunhos orais referem explicitamente a acção deste agente e a sua indiscutível importância para a *Casa Hipólito*. Nomeadamente: Eng^o Vasco Alberto Parreira, Alberto Avelino e Olga Custodinho.

²³² Testemunhos de Eng^o Vasco Alberto Hipólito, Alberto Avelino e Olga Custodinho.

A criação de uma estrutura organizacional dedicada à exportação na *C. Hipólito* só teve lugar em 1957, quando Olga Custodinho, habilitada com o curso de Correspondente em Língua Estrangeira, foi admitida na empresa, ficando a trabalhar na dependência directa de Vasco Parreira. É ela quem nos elucida:

“Fui tomar conta da Secção de Exportação, que mais tarde passou a Departamento. Já existia a actividade exportadora, com o Sr. Francisco Chaves, que preenchia os papéis e enviava para Lisboa, para o Despachante, sr. Casqueiro, que tratava dos contactos com o estrangeiro. Quando eu entrei passei a tratar dessa correspondência directa com o estrangeiro. Havia um agente mundial em França, Marselha, chamado Armand Sitruk que era quem fazia os contactos internacionais. Inicialmente era ele quem fazia a ligação com todos os clientes mas depois, à medida que fui dominando os assuntos, passámos a ser nós a fazer o contacto directo com alguns países. No entanto, como havia um contracto, era reservada uma comissão de 2% para ele, assim como era sempre informado acerca dos nossos contactos”²³³.

É também Olga Custodinho quem nos recorda a evolução da actividade exportadora. Teve início no Norte de África, na altura ainda sob domínio francês e italiano: Tunísia, Argélia, Líbia. Seguiram-se países da África subsaariana como República do Congo, República Centro-Africana, o antigo Congo Belga. Depois a África do Sul, Rodésia, Quênia, Tanzânia, Malawi. Passou-se depois para o Médio Oriente: Arábia, Iraque, Irão. O círculo exportador alargou-se cada vez mais: Singapura, Malásia. A antiga funcionária conta:

“Chegámos às Filipinas através de um alemão que tinha escritório em Colónia, na Alemanha. Havia outro alemão, Franz Heinz, algures na Vestefália, que subcontratou a Casa Hipólito para fazer cabeças com a marca dele e que ele depois vendia. Para nós continuava a ser exportação, é claro...”

Não ficou por aqui a expansão da empresa. Cuba foi a porta de entrada para a América Latina. De seguida veio o Peru, Venezuela, Equador, Bolívia. Ainda se tentou o Chile mas aí não resultou. Chegou-se a exportar para as Honduras, Costa Rica, embora com pouca expressão.

Na reportagem, já por nós referida, do jornal *Badaladas* de 15 de Maio de 1959 o gerente António Hipólito Junior fez uma enumeração dos destinos da exportação que alarga significativamente as referências anteriores: Grécia, Chipre, Malta, Marrocos,

²³³ Existe no FCH o que terá sido a última correspondência entre a *Casa Hipólito* e A. Sitruk. Este, em carta de 7 de Janeiro de 1988, lembra “os acordos por carta da Casa Hipólito desde 1956” e queixa-se de alterações ao que havia sido contratado. Em resposta, datada de 4 de Fevereiro do mesmo ano, a Administração esclarece a posição da empresa. Aceita o regime de exclusividade com uma comissão base de 3% para certos artigos e 5% para outros e renova o contracto até 1989 e 1990, respectivamente. Tenha-se em conta que à data desta correspondência a *C. Hipólito* já se encontrava em regime de gestão controlada judicialmente, facto que parece desconhecido de A. Sitruk.

Síria, África Ocidental Francesa (um extenso território subsaariano hoje ocupado por oito países independentes), África Equatorial Francesa (a Oeste da anterior), Madagáscar, Áden, Ceilão e Nova Guiné.

A secção de exportação sediava-se nos escritórios da R. Serpa Pinto. Depois do 25 de Abril os escritórios passaram todos para Arenes. Nessa altura Olga Custodinho já contava com mais cinco pessoas na secção que organizara nos finais dos anos 50.

3.7. Operários de excelência

Como é óbvio mas nem sempre reconhecido, sem o concurso das muitas centenas de operários que trabalharam na *Casa Hipólito* ao longo da sua secular existência, a empresa nunca teria chegado onde chegou. Impõe-se, portanto, destacar o seu papel, lembrando três figuras que tiveram reconhecimento público em vida e, através delas, sublinhar a importância de todos os outros, anónimos mas imprescindíveis obreiros que foram daquela fábrica torriense²³⁴.



Figura 58 - Homenagem a Alberto Ferreira

A figura mais emblemática dos trabalhadores *da ferrugem* – como eles próprios a si se referiam – foi Alberto da Conceição Jesus Ferreira. Entrou na *Casa Hipólito* em 1921 – com 13 anos - e manteve-se na fábrica cerca de 60 anos. Chefe da “secção de cunhos e cortantes” - na metalomecânica ligeira esta secção é a mais importante - por ele passava

²³⁴ A escolha destas figuras deve-se ao facto de sobre elas termos fontes documentais bem explícitas.

o essencial dos processos fabris pois era lá que se faziam as ferramentas e os moldes para as máquinas que haviam de produzir as peças em fabrico. Alberto Ferreira ainda hoje é recordado como o mestre, o professor de todos os que iam trabalhar para a *C. Hipólito*. O seu prestígio intocável devia-se a uma lendária capacidade para inventar soluções, resolver problemas técnicos e transmitir aos mais novos os seus conhecimentos práticos. Tinha apenas a antiga 4ª classe mas, tal como o velho António Hipólito com quem trabalhou muitos anos, possuía uma prodigiosa capacidade para entender o funcionamento das máquinas e uma intuição poderosa para lhes desvendar os segredos. Os testemunhos orais que recolhemos são unânimes nesta apreciação.

Quando em 18 de Julho de 1943 o Chefe de Estado General Óscar Fragoso Carmona veio a Torres Vedras para várias inaugurações - o Hospital, o lavadouro público e a nova estação dos Correios - juntou a estas cerimónias a de “conferir o grau de Cavaleiro da Ordem do Mérito Agrícola e Industrial, Classe do Mérito Industrial, a Alberto da Conceição Ferreira, operário torneiro mecânico da Casa Hipólito de Torres Vedras”²³⁵. O jornal *O Torreense*, de 11 de Outubro de 1943 – com alguns meses de atraso – fez uma grande reportagem sobre esta visita do Chefe de Estado e inseriu uma foto do momento da atribuição da insígnia. Anos depois, na edição de 18 de Maio de 1951, noticia a morte de Carmona e recorda a visita deste a Torres Vedras, oito anos antes, de novo publicando a foto de Alberto Ferreira com a legenda: “O Senhor Presidente da República condecorando o operário Sr. Alberto Ferreira, por exercer a sua actividade há mais de 25 anos na importante Casa Hipólito, Lda, com «Mérito Industrial» ”

O jornal *Badaladas* de 1 de Junho de 1974 publicou uma extensa reportagem, ilustrada com duas fotos, da festa de homenagem organizada pelos seus companheiros de trabalho, a que se associou a Administração da empresa. Lá diz que a homenagem lhe foi prestada “na hora da abalada” – isto é, quando se reformou, tinha ele 66 anos. Contudo, na festa a Vasco Parreira, em 23 de Março de 1979, foi ainda Alberto Ferreira quem redigiu e leu o brinde de homenagem, em nome da Comissão Promotora.

Alberto Ferreira faleceu em 13 de Maio de 1990. O *Badaladas* do dia 18 desse mês publicou a notícia necrológica lembrando que, depois de reformado da *C. Hipólito*, passara a dedicar o seu tempo ao concerto dos instrumentos da Banda dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras de que ele próprio foi músico durante muitos anos.

²³⁵ Palavras textuais do processo de atribuição desta insígnia, constante do Processo 1 169, arquivado no Museu da Presidência, em Lisboa.

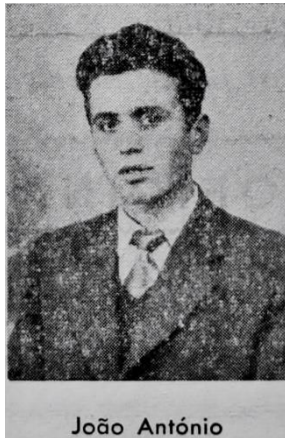


Figura 59 - O "Copi"

Outro operário que deixou sinais da sua passagem pela *C. Hipólito* foi João António, de alcunha "Copi". O jornal *Badaladas* de 1 de Abril de 1957 elucida-nos através de uma entrevista ilustrada com uma foto: "Um campeão nacional de soldadores a Oxi-Acetilene – O triunfo de João António, de Torres Vedras, no VI «Concurso de Trabalho» da Mocidade Portuguesa."

A. Sales assina a peça de que destacamos:

João António é de Monte Redondo e trabalha na Casa Hipólito, Ld^a há 5 anos. Ali aprendeu e desenvolveu os seus conhecimentos de soldador os quais lhe granjearam em 1956 o título de Campeão Nacional de Soldadores a Oxi-Acetilene." [Mais adiante, em resposta ao jornalista:] "O trabalho consistia em soldar um depósito sem lhe tocar, o qual deveria depois resistir à pressão onde se comprovaria a perfeição do trabalho. Foi o meu que resistiu mais e me levou assim ao nacional." [Aí o exercício foi] "Soldaduras em ferro e alumínio em posições diversas; isto é, ao tecto, ao alto, a 45 graus, etc.[...] Antes de entrar para a Casa Hipólito desconhecia totalmente o assunto. [...] Tudo foi um estímulo, desde a organização ao título. Para o ano penso estar presente no VII «Concurso do Trabalho» como soldador a arco onde tenho esperança de conquistar um bom lugar.

O mesmo jornal, em 1 de Outubro de 1957, deu novo destaque a João António informando que ele havia sido escolhido pela organização da Mocidade Portuguesa para representar o país no VI Concurso Internacional de trabalho que se realizaria nesse mês em Madrid, na modalidade de Soldador a Oxi-Acetilene. Não voltámos a encontrar mais notícias dele. Porém, quase trinta anos depois, reencontrámo-nos com João António e o seu virtuosismo como metalúrgico. No parque da Várzea, em Torres Vedras, há um monumento a Joaquim Agostinho, inaugurado em 3 de Julho de 1988. Em metal, representa o malgrado ciclista – que morreu em 10 de Maio de 1984 – a pedalar numa bicicleta. O autor da imagem foi o escultor Soares Branco e o monumento foi concebido pelo arq. Leopoldo S. Branco. A bicicleta foi feita por João António, o já saudoso "Copi"²³⁶.

Por último cabe-nos recordar Manuel Fernando Caixaria, outro operário da *Casa Hipólito* ao qual uma reportagem do *Badaladas* de 31 de Dezembro de 1960 deu merecido destaque num longo título: "Lugar à juventude que trabalha – Manuel Fernando Caixaria

²³⁶ Cf. em <https://www.guiadacidade.pt/pt/poi-monumento-ao-joaquim-agostinho-20373> , [Cons. 10 Setembro 2016]

que se revela um autêntico trabalhador de «Elite» - Torriano de gema – 2º classificado no «Concurso Internacional de Formação Operária» realizado em Barcelona.”



Figura 60 - Manuel Fernando Caixaria

O texto, assinado por R.M., rasga-se em elogios entusiásticos a que não é alheia uma certa carga ideológica tão característica da época – enaltecendo as virtudes “da juventude que trabalha [...] para engrandecer Portugal”, ao contrário da “desavergonhada presunção dos inúteis existencialistas eivados de uma pseudo-intelectualidade...”. O que nos interessa, porém, é o que é dito sobre este jovem operário. O repórter falou com ele e explica-nos:

Foi assim que ficámos sabendo que tudo o que vale e sabe o deve exclusivamente às Oficinas da Casa Hipólito, para onde entrou há cerca de 4 anos, e ao seu querido Mestre e grande Amigo, o Sr. João Tomás, Técnico Encarregado daquela Firma, de reconhecida probidade pessoal e profissional, tendo, para ambos, palavras de louvor e agradecimento.

Mais adiante, dá voz ao Manuel Caixaria:

[Sou] soldador oxiacetilénico [...] aquela soldadura que não é eléctrica. É por maçarico com chama provocada pela combustão do acetileno misturado com oxigénio. [...] [Ganhei o concurso distrital] Vieram os Nacionais e fui representar Lisboa. [...] Classifiquei-me em 1º lugar – Campeão Nacional – portanto era de ir ao estrangeiro. A Casa Hipólito, como sempre, interessou-se bastante e concedeu todas as facilidades, suportando as despesas necessárias para que me apresentasse no «IX Concurso Internacional de Formação Profissional», que se realizou em Barcelona de 25 de Setembro a 7 de Outubro. [...] Ao todo eram 173 concorrentes, e na minha especialidade, 9.

Apesar de ter recebido as instruções para a prova em língua alemã, para ele desconhecida, problema que resolveu com a ajuda, por mimica, de um concorrente alemão, classificou-se em 2º lugar.

Receamos que o destaque a estes três operários de excelência melindre ou seja injusto para com tantos outros que aqui não são nomeados. Decidimos correr o risco, reafirmando a nossa intenção de, através deles, homenagear todos os operários *da ferrugem*, obreiros de uma firma que, se tanto se notabilizou na metalo-mecânica ligeira, a eles o deve em grande parte.

3.8. Acção social

É justo referir que no melhor período da vida da *Casa Hipólito* – a segunda fase que vai de 1944 a 1980 – a empresa não descurou alguns aspectos do que podemos definir como “acção social”. Sendo certo que as condições de trabalho fabril não eram as melhores – como o Relatório de Novembro de 1964²³⁷ bem demonstra – os gerentes da fábrica mostraram abertura e clarividência para acolher iniciativas de carácter social que ainda hoje perduram na memória dos torrienses. É o que veremos a seguir.

²³⁷ Já referido no subcapítulo 3.2.

3.8.1. Grupo Desportivo e Recreativo da Casa Hipólito



Figura 61 - Bandeira e alguns troféus

Em 1 de Maio de 1948 foi fundado o Grupo Desportivo e Recreativo da Casa Hipólito (GDRCH). Logo nesse ano afirmou ao que vinha: marcar presença honrosa em várias modalidades desportivas e fomentar o gosto pelas actividades culturais. Disso nos dá conta *O Torreense* de 17 de Outubro de 1948 que dedicou praticamente uma página às realizações do Grupo recém-criado. No circuito ciclista de A-dos-Francos, freguesia do concelho das Caldas da Rainha, realizado dias antes, as duas equipas da *Casa Hipólito*, A e B, ganharam os troféus em disputa, duas taças de prata, com os ciclistas João Inácio, Ernesto Ludovino, António Agostinho e Aníbal Ferreira. Igualmente notável foi a participação do Grupo numa iniciativa do Sporting Clube de Portugal, no Estádio José Alvalade, em 8 de Outubro de 1948, intitulada “*Primeiro passo*”, a qual se destinava a fomentar o atletismo através da captação de novos praticantes. Teve a participação de 700 atletas em representação de 7 clubes do distrito de Lisboa. O mesmo jornal, em 31 de

Outubro, desenvolveu uma pormenorizada reportagem sobre essa participação. Nela estiveram envolvidos 10 atletas torrienses, sob a orientação técnica de Evaristo Silva, - ele próprio um antigo atleta campeão de velocidade do Sporting C.P. - os quais concorreram nas seguintes provas: 80m, 250m, 700m, 2000m, Salto em altura, Salto em comprimento e Lançamento do peso. Entre outras classificações prestigiosas, distinguiram-se José Júlio Desidério, vencedor dos 250m; Ulisses Oliveira e João Antunes, respectivamente 1º e 2º no Salto em altura; e José Féria, vencedor no Lançamento do peso. O GDRCH classificou-se em 2º lugar, a apenas quatro pontos da primeira equipa.



Figura 62 - Equipa de atletismo, foto no jornal *Mundo Desportivo* de 15/10/1948

Voltando a *O Torreense* de 17 de Outubro de 1948, lemos minuciosa reportagem sobre uma sessão cinematográfica no Teatro-Cine Ferreira da Silva, em 25 de Setembro. Tratou-se de uma iniciativa cultural com uma sessão solene para entrega de prémios de um torneio de chinquillo ganho pela Secção de Balancés, seguida de uma conferência sobre o tema *Trabalho e Desporto* proferida pelo Dr. Ernesto Carvalho Santos, “ilustre advogado do nosso foro” e rematada pela exibição de documentários e de um filme,

Alarme na cidade dos rapazes, “com superior desempenho de Spencer Tracy e Mickey Rooney”. A sessão foi apresentada por Carlos Duarte Mota, Secretário do GDRCH, um homem que trabalhou muitos anos na Empresa e ainda hoje é bastante recordado.

Estes apontamentos jornalísticos são os primeiros de uma infinidade que foi sendo publicada na imprensa local ao longo dos anos, expressão notável de um trabalho altamente meritório do GDRCH nas áreas social, cultural e desportiva.

Contudo, há que explicitar o contexto em que surgiu esta instituição. Ela não nasceu do nada nem foi uma originalidade torriense. Tratava-se de um Centro de Alegria no Trabalho (CAT), estrutura local integrada na Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), organismo criado pelo Estado Novo na perspectiva corporativista que lhe foi dada por António Ferro²³⁸. A ideologia subjacente assentava na ideia de unidade orgânica entre os factores *trabalho e capital*, numa simbiose sem conflitos, tendente a criar a felicidade entre todos, organizada e vigiada por um Estado magnânimo, distribuidor de prémios aos cordatos e punições aos rebeldes. Estado paternalista severo, conduzido por Salazar, elevado à categoria de ser superior, lídimo intérprete de uma longínqua idade de ouro da portugalidade que a divina providência encarregou de restaurar²³⁹.

Porém, independentemente da leitura que possamos fazer acerca destas instituições criadas pelo Estado Novo, cumpre reconhecer que, muitas vezes, elas tiveram papel importante na promoção de actividades de ocupação dos tempos livres dos trabalhadores a quem proporcionaram experiências de convívio ou o usufruto de benefícios que

²³⁸ Cf: INATEL – Fundação: “A Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) surge a 13 de junho de 1935 com o fim de criar as infra-estruturas destinadas às atividades culturais, desportivas e recreativas dos trabalhadores e suas famílias, com vista a “um maior desenvolvimento físico e moral”. Os “organismos corporativos da economia nacional, as grandes empresas e as próprias entidades individuais com meios e condições para tanto” são instados a cooperar com o Estado para esse fim.

[...] Os beneficiários da FNAT eram obrigatoriamente sócios de um dos elementos da organização corporativista do trabalho: de um sindicato Nacional, de uma Casa do povo ou Casa de pescadores; sendo que os Centros de Alegria no Trabalho (CATs) constituíam as estruturas de base nas empresas. [...]

Com o tempo, a FNAT passou a ser uma parte muito importante do quotidiano dos trabalhadores e dos seus agregados familiares, instruindo e direcionando a sua vida lúdica. A Instituição crescerá rapidamente: em 1950 eram 41.117 os sócios individuais e 427 os sócios coletivos; em 1958 havia já 73.655 sócios individuais. Em 1969 os beneficiários são já 147.264, os CATs 626 e os CRPs 148. Em linha: <http://www.inatel.pt/content.aspx?menuid=897&eid=799>. [Cons. 20 Julho 2016]

²³⁹ Esta ideologia tem sido descrita em muitos estudos académicos. Veja-se, a título de exemplo, o artigo de Graça dos Santos: “Política do espírito: o bom gosto obrigatório para embelezar a realidade”, in: <file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/6326-15523-1-PB.pdf> [Cons. 20 Julho 2016]; ou Carla P. S. Ribeiro - “*IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DE PORTUGAL. - ANTÓNIO FERRO E A ELABORAÇÃO IDENTITÁRIA DA NAÇÃO*”, Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014. Em:

https://www.academia.edu/23506816/IMAGENS_E_REPRESENTA%C3%87%C3%95ES_DE_PORTUGAL_ANT%C3%93NIO_FERRO_E_A_ELABORA%C3%87%C3%83O_IDENTIT%C3%81RIA_DA_NA%C3%87%C3%83O?auto=download [Cons. 21 Julho 2016].

melhoraram as suas condições de vida. Disso nos dá conta uma reportagem do jornal ilustrado *A Hora*, periódico editado em Lisboa, no número dedicado a Torres Vedras, em Outubro/Novembro de 1959. Depois de recordar a fundação do GDRCH em 1948, tece rasgado elogio às suas instalações - “uma esplêndida Sede, onde se encontram instalados com muito gosto a Biblioteca e Sala de Leitura, com centenas de livros de bons autores, revistas e jornais, a Sala de Jogo, o Gabinete da Direcção, aparelhos de rádio e televisão” – e salienta a variedade das actividades culturais que vão desde passeios turísticos a espectáculos musicais, sessões de cinema, Orfeão dirigido por um professor de música contratado, Orquestra de nove elementos e um Grupo Cénico. Em relação ao desporto, enumera o futebol, basquetebol, ciclismo e pesca desportiva de mar – de que o Grupo da Casa Hipólito foi campeão distrital e nacional em 1957, e campeão distrital e vice-campeão nacional em 1958.

Não esquecendo o importante papel de divulgação da empresa nas actividades fora



Figura 63 - Antiga sede do GDRCH, na R. Paiva de Andrade

de Torres Vedras, a reportagem realça o pendor social do GDRCH pois faculta aos sócios – todos os trabalhadores da fábrica a quem é descontada uma quota simbólica – a Festa de Natal para as crianças em que são distribuídas roupas ou brinquedos e a Cantina inaugurada em Novembro de 1956,²⁴⁰ subsidiada pela empresa, na qual são fornecidos cerca de 4 000 almoços anualmente. Não fala no Posto Médico porque ainda não existia na altura, mas ele será uma realidade a partir dos finais dos anos 60, com enfermeiro a tempo inteiro e médico contratado para assistência permanente²⁴¹. O repórter conclui

com rasgados elogios à gerência da *Casa Hipólito* que despende anualmente mais de duas centenas de milhares de escudos (hoje seriam cerca de 10 000 €) em subsídios ao seu *Grupo Desportivo e Recreativo*.

²⁴⁰ Informação em *O Século* de 19 de Março de 1957, num artigo sobre a *Casa Hipólito*.

²⁴¹ Ainda hoje é recordado o enfermeiro que durante muitos anos aqui trabalhou - Francisco Pimpão – simpático e eficiente profissional. A assistência médica conheceu vários clínicos como os Drs. Tróni, Vitor Guerreiro e Amilcar Miranda.

3.8.2. Alfabetização de adultos

Em 12 de Abril de 1953, o jornal *O Torreense* inseriu na primeira página, a duas colunas, um extenso título que resumia o conteúdo de uma reportagem desdobrada pelas páginas 4, 5, 7 e 9, ilustrada com 10 fotos: “A importante Casa Hipólito, Limitada de Torres Vedras apoia o Governo da Nação e colabora com ele na «Luta contra o Analfabetismo», sendo a primeira a inaugurar um Curso de Instrução Primária para Adultos”. Este trabalho jornalístico é um testemunho circunstanciado do que foi um dos momentos altos da vida da *Casa Hipólito*, ainda hoje recordado por muitos torrienses.



Figura 64 - Sessão solene de abertura do curso de alfabetização de adultos em 8/3/1953

A reportagem começava por fazer um resumo do percurso da empresa desde a sua fundação, salientando o papel do fundador e o contributo dos operários, numa firma em que “há boa compreensão entre o Capital e o Trabalho” – expressão do repórter. Referindo a falta de saúde do fundador, lembra que ele foi substituído por “dois grandes continuadores [...] que são seus filho e genro, respectivamente, os Srs. António Hipólito Júnior e Vasco Rodrigues Parreira, além dos restantes filhos, José, João e Alberto [...]”²⁴².

²⁴² Esta referência parece-nos elucidativa pois exprime o juízo da opinião pública da época acerca da importância relativa, dentro da empresa, dos herdeiros do fundador.

A segunda parte da reportagem descreve o que foi o dia 8 de Fevereiro de 1953 em Torres Vedras, a partir do subtítulo "Sua Ex.^a o Subsecretário da Educação Nacional inaugurou o primeiro Curso de Instrução Primária para Adultos, instituído pela Casa Hipólito, Ld^a de Torres Vedras". O Dr. Veiga de Macedo, membro do Governo que na altura era presidido por Oliveira Salazar, foi recebido na Freixofeira, limite do concelho de Torres Vedras, por uma comitiva em que estavam o Presidente do Município, Figueiroa Rego, vereadores, representantes das colectividades e da *Casa Hipólito*, "António Hipólito Júnior e Vasco Parreira, respectivamente administrador e gerente" da empresa. Já em Torres Vedras, depois da guarda de honra pelos Bombeiros Voluntários com sua Banda que tocou a *Maria da Fonte*, houve sessão solene de boas-vindas no Salão Nobre dos Paços do concelho. No seu discurso Veiga de Macedo lembrou que "Torres Vedras era um concelho onde o analfabetismo apresentava índices inquietantes, pois tendo cerca de 36 500 habitantes, as estatísticas dizem que apenas pouco mais de metade sabe ler." Essa era uma razão para ter escolhido esta terra para a inauguração dos primeiros cursos para adultos²⁴³.

Terminada a sessão, a comitiva dirigiu-se para a sede do Clube Artístico Comercial onde iriam decorrer os Cursos. Vasco Parreira, em nome da *Casa Hipólito*, abriu a nova série de discursos anunciando "que os três cursos primários se destinavam não só aos 75 operários que se inscreveram, como também a seus filhos". Falou depois Alberto Ferreira, o mais antigo operário da fábrica e o prof. Patrício Mineiro, "Director de um dos cursos."

Em nova intervenção, Veiga de Macedo explicou as razões da campanha contra o analfabetismo, uma realidade "assustadora", sublinhando o papel de Salazar no arranque da mesma e a importância das empresas na sua concretização. O seu Secretário leu depois a portaria que seria publicada no dia seguinte no *Diário do Governo*, em louvor da *Casa Hipólito* "por ter sido a primeira firma comercial e industrial a criar cursos para os seus operários."

O programa prosseguiu com a visita às instalações da fábrica e terminou "com um esplêndido e bem servido almoço no amplo e belo salão de exposições daquela casa", em que participaram "mais de cem convivas". Coube a António Hipólito Junior falar na hora

²⁴³ No censo de 1940 a percentagem dos habitantes analfabetos do concelho de Torres Vedras era de 69,85%, valor que se reduziu para 57,13% no censo de 1950, facto a que não será estranha a fundação, em finais de 1944, da Escola Comercial Augusto Cabral. Informações colhidas no blogue *Vedrografias*: <http://vedrografias2.blogspot.pt/2009/09/torres-vedras-durante-ii-guerra.html> [Cons. 23 Julho 2016]

dos brindes. Elogiou encomiasticamente o convidado, autor da Campanha de Educação de Adultos. E logo de seguida evocou seu pai, fundador da empresa, impossibilitado de intervir por razões de saúde mas partilhando a satisfação daquele momento: “De humilde condição de nascimento, ele sabe quão útil lhe foi a instrução que em pequeno recebeu e que ele próprio desenvolveu à custa de muito trabalho e persistência.”

Este dia memorável para a *Casa Hipólito* insere-se num contexto: trata-se do Plano de Educação Popular no âmbito do qual foi lançada, em 1952, a Campanha Nacional de Educação de Adultos, a qual tinha como finalidade “a preparação para o exame do ensino primário elementar de analfabetos com idade compreendida entre os 14 e os 35 anos”²⁴⁴. A imprensa da época, de circulação nacional, dá conta das múltiplas iniciativas que ocorreram no início de 1953 para lançamentos de cursos por todo o país. Assim, os jornais *Diário da Manhã* e *Novidades* de 9 de Fevereiro daquele ano também “fizeram a reportagem da vinda de Veiga de Macedo a Torres Vedras, e no dia seguinte o *Diário da Manhã* informou que “mais 114 cursos de educação de adultos foram agora criados junto de empresas industriais”. Em 13 de Fevereiro o *Comércio do Porto* noticiava a criação de mais 98 cursos destinados a adolescentes e adultos. Este enorme esforço alfabetizador era, afinal, a resposta do Estado Novo à situação calamitosa da instrução pública em Portugal, referenciada a nível internacional pelos estudos da UNESCO. “Três milhões de analfabetos havia em Portugal em 1950” – no dizer de Veiga de Macedo numa deslocação ao Porto onde foi inaugurar mais cursos para adultos – conforme noticiou *O Século* em 19 de Fevereiro de 1953²⁴⁵.

De facto, a *Casa Hipólito* não foi a única empresa que se empenhou na luta pela alfabetização mas, honra lhe seja prestada, ela esteve na linha da frente. Foi a primeira a lançar-se na nobre tarefa de ajudar a alfabetizar os seus trabalhadores. E nisso correspondeu ao anseio do fundador e seus herdeiros que sempre pugnaram pela elevação do nível de escolaridade como condição necessária ao bom desempenho profissional²⁴⁶.

²⁴⁴ Cf. Guia de Fundos, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Dir. de Serviços de Documentação e Arquivo, Lisboa, 1ª edição, Novembro de 2014, em:

http://www.sec-geral.mec.pt/sites/default/files/guia_de_fundos_arquivisticos.pdf [Cons. 29 Julho 2016]

²⁴⁵ Cf. *A educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969 – Um repertório cronológico, temático e onomástico*, Dir. de Áurea Adão, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6382/3/A%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20NOS%20ARTIGOS%20DE%20JORNAL%20DURANTE%20O%20ESTADO%20NOVO.pdf> [Cons. 29 Julho 2016]

²⁴⁶ Aquando da “apoteótica manifestação de regozijo e reconhecimento ao Governo” pela criação da Escola Industrial e Comercial de Torres Vedras, noticiada pelo *Badaladas* de 1 de Outubro de 1957, o primeiro a discursar no salão nobre da Câmara Municipal foi António Hipólito Junior que disse: “Filho de operário e em contacto desde os bancos da escola com os operários – que operário fui também, - eu tenho sentido desde sempre a necessidade da criação destas escolas. [...] Aos operários “não é bastante a prática ou a habilidade manual de cada um. É absolutamente indispensável a técnica que só as escolas poderão dar.”

3.9. Tempos de mudança

Os analistas da política económica referem explicitamente os sintomas de crise que no dealbar dos anos 70 caracterizaram a economia europeia em geral e a portuguesa em particular. À grande expansão económica que se seguira à Segunda Grande Guerra sucedeu uma contracção que teve como ponto de referência a chamada “crise do petróleo”, em 1973, quando os países exportadores da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) aumentaram drasticamente o preço por barril, lançando o caos no sistema de trocas mundial.

Em Portugal, os factores externos foram agravados pelas condições internas de que a Guerra Colonial era a expressão maior. Leia-se este excerto de um estudo sobre esta época:

A inflação intensifica-se a partir de 1970 e faz-se sentir principalmente nas classes dominadas, atingindo taxas da ordem dos 25 % em 1973 e início de 1974. A inflação relaciona-se com a exportação de efeitos da crise do sistema imperialista para os países dependentes, convergindo com elementos internos: subida dos preços de serviços, matérias-primas e produtos comprados ao exterior; crescimento e alteração da estrutura da procura de certos bens, não acompanhada de adaptação da oferta interior; expansão das remessas de emigrantes (mais de 80 milhões de contos entre 1970 e 1973); rarefacção da força de trabalho; despesas militares (a maior parte dos soldos das tropas ficam na metrópole) e turísticas, não correspondentes a trabalho produtivo; aumento das disponibilidades no mercado monetário, multiplicadas pelo crédito concedido pelas instituições bancárias; deficiências da distribuição comercial com efeitos nos preços finais; mercado de títulos especulativos; crise da agricultura, implicando a importação de produtos agrícolas mais caros, etc.²⁴⁷.

As empresas portuguesas tiveram de se adaptar rapidamente. As que o não fizeram entraram num plano inclinado que as levaria ao desastre alguns anos depois. O que aconteceu à *Casa Hipólito*?

3.9.1. Passagem a S.A.R.L.

Face às condicionantes externas e internas, para a *C. Hipólito* os anos 70 serão tempos de mudança. Manuel Pereira, no já citado discurso na festa de homenagem a Vasco Parreira em que traçou um retrato histórico da empresa, lembra que ela contava,

²⁴⁷ Cf. Maria de Lurdes L. dos Santos [et al.], As lutas sociais nas empresas e a revolução do 25 de Abril, in: *Análise Social*, n.ºs 42-43, 1975, p.268. Em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223912536X9tKN2tt9MI35AU3.pdf> [Cons. 12 Setembro 2016]

em 1971, com 1067 postos de trabalho. E sublinha que Vasco Parreira, com a sua experiência empresarial e conhecimento do mundo, apercebeu-se rapidamente de que era necessária uma mudança de orientação estratégica. “Não lhe foi difícil obter o acordo dos sócios da Casa Hipólito, Lda., para a sua transformação em Sociedade Anónima” – refere M. Pereira. Assim, no dia 28 de Fevereiro de 1972 os sócios da *Casa Hipólito Lda.* - todos pertencentes à família Hipólito - fizeram dois contratos notariais: no primeiro, Alberto Hipólito, com a aquiescência dos restantes, dividiu a sua quota em três partes, reservando a maior para si e cedendo as outras duas a Vasco Rodrigues Parreira e ao filho deste, Vasco Alberto Hipólito Parreira²⁴⁸; no segundo, todos os sócios – de que agora, mediante o contrato anterior, já faziam parte os Parreiras, pai e filho – deliberaram transformar a empresa na *Casa Hipólito S.A.R.L.*²⁴⁹. Deste segundo contrato faziam parte os estatutos da empresa, de que seleccionamos:

O capital social, integralmente realizado, é de 62 280 000\$00, divididos em 62 280 acções de 1 000\$00 cada uma [...]; a sociedade é administrada por um conselho de administração composto de três a cinco accionistas [...]; para início da gestão da sociedade, o conselho de administração é constituído pelos accionistas António Hipólito Junior, Elvira Hipólito Parreira, Vasco Alberto Hipólito Parreira e Vasco Rodrigues Parreira [...]

O capital viria a ser aumentado por duas vezes: em 1981, para 119 701 000\$00²⁵⁰; e em 1985 para 183 116 000\$00²⁵¹. Como se disse, os accionistas eram todos da família Hipólito e da Família Parreira, ligada à primeira por laços de casamento. A saber: António Hipólito Junior e mulher, Maria Cesária Peres Hipólito; José Hipólito e mulher, Maria da Graça Sobreiro Hipólito; Elvira Hipólito Parreira e marido, Vasco Rodrigues Parreira; Vasco Alberto Hipólito Parreira, filho dos anteriores; Alberto Hipólito e mulher, Maria Judite Maldonado de Campos Hipólito; Aura Hipólito, divorciada; Maria de Lurdes Lafaia de Almeida Hipólito, viúva de João Hipólito; Maria Luísa Lafaia de Almeida Hipólito Perdigão, filha da anterior. Mais tarde, em data que não conseguimos apurar, viriam a entrar como accionistas os descendentes deste primeiro núcleo.

Esta passagem a Sociedade Anónima constituiu, de facto, uma mudança substancial na orgânica da *C. Hipólito*. Pela dimensão que atingiu – em número de trabalhadores, em instalações e em volume de negócios – a empresa tinha de passar a outro patamar, em que o movimento de capitais fosse mais ágil e a organização administrativa tivesse outra

²⁴⁸ Tal como já referimos no Capítulo II, 3.1, no contrato de 1944 que passara a firma *A Industrial* de António Hipólito a *Casa Hipólito Lda.*, só os filhos do fundador ficaram como sócios. Vasco Parreira estava casado em regime de comunhão geral com Elvira Hipólito e foi sempre nessa qualidade que geriu a fábrica.

²⁴⁹ Os dois contratos foram publicados no *Diário do Governo*, III Série – Nº 63 em 15 de Março de 1972.

²⁵⁰ *Diário da República*, III Série, Nº 230, de 7 – 10 – 1981.

²⁵¹ *D. República*. III Série, Nº 49, de 28 – 2 – 1985.

exigência e rigor. Manteve o carácter de empresa familiar com um líder natural – Vasco Parreira. Contudo, mais tarde esta característica viria a revelar-se desfavorável: a família aumentou, - novos accionistas que herdaram acções e não entraram com capital fresco - com os consequentes encargos em dividendos a distribuir; e a liderança de Vasco Parreira, quando chegou ao fim pelo efeito de envelhecimento, não teve a necessária continuidade.

3.9.2. Abril de 1974 e depois

Quando se deu o 25 de Abril de 1974 a *Casa Hipólito* estava, como os ofídios, em fase de mudança de pele: por um lado mantinha em funcionamento a *Fábrica A* e os Pavilhões, no Centro Histórico de Torres Vedras, para o fabrico dos produtos em série / cabeças e equipamentos de gás; por outro, tinha já em funcionamento as naves de Arenes, para onde transferira a área vinícola – sediada na *Fábrica B*, e concluíra a nave onde se viriam instalar, a breve trecho, as áreas do gás e do *Petromax*. Os escritórios desde sempre sediados na R. Serpa Pinto, não tardariam em mudar-se para Arenes, em 74 / 75.



Figura 65 - 1º de Maio de 1974 em Torres Vedras

As profundas alterações sociopolíticas decorrentes do acto revolucionário não deixaram de ter repercussões, naturalmente, no quotidiano dos portugueses em geral e da *C. Hipólito* em particular. Ao tempo pesado e negro do regime de inspiração fascista que dominara Portugal desde 1932, sucedeu um tempo novo de liberdade. Nas empresas, a emergência das comissões de trabalhadores e de delegados sindicais, agora em actividade livre de tutelas, foi talvez a maior novidade dessa época, a par do aparecimento de diversos partidos políticos.

Os testemunhos que ouvimos, bem como os documentos existentes tanto no FCH como na União dos Sindicatos de Torres Vedras, dar-nos-iam matéria para longuíssima abordagem às questões laborais desta época. Porém, não a faremos por duas razões: por um lado o processo judicial de falência ainda não está fechado, havendo intervenientes que se movimentam para o alterarem ou impugnarem; por outro, há demasiadas feridas ainda abertas pelas dissensões partidárias que se reflectiram nas opções e posições dos diversos actores da área laboral. Qualquer análise ou síntese da nossa parte enfrentaria, inevitavelmente, o desacordo e a polémica – o que está nos antípodas do objectivo deste nosso trabalho. Limitar-nos-emos aos apontamentos que nos parecem insusceptíveis de contestação e que vêm na sequência das memórias da empresa que pacientemente temos vindo a desfiar.

Assim, atemo-nos de novo ao já muito citado discurso de Manuel Pereira. Citamos:

Surge o 25 de Abril. E, enquanto outras Empresas passaram por autênticas metamorfoses, a Casa Hipólito, mercê do bom senso que ao logo dos anos soube cultivar, sob a inteligente Direcção do seu Presidente do Conselho de Administração [Vasco Parreira], encontrou sempre as soluções que evitaram situações delicadas. / Aqui relembremos apenas o histórico Protocolo assinado entre a Administração e os Trabalhadores em 12 de Janeiro de 1977. Este acto, que à primeira vista poderá ter sido considerado de simples formalidade acordada entre as partes, constituiu um marco fundamental na vida e sobrevivência desta Empresa.

Em abono destas afirmações, Manuel Pereira lembrou o Comunicado de Vasco Parreira, datado de 2 de Fevereiro de 1977, dirigido aos trabalhadores a propósito do Protocolo, onde se enunciava um conjunto de princípios estratégicos para a empresa:

Criar um clima de unidade; estudar e vencer rapidamente as dificuldades; garantir a estabilidade da empresa; procurar incentivar, criar e melhorar métodos de produção, em ordem ao aumento da produtividade, sem esquecer as boas regras de condições de trabalho; criar um Serviço Social condigno; garantir a todos uma justa repartição dos rendimentos da Empresa; consolidar a manutenção do actual número de postos de trabalho; criar condições para, se possível, alargar o número desses mesmos postos; finalmente: vamos todos encarar o futuro

com maior optimismo! / Estes são os objectivos que esta Administração deseja ver concretizados.

Rematando o seu discurso, Manuel Pereira analisou cada um daqueles objectivos para concluir que eles estavam a ser cumpridos. Nomeadamente, em relação ao aspecto social lembrou que a empresa estava a pagar um complemento de subsídio de doença e de reforma; e que, quanto aos postos de trabalho, não só foram mantidos como até aumentados (“actualmente somos 1 235” – disse ele).

Ainda quanto ao aspecto social será oportuno referir alguns dados que, naquela festa de homenagem a Vasco Parreira,²⁵² foram realçados pelo operário António Luís Cláudio no seu discurso. Lembrou ele que, nos 34 anos de trabalho que já levava na *Casa Hipólito*, “não foi despedido um único trabalhador a não ser por motivos de flagrante justa causa”.

E logo de seguida enunciou:

As semanas Inglesa e Americana foram iniciadas em Torres Vedras através da Casa Hipólito; foi a Casa Hipólito das primeiras empresas do país a instituir o regime de 48 para 45 horas de trabalho semanal – muito antes da saída da lei respectiva; foi concedido um intervalo de 10 minutos de manhã e outro à tarde, para que os trabalhadores pudessem tomar uma pequena refeição; julgo ser uma das poucas Empresas que completa o vencimento dos seus trabalhadores em caso de doença ou acidente; julgo também ser das poucas ou a única que acordou na atribuição de um complemento de reforma, sem a isso ser obrigado por lei.

Situemo-nos, agora, em Janeiro de 1975. No dia 24 desse mês, a Comissão de Delegados Sindicais dirigiu uma carta à Administração da *C. Hipólito* do seguinte teor:

Atendendo ao espírito de colaboração que todos nós pretendemos, vimos por este meio oficializar a vossa oferta verbal transmitida pelo Sr. Vasco Parreira, no sentido de que esta Comissão de Delegados Sindicais tenha acesso a todos os elementos, documentos e pessoas desta empresa, seguindo as vias hierárquicas, quando assim achar necessário. [assinatura] Luís de Almeida²⁵³.

Em resposta, a Administração emitiu a Ordem de Serviço nº 3 / 75, de 28 de Janeiro de 1975, assinada pelo Presidente do Conselho de Administração, Vasco Parreira, na qual confirma o acordo estabelecido entre a Comissão de Delegados Sindicais e a Administração e informa que os Directores dos Serviços abaixo indicados são autorizados “a facultarem os elementos esclarecedores que venham a ser solicitados pela referida Comissão. No caso de impedimento dos directores, poderão esses elementos ser fornecidos pelos colaboradores adiante relacionados, de harmonia com a sua especialização”²⁵⁴.

²⁵² Festa de homenagem no Hotel Golf-Mar em 23 de Março de 1979.

²⁵³ FCH, Cx.9, Pasta 01.

²⁵⁴ *Idem*.

Este documento merece destaque por dois motivos: informa-nos acerca do procedimento adoptado pela empresa, explicável pelo contexto revolucionário da época – o chamado *controlo operário*; e elucida-nos sobre a estrutura organizativa da empresa e quem exercia cargos de chefia naquela data. Vejamos:

Direcção fabril: Eng^o Vasco Hipólito Parreira ou Eng^o Orlando Duarte Godinho.

Gabinete técnico: Eng^o Semedo.

Serviço de compras: António Custódio Rocha.

Metalomecânica: Eng^o Freire.

Planeamento: Eng^o Pestana.

Fabricação de série: Eng^o Bettencourt.

Montagem de série: Eng^o Rei.

Controle de qualidade: Eng^o Téc^o Jordão.

Direcção de Contabilidade e Finanças: Dr. Odílio Correia de Mello.

Contabilidade geral: Manuel Aparício Serrano.

Contabilidade analítica: Fernando Passos Gonçalves.

Fornecedores e Bancos: José da Costa Sá.

Centro de processamento de dados: Erundino Laranjeira

Direcção Comercial: Eurico Cavaleiro de Andrade.

Secretaria de vendas: Venerando de Matos [pai].

Técnico comercial: Carlos Mota.

Vendas no continente: Henrique Miranda.

Vendas no estrangeiro: Maria Olga Custodinho.

Sector de gás: Acácio Santos.

Vendas locais: José Júlio Desidério.

Direcção Administrativa: Fernando de Sampaio Ribeiro

Serviço de pessoal: Manuel Luís Pereira

Serviço de expediente e arquivo: José Hipólito Junior e Fernando Patrício

Campos.

3.9.3. Relatórios, Balanços e Contas

Na qualidade de Sociedade Anónima, a *C. Hipólito* passou a ter que publicitar anualmente os relatórios, balanços e contas de gerência. Encontramo-los regularmente nas páginas do semanário *Badaladas*, assim como no FCH. São uma fonte importante para o conhecimento da evolução da empresa. Naturalmente, não poderemos fazer aqui o estudo exaustivo de todos eles. Seleccionámos os que nos pareceram mais relevantes.

O primeiro, relativo ao exercício de 1972, foi publicado no *Badaladas* em 5 de Maio de 1973. Começa por referir o esforço no aumento das vendas e na melhoria da produtividade para fazer face aos “agravamentos com os ordenados do pessoal que se processaram de forma substancial a partir de Junho, e com efeitos retroactivos desde Janeiro”. Contudo, verificou-se um “decréscimo de mais de 6 000 contos nas exportações para as Províncias Ultramarinas” o que foi compensado por um aumento de 9% nas vendas em Portugal continental e de 21,5% nas exportações para outros países – que, em valores absolutos, significou “um aumento de 12 500 contos em relação ao ano anterior”. Como elemento estratégico relevante, o documento aponta para a continuação de “fabricação de aparelhos em colaboração e sob licença de organizações de grande reputação internacional.” Atento à “entrada de Portugal na zona do mercado comum europeu”, salienta a necessidade de actualizar equipamentos e instalações, o que exigirá “aumento de capital da nossa sociedade ou de financiamentos a médio e longo prazo”. Por último, compraz-se em salientar “a grande solidez da nossa Empresa que apresenta um Activo Disponível e Realizável que cobre quatro vezes o valor das responsabilidades a curto prazo”, o que permitiu, “feitas as provisões e amortizações consideradas convenientes” um lucro de 12 031 368\$60. O Conselho de Administração que assina este relatório era composto por Vasco Rodrigues Parreira, António Hipólito Junior, Dr. José A.P. Holtreman Roquette e Engº Vasco Alberto Hipólito Parreira.

Um ano depois saiu o Relatório e Contas relativo a 1973²⁵⁵. Depois de lamentar a morte do administrador António Hipólito Junior, ocorrida recentemente²⁵⁶, salienta a continuidade da tendência, já referida no ano anterior, para o aumento dos encargos com pessoal, para o que inclui uma pequena tabela:

²⁵⁵ Publicado no *Badaladas* de 6 de Abril de 1974.

²⁵⁶ António Hipólito Junior faleceu em 11 de Dezembro de 1973.

ANOS	ENCARGOS EM CONTOS	Nº MÉDIO DE EMPREGADOS
1967	24 132	907
1968	27 985	964
1969	33 623	980
1970	40 079	1 008
1971	45 845	1 035
1972	55 657	1 055
1973	64 380	1 028

No entanto, os lucros aumentaram: 17 145 008\$70. É de assinalar, neste *Relatório*, assinado pelo Conselho de Administração em 11 de Fevereiro de 1974, a perspectiva negativa quanto ao ano que se estava a anunciar:

O ano de 1974 vai trazer, sem dúvida, muitas preocupações e bastará meditar no que se passa nos mercados de matérias-primas, moedas, energia e agravamentos de toda a ordem designadamente de ordenados, salários, encargos sociais etc., para se fazer um juízo seguro da nossa afirmação.

No parágrafo seguinte faz referência “ao plano traçado pela «Serte»” que estava a ser seguido com vista ao “aperfeiçoamento da organização” e apontava para a transformação do organigrama da empresa. De facto, nas Ordens de Serviço da década de 70 são visíveis as constantes alterações da estrutura fabril como, por exemplo, a criação da Direcção de Estudos e Desenvolvimento e do Departamento de Métodos e Ferramentas; ou as Subdirecções de Produção A e Produção B – todas entregues à responsabilidade de engenheiros.

Havendo algo de premonitório na antevisão de 1974, parece claro que a Administração da *C. Hipólito* estava ciente dos tempos de mudança que se aproximavam.

Entremos agora no Relatório e Contas relativo a 1974²⁵⁷. A primeira verificação aponta para que os lucros foram de 12 218 552\$40. No entanto o relator acentua que o aumento dos encargos de ordenados excederam as expectativas atingindo os 93 427 contos, mais de 29 000 em comparação com o ano anterior, apesar de não ter aumentado o número de empregados que se cifrou em 1 023.

Corrido o ano de 1975, o Relatório e Contas que sobre ele foi assinado em 28 de Fevereiro de 1976 apresenta uma nefasta realidade: pela primeira vez a empresa teve prejuízo, no valor de 4 881 496\$40. As razões apontadas são, por um lado, o contínuo aumento de encargos com ordenados, que ultrapassou os 22 000 contos; por outro, a grave crise da vitivinícola que acarretou uma brutal descida do volume de vendas nessa área da

²⁵⁷ Publicado no *Badaladas* em 10 de Maio de 1975.

empresa. Acrescem a isto as dificuldades financeiras que a Administração pretende superar através de um aumento do capital social de 62 280 000\$00 para 100 000 00\$00 a propor em Assembleia Geral Extraordinária a realizar em 24 de Fevereiro²⁵⁸. Nessa mesma Assembleia G. Extraordinária será proposta a criação de uma Comissão Directiva. O Conselho de Administração que assina este Relatório é composto por Vasco Parreira, pelo filho Vasco Alberto Parreira e por Alberto Hipólito, o filho mais novo do Comendador Hipólito.

No ano seguinte – 1976 - a situação não melhorou, antes pelo contrário: a empresa teve um prejuízo de 6 541 209\$40²⁵⁹. Contudo, a Administração considerava “não haver lugar a desânimo ou a pessimismos doentios quanto ao futuro” pois providenciara no sentido de que três entidades externas analisassem a contabilidade e a situação económica e financeira. Sem fazer referência concreta aos conteúdos dessas análises, a Administração congratulava-se “pela maneira digna, competente e honesta” como tinham sido feitas e apontava:

As perspectivas da nossa indústria são animadoras e se soubermos com calma e boa vontade, levar a bom termo todos os projectos, incluindo o da Reestruturação, o de maior aperfeiçoamento e disciplina produtiva da Organização, teremos conseguido, com os melhores reflexos para os seus Trabalhadores, o objectivo desejado.

Como terá sido o ano de 1977? O Relatório e Contas, publicado em 24 de Abril de 1978 no *Badaladas*, dá conta de que a empresa voltou aos lucros: 3 578 777\$80. Porém, o extenso texto do relator relativiza este dado. Começando por lembrar que “a conjuntura do sector industrial em geral manteve-se caracterizadamente depressiva” reconhece que na *C. Hipólito* se verificou um notável acréscimo no volume de vendas: 55%! A explicação vem de seguida:

Necessário se torna, no entanto, esclarecer que resultou tal acréscimo não só de um aumento de vendas em termos reais, mas também e significativamente no que respeita às vendas ao estrangeiro, de razões que muito têm a ver com o surto inflacionário com que o país tem vindo a defrontar-se. Verifica-se, assim, que a elevação do volume de vendas no ano de 1977, se ficou a dever, de modo substancial, a factores externos à empresa e nos quais a mesma não pode de forma alguma influir, designadamente à desvalorização da moeda.

A verdade é que estes factores externos tiveram um reverso desfavorável: subida acentuada do custo das matérias-primas importadas, com o conseqüente aumento do capital circulante “agravado com a elevação das taxas de juro dos financiamentos necessários.” A necessidade de aquisição de novos equipamentos implicou a contracção

²⁵⁸ Convocatória publicada no *Badaladas* em 7 de Fevereiro de 1976.

²⁵⁹ *Relatório e Contas de 1976*, publicado no *Badaladas* de 5 de Maio de 1977.

de um empréstimo de 35 000 contos junto do Banco de Fomento Nacional. De qualquer modo, referem-se aspectos muito positivos do exercício: recuperação na área vitivinícola e, igualmente, na área do gás – em que “foi absorvida a capacidade produtiva da empresa.”

Uma novidade neste Relatório é o anúncio da constituição de uma empresa destinada à produção de esquentadores - a *Termogal* - a qual resultará de uma associação – *joint venture* – entre a *Casa Hipólito* (30%), a *Fábrica Portugal* (30%) e a empresa espanhola *Cointra* (40%). A perspectiva era de colocar no mercado, no Outono de 1978, “os primeiros esquentadores parcialmente fabricados pela nossa empresa”.

Anunciava-se, também, o início da produção de equipamentos para fogões sob licença da firma *Paul Isphording* e negociações com as firmas *Dubru* e *Penrose* para o fabrico de máquinas de lavar garrafas, de grande débito.

Mais adiante o Relatório recordava os esforços junto do Banco de Portugal para que fosse autorizado o aumento de capital já referido anteriormente para 100 000 contos, assim como os projectos de urbanização dos terrenos da Malveira e os do centro de Torres Vedras, a concretizar assim que se fizesse a transferência total de toda a empresa para Arenas.

Não deixa de ser significativo que este Relatório, relativo a 1977, dedica um extenso parágrafo à “complexidade da actividade da Administração”, em que às tarefas de gestão corrente se juntam as de prospecção de mercados externos, diversificação de produtos, reestruturação da empresa, obtenção de financiamentos, etc.

Por último é referido que a Administração admitiu mais 39 trabalhadores “para execução dos trabalhos resultantes de novos projectos.”

Os dois últimos Relatórios desta década – 1979 e 1980 – informam-nos de que os resultados dos respectivos exercícios foram positivos, houve lucros e distribuição de dividendos. Tal deve-se ao bom comportamento do sector de gás e ao incremento que lhe foi dado com a nova empresa *Termogal*, assim como à recuperação na área da vitivinícola e às boas perspectivas de negócios com Angola. Contudo acentuam que se mantiveram os constrangimentos já referidos em Relatórios anteriores, nomeadamente a inflacção, os encargos com ordenados, as elevadas taxas de juro e os custos dos factores de produção, nomeadamente matérias-primas e combustíveis. Além disso, os anunciados projectos urbanísticos bem como o aumento de capital não foram concretizados ainda. Se juntarmos a estes factores a necessidade de renovar o parque de máquinas – como é bem explícito nos Relatórios - concluímos que o equilíbrio financeiro era, afinal, uma realidade efémera.

4. Terceira fase – 1980 a 1999

As duas últimas décadas da vida da *Casa Hipólito* são marcadas pelo afastamento, por limite de idade e declínio físico, da figura de referência da empresa, Vasco Rodrigues Parreira. A progressiva complexificação da gestão, agravada pelos constrangimentos económicos do próprio país, provocaram desequilíbrios insanáveis. A empresa entrou num plano inclinado que a levou à falência em 1999.

Entramos agora na terceira e última fase. Se é certo que os últimos Relatórios da década anterior não prefiguravam uma situação calamitosa, a verdade é que continham indícios preocupantes que o tempo viria confirmar.

Um memorando²⁶⁰ em papel timbrado da *Casa Hipólito SARL* assinado pelo Secretário-geral Manuel Pereira, com a data de 15 de Março de 1982 - e que, presumivelmente, se destinaria a informação interna - descreve minuciosamente a estrutura accionista da empresa naquela data, indicando o capital de cada accionista (em contos) e a percentagem em relação ao total. Vejamos, em resumo:

Família Parreira (Vasco R. Parreira e seus filhos: Vasco Alberto P. e Maria Júlia P.) – 11,15%
Família Hipólito (18 pessoas - filhos sobrevividos do fundador, noras viúvas e netos) – 56,56%
Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa – 10,43%
Companhia de Seguros Tranquilidade – 2,00%
Conselheiro Pedrosa (uma acção no valor de 1 conto)
Dr. Esteves Pereira – 0,16%
Família Espírito Santo (29 membros de que o maior accionista era José M^a E. Santo Silva) – 19,67\$

A sua observação revela uma alteração radical: a entrada em força da Família e do *Banco Espírito Santo* no capital da empresa, ficando a deter mais de 30%. Tal deve-se ao facto de o grupo *Espírito Santo* ser um dos maiores credores da empresa. A passagem da dívida a capital social terá sido a forma de minimizar um problema que se agudizava de ano para ano. Os outros accionistas, exteriores à família do fundador, resultam, naturalmente, de alianças estratégicas para encontrar saídas viáveis para o crescente endividamento da firma *Hipólito*. Por outro lado, a presença maioritária da Família Hipólito – 56,56% - sendo natural, acaba por constituir um peso desmedido tendo em conta que se destina a garantir dividendos a 18 pessoas²⁶¹.

²⁶⁰ FCH, Caixa 2, Pasta 03.

²⁶¹ Das 18 pessoas nomeadas no memorando, duas são filhos do fundador; os restantes ou são noras viúvas dos filhos já falecidos, ou são netos. Dos nomeados, só 6 trabalhavam na *Casa Hipólito*.

Para entendermos o complexo problema da decadência da *Casa Hipólito* dispomos de um documento notável, o “Estudo de viabilização da Casa Hipólito, SARL”, com a data de Agosto de 1986, elaborado pela empresa *SOGE AUDI – Sociedade de Gestão e Auditoria, Lda.*,²⁶² sediada, na altura, na R. da Imprensa, 9, em Lisboa.

Trata-se de um extenso estudo em 171 pp. A4 dactilografadas que se estrutura em 10 capítulos: “Apresentação e breve caracterização da empresa; evolução económica e financeira; Diagnóstico da situação presente; Mercado; Estratégia a seguir; Objectivos a prosseguir; Contas e resultados provisionais; medidas de saneamento financeiro; Estudo financeiro; Conclusões.” No final, apresenta-se em Anexo um documento intitulado “Contributos para a definição da estratégia da Casa Hipólito, SARL”. Este é, quanto a nós, o ponto essencial deste estudo pois sugere um conjunto de reformas e procedimentos que, a terem sido concretizados, poderiam ter salvado a empresa. Mais adiante faremos uma leitura detalhada deste documento.

Refira-se, por outro lado, que o Estudo Soge Audi (ESA) inclui um *capítulo zero* com o título “Resumo e conclusões” que, em 15 páginas, faz o retrato sumário da empresa desde o início até ao presente, com dados sobre a situação patrimonial, financeira e económica, seguidos de propostas para a viabilização económica e o saneamento financeiro. Este resumo e o Anexo final, elaborados por uma entidade exterior à empresa, eram, de facto, um guia completo para o acidentado percurso que a empresa estava a enfrentar.

Mas vamos um pouco atrás, ao tempo de despedida do homem que já não leu este estudo nem assistiu ao estertor final da empresa pela qual tanto trabalhou e de que foi timoneiro seguro. Olharemos, também, para algumas medidas de reorganização da empresa que procuraram corrigir os efeitos de dispersão das áreas fabris e da variedade de produtos fabricados.

²⁶² Encontra-se no FCH. Passaremos a designar este documento como Estudo Soge Audi ou ESA.

4.1. Vasco Parreira: a despedida



Figura 66 - Medalha em homenagem a Vasco Parreira, 1979

O ano de 1979 foi decisivo na vida da empresa pelo simbolismo do acto que marcou o fim de uma era: a homenagem, já por nós referida diversas vezes, a Vasco Rodrigues Parreira, Presidente do Conselho de Administração desde que a empresa passara a Sociedade Anónima em 1972. Cerca de mil pessoas, entre trabalhadores e amigos, compareceram no jantar realizado em 23 de Março daquele ano no Hotel Golf Mar, na Maceira, Torres Vedras. Um dia antes, o Presidente da República, General Ramalho

Eanes, assinara o Alvará de Concessão a Vasco Parreira do grau de comendador da Ordem do Mérito Agrícola e Industrial (Classe do Mérito Industrial). Esta distinção havia sido proposta pela Câmara Municipal de Torres Vedras, na sua sessão de 21 de Fevereiro daquele ano, na qual deliberara também atribuir a medalha do concelho ao homenageado.

Depois daquela memorável homenagem, Vasco Parreira ainda se manteve à frente da *C. Hipólito* por cerca de três anos mas já não era o mesmo – segundo testemunhos por nós recolhidos²⁶³. Face às graves dificuldades da empresa desabafava: “já não estou para isto”. Havia já uns anos que mudara a sua residência para uma moradia na Quinta de Vale de Lobos, em Sintra e cada vez passava lá mais tempo, entregando ao filho, Eng^o Vasco Alberto Hipólito Parreira – que também fazia parte do Conselho de Administração - a gestão da empresa. Mas



Figura 67 - Vasco Parreira com as insígnias de Comendador

²⁶³ Depoimentos de Armando Firmo e Olga Custodinho, além do filho, Eng^o Vasco Alberto H. Parreira.

faltava ao filho o carisma do pai. Teve sempre dificuldades em se impor - e acabaria por deixar a empresa em 1983.

A partir de 1979 / 80 verificamos que o Conselho de Administração aumentou significativamente o número de Ordens de Serviço (OS)²⁶⁴ difundidas pelos diversos sectores da empresa. A assinatura de Vasco Parreira começa a rarear. O *Relatório e Contas da Casa Hipólito*, de 1980, com data de 2 de Abril de 1981, ainda foi assinado por Vasco Rodrigues Parreira que fazia parte da Administração juntamente com seu filho Vasco Alberto Hipólito Parreira, e ainda Armando Jorge Esteves Pereira e Vasco Esteves Fraga. Contudo, o velho timoneiro da empresa já passara para a segunda linha. Foi o último exercício que apresentou lucros. Em 1982 a sua assinatura vem já em segundo lugar pois entregara a Presidência ao seu filho.

A proliferação de Ordens de Serviço é reveladora de duas realidades incontornáveis na empresa. Por um lado, a dispersão de serviços pelo território da cidade, como mais adiante pormenorizaremos na listagem das instalações em 1981. A *Fábrica A* estava distante da *Fábrica B* cerca de dois quilómetros. Os serviços administrativos, por sua vez, tinham sido transferidos para junto da *Fábrica B* em 1974/75, continuando a *Fábrica A* em laboração. Os Armazéns Centrais estavam separados das Fábricas.

Por outro lado, nas duas Fábricas havia três grandes sectores de produção fabril: a vitivinícola, o petróleo (chamada “fabricação de série”, das cabeças, fogões e lanternas) e o gás. Outros sectores se foram juntando como o do engarrafamento e as molas *punc*. A complexificação dos fabricos exigiu a criação de novas áreas como a “engenharia de processo”, o “controle de qualidade”, a “manutenção de máquinas e ferramentas”, o “gabinete de projectos” e, até, de “relações públicas”. Áreas que exigiram a entrada de muitos engenheiros e, com eles, novos processos de trabalho mas, também, desconfianças e resistências da parte dos sectores tradicionais. Os Conselhos de Administração passaram a editar inúmeras Ordens de Serviço nas quais se esforçavam por pôr ordem nesta amálgama através de complicados organigramas em que se articulavam os vários patamares da organização fabril: departamentos, sectores, secções e equipas. A cada um eram especificadas as funções e os respectivos responsáveis.

²⁶⁴ No FCH há diversas colecções destas O.S. Dado o modo de inventariação adoptado, não é possível identificar o local exacto onde se encontram. De cada vez que necessitávamos de as consultar era preciso ler os índices das lombadas dos cerca de 50 dossiês já inventariados. Por isso usámos muitas vezes a colecção particular de José Pacheco que nos foi facultada pelos seus herdeiros.

Não por acaso, uma Circular de 13 de Outubro de 1982²⁶⁵, oriunda da Administração e dirigida “A estrutura hierárquica da Empresa”, convocava todas as chefias – “dos Directores aos Chefes de Equipa” - para seminários de formação com a finalidade de “proporcionar a todos uma formação básica, sensibilizadora da complexa problemática da gestão num tempo de crise e num momento em que devemos programar a reestruturação da Empresa de forma adequada às necessidades de evolução e capacidade de resposta eficaz às nossas perspectivas de futuro.” Apelava à disponibilidade e ao entusiasmo de todos, avisando de que em breve seria distribuído o programa e o calendário das acções.

Muito desgastado, Vasco Parreira alheou-se desta azáfama organizativa que estava bem longe do seu estilo²⁶⁶. Foi dando lugar ao filho, Vasco Alberto. Este, formado na Inglaterra, procurou introduzir uma racionalidade de processos que não se coadunava com aquilo a que hoje chamamos “cultura da empresa”. O seu estilo de liderança, distante e burocrático, baseado na proliferação de engenheiros formados nas universidades e desconhecedores do cheiro da ferrugem, criou resistências que fizeram gorar as boas intenções. Ao estilo familiar da fábrica em que todos se conheciam pelas alcunhas sucedeu a era dos “engenheiros ignorantes de gravata” – como ouvimos a alguns antigos trabalhadores. São apreciações empíricas mas que revelam a corrente subterrânea que minava os alicerces da velha fábrica.

Já reformados, os trabalhadores dos velhos tempos, começam a reunir-se duas vezes ao ano para almoçarem juntos. Encontramos nas páginas do *Badaladas*, a partir de Março de 1984, pequenas notícias que nos dão conta desses convívios realizados sob o lema “recordar é viver”. E Vasco Parreira é sempre o convidado de honra. Porém, numa local do *Badaladas* de 13 de Maio de 1988, intitulada “Casa Hipólito – Reformados confraternizam”, o repórter escreve:

Este almoço de confraternização realiza-se periodicamente de seis em seis meses, o que acontece já há alguns anos. Lamentaram profundamente a ausência do Comendador Vasco Parreira, presença assídua nestes encontros mas que neste não pôde estar presente por motivos de saúde. Contando já com 76 anos, foi na altura lembrado como um grande amigo e grande obreiro da empresa onde trabalhavam.”

²⁶⁵ FCH, Caixa 9, Pasta 1.

²⁶⁶ A este progressivo afastamento de Vasco Parreira não terá sido alheia a doença prolongada da esposa, Elvira Hipólito Parreira, a qual viria a falecer em 17 de Dezembro de 1983 (notícia no *Badaladas*, de 23 de Dezembro de 1983).

De facto, o velho chefe entrava na curva final do rio da sua vida. Uma doença neurodegenerativa ia minando lentamente as suas capacidades. Viria a falecer na Casa de Saúde de Carnaxide em 6 de Março de 1991.

“Não há homens insubstituíveis” – diz-se por aí. Ousamos discordar. Vasco Rodrigues Parreira, nascido em 1912, admitido em 1926 como empregado de escritório na *Casa Hipólito* na qual viria a ser gerente e administrador, não teve ninguém à altura que tomasse o seu lugar. A sua decadência arrastou a da empresa que lhe sobreviveu apenas oito anos. António Sales, que com ele trabalhou alguns anos, recorda-o assim num emotivo texto evocativo: “De uma maneira discreta mas dinâmica e efectiva, Vasco Rodrigues Parreira marcou a época da sua terra acrescentando-lhe progresso, amplitude de visão, entusiasmo e vida”²⁶⁷.

4.2. Resultados negativos

Depois de 1981 a empresa deixou de dar lucros. O prejuízo, em 1982, atingiu a cifra de 134 917 833\$90. O Relatório de Contas desse ano enuncia demoradamente as circunstâncias que explicam o descalabro. Num cenário de conjuntura económica nacional altamente desfavorável, os mercados em que a empresa operava entraram em retracção, o que provocou uma significativa baixa nas vendas, tanto a nível interno como externo. No mercado nacional, para além da concorrência considerada “selvagem”, viu-se finalmente concluída a negociação com a *Petrogal/Kosan* para o fabrico de componentes da indústria do gás, mas isso não chegou para garantir um volume de vendas compensador. A nível externo, reconhecia-se que os meios de pagamento não tinham acompanhado o ritmo de boas encomendas de Angola e de Cuba. No global, as exportações haviam sofrido uma diminuição drástica. Quanto aos recursos humanos, pela primeira vez se falava na diminuição de trabalhadores: menos 203 nesse ano, admitindo-se a necessidade de reduzir bastante mais o seu efectivo. No aspecto financeiro “continuaram a verificar-se distorções de tesouraria, uma vez que a insuficiência quer de capital próprio quer de meios líquidos gerados na própria empresa, vêm determinando o recurso a financiamentos bancários onerados com taxas de juro que aumentam de ano para ano.” Por estas razões, os encargos financeiros tiveram um acréscimo de 80,4% em relação a 1981.

²⁶⁷ In: *Badaladas*, 3 de Maio de 1991.

Porém, a Administração – composta por Vasco Alberto Hipólito Parreira (Presidente), Vasco Parreira, Vasco Esteves Fraga, António de Albergaria Pinheiro e Ilídio Rodrigues Prata – expressava um saudável optimismo em relação à viabilidade da empresa. Baseava-se num aspecto considerado essencial: era o seu activo patrimonial que, referido nos Balanços com um valor contabilístico muito abaixo do valor real, iludia a sua importância como garantia de futuro. Além disso, a Administração apontava para um conjunto de acções correctivas que deveriam abrir perspectivas para melhores tempos. Entre elas destacava “a dinamização da acção comercial” de que fazia parte a admissão de um Director Comercial para os produtos de série; o lançamento de novos produtos na área do gás, nomeadamente um contrato com a *Petrogal* a executar em quatro anos “para o fornecimento de válvulas e redutores”, no valor de um milhão de contos; alargamento do âmbito do sector vitivinícola “a um conceito agro-alimentar; contenção dos encargos com o pessoal, quer incentivando reformas quer reduzindo horas extraordinárias e encargos sociais não obrigatórios como o complemento do subsídio de doença; redução de *sotcks*; “implementação da função Planeamento e Controle de Gestão”; e revisão do sistema informático da empresa. O Relatório terminava com uma profissão de fé: “está a Administração convicta de que 1983, sendo embora um ano que se anuncia marcado por uma crise generalizada, será para a empresa um ano de acentuada viragem das condições de exploração das suas actividades.”

Os anos seguintes não foram melhores, antes pelo contrário. Em 1983 o prejuízo foi de 288,9 MC (milhares de contos); em 1984 - 197,8 MC; em 1985 – 264,3 MC²⁶⁸.

4.3. Activos patrimoniais

Dadas as referências dos Relatórios e Contas da Administração ao “activo patrimonial”, justifica-se um relance circunstanciado ao conteúdo desse activo. Em Dezembro de 1981 a Administração mandou fazer um levantamento dos bens imóveis da empresa, o que se justificava pela dispersão das diversas instalações fabris e existência de terrenos adquiridos em tempo e não rentabilizados. É o que veremos de seguida a partir de um documento em papel timbrado da *Casa Hipólito* com o título “Imóveis –

²⁶⁸ Cf. FCH, ESA, p. 6

31.12.1981”²⁶⁹. Tem 6 artigos que se desdobram em alíneas descritivas com a indicação das áreas, aqui enumerados de forma esquemática.

1 - Fábrica A (Sede), descrita como “bloco fabril”, composto de vários prédios adquiridos, demolidos ou transformados, a saber:

- Loja 3, na R. Serpa Pinto, “prédio de r/c, 1º andar e sótão, servindo o r/c para estabelecimento comercial, o 1º andar para instalações fabris e o sótão para arrecadação”;

- Também na R. Serpa Pinto, outro “prédio de r/c e 1º andar, servindo o r/c para Agência do Banco Totta e o 1º andar a vários gabinetes técnicos, *hall* e instalações sanitárias”;

- Ainda na R. Serpa Pinto, a sede propriamente dita, com um “prédio de r/c, 1º e 2º andares, servindo à instalação de vários serviços técnicos”;

- Na R. Dr. Aleixo Ferreira: um “Prédio de 4 pavimentos, direito e esquerdo servindo a instalações fabris. (o grande edifício encostado à Igreja de Santiago); um “Prédio de r/c e 1º andar, servindo o r/c para instalações fabris e o 1º andar para habitação” (a “Casa do Comendador”, onde viveu António Hipólito);

- Na R. do Terreirinho: conjunto de Armazéns, no centro: “vários pavilhões fabris” implantados entre os edifícios descritos anteriormente, compostos de r/c, 1º andar e um de 2º andar. Área total deste conjunto: 2 508,11 m².

2 - Fábrica A – Pavilhões: “bloco fabril composto de 3 pavilhões (Máquinas automáticas, tornos automáticos e Tornos de Revolver) e dois telheiros, com 8 divisões para serviços técnicos e instalações sanitárias” com a área total de 2 294,53 m², (os chamados Pavilhões A, B e C, na R. dos Cavaleiros da Espora Dourada e R. da Várzea).

3 - Material eléctrico: prédio de r/c e 1º andar, sito na R. Elias Garcia (Ex- R. da Cruz), nº 23 e 25, servindo às instalações dos Armazéns e escritórios deste Departamento de Vendas”, com uma área coberta de 306,00 m² e não coberta de 183,00 m², numa área total de 489,00 m², (o chamado *Patim* que também tinha um acesso pela R. dos Cavaleiros da Espora Dourada).

²⁶⁹ Faz parte do espólio de José Pacheco - antigo trabalhador da *C. Hipólito* - doado pelos seus familiares e que nos foi confiado para apoio ao nosso trabalho.

4 - Armazéns Centrais, na R. Cândido dos Reis, quase em frente das instalações do Instituto do Vinho e da Vinha, onde funcionavam também os serviços de expedição de produtos acabados. Era composto por um “prédio misto” do qual faziam parte:

- Casa de habitação com r/c e 1º andar, com duas divisões no r/c e nove no 1º andar, com terraço;
- Um conjunto de Armazéns de um só piso; um edifício de r/c e 1º andar, servindo o r/c de Armazém e o 1º andar de escritório. A área total de 5 205,00 m² era a soma de 3 743,00 m² de área coberta e de 1 462,00 m² de área não coberta.

5 - Zona Industrial (Arenes) com as seguintes parcelas:

- Um lote de terreno (J. M. Vilela) onde se encontram edificados os Pavilhões “Petromax e seus anexos, sendo um de 1º andar (Departamento de Estudos e Projectos)” com uma “área coberta de 8 452,88 m²” e uma “área disponível de 53 627,12 m²”;
- um lote de terreno de cultura, adquirido a José Padeirão” com uma área disponível de 12 130,00 m²;
- no terreno adquirido a Alberto Gouveia, um conjunto industrial composto de: cinco Pavilhões destinados à **Fábrica B**, incluindo Armazéns de Matérias-primas e de Produtos acabados e anexos destinados à Galvanoplastia e Pintura” com uma área coberta de 11 191,65 m²;
- um edifício, de r/c, 1º e 2º andares, com direito e esquerdo, servindo todo o lado direito a vários Serviços Administrativos e o lado esquerdo, no r/c, a instalações sanitárias e vestiários e nos 1º e 2º andares, com a área coberta de 1 035,60 m²;
- um edifício de r/c e 1º andar, servindo o r/c a Armazém e o 1º andar a Refeitório, com a área coberta de 508,00 m²;
- uma moradia, de um só piso, com 3 assoalhadas, cozinha e casa de banho”, com 64,00 m², (a casa do guarda).
- um prédio rústico adquirido à *Soda Póvoa (Sagema)* com uma área de 2 133,00 m²;
- outro prédio rústico (Vinha) adquirido a Joaquim Alberto Mota, com 2 280,00 m²;
- uma terra de cultura adquirida a David dos Santos, com 6 323,00 m²;
- um prédio rústico (Vinha), adquirido a Albertina S. Afonso, com uma área de 9 280,00 m²;

6 – Malveira: oito parcelas de terreno englobando pinhais, terras de sementeira, horta com oliveiras e mato e algumas casas rústicas ou em ruínas, num total de 274 411,00 m².

No resumo final, encontramos estes dados:²⁷⁰

RESUMO - ÁREAS			
	Cobertas	Não cobertas	Totais
Cidade	5 270,24	726,40	5 996,64
Arm. Centrais	3 743,00	1 462,00	5 205,00
Arenes	21 252,13	108 973,87	130 226,00
Malveira	381,00	274 030,00	274 411,00

Estas instalações eram os anéis que restavam e, tal como as caixas de jóias que os desesperados levam à casa de penhores, elas podiam ser a garantia de salvação. Assim as viu o Estudo Soge-Audi que as valorizou em termos porventura exagerados. Referindo que os dados da contabilidade estavam manifestamente desactualizados no que dizia respeito a estes activos, concluiu: “Daí a existência de uma *reserva oculta* na ordem de 1,7 milhões de contos que, se fosse contabilizada, conduziria a uma situação líquida activa na ordem de 800 000 contos”²⁷¹.

4.4. As inundações de 1983

Se a situação económica da *Casa Hipólito* era má, pior ficou com a catástrofe que a atingiu no Outono de 1983. Aquele dia 19 de Novembro ainda hoje é recordado em Torres Vedras como *dia de juízo e ranger de dentes*. Uma tromba de água abateu-se sobre a cidade e deixou-a irreconhecível – sobretudo na parte baixa, junto às margens do rio Sizandro. Durante horas a inundação alagou casas, instala es fabris, estradas, ruas e caminhos. No final, restou um mar de lama e prejuízos enormes.

²⁷⁰ Impunha-se que fizéssemos esta listagem extensa pois ela elucida-nos sobre as instala es da *Casa Hipólito* na última fase, e onde se situavam. As localiza es são hoje uma memória difusa da presença da empresa no território torriense. Delas, poucos vestígios restam.

²⁷¹ Cf. FCH, ESA, p. 6.



Figura 68 - Inundações em Torres Vedras, 1983

O *Badaladas* de 25 de Novembro desse ano reportou o acontecimento com grande destaque na primeira página: “Catástrofe caiu sobre Torres Vedras”; “Pelo menos, no comércio e indústria, há 2 milhões de contos de prejuízo; estão em risco milhares de postos de trabalho”. No interior, duas páginas relatavam as horas de desespero vividas pela população e ilustravam o acontecimento com fotografias expressivas.



Figura 69 - Depósitos da C. Hipólito nas inundações

Os dias seguintes foram de intensa actividade de limpeza e arrumação. Já em Dezembro, a Administração da *C. Hipólito* publicou no *Badaladas* um agradecimento público. Começava por referir que “a cheia atingiu, em certas zonas da Empresa, cerca de dois metros de altura, submergindo máquinas, equipamentos, matérias-primas e artigos acabados, prontos para embarque, situação agravada pela inactividade produtiva”. Lembrava depois que as consequências teriam sido muito mais graves “se não fosse a pronta e decidida acção dos trabalhadores da Empresa que, generosa e sacrificadamente, se empenharam nos trabalhos de recuperação.” Enumerando outras entidades de quem receberam apoio – Câmara Municipal, Bombeiros, etc. – concluía: “Graças a todos eles a Casa Hipólito, S.A.R.L. avançou significativamente no seu processo de recuperação, progredindo, esperançadamente, para a reposição da sua normalidade.”

Naturalmente esta calamidade teve efeitos severos que agravaram a vida da empresa. Lembremos que dois meses antes, a Administração havia publicado uma Circular interna comunicando “a todos os trabalhadores que por razões decorrentes do atraso verificado no embarque da encomenda para Angola, não foi ainda possível movimentar em tempo útil as verbas necessárias para o integral pagamento dos salários deste mês”²⁷². Começava o calvário dos ordenados em atraso, algo que passou a fazer parte do quotidiano dos trabalhadores da fábrica até ao seu encerramento, em 1999.

No habitual Comunicado de Natal deste fatídico ano de 1983, a Administração recordava que “o último semestre do ano trouxe consigo um volume de negócios e de trabalho promissores de melhores esperanças. Depois veio o rude golpe das cheias que com a boa colaboração de todos havemos de recuperar.” E terminava desejando “Boas Festas a todos”.

4.5. O que se fabricava

Nesta terceira fase da sua vida a *Casa Hipólito* continuou a fabricar os produtos de referência que haviam feito a sua fama e a projectaram nos mercados nacional e internacional. No entanto, procurou renovar processos de fabrico dos produtos tradicionais e criar outros, tentando responder às novas necessidades dos clientes e às

²⁷² Cf. FCH, Caixa 9, Pasta 03.

contínuas alterações tecnológicas. Os Relatórios e Contas que atrás referimos registaram esse percurso, condição necessária à sobrevivência.

A gama de fabrico, divulgada em anúncios e folhetos das exposições em que continuava a participar, sistematizam do seguinte modo os produtos da fábrica no final da década de 70, início da de 80:²⁷³

- **Divisão Gás G.P.L.:** redutores e válvulas *Kosan (Petrogal)*, torneiras de segurança, acessórios de gás, torneiras e outros componentes para indústria de fogões, componentes para esquentadores.

- **Divisão artigos domésticos:** fogões a petróleo e a gás, lanternas a petróleo e a gás, caloríferos a gás, torradeiras eléctricas, termoacumuladores.

- **Divisão pulverização:** atomizadores, pulverizadores, polvilhadores.

- **Divisão vinícola:** prensas contínuas, esmagadores, esgotadores, electrobombas para trasfega, depósitos para vinho, cubas de fermentação, filtros para vinhos, acessórios para adegas, destilação/caldeiraria, reparações e montagens. Ganharam alguma projecção os chamados “vinificadores contínuos” de que a empresa tinha a representação da marca *Vico*, bem como os “termo-vinificadores”, da marca *Prud’Homme*. Na publicidade encontram-se, ainda, referências a “Linhas contínuas, constituídas por esgotadores com e sem compressão” e também “Prensas contínuas COQ, novo modelo «Bivalvula»”.

- **Divisão engarrafamento:** enchedoras, rolhadoras, capsuladoras, rotuladoras.

- **Divisão construção civil:** fluxómetros (descarga de águas sanitárias), molas hidráulicas para portas (molas *punc*).

- **Divisão produtos especiais:** prensas para a indústria de tomate, bombas de alta pressão para lavagem de carros.

- **Armazém de material eléctrico:** pela sua especificidade – produtos de representação para revenda, sobretudo electrodomésticos, e serviços de montagem de sistemas eléctricos – foi ganhando autonomia em relação ao conjunto da empresa. De tal modo que esta área viria a ser vendida a uma sociedade formada por seis trabalhadores da empresa que criaram a *Hipoloeste*, firma que ainda hoje existe.

A produção era praticamente destinada ao mercado interno, com excepção do material de petróleo – fogões e lanternas – que era exportado em grande parte para os seguintes países: Cuba (22,5%), R. F. Alemanha (14,2%)²⁷⁴, Venezuela (7,9%), Angola

²⁷³ Publicidade na revista *Vida Rural* n° 63, por altura da FILAGRA 1978 e Estudo de viabilização Soge-Audi.

²⁷⁴ Subcontratação da *C. Hipólito* para a *Petromax* alemã.

(9,7%); África do Sul (5,7%); Suécia (5,3%); Dinamarca (3,1%); Perú (5,0%); Outros países (26,7%).²⁷⁵

4.6. Conflitos laborais

Como atrás explicámos (Subcapítulo 3.9.2. *Abril de 1974 e depois*), não cabe fazer aqui a história pormenorizada das lutas e confrontos laborais na *Casa Hipólito*. Optámos por registar apenas alguns testemunhos públicos sobre esta temática. São memórias que, na aparente rudeza da linguagem político-sindical, evocam a dor e o sofrimento de dezenas de famílias que viram perigar o sustento dos seus.

Sabemos que, no período anterior ao 25 de Abril de 1974, houve movimentações reivindicativas relacionadas com o aumento do custo de vida e a necessidade de actualizar os salários. Dessas lutas chegaram-nos alguns ecos difusos de recordações dos trabalhadores mais antigos mas que não são datáveis nem quantificáveis. Encontrámos testemunhos destas lutas noutras origens. É o caso de um estudo com o selo da revista *Análise Social* e disponível em linha.²⁷⁶ No quadro descritivo da situação laboral em Portugal nos últimos anos do regime da 2ª República, os autores enumeram exaustivamente os momentos de luta laboral, as empresas em que se deram, as suas características, as formas de luta e o conteúdo reivindicativo. Na pág. 311 referem concretamente a *Casa Hipólito*:

CASA HIPOLITO (Torres Vedras) — Metalurgia; 1200 [trabalhadores]; trabalhadores envolvidos: cerca de 900 (21-3-1974); duração: 1 dia e meio) /concentração; greve parcial / aumentos salariais; salário mínimo (6000\$) /os trabalhadores comprometem-se a retomar o trabalho se a administração revir os aumentos anunciados dentro de 4 dias. A administração vai rever os aumentos.

Por seu lado, a CGTP, no texto narrativo da sua História, pormenoriza os momentos de luta dos trabalhadores antes do 25 de Abril. Em dado passo, recorda:

Entre Junho e Outubro de 1972, fazem greve os pescadores de Portimão, os assalariados de Alpiarça, os operários da Fábrica Leão, das Conservas Alva, da Préh, no Porto, da Casa Hipólito, em Torres Vedras, e os 4 000 trabalhadores da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP).

²⁷⁵ Cf. FCH, ESA, p.52.

²⁷⁶ Cf: Maria de Lourdes Lima dos Santos, [et al.] – *As lutas sociais nas empresas...* pp.279 e 311. [Cons. 5 Dezembro 2016]

São referências breves, resumidas, sem análise das circunstâncias particulares nem indicação de pormenores significativos.

Depois de Abril de 1974 o relacionamento entre os trabalhadores da *Casa Hipólito* e a Administração pautou-se pelo ambiente geral que se vivia em Portugal naquela época e de que já demos nota mais atrás. O episódio da “fuga da Administração” para Madrid, em 1975, é hoje recordado como uma peça quase anedótica exemplificativa do clima social que então se vivia. Das muitas pessoas com quem falámos, raras são as que se lhe referem e, quando o fazem, é entre sorrisos contrafeitos e meias palavras. Pouca importância lhe dão ou remetem-se ao silêncio, talvez para não recordarem o facto de que uma delegação de trabalhadores se deslocou de avião a Madrid onde foi pedir a Vasco Parreira que regressasse à fábrica. O que ele fez, retomando pacificamente o seu lugar.

Quando a empresa entrou no turbilhão de dificuldades dos anos oitenta, os primeiros atingidos foram os seus trabalhadores. Como atrás dissemos, havia antecedentes de luta reivindicativa que vinha dos anos 70, quando o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa ganhou protagonismo na defesa da Contratação Colectiva de Trabalho. No entanto, a condição de operário/camponês que caracterizava grande parte da mão-de-obra da *Casa Hipólito* impunha condições especiais de abordagem sindical, bem distintas do que se passava na chamada *cintura industrial de Lisboa* – de que faziam parte o Barreiro, Seixal, Sacavém, Alhandra e Amadora. É certo que havia na *Hipólito* um núcleo de *operários urbanos* – chamemos-lhes assim - mais combativo e intransigente na defesa dos direitos laborais. Mas eram minoria.

Estas duas tendências tinham, naturalmente, representantes sindicais com perspectivas diversas: o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa, ligado à CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical; e o SIMA - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins, ligado à UGT – União Geral de Trabalhadores. O primeiro vinha do tempo de Marcelo Caetano e reivindicava maior representatividade e combatividade; o segundo, criado em 1978, surgiu na sequência das intensas lutas político-partidárias pós 25 de Abril. Como é patente nos diversos comunicados que aqueles sindicatos iam editando a propósito dos momentos mais marcantes das lutas laborais, um e outro acusavam-se de divisionismo e de lesarem os legítimos interesses dos trabalhadores. Os testemunhos orais que recolhemos, embora não atribuam a essas lutas qualquer relação

com o descalabro da empresa, sublinham que houve confrontos ideológicos nefastos e com resultados negativos na abordagem das questões laborais.

Não nos compete fazer julgamentos. Registamos apenas o que hoje nos parece mais significativo nos conflitos laborais na *Casa Hipólito*. A primeira verificação é que eles se agudizaram com o progressivo afastamento de Vasco Parreira da vida empresarial. O mais grave, em meados de 1981, foi o despedimento de quatro delegados sindicais e os castigos laborais aplicados a outros dois²⁷⁷. Os delegados despedidos tinham mais de 16 anos de casa cada um – o mais antigo tinha 23 – e outro, suspenso por 12 dias, estava na casa há 33 anos. Segundo o comunicado da USTV, os motivos são “única e exclusivamente por estarem à frente da justa luta dos trabalhadores, em defesa do seu Caderno Reivindicativo.” Para a Administração as razões eram estas: “Elaboração de um caderno reivindicativo, a marcação de um plenário, o apelo à paralisação, os prejuízos causados pela greve e a falta de respeito pela administração”²⁷⁸.

Naturalmente, este acontecimento teve repercussões inevitáveis, não só na empresa como na comunidade local e nos meios sindicais mais amplos do Distrito de Lisboa²⁷⁹. O clima de moderação nas relações laborais, até aí habitual, alterou-se significativamente. A Administração parece ter-se fechado ao diálogo, optando pela confrontação. O caso, remetido a Tribunal, arrastou-se por cinco anos. O de 1ª Instância, em Torres Vedras, deu razão à Administração, mas o da Relação e o Supremo reconheceram razão às instâncias sindicais. Em 5 de Dezembro de 1986, o *Badaladas* publicava um comunicado dirigido “Aos trabalhadores e à população – Finalmente!”²⁸⁰, o qual começava assim:

Os 4 delegados sindicais retomaram os seus postos de trabalho às 8 horas da passada 3ª feira, dia 25 / 11 / 86, passados mais de 5 anos (29 / 7 / 81) de terem sido despedidos ilegalmente pela Administração da Casa Hipólito, S.A.R.L.

O Supremo Tribunal de Justiça, no seu Acórdão de 10 / 11 / 86, considerou nulo o despedimento, e como consequência a reintegração imediata dos delegados sindicais, nos seus postos de trabalho.

²⁷⁷ Comunicado da *União Sindical de Torres Vedras* (USTV), publicado no *Badaladas* de 4 de Setembro de 1981, com o título: *A todos os trabalhadores – À população – A situação da Casa Hipólito*.

²⁷⁸ Citação no artigo de 15 de Janeiro de 1982, no *Badaladas*, referido na nota seguinte.

²⁷⁹ Veja-se o artigo no *Badaladas* de 15 de Janeiro de 1982, *P'ra variar, falemos da Polónia*, em que M.D. [Joaquim Moedas Duarte] denunciava o que considerava arbitrariedade da Administração da *Casa Hipólito*; e o extenso comunicado do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, no *Badaladas* de 8 de Abril de 1983, *Aos trabalhadores da Casa Hipólito e à população*, em que refere explicitamente e em pormenor as circunstâncias do despedimento dos Delegados Sindicais na *Casa Hipólito*.

²⁸⁰ Comunicado do *Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa*.

Para além deste, houve muitos mais momentos de tensão laboral na *Casa Hipólito* ao longo dos anos oitenta até à falência em 1999. O motivo central era quase sempre o atraso no pagamento de salários, doença crónica que acompanhou a empresa até ao fim. Isso é bem visível nos comunicados frequentes dos sindicatos ou da USTV. E também o fantasma dos despedimentos que, a partir de certa altura, passou a rondar a fábrica. Recordamos, a este propósito, o dramático comunicado da Administração, em 21 de Março de 1986²⁸¹. Em duas páginas e meia A4, é traçado o quadro sombrio da situação. Depois de lembrar a “profunda descapitalização da Empresa” que tornou inevitável o recurso a “vultosos capitais alheios, cuja elevada taxa de remuneração tem provocado um volume de encargos financeiros manifestamente incomportável”, a Administração invoca as condições gerais da crise económica nacional e mundial que “não tem permitido uma taxa de expansão dos negócios da Empresa de forma a permitir a libertação do fundo de maneio necessário a uma vida financeira equilibrada.” Estas condições adversas exigem urgentes medidas de reestruturação e uma delas é “uma inevitável redução de efectivos.” E a seguir vem a sentença:

Está neste momento em causa a sobrevivência da própria Empresa como unidade económica viável. É com plena consciência da dramática implicação social da medida e profundo desgosto que somos forçados a anunciar, para salvar a Empresa e os restantes postos de trabalho, o despedimento colectivo de 103 trabalhadores.

Referia depois os 73 trabalhadores que por recomendação médica deveriam apresentar-se a Junta Médica “para efeitos de reforma por invalidez”.

A concluir, a Administração pedia “aos restantes trabalhadores poupados a esta dramática e impopular medida, a maior serenidade, empenho e compreensão”, necessários à recuperação da Empresa e manutenção dos restantes postos de trabalho.

²⁸¹ Cf. FCH, Caixa 9, Pasta 03.



União Sindical de Torres Vedras

MOÇÃO

O Plenário de Dirigentes e Delegados Sindicais, reunidos em 1 de Abril de 1986, tendo tomado conhecimento dos graves problemas surgidos na CASA HIPÓLITO, que se traduzem na tentativa de despedimento de 103 trabalhadores e passagem à reforma antecipada de 73, e considerando as consequências que ocorreriam, não só para os trabalhadores da CASA HIPÓLITO, mas também para a população do Concelho de Torres Vedras, ao concretizar-se esta medida, decidiu aprovar:

- 1 — Repudiar a tentativa de despedimento e reformas antecipadas, pretendidas pela Administração da CASA HIPÓLITO;
- 2 — Alertar das mais variadas formas, os trabalhadores e a população de Torres Vedras, para a situação da CASA HIPÓLITO;
- 3 — Manifestar aos trabalhadores referidos, solidariedade e disponibilidade para em conjunto analisarem formas de combater os objectivos da Administração;
- 4 — Saudar os trabalhadores da CASA HIPÓLITO, que aderiram à Greve de 27-3-1986, certos que a sua luta contribuirá para que não se concretizem os despedimentos;
- 5 — Enviar a Moção aprovada ao Ministro do Trabalho e Órgãos de Comunicação Social.

Esta Moção foi aprovada por unanimidade, pelos representantes dos sectores: Metalúrgia; Comércio, Cerâmicos, Têxteis e Vestuário; Administração Local; Função Pública; Indústria de Bebidas; CTT/TLP e Hidratos de Carbono.

Torres Vedras, 1 de Abril de 1986

O PLENÁRIO,

Figura 70 - Moção da USTV, Abril de 1986

Naturalmente, as estruturas sindicais reagiram com veemência. Em 1 de Abril de 1986 a União Sindical de Torres Vedras, num Plenário de Dirigentes e Delegados Sindicais, aprovou uma Moção, publicada dez dias depois no *Badaladas*, em que repudiava “a tentativa de despedimento e reformas antecipadas” e saudava “os trabalhadores da Casa Hipólito que aderiram à Greve de 27 – 3 – 1986, certos que a sua luta contribuirá para que não se concretizem os despedimentos.”

Uma comissão de trabalhadores da *Casa Hipólito* foi à Câmara Municipal onde expôs a gravidade da situação. Na sua reunião de 9 de Abril, a autarquia, sensibilizada para o problema, aprovou por unanimidade a proposta de contactar oficialmente as entidades

superiores – Ministérios, Segurança Social e Administração da empresa – manifestando “a mais completa discordância por tal medida sem que exaustivamente sejam encaradas soluções alternativas.”

Longe de se solucionar, a situação agravou-se. Um comunicado de 23 de Setembro de 1986,²⁸² da União Sindical de Torres Vedras, denunciava a pretensão da empresa em “reduzir 262 postos de trabalho e a não aplicação das tabelas salariais do CCT [Contrato Colectivo de Trabalho] do sector durante um período de 12 meses.” Logo de seguida pormenorizava que “a Empresa deve aos trabalhadores as dívidas de 1985 (56 000 contos); deve os salários de Julho e Agosto de 1986, subsídio de férias de 1986, assim como retroactivos de Março a Agosto de 1986, referentes à aplicação do CCT de 1986.” E comentava: “A actual situação que se vive na Empresa não é por culpa dos trabalhadores, mas sim por uma má gestão praticada pela Administração, falta de responsabilidade sectorial e uma organização pesada e burocrática.”

Este novo agravamento laboral suscitou mais repercussões na comunidade local. A Assembleia Municipal de Torres Vedras, na reunião de 31 de Outubro de 1986, aprovou por unanimidade uma Moção intitulada “Tomada de posição acerca da situação da Firma Casa Hipólito, S.A.R.L.”²⁸³ na qual fazia uma análise bastante crítica em relação aos órgãos de gestão empresarial da *C. Hipólito*:

Nos últimos anos, o desinteresse demonstrado pela generalidade dos administradores, consubstanciado na incapacidade de adaptação às novas tecnologias, a passividade na procura de novos mercados e produtos, levou a que muitos dos mais qualificados trabalhadores abandonassem a empresa. Por outro lado verificou-se que da parte dos accionistas da Casa Hipólito, S.A.R.L., não foram tomadas posições ou desenvolvidas acções com consequências positivas para a resolução dos graves problemas com que se debate a empresa.

Sublinhando a sua preocupação com o aumento anormal das dívidas à Banca, Segurança Social e trabalhadores, avaliadas em mais de dois milhões de contos, aquele órgão autárquico alertava para as consequências do “estado de total degradação” da empresa que colocava “em sério perigo a sobrevivência económica de centenas de famílias e a própria estabilidade social e económica do concelho de Torres Vedras.” Manifestando a convicção de que a *Casa Hipólito* tinha viabilidade, o comunicado da Assembleia Municipal concluía informando que se tinha constituído um grupo de trabalho, alargado ao Presidente da Câmara, para envidar esforços junto das mais altas

²⁸² Publicado no *Badaladas* em 10 de Outubro de 1986.

²⁸³ Publicada no *Badaladas* em 11 de Novembro de 1986.

instâncias económicas e políticas do país no sentido de se encontrar uma solução para a *C. Hipólito*.

Nos anos seguintes, multiplicaram-se os comunicados e as notícias referindo insistentemente a má gestão da empresa e a incompetência das administrações. Além dos salários em atraso, o mais preocupante, a cada dia que passava, era o afundamento progressivo da empresa.

Na sua luta persistente e desesperada, os trabalhadores da *C. Hipólito* não estiveram sozinhos. Para além da Câmara e Assembleia Municipais de Torres Vedras, assim como das estruturas locais do PCP, PS e PSD e da imprensa local, contaram com o apoio do Governador Civil de Lisboa e de diversos deputados na Assembleia da República²⁸⁴. Algumas vezes vieram para a rua, em manifestação de protesto ou como forma de alertar a população torriense. Fizeram paralisações, greves, ocupações da fábrica. Infelizmente, de pouco lhes valeu. Quando muito, essa luta adiou por alguns anos o desenlace final mas a *Casa Hipólito* caminhava inexoravelmente para o seu fim. É o que veremos de seguida.

4.7. 1986: Diagnóstico e tratamentos

Em 12 de Junho de 1985 Portugal assinou o tratado de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), de que passou a fazer parte efectiva a partir de 1 de Janeiro de 1986. Esta adesão era a consequência natural da perda do mercado colonial resultante da descolonização. A Europa passou a parceira vital da economia portuguesa o que implicou adaptações necessárias e demoradas durante o chamado *período de transição*. A área jurídica foi das mais complexas pois tratava-se de articular o nosso Direito com as normas legais da Comunidade.

Para o que ora nos ocupa, a publicação do Decreto-Lei nº 177/86, de 2 de Julho, foi de grande importância pois criou novas soluções para o problema das empresas portuguesas em risco de falirem. No seu preâmbulo lembrava que “se inicia uma circunstância histórica em que a economia portuguesa carecerá de uma acrescida capacidade de resposta perante o desafio europeu” pelo que se tornava urgente “criar

²⁸⁴ Testemunhos observáveis na imprensa local e nacional bem como nas actas dos órgãos autárquicos, dos diversos sindicatos envolvidos, dos Partidos Políticos e da Assembleia da República. Naturalmente seria demasiado longo fazermos aqui a sua enumeração e registo pormenorizados.

novos mecanismos normativos que permitam que as empresas em precária situação, desde que conjuntural, recuperem a enfraquecida viabilidade.”

Havia muitas empresas nesta situação, a *Casa Hipólito* não era caso raro. Mas, sendo esta que nos ocupa, tentemos perceber melhor qual a sua verdadeira situação na altura em que saiu aquela lei.

Recorde-se que em 20 de Março de 1985 havia sido realizada uma Assembleia Geral Extraordinária para “deliberar sobre a prestação de garantias reais necessárias à celebração de um contrato com as Instituições de Crédito”²⁸⁵. A situação era preocupante e os Bancos já não emprestavam dinheiro sem “garantias reais”.

O já referido Estudo Soge-Audi (ESA), apresentado em Agosto de 1986, traçou um quadro exaustivo da empresa. Começava por lembrar que o ponto de partida deste estudo era a “situação em que lhe [à CH] está praticamente vedado o acesso ao crédito e sem meios financeiros para adquirir matérias-primas” o que levava a empresa a um estado de semiparalização. Recordava que “a empresa empregava em Maio do corrente ano [1986] 966 pessoas, número que é sensivelmente superior às suas necessidades.”

Em relação à “ gravíssima situação financeira” o balanço em 31/12/1985 era o seguinte (em milhares de contos):

- Activo: 1 576,1
- Passivo: 2 419,8
- Situação líquida negativa: 843, 7

Os principais credores eram, (em MC - milhares de contos):

- Bancos: 1 134 MC (dos quais o *Banco Espírito Santo* e *Banco Pinto & Sotto Maior* detinham cerca de 60%: os restantes, distribuídos por 7 instituições.)
- Previdência e Fazenda Pública: 367,9 MC (dos quais 271 à Previdência e Fundo de Desemprego)
- O Estado: 86,3 MC (subsídios reembolsáveis de 1983 e 84)
- Fornecedores: 385,5 MC (dos quais: *CPC – Companhia Portuguesa do Cobre*, 111; *Tranquilidade Seguros*, 25,6; *Gertal* (fornecimento de refeições), 38,2; sendo o remanescente – cerca de 210,6 MC - um número muito elevado de credores)
- Fornecedores estrangeiros: 236,1 MC
- Trabalhadores: 56,7 MC (subsídios de Natal de 1984 e 1985 e retroactivos)

²⁸⁵ Convocatória publicada no *Badaladas* em 1 de Março de 1985.

Não dispondo de fundo de maneiio e apesar de ser financiada apenas por capitais alheios, a empresa – na opinião dos auditores do ESA – “mostra ainda certa solvabilidade, na medida em que aquele balanço, elaborado segundo princípios contabilísticos geralmente aceites, não regista mais-valias importantes do património da Empresa.” A solvabilidade dever-se-ia, portanto à tal “*reserva oculta* na ordem de 1,7 milhões de contos que, se fosse contabilizada, conduziria a uma situação líquida activa na ordem de 800 000 contos”²⁸⁶.

Porém, logo a seguir a esta referência optimista, o ESA avisava: “De qualquer forma, não haja ilusões: se não forem tomadas de imediato as medidas de viabilização económica e de saneamento financeiro que se impõem [a *Casa Hipólito*] estará irremediavelmente falida em pouco mais de um ano”²⁸⁷.

Em apoio desta visão catastrófica, o ESA explicava: “De 1983 para 1985 o endividamento cresceu 855 MC – cerca de 60% - e a conta de resultados de 1985 regista encargos financeiros no montante de 385,2 MC que equivalem a 25,2% das vendas”²⁸⁸.

No essencial o problema consistia em que não se tinha adaptado a empresa às novas condições económicas, nomeadamente através de: medidas de saneamento financeiro; concentração na área industrial de Arenas das instalações dispersas; redimensionamento da Fábrica B; liquidação da actividade comercial (lojas e AME – Armazéns de Material Eléctrico); redução do número de trabalhadores²⁸⁹. Cada um destes factores é estudado em particular mas tendo sempre em conta que eles se articulam e interpenetram.

Medidas de saneamento financeiro:²⁹⁰

Examinada pormenorizadamente a estrutura financeira da *Casa Hipólito*, nomeadamente as dívidas e os encargos deles resultantes, apontava-se como medida a tomar de imediato a utilização dos activos patrimoniais não afectos à actividade fabril e a libertação de outros através da “concentração das actividades nas instalações de Arenas”. Era o recurso à “reserva oculta”, única forma de realizar capitais próprios da empresa, embora não bastasse só por si. Havia também que garantir a “consolidação de débitos aos Bancos” a qual passaria pela doação em pagamento de parte do activo patrimonial e pela negociação de condições de pagamento mais vantajosas – que seriam

²⁸⁶ Cf. FCH, ESA, p. 6

²⁸⁷ Cf. *Idem*, p. 9.

²⁸⁸ Cf. *Ibidem*, p. 7.

²⁸⁹ Cf. *Ibidem*, pp. 9 a 13.

²⁹⁰ Cf. *Ibidem*, pp. 118 a 128.

do interesse da Banca pois garantiriam pagamentos que de outra forma se tornariam incobráveis. A saber: “taxa de juro equivalente a 2/3 da taxa corrente; carência de pagamento de juros até fins de 1988, que serão capitalizados; reembolso da dívida a partir de 1989, inclusive, por meio de semestralidades de valor crescente.”

Quanto aos débitos a fornecedores, apontava-se para que “pelo menos 30 000 contos de créditos dos fornecedores sejam convertidos em capital social, sendo a dívida remanescente regularizada até 1990.”

Em relação ao Sector Público Estatal, - que se encontrava em mora - preconizava-se um adiamento para 1990 dos reembolsos relativos aos 86 000 contos de dívida à Secretaria de Estado do Emprego; prolongamento para 10 anos do prazo de pagamento de outras dívidas ao Estado (Previdência Social e Fazenda Pública) “com um esquema de prestações de valor crescente a partir do 4º ano e com perdão de juros vencidos e vincendos”; e “um prazo de reembolso não inferior a 5 anos” para o pagamento dos impostos em dívida.

No que se refere às dívidas aos trabalhadores, o ESA defendia um adiamento no seu pagamento, sendo “reembolsadas a partir do 4º trimestre de 1989”, além de um “atraso de 12 meses, até 1989, na aplicação das tabelas salariais do Contrato Colectivo de Trabalho.”

Por fim, em relação ao *fundo de maneo* – instrumento indispensável para a continuidade da laboração fabril e que se encontrava de tal modo exaurido que aquela estava parcialmente imobilizada – apontava-se para um financiamento indispensável de 150 000 contos, que “teria um ano de carência, sendo reembolsado em 5 anos.”

Concentração na área industrial de Arenas:

A dispersão das instalações fabris, descrita no ponto 4.3. deste trabalho, tinha-se tornado um problema grave. Não era possível uma gestão eficaz em tais condições. O ESA recomendava, em síntese:

- Redimensionamento da *Fábrica B*, com um máximo de 35 pessoas – e não as 170 que tinha em Maio de 1986. A justificação prendia-se com o facto de que aquela unidade, destinada ao equipamento vitivinícola e caldeiraria e projectada nos anos 60 quando estava em marcha o processo de desenvolvimento das Adegas Cooperativas em todo o país – se encontrava sobredimensionada face à cada vez mais reduzida procura dos seus produtos. Não só havia mais e melhor concorrência como o processo expansivo das Adegas tinha atingido o limite, tendo-se deslocado o objecto da procura da fase de

equipamento para a da manutenção. Este sector fabril, se analisado à parte, há muito que dava prejuízo. O redimensionamento da *Fábrica B* libertaria espaços físicos para o processo de concentração fabril.

- Acabar com a parte comercial designada por *AME (Armazéns de Material Eléctrico)*, considerada uma excrescência despropositada na lógica fabril, rescindindo os contratos de 31 pessoas que lhe estavam afectos. Tinha rentabilidade negativa dado que a margem bruta não cobria sequer os custos financeiros dos *stocks* e o seu contributo para a cobertura dos custos administrativos e financeiros era apenas de 3,2%. O auditor aconselhava a venda deste sector, o que de facto se verificou mais tarde, dando origem à empresa *Hipoloeste*, constituída por seis ex-trabalhadores da *Casa Hipólito*.

- Passagem para Arenas de todas as unidades produtivas do centro urbano e dos Armazéns Centrais da R. Cândido dos Reis. Estimava-se em cerca de 20 000 contos os custos da operação, que seriam largamente compensados pelas centenas de milhares que valiam os espaços libertos no centro histórico da cidade. Esta opção exigia a reorganização da *Fábrica A*, tanto no que se referia aos produtos fabricados como ao necessário reequipamento. Igualmente se impunha a “redefinição da estrutura orgânica e implementação de um novo estilo de gestão e reorganização e racionalização dos diversos serviços”,²⁹¹ como era o caso da deficiente informatização que não abrangia sectores importantes como “o custeio de produção, o planeamento e o controlo da produção e do aprovisionamento, parte das tarefas relacionadas com a contabilidade, os movimentos dos armazéns, etc”²⁹².

Recursos humanos:

O ESA era peremptório: a *Casa Hipólito* tinha trabalhadores em excesso sobretudo a nível dos indirectos:

As despesas com pessoal atingiram em 1985 cerca de 638,8 milhões de contos, ou seja, 41,7% do valor das vendas, o que traduz o desajustamento dos efectivos de pessoal relativamente aos níveis de actividade, muito particularmente no que respeita à proporção entre a mão-de-obra directa e o número total de trabalhadores²⁹³.

Feitas as contas e analisados os diversos sectores, verificava-se que o total de pessoal fabril (*Fábrica A* + *Fábrica B*) era de 717, sendo que 485 eram directos e 232 indirectos.

²⁹¹ Cf. FCH, ESA, p. 9.

²⁹² Cf. *Idem*, p. 54.

²⁹³ Cf. *Ibidem*, pp. 49 / 50.

No total da empresa havia 51% de directos para 49% de indirectos – quando o que seria desejável era que os indirectos se situassem entre os 20/25% dos directos²⁹⁴.

A este desequilíbrio juntava-se a idade média elevada dos trabalhadores. “a baixa qualificação e falta de polivalência dos operários, os quadros excessivos em quantidade e insuficientes em qualidade, a inexistência de sistemas de incentivos adequados, a quase inexistência de formação nos últimos anos”²⁹⁵. A solução passaria, portanto, pela negociação de saídas com indemnizações. Quais os custos que isso acarretaria? O Estudo apontava para um total de 30 000 contos a despende em 1986 e 1987 em rescisões por mútuo acordo; e 65 000 contos entre finais de 1987 e inícios de 1988 para “despedimento colectivo caso não seja possível fazê-lo por mútuo acordo”²⁹⁶.

4.8. Outros remédios

Analisámos sucintamente o diagnóstico e, de caminho, fomos referindo os tratamentos necessários às doenças sectoriais da empresa. Subliminarmente, da leitura deste Estudo ficou patente para nós que a Administração da empresa teria enormes dificuldades para enfrentar os problemas que a afectavam. Esse era, e continuou a ser até ao fim, o argumento central dos sindicatos: a gestão era incompetente. O que os levava a concluir que os remédios nunca poderiam passar pelo despedimento de trabalhadores mas antes pela alteração dos métodos de gestão. O ESA não lhes dá razão na medida em que aponta para diversas soluções cumulativas das quais a redução de efectivos era essencial.

Mas não haveria erros de gestão? O ESA reconhece que:

Os principais pontos fracos apontados quanto à estrutura orgânica e ao estilo de gestão verificados nos últimos anos são os seguintes: poder personalizado e paternalista, inexistência de uma política global de Empresa devidamente explicitada, falta de objectivos sectoriais e de responsabilização, organização pesada e burocratizada. Por conseguinte, impor-se-ia uma redefinição da estrutura orgânica e sobretudo do estilo de gestão que tem sido praticado.

Haveria que proceder a alterações nesta área. Nomeadamente a “implementação de uma prática de gestão por objectivos, baseada nos instrumentos de gestão previsional”²⁹⁷ o que passaria pelo envolvimento e responsabilização dos quadros da empresa na definição da política e dos objectivos e na sua execução. Para isso, “a Empresa dispõe de quadros

²⁹⁴ Cf. FCH, ESA, p. 162.

²⁹⁵ Cf. *Idem*, p. 54.

²⁹⁶ Cf. *Ibidem*, p. 133.

²⁹⁷ Cf. *Ibidem*, p. 89

superiores de muito bom nível, o que constitui um ponto forte importante e factor de êxito das transformações que importa efectuar”²⁹⁸.

Por outro lado, a reorganização administrativa teria de passar, também, pela “definição e implantação da gestão orçamental”, bem como pela informatização generalizada da empresa de modo a aumentar a eficácia e a garantir informação permanentemente actualizada como suporte da actividade dos gestores.

Verificadas estas alterações, a empresa tinha potencialidades para continuar. O Estudo que temos vindo a seguir enumerou-as detalhadamente no que se refere aos produtos e aos mercados. Em resumo, tratava-se de continuar a produzir o que dava lucro, reajustando e racionalizando o aparelho produtivo e de excluir o que já só dava prejuízo – uma análise que é feita ao longo dos cap. 5 e 6 do ESA e que seria fastidioso reproduzir aqui, até porque tal potencial produtivo só seria viável se, a tempo e horas, fossem tomados os remédios preconizados - as medidas rigorosas que atrás referimos. Mas isso supunha a boa vontade e aquiescência de terceiros, exteriores à Empresa embora com interesses nela - a Banca, o Estado e os fornecedores - interesses que tenderiam a ser antagónicos quando se passasse à fase de concretizar medidas com implicações financeiras. Por isso tornou-se inevitável o recurso à instância judicial.

4.9. Gestão controlada por via judicial

Convém lembrar um dado importante referido na p. 19 do, já muito citado por nós, ESA (Estudo Soge-Audi):

Poderá dizer-se que nas últimas décadas e até à Assembleia que aprovou as contas de 1985 a Administração da Empresa foi sempre dirigida por familiares do fundador. Naquela reunião, a Assembleia Geral designou novo conselho de Administração, constituído por gestores profissionais que são os seguintes:

- Dr. Vasco Esteves Fraga (Presidente)
- Dr. Pedro Maia
- Dr. João Cavaleiro Ferreira

Esta alteração radical significou uma viragem decisiva no percurso da empresa. Foi o novo Conselho de Administração que adjudicou aquele Estudo,²⁹⁹ acompanhou a sua

²⁹⁸ Cf. FCH, ESA, p. 53.

²⁹⁹ O custo total deste Estudo rondou os mil contos, como se pode ver no orçamento apresentado no Ofício da Soge-Audi, Sociedade de Gestão e Auditoria, Lda dirigido à Administração da C. Hipólito em 16 de Junho de 1986. (FCH, Cx.3)

elaboração e em poucos meses pôs em prática algumas das medidas essenciais que ele preconizava para a recuperação da *C. Hipólito*³⁰⁰.

Assim, a partir de Junho de 1986 enviou ofícios detalhados à Secretaria de Estado da População e Emprego e aos mais importantes credores bancários com informações sobre a sua eleição e o estudo de viabilização que estava a ser elaborado, solicitando a compreensão daquelas entidades e a dilação dos prazos de pagamento de compromissos anteriormente assumidos pela empresa. Recebido o Estudo em finais de Agosto, logo o fez chegar àquelas entidades, para que se pronunciassem. Em Novembro de 86, promoveu uma reunião conjunta dos credores na qual foi deliberado:

Constituir um Grupo de Trabalho integrando representantes do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Banco Pinto e Sotto Mayor, Tranquilidade Seguros, Companhia Portuguesa do Cobre e da própria empresa, com o mandato de ajustar o esquema financeiro a aplicar à Casa Hipólito. Nessa mesma reunião definiu-se o entendimento de que o processo de viabilização da Casa Hipólito deveria, logo após concertadas as bases do seu saneamento financeiro, ser presente em tribunal no quadro do regime consignado no Dec-Lei 177/86.

Aquele Grupo de Trabalho delineou o esquema financeiro apropriado à situação, que apresentou às hierarquias que representavam, as quais o aprovaram.

Quanto às medidas urgentes necessárias à viabilização da empresa, o C. de Administração implementou as seguintes: desactivou o Armazém de Material Eléctrico; concluiu o estudo de reestruturação da *Fábrica B*; ultimou os planos de transferência de todas as instalações para Arenas; apresentou às respectivas autarquias os projectos de valorização do património não afecto à exploração; e concretizou a diminuição do número de trabalhadores através dos meios legais previstos³⁰¹.

Foi na sequência destes procedimentos que a Administração da *C. Hipólito* apresentou uma petição ao Tribunal Judicial de Torres Vedras, em 22 de Janeiro de 1987. Estava assim posto em marcha o “processo de recuperação da empresa e de protecção dos credores” – segundo o diploma jurídico que referimos no início do subcapítulo 4.7., o Decreto-Lei nº 177/86, de 2 de Julho - cuja importância sublinhámos dado que propunha formas concretas de apoiar as empresas em situação difícil próxima da falência³⁰². Era o inevitável recurso à via judicial como forma de encontrar uma instância exterior capaz de garantir o equilíbrio dos diversos interesses em jogo.

³⁰⁰ Refira-se que o Estudo Soge-Audi foi o mais completo e exaustivo alguma vez feito à *Casa Hipólito*. Os vários Planos de Viabilização, que depois surgiram para serem presentes ao Tribunal, foram feitos a partir dele.

³⁰¹ Temos vindo a seguir a carta dirigida pelos três administradores da *C. Hipólito* ao respectivo Presidente da Assembleia Geral, em 2 de Junho de 1987. (FCH)

³⁰² Foi o processo nº 13/87, 1ª Secção do 1º Juízo do Tribunal Judicial de Torres Vedras.

Tudo parecia encaminhar-se para uma nova e decisiva fase da vida da *Casa Hipólito*. A maioria dos credores³⁰³ havia aceitado o processo e a Administração estava empenhada nele. Competia agora ao juiz designar o “administrador judicial de entre as pessoas propostas para o efeito pelos credores ou, na sua falta, escolhidas pelo próprio juiz”³⁰⁴. Porém algo de errado se terá passado. Diz o Conselho de Administração que procurou “veicular aos credores da empresa e aos seus quadros mais responsáveis o modelo de gestão julgado mais adequado, para enfrentar com êxito este novo ciclo da vida da empresa”. Porém, o seu contributo foi ignorado, surgindo outros de teor diferente. Em consequência, o C. de Administração tomou uma grave decisão:

Por não querermos, a nenhum título, criar qualquer embaraço à implementação dessa nova perspectiva de gestão e porque nos seria difícil prosseguir o conjunto de objectivos que nos propusemos atingir com vista à recuperação da empresa fora do modelo funcional que formalmente veiculámos à Comissão de Credores, apresentamos a V. Exa. [Presidente da Assembleia Geral da casa Hipólito] a renúncia dos cargos para que fomos eleitos.

Apesar de tudo o Conselho de Administração não excluía a disponibilidade para continuar a colaborar activamente, sublinhando o bom entendimento que havia encontrado no Grupo de Trabalho e em todas as estruturas humanas da empresa, desde os trabalhadores aos accionistas, Conselho Fiscal, etc., bem como o apoio inexcedível do Presidente da Câmara de Torres Vedras.

Como se explica então a sua vontade de largar o leme?

A partir de agora teremos de recorrer ao *Processo de Falência da Casa Hipólito*³⁰⁵. É aí que se podem encontrar as peças do imenso quebra-cabeças com que se compõe o percurso final de 12 anos da *Casa Hipólito*.

A explicação para a renúncia do Conselho de Administração parece ser esta: aquando da apresentação da petição, a figura da *concordata* foi a apontada como o regime a aplicar

³⁰³ A Comissão de Trabalhadores contestou desde o início esta solução pois pretendia defender a sua posição de credora prioritária. Em ofício do Conselho de Administração à Comissão de Trabalhadores, datado de 8 de Setembro de 1986, a conjuntura da empresa é exaustivamente relatada com recurso a expressões como “situação de acentuada falência técnica” e “situação desesperada em que a empresa se encontra”. Lembra que “foi expressamente autorizado que os técnicos que a C.T. entendesse pudessem visitar a empresa e recolher directamente todas as informações existentes ou que reputassem indispensáveis – o que nunca aconteceu”. O Conselho de Administração lamenta, igualmente, as duas queixas apresentadas pela C.T. ao Ministério do Trabalho, fruto do que considera “cego legalismo” que não tem em conta a real situação da empresa. Tal iniciativa poderá pôr em causa todo o processo de viabilização caso essas queixas desencadeiem a penhora judicial do património da empresa. (FCH, Cx3) A atitude intransigente da Comissão de Trabalhadores manteve-se, em oposição à dos sindicatos da UGT, mais dialogante, conforme se depreende do comunicado do C. Administração.

³⁰⁴ Cf. Artº 9, § 1 do Decreto-Lei nº 177/86 de 2 de Julho.

³⁰⁵ Passaremos a designá-lo por PFCH. O Processo, com 34 volumes e 8 461 páginas, corre no Tribunal da Comarca de Vila Franca de Xira, mas encontra-se temporariamente na Instância Central de Comércio do Tribunal de Loures com o código de identificação nº 1864 / 14.6 TBTVD.

à empresa, o que não mereceu o acordo do C. de Administração, para o qual o regime que melhor defenderia os interesses da *Casa Hipólito* seria o da *gestão controlada*³⁰⁶.

Entretanto, um novo factor foi introduzido neste processo, o da nomeação do Administrador Judicial, como acima referimos. Quem foi proposto pelos credores foi um gestor apresentado pela *Companhia Portuguesa do Cobre*, António Gustavo Morais Pinto da Mota “economista e Assistente da Faculdade de Ciências do Porto”, residente no Porto³⁰⁷. E assim, o que poderia ter sido um pormenor sem relevância especial, veio a tornar-se, com o tempo, motivo de maior desestabilização da vida da empresa. O gestor nomeado era completamente estranho à comunidade torriense. Dotado de dinamismo pessoal e dominando as regras do jogo empresarial, impôs-se desde o início como homem autoritário que, longe de congregar vontades, introduziu factores de conflitualidade. Esta leitura dos acontecimentos ouvimo-la nos testemunhos orais que recolhemos, alguns dos quais sugeriram uma interpretação do Decreto-Lei nº 177/86 que explicaria o aparecimento de uma figura tão negativa como esta. Aquele diploma legal confere à figura do Administrador Judicial um protagonismo porventura excessivo e ao juiz, de que aquele depende, um conjunto de atribuições que extravasa a função meramente judicial. No plano ideal, a lei supõe uma articulação harmónica entre os diversos interventores – juiz, administrador judicial, credores e administração da empresa - o que na prática não resultará se algum desses elementos não funcionar bem. Foi o que aconteceu.

Não nos compete fazer juízos, como temos repetido ao longo deste trabalho. Mas não podemos ignorar factos concretos. E estes são: o referido Administrador Judicial, António Gustavo Morais Pinto da Mota, era um cadastrado cujo registo criminal averbava uma condenação de sete anos e onze meses de prisão maior, imposta por acórdão do Tribunal Colectivo de Vila Nova de Foz Côa, de 26 de Novembro de 1977³⁰⁸. Além disso, estava implicado num processo em que era acusado de falsificações e abuso de confiança na firma OSLEC de Vila Nova de Gaia, na qual exercia funções de director administrativo-financeiro. Estes factos só chegaram ao conhecimento quer da Assembleia de Credores

³⁰⁶ Esta posição foi defendida no Ofício do Conselho de Administração dirigido ao Administrador Judicial em 14 de Abril de 1987, a qual estava em contradição com a do *Banco Espírito Santo*, “Banco leader” dos credores. (FCH, Cx 3, P.04). O Decreto-Lei nº 177/86 explicita cada um destes regimes. Para nosso entendimento prático diremos que o regime da *concordata* aponta para um mero acordo de pagamento de dívidas entre o credor e o devedor; o regime de *gestão controlada* prevê um conjunto de medidas enumeradas na lei que supõem o prazo de aplicação de dois anos, prorrogável por mais um.

³⁰⁷ Cf. PFCH, p. 254, carta ao Juiz do 1º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Torres Vedras, entrada na Secretaria Judicial em 23 de Fevereiro de 1987.

³⁰⁸ Confirmámos as informações sobre a referida condenação bem como de uma alegação da empresa OSLEC – Importação e Exportação, Lda. contra o referido António G.M.P. da Mota, com a data de 26 de Março de 1987, que denuncia diversas fraudes e falsificações daquela personagem.

quer da Comissão de Trabalhadores depois de cerca de três anos de actuação da referida personagem.

Como é óbvio, este factor espúrio introduziu na já muito abalada vida da *Casa Hipólito* uma instabilidade acrescida, apercebida pelos intervenientes internos – com relevância para os trabalhadores, crescentemente preocupados com os sinais de desnorte e de liderança errática – assim como pelos externos – os credores e as forças vivas da comunidade torriense, alarmados com os sinais contraditórios que vinham da empresa. Durante os três anos em que esteve em funções foram constantes os confrontos entre ele, a Administração da empresa e o seu Conselho de Direcção, órgão que havia sido criado na recente alteração de estatutos.

4.10. Falência e rescald



Figura 71 - Processo de falência da C. Hipólito

Desde 22 de Janeiro de 1987, data da entrega da petição ao juiz do Tribunal de Torres Vedras, até 28 de Abril de 1999, dia do despacho de falência,³⁰⁹ decorreram doze anos. Foram tempos de dolorosas expectativas, raras esperanças, sofrimento infinito. Diante dos 34 volumes do Processo Judicial de Falência que pacientemente folheámos

num gabinete de trabalho do Tribunal de Loures, não raro ficámos em silêncio prolongado. Um aperto no peito, uma angústia crescente dificultavam-nos o prosseguimento da tarefa. Ainda hoje nos é difícil lidar com ela.

Naqueles doze anos foram inúmeros os conflitos entre os sucessivos administradores judiciais e as diversas instâncias de poder dentro da *Casa Hipólito SA*³¹⁰ – Conselho Geral, Direcção e Assembleia Geral - ; as tomadas de posição e denúncias das estruturas sindicais, as Assembleias de Credores, as iniciativas de desbloqueio por parte

³⁰⁹ O anúncio da falência foi publicado em 22 de Maio de 1999 no Diário da República.

³¹⁰ Em 15 de Fevereiro de 1989 foi feita a escritura do novo pacto social da empresa que passou a designar-se CASA HIPÓLITO, SOCIEDADE ANÓNIMA através da alteração dos Estatutos em que foram criados os novos órgãos de Administração e Fiscalização. A escritura foi publicada no jornal *Badaladas* em 3 de Março de 1989.

da Câmara Municipal de Torres Vedras, dos Partidos políticos e dos próprios Governos da República. Os jornais locais, com predominância do *Badaladas* mas também o *Frente Oeste* - que em Dezembro de 1989 reaparecera no panorama da imprensa do Oeste – acompanharam de perto os acontecimentos e deram destaque aos momentos determinantes da vida da empresa naqueles anos. Um calvário de dor.

Em 22 de Maio de 1999, o *Diário da República* – III Série, Nº 119, publicou o seguinte anúncio:

TRIBUNAL DA COMARCA DE TORRES VEDRAS – ANÚNCIO

Faz saber que, nestes autos de acção especial de falência, registados sob o n.º 13/87, em que é requerente a Casa Hipólito, S.A., com sede no Bairro Arenes, 2560 Torres Vedras, nos termos dos disposto nos artigos 25.º, 122.º e 128.º do CPEREF, no despacho proferido em 28 de Abril de 1999, foi decretada a falência da requerente acima referida.

Foi nomeado liquidatário judicial o Dr. Viriato Pedrosa Ribeiro. Fixado o prazo de 20 dias para reclamação de créditos.

Para constar se lavrou o presente edital, outros de igual teor e cópia que vão ser devidamente afixados e certificados.

29 de Abril de 1999. – A Juíza de Direito, Laurinda Guerreiro Gemas. – A Escrivã-Adjunta, Paula Antunes Resoluto.

A descrição do percurso acidentado que teve este epílogo valeria, só por si, uma outra dissertação, na sequência do que alguém nomeou, referindo-se à *Casa Hipólito*, um *case study*³¹¹. A verdade é que, como já antes dissemos, o Processo Judicial da *Casa Hipólito* ainda hoje não está fechado³¹². Apesar de a decisão de falência já há muito ter transitado em julgado, impende sobre ele um recurso da Fazenda Pública relativo a dívidas de impostos contraídas aquando da venda posterior de activos patrimoniais.

Nessa conformidade, decidimos pôr termo à narrativa que temos vindo a fazer. Por um lado, por ser desajustado divulgar pormenores de um processo ainda em aberto. Por outro, porque o volume de factos e informações que recolhemos obrigar-nos-ia a alongar excessivamente este trabalho.

Não obstante, tem cabimento fazer aqui um breve rescaldo dos últimos anos da vida da *Casa Hipólito*. De forma sucinta, em registo de apontamento, são algumas das últimas memórias daquela fábrica torriense.

³¹¹ Referimo-nos ao artigo de opinião de Sérgio Tovar de Carvalho, no *Badaladas* de 27 de Fevereiro de 1998, intitulado “A *case study*”. Este advogado, com escritório em Torres Vedras, foi interveniente directo nos últimos anos de vida da *C. Hipólito*, como pequeno accionista e co-autor da proposta do derradeiro *Plano de Viabilização da Casa Hipólito* que viria a ser rejeitado na última Assembleia de Credores, em 1999.

³¹² Informação recolhida por nós directamente no Tribunal da Comarca de Loures em 19 de Dezembro de 2016.

A bicicleta *STRIDA* e o carrinho de bebé *BABY BUGGY*



Figura 72 - A bicicleta e o carrinho

Desde os primeiros diagnósticos sobre a grave situação da empresa, foi recorrente a referência à necessidade de fabricar novos produtos. Essa foi a grande preocupação do departamento comercial bem como do de estudos e desenvolvimento, criado nos anos 80. O novo produto que mais curiosidade suscitou na altura foi a bicicleta *STRIDA*, lançado em 1990, ano em que rendeu 40 480 contos de vendas realizadas numa operação de exportação para o Japão. Tratava-se de um veículo totalmente de plástico, muito leve e de fácil transporte, cujos componentes eram fabricados em Inglaterra e montados na *Casa Hipólito*. Contudo, a

instabilidade da empresa, a falta de formação adequada e as orientações erráticas da Direcção fizeram gorar rapidamente o projecto. O mesmo se diga em relação ao carrinho de bebé. A fraca qualidade dos protótipos fabricados suscitou má reputação nos meios comerciais que não se interessaram por eles.

Uma reportagem do *Badaladas* na *C. Hipólito*

Foi em 24 de Agosto de 1990, da autoria de Manuel Candeias com fotos de João Camilo. Em duas páginas e meia, consistiu essencialmente na entrevista ao Eng^o Fausto Godinho Castela, Presidente do Conselho de Direcção da empresa. Face ao optimismo do jornalista – “hoje a Casa Hipólito está em franca recuperação” – o entrevistado traçou um quadro negro e realista, apoiado nos diagnósticos há muito feitos e por nós enunciados nas páginas anteriores:

A Empresa não está estruturada para entrar na Comunidade [Económica Europeia] porque se exige melhor organização interna e tecnologia actualizada. (...) Tem negócios e produtos demasiado diversificados, muitos dependem excessivamente da mão d’obra. (...) O pagamento da dívida acumulada com os prejuízos sofridos desde 1981 é incomportável. (...) O número de trabalhadores está 30% acima das necessidades. (...) Acreditamos ser possível a sua viabilização a 3 ou 4 anos de prazo. Não é possível efectuar milagres a curto prazo.”

A frase final era uma piedosa ilusão como o tempo veio a demonstrar.

A Comissão de Trabalhadores protestou, considerando que a entrevista foi “uma mentira do primeiro ao último parágrafo”. No entanto, na mesma nota de imprensa a C.T. traçou igualmente um quadro negro da empresa: “A Casa Hipólito atravessa actualmente o período mais crítico dos seus 88 anos de existência, ou seja, uma situação de immobilismo por falta de matéria-prima, para além das dificuldades estruturais”³¹³.

A destruição da *Casa do Comendador*



Figura 73 - A *Casa do Comendador*

António Hipólito, fundador da *Casa Hipólito*, mandou construir a sua casa junto da fábrica, no Largo do Terreirinho, nos anos 20 do século XX. Aí viveu com numerosa família até à data do seu falecimento, em 1954. Lá continuou a viúva e, depois do passamento desta, ainda albergou o fiel enfermeiro João até à sua morte.

Com a passagem de toda a actividade fabril para Arenes, nos anos 80, as instalações ficaram devolutas, tal como a casa. Situadas em pleno Centro Histórico de Torres Vedras, tornaram-se alvo de negócio – que se esperava rendoso - para a sobrevivência da fábrica. E o projecto apareceu, com o nome de *Jardins de Santiago*, da autoria do conceituado arquitecto torriense, Jorge Bonifácio. A ideia era construir ali um conjunto de edifícios de habitação e comércio. Contudo, o IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico desaprovou o projecto, bem como a autarquia, por ele não respeitar as condicionantes estipuladas no Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras. Não obstante, todo o conjunto fabril foi demolido e a sanha arrasadora não poupou a *Casa do Comendador* – como era conhecida a habitação do fundador da *Casa Hipólito*. O caso mereceu um protesto enérgico da Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras, publicado no jornal *Badaladas* de 27 de Junho de 1997. Com o título “Plano de destruição do centro histórico”, aquela associação relatava que “foi com a maior estupefacção que verificámos, no passado dia

³¹³ Cf. *Badaladas* de 19 de Outubro de 1990.

16, a demolição de um edifício situado no gaveto entre o Largo do Terreirinho e a Rua Dr. Aleixo Ferreira.” Mais adiante explicava a razão do pasmo:

Tal edifício, construído nos anos 20, possuía inegável interesse arquitectónico pelo seu sabor “arte nova”, visível no revestimento da fachada, em azulejos de cor roxa, no friso com desenho de ornamentação floral, assim como pelas peças escultóricas – já desaparecidas – simbolizando a indústria. Possuía também valor histórico dado tratar-se das primeiras instalações da Casa Hipólito, empresa que marcou, indelevelmente, toda a história económica de Torres Vedras, neste século.

A questão que se punha era saber quem havia autorizado tal disparate. Nunca se soube ao certo. O proprietário das antigas instalações fabris, interessado em limpar rapidamente a área, terá dado ordens ao operador da escavadora para trabalhar sem restrições e este, alheio às condicionantes legais, avançou. E não houve mais consequências.



Figura 74 - Demolição da Casa

Agonia final



Figura 75 - Casa Hipólito: o fim

As últimas imagens da vida da empresa mostram-nos a luta desesperada dos trabalhadores para manterem os seus postos de trabalho. Não podemos surpreender-nos com as queixas indiscriminadas, ouvidas nos plenários e nas manifestações, contra o Presidente da Câmara, o Primeiro-ministro António Guterres, o Governo e as políticas seguidas por ele. Tudo era reduzido à “falta de vontade política” que impedia que as colossais dívidas ao Estado, à Banca e aos fornecedores fossem apagadas ou, pelo menos, renegociadas. E exigia-se que os mais de 500 000 contos de dívidas aos trabalhadores fossem pagos no mais curto espaço de tempo. De facto, eles sentiam-se o elo mais fraco e, por isso, lutaram com denodo até ao fim. Os jornais locais acompanharam esses momentos, cientes de que estavam a documentar um acontecimento histórico para a cidade de Torres Vedras e para a região Oeste.

CAP. III – MEMÓRIAS DE QUEM TRABALHOU NA FÁBRICA

Porte-voix des dominé/e/s, l'histoire orale dans sa première mouture veut donner la parole à celles et ceux sur lesquels l'histoire a fait silence jusq' alors.

Michelle Zancarini-Fournel, *La mémoire de l'industrie.*



Figura 76 - Recolha de testemunhos orais

A falência da *Casa Hipólito* foi declarada em Abril de 1999. Naturalmente estão vivos muitos dos que lá trabalharam, já reformados ou ainda no activo. É nossa intenção recolher os testemunhos orais do maior número possível dos que estiveram na *CH* de modo a que se preservem as suas vivências e recordações, num *corpus* memorialístico do trabalho industrial. Tais memórias constituirão um acervo a integrar no futuro *Museu de Memórias do Trabalho do Concelho de Torres Vedras*, cuja proposta apresentaremos mais adiante. É uma tarefa de envergadura, a exigir a dedicação de uma equipa empenhada e organizada para o fim em vista.

O que aqui apresentamos é o embrião dessa recolha, um primeiro passo com os meios técnicos disponíveis e com limitações de tempo que mais não permitiram fazer. Recolhemos vinte depoimentos, num total de cerca de 40 horas de vídeo-gravação, procurando diversificar os testemunhos quanto às áreas em que trabalharam. A falta de espaço leva-nos a incluir apenas dez com alguns excertos do que disseram. São uma pequena amostra do que já se fez e do muito que há a fazer. Impôs-se esta opção pois de outro modo sobrecarregaríamos inoportunamente esta dissertação³¹⁴.

Parecem-nos frias, estas transcrições, sem o calor humano do timbre único de cada voz. Falta-lhes o sublinhado do olhar, dos gestos, da emoção contida. As lágrimas, os risos. A anedota, a alcunha engraçada, a recordação de um momento especial.

Consola-nos a certeza de que estes depoimentos vídeo-gravados estão protegidos, resguardados, como espólio do referido Museu. Mais tarde poderão ser vistos e sentidos por quem conheceu estas pessoas ou por quem pretende simplesmente saber o que foi a maior fábrica torriense pela voz dos que lá trabalharam.

³¹⁴Em futura edição noutra formato incluiremos os que aqui faltam: Mário Pedro Louro, Armando Firmo, António Reis Vieira, Henrique Mouro, Raul Baptista, Maria da Glória Silvestre, Fernando Passos Gonçalves, José Alberto Leiria, António Augusto Sales.



MARIA OLGA F. S. FERREIRA CUSTODINHO

Entrou na Casa Hipólito em Fevereiro de 1957, saiu em 1987. Organizou a área da exportação, onde sempre trabalhou.

[...] Como tenho o curso de correspondente em Línguas estrangeiras, fui contratada como técnica nessa área para tomar conta da Secção de Exportação, que mais tarde passou a Departamento. Já existia a actividade exportadora, com o Sr. Francisco Chaves, que preenchia os papéis e enviava para Lisboa, para o Despachante que tratava dos contactos com o estrangeiro. Quando eu entrei organizei o serviços e passei a tratar dessa correspondência directa com o estrangeiro. Havia um agente mundial em França, Marselha, chamado Armand Sitruk que era quem fazia os contactos internacionais. Inicialmente era ele quem fazia a ligação com todos os clientes mas depois, à medida que fui dominando os assuntos, passámos a ser nós a fazer o contacto directo com alguns países. No entanto, como havia um contracto, era reservada uma comissão de 2% para ele, assim como era sempre informado acerca dos nossos contactos. Não sei como é que ele começou a trabalhar com a CH, pois quando eu entrei já encontrei esta situação. Julgo que foi uma ligação feita pelo Sr. Vasco Parreira. Aliás, o Sr. Vasco P. foi quem iniciou toda a actividade exportadora em Portugal, ele tinha bons contactos. [...]



JOSÉ ANTÓNIO RAMALHO MARTINHO

Nascido na Ordasqueira (Concelho de Torres Vedras) em 26/11/1939. Entrou na Fábrica Hipólito em 4 de Janeiro de 1965. Trabalhou sobretudo na área administrativa - sistema Bédoux, computadores e tesouraria. Durante algum tempo teve responsabilidades na área vinícola.

[...] Comecei a trabalhar como apontador na secção de balancés. Ao fim de um mês ou dois passei para a “secção Bedaux”, que tratava da produtividade e atribuição de prémios, onde estive seis ou sete anos. Havia uma fórmula complexa para calcular esses

prémios. Eu tratava disso. A intenção era dar incentivo ao trabalhador mas na época as empresas – e a CH não foi exceção – subvertiam o sistema e atribuíam valores ridículos aos prémios.

No início da década de 70, veio o primeiro computador que também trabalhava com cartões, fazia cálculos. Esteve cá até 1975, quando mudámos os escritórios para Arenes. Um homem importante para a CH foi Erundino Laranjeira, analista e programador informático que foi contratado assim que veio a tabuladora. Trabalhei muito com ele.

As razões para a decadência da empresa, acho eu, é que os problemas vinham de há muito tempo. A CH vivia do passado. Nos anos mais recentes a Administração não foi capaz de renovar com novos produtos viáveis. Os que foram lançados - as bicicletas *Strida* e os carrinhos de bebé - foram asneiras enormes, serviram para gastar dinheiro sem proveito algum. Além disso, a CH tinha demasiado pessoal indirecto em comparação com os produtivos, muitos deles injustificados; isto era um problema de administração e foi o descalabro da CH. Não se podia despedir trabalhadores, a seguir ao 25 de Abril. Havia promoções por antiguidade que levavam trabalhadores a categorias para as quais não tinham competências, mas ganhavam o mesmo que os bons e mais aptos. Estes acabavam por sair para empresas que lhes pagavam mais. [...]



JOSÉ AUGUSTO CARVALHO

Nasceu em Torres Vedras em 1929. É popularmente conhecido por “Coelhinho”. Começou a trabalhar na Casa Hipólito com 13 anos, em Julho de 1943 – onde se manteve até 1993. Foi operário e encarregado da secção de “tornos de revolver”

[...] Fui nascido e criado na Rua de Trás do Açougue, ao pé da fábrica e da casa onde morava o António Hipólito velho. A fábrica nasceu ali perto, no espaço do quintal onde o Hipólito montou uma estrutura de ferro, com telhado e vidros, a ligar a casa dele à loja e ao escritório que dava para a R. Serpa Pinto. Aquilo não era grande mas estava bem feito. A minha mãe era muito conhecida, era a Ti Crespa e dava-se bem com o Hipólito. E então falou com o Ti Chico, o “Banda Só”, a dizer que eu queria ir trabalhar e se ele

podia dar uma fala ao Hipólito. Ele assim fez e eu fui com a minha mãe falar com o velho Hipólito. Não era um tipo alto, era assim de média estatura, gordo, com uma grande barriga. Olhou para mim e disse que eu tinha olho de esperto. Entrei no dia seguinte. O Hipólito velho já não trabalhava, estava lá no escritório. Eram os filhos: o António Hipólito Júnior, conhecido por “Espadarte”, o terror da fábrica...; o Alberto Hipólito, conhecido pelo “Linguixa”, que orientava os armazéns; o João Hipólito, o “Cachucho”, andava pela fábrica e a secção preferida dele era os “tornos revolver” – que faziam logo a peça toda ao contrário do torno mecânico que levava um tempo enorme; o José Hipólito foi sempre um menino de escritório, nunca andou na ferrugem. Trabalhei sempre nos “tornos revolver”. Primeiro na oficina que ficava por baixo da casa do Hipólito velho e depois no edifício grande ao lado da igreja. O João Hipólito, que foi sempre muito meu amigo, não quis que eu fosse para os balancés, era onde havia mais acidentes, havia lá tipos que tinham perdido os dedos nessas máquinas. Aprendi a trabalhar nos tornos e depois já vinham ter comigo para resolver problemas de fabrico de peças. Cheguei a fazer cinco mil, dez mil peças... para os pulverizadores. Aprendi com a experiência e com a ajuda do Alberto Ferreira, que era um professor. Para mim os problemas da *Casa Hipólito* começaram com a morte do Vasco Parreira, que era a trave central da empresa. Os engenheiros não percebiam nada, até me davam vontade de rir. Havia muita incompetência. [...]



ENGº VASCO ALBERTO HIPOLITO PARREIRA

Nascido em 22 /6/1937. Neto do fundador, pelo lado materno, filho de Vasco Parreira e de Elvira Hipólito. Trabalhou 23 anos na Casa Hipólito para onde entrou em Novembro de 1964. Foi gerente e administrador da empresa de onde saiu em 1983.

[...] O meu avô António Hipólito tomava as principais decisões na fábrica com o meu pai. Os meus tios tinham posições importantes na fábrica mas era ao nível do dia-a-dia. Era com o meu pai que o meu avô tinha mais ligação. Saíam os dois ao estrangeiro. O meu pai esteve sempre ligado à parte comercial, às exportações. Foi ele que começou o contacto com Cuba, através de uma empresa espanhola que já negociava com Cuba e a

certa altura aparece a querer cabeças [de fogareiro]. E nós fornecemos. O meu pai dava-se muito bem com a classe operária. Foi amigo do Cansado Gonçalves que foi Secretário-geral do PCP e de outros comunistas bem conhecidos de Torres Vedras, o Santana, o Perdigão. Colaborava com o *Socorro Vermelho*, para apoiar comunistas presos. O meu pai defendia que devia de haver liberdade de partidos, embora achasse que Salazar era um homem muito inteligente. Causas da decadência da CH? Quando o meu pai saiu da CH, depois da festa de homenagem em 1979, ainda lá ia durante um tempo mas já sem mandar. Um dia disse-me: ou tu arranjas um financiamento de 500 mil contos à borla ou então aquilo está tudo tramado. Pensei que conseguia arranjar aquele dinheiro, com a passagem da fábrica totalmente para Arenes – o que permitia a venda da parte velha fabril que valia muito dinheiro no centro de Torres Vedras, além do terreno da Malveira, que precisava de um plano de urbanização – que afinal a Câmara de Mafra nunca aprovou. A empresa estava com muitas dificuldades. Por exemplo, nós vendíamos 15 ou 16 prensas por ano, houve um ano que só vendemos duas. Em certa altura nós tínhamos o armazém cheio de material vinícola que já não se vendia. Grandes empresas que eram nossos clientes – a Portugal, a Termogal, a Produtos Estrela – faliram todas e nós tivemos prejuízos enormes por causa disso. Outra coisa que era má: quando pedíamos algum empréstimo aos bancos, o juro era 30% que era logo pago à cabeça [...]



CELESTINO ALVES NARCISO

Natural da Fonte Grada, T. Vedras, 68 anos. Entrou na Casa Hipólito em Julho de 1964, com 16 anos, como estagiário do Curso Industrial, Curso de Formação de Serralheiro. Mais tarde formou-se em Economia e passou para a área administrativa.

« [...] Estive na Casa Hipólito até ao seu fecho, em 1999. [...] Nunca estive directamente na produção. Depois do estágio o Eng^o Godinho pôs-me em trabalho de apoio à produção: aprovisionamento, planeamento, distribuição de trabalho. O Eng^o Godinho teve o grande mérito de introduzir métodos de organização do trabalho, parece que tinha estado em França e trazia conhecimentos nessa área.

Pode-se dizer que havia duas fábricas na *Casa Hipólito*: a Fábrica A, ao lado da Igreja de Santiago, da grande produção em série, milhares de peças e acessórios, das cabeças de

fogareiro, lanternas de estábulo e de incandescência, peças ligadas ao gás, como redutores, torneiras, etc. ; e a Fábrica B, já em Arenes a partir de 1964 / 65, em que se fabricavam equipamentos da área vinícola e, mais tarde, se chegou a fazer montagem completa de adegas nas instalações dos clientes. A *CH* tinha equipas de projectistas, desenhadores e até da construção civil.

[...] A nave industrial de Arenes já tinha sido projectada e construída com os requisitos modernos, verdadeiras linhas de montagem com maquinaria vinda da Fábrica A, mas também com máquinas novas – algumas vindas da Alemanha ou da Suíça, tudo projectado de forma actualizada. Eu conhecia todo o processo fabril, tinha de saber para poder distribuir correctamente os trabalhos.

[...] Havia os Armazéns Centrais da *Casa Hipólito* , na rua Cândido dos Reis – um pouco adiante de onde é hoje o Hospital Soerad – onde se fazia a expedição das mercadorias, onde estava também uma frota de camiões, que era gerida por um neto do Comendador, João Hipólito, filho de José Hipólito.

[...] Trabalhando e estudando, passei para a área dos “Métodos e Tempos / Orçamentos. Orçamentava as obras, como as adegas, por exemplo. Acabei por me licenciar em Economia, em 1981. Convidaram-me para a Contabilidade, chefiada por um homem muito competente, o Fernando Passos Gonçalves. Eu não sabia nada de contabilidade de empresa, só tinha estudado contabilidade nacional, mas adaptei-me bem. E eu que conhecia apenas a Fábrica B, tive acesso, pela primeira vez aos dados globais da empresa. Isso levou-me a fazer cálculos para determinar o Ponto Crítico de Vendas da *CH*. Este ponto é o valor zero de equilíbrio entre as vendas / receitas e as despesas. E cheguei à conclusão de que a *CH* estava muito mal. Os valores estavam sempre abaixo do ponto crítico, havia sempre prejuízos. Além disso, o serviço da dívida, no início dos anos 80, era pesadíssimo, o que me levou logo a concluir que o futuro da empresa era negro.

[...] Os custos fixos, caso dos salários, eram muito elevados. A estrutura de pessoal mostrava que os trabalhadores não directos – isto é, não ligados directamente à produção – eram quase 50% do total, uma enormidade. Por outro lado a empresa tinha uma característica: na área fabril era de mão-de-obra intensiva em detrimento de tecnologia mais produtiva. Quando foi necessário alterar isso, não havia capacidade de auto-financiamento para adquirir melhor tecnologia. Os prejuízos mensais dispararam.

[...]As dificuldades de tesouraria agravadas pelo serviço da dívida, a recusa dos fornecedores em venderem sem dinheiro na mão, os atrasos de pagamentos, as dívidas à

Segurança Social, os ordenados em atraso – foi isso tudo que levou ao plano de viabilização com um administrador judicial nomeado pelo Tribunal, em 1987. A falência chegou em 1999. Só por volta de 2005 foram pagos os ordenados em atraso mas cerca de 90% dos trabalhadores não receberam qualquer indemnização.

[...] Desde 1982 pertenci à Direcção do Grupo Desportivo e Recreativo da Casa Hipólito, que funcionou até ao fim. Em 1998 ainda fizemos a tradicional festa de Natal para os filhos dos trabalhadores. Curiosamente, nessas festas anuais nunca vi nenhum Administrador da C. Hipólito, o que é revelador. Não tinham ligação afectiva à empresa, até parecia que lá estavam só para sacar em proveito próprio.

[...] Por minha iniciativa, o espólio do Grupo Desportivo e Recreativo foi entregue ao Museu Municipal de Torres Vedras. Fora a Biblioteca, cujos livros estão na Associação de Reformados, esse espólio tem 457 ítems que fazem parte das memórias da Casa Hipólito.



ALBERTO MANUEL AVELINO

Nascido na Fonte Grada em 1940. Actualmente é Presidente da Assembleia Municipal de Torres Vedras, foi o primeiro presidente da Câmara Municipal eleito após o 25 de Abril, tendo posteriormente desempenhado as funções de deputado na Assembleia da República e de governador civil de Lisboa. Entrou na Casa Hipólito em Março de 1959.

Entrei na CH com o 5º ano incompleto (corresponde actualmente ao 9º ano) onde já trabalhavam duas irmãs e um irmão. Fui para uma secção nova, o “sistema Bédoux” que era um controle de quantidade, de produtividade. Era um sistema de prémios pela quantidade produzida, a partir de uma tabela de pontuação que era atribuída a cada trabalhador. Tinha sido adoptado na fábrica havia pouco tempo, o máximo dois anos antes. O encarregado era o sr. Leonel Francisco Franco. As minhas funções foram quase sempre nessa secção que funcionava no 1º andar, ao lado da sala de desenho, por cima da loja do alfaiate Carvalhosa – de tal maneira que se abrissemos a janela levávamos com o fumo dos ferros de engomar que as empregadas vinham agitar à rua.

[...] A CH evoluiu pela capacidade dos seus trabalhadores. Lembro-me de um alemão que esteve cá, o sr. Kreisler que trouxe bons hábitos de trabalho.

Realço alguns desenhadores, eram eles que projectavam o que depois ia para a parte fabril. Dou realce também aos encarregados das diferentes secções de que já falei. Lembro-me por exemplo do Adelino da Silva, encarregado da secção de cabeças, que era um autêntico engenheiro de ponta pelo modo com sabia tirar partido das máquinas e evitar acidentes.

[...] Alberto Ferreira era o grande chefe daquela casa, um dos mais antigos operários, conhecedor profundo de máquinas de alta tecnologia. Não tinha formação académica mas sabia transmitir conhecimentos, inclusivamente aos primeiros trabalhadores que foram aparecendo vindos de Escolas Técnicas de outras terras, até de muito longe, do Norte, de Seia... vinham para cá estagiar e alguns ficavam na empresa. A secção do Alberto Ferreira, de cunhos e cortantes, era de excelência.

[...] Além das secções de que já falei, refiro a das embalagens conhecida pela secção da menina Maria – uma senhora que faleceu há pouco tempo – muito exigente, um terror para muitos, homens e mulheres, mas sobretudo mulheres. A exigência era para que as embalagens fossem bem apresentadas.

[...] Nos anos 60, com o Fidel de Castro, há uma negociação de um milhão de cabeças para Cuba. Era uma cabeça especial que tinha uma manete para desentupir, que substituía o espevitador. Era a cabeça AS815S. Foram muitos meses a três turnos – 24 h por dia, para responder àquela encomenda.

[...] Saí em 1965. Mas ainda assisti a uma evolução extraordinária da empregabilidade de mulheres. A CH foi responsável por uma certa autonomização da mulher. Vinham muitas mulheres das aldeias próximas: Sarge, Louriceira, Varatojo, Paul, Fonte Grada... Vinham a pé. O horário normal era da 8 às 18h e ao Sáb das 8 às 12.

Doze anos depois de ter saído, em 1977, já como Presidente da Câmara vim a ter contacto frequente com a CH. Aí já havia sintomas da queda, já se anunciava.

O Sr. Vasco Parreira, *alma mater* da empresa, já tinha idade avançada. Devo referir também o sr. Henrique Sarmiento que foi uma pessoa extraordinária. Fazia a ligação entre a administração, os escritórios e os revendedores. Era um grande coordenador da componente comercial, foi o braço direito de Vasco Parreira. Ele depois foi para a *Fundição de Dois Portos* que trabalhou muito com a CH da qual ele já era sócio.

O primeiro grande problema da empresa foi a alteração das administrações. Os velhos protagonistas definham, entra gente nova, totalmente desconhedora do cenário da empresa. Depois há interesses que começam a manifestar-se: a Companhia Portuguesa do Cobre, principal fornecedora. Mas também alguns bancos, que terão introduzido

gestores para controlarem. E há um desfasamento entre os que vinham de fora e muitos trabalhadores da empresa.

Penso que houve um adormecimento da parte dos responsáveis. Deixaram de responder ou antecipar-se às novidades, caso do gás natural que estava a chegar, a *CH* poderia continuar a ser a grande referência no gás. Ainda havia lugar para a exportação dos produtos tradicionais mas deixou de haver capacidade de resposta.

[...] A *CH* teve uma enorme importância social. Pagava semanalmente. Numa zona rural – quando cheguei à Câmara em 1977, Torres Vedras era um concelho de 3ª Rural – já se pode ver a ambiência da época. Era um mundo agrícola, ganhava-se à jorna e era quando havia trabalho. A *CH* - e também a *F.A.S.* (Francisco António da Silva) - deram um enorme incremento económico às classes trabalhadoras. Havia a Segurança Social, por exemplo, a que de outro modo não teriam acesso. Por isso a queda da *CH* foi um drama social e económico para Torres Vedras, sem dúvida. Só não foi pior porque surgiu a *Frismague* que incorporou uma quantidade significativa de operários especializados da *CH*, e mais tarde da *F.A.S.*



ANTÓNIO CUSTÓDIO ROCHA

Nasceu em Peniche em 1929 mas veio para Torres Vedras com dois anos onde cresceu com os avós. Entrou na Casa Hipólito em Maio de 1946.

Entrei na Casa Hipólito com 17 anos porque não queria ser pesado ao meu avô (o conhecido António “Peixeiro”) e saí em 1998, um ano antes da falência. Tirei um curso na Escola Industrial e queria começar a trabalhar. Quem me ajudou a ir para lá foi o Quim Mendes que era meu primo e era gerente bancário. Dava-se bem com o António Hipólito Júnior.

[...] A minha memória já está muito fraca e falar destas coisas, daquela empresa, causa-me muita comoção. Pensar o que aquilo foi...A minha cabeça já não me ajuda.

[...] Entrei para a parte dos escritórios e comecei a organizar os arquivos que estavam numa miséria. Trabalhei nisso com o Sá (conhecido pelo “Sàzinho”) e o Manuel Pereira, pusemos em ordem os caixotes dos documentos. Para ir para o escritório entrava-

se pela porta da loja e depois havia uma escada que dava para os dois andares superiores. O velho Sarmiento, chefe do escritório, ajudou-me muito nessa altura. Foi uma pessoa muito importante naquela empresa. Quando houve uma reorganização dos serviços, o Manuel Pereira ficou na área do pessoal, eu fiquei com o sector das compras e mais tarde também estive nas vendas, o Sá na contabilidade. O meu trabalho era muito difícil, eu tinha de responder a todas as solicitações, centenas de artigos a comprar e na altura não havia computadores. Mas tinha grande força de vontade. Muitas vezes levantava-me às quatro da manhã para ir ao Porto fazer compras de matéria-prima e quando os engenheiros chegavam à fábrica eu já lá estava, já tinha feito a viagem. E na altura não havia auto-estradas. Eu conhecia bem todos os fornecedores, conseguia comprar em boas condições.

[...] Fui a muitas feiras internacionais com o Sr. Vasco Parreira, para ver máquinas e comprar. Eu conhecia toda a fábrica, tinha de combinar as coisas com os chefes de secção. Lembro-me de muitos deles: o Alberto Ferreira, o Barrela, o Carlos Mota... As compras de maior valor passavam sempre pelo Sr. Vasco Parreira. Fazíamos reuniões para decidir, o importante era trabalhar, chegar ao fim, atingir os objectivos. Era uma alegria trabalhar assim.

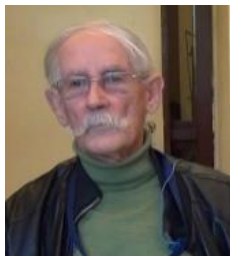
[...] Fui fundador do *Grupo Desportivo e Recreativo*, eu, o Mota, o Manuel Pereira, o Desidério, o Antunes e muitos mais. Fui ao torneio organizado pelo Sporting, por iniciativa do Zé Féria que estava lá no ciclismo e do Evaristo Silva, do atletismo, que era o nosso treinador. Apresentámos 13 ou 14 atletas no atletismo. O Zé Féria inscreveu-se no lançamento do peso e ia treinar para o largo da estação, com uns pedregulhos que lá havia a fazer de balizas onde a miudagem jogava à bola. Ficámos em 2º lugar, veio a reportagem no *Mundo Desportivo*.

[...] Porque é que a Casa Hipólito acabou? Para mim é muito difícil falar nisso. Houve diversos factores... Tínhamos bons equipamentos mas não eram eternos e havia falta de dinheiro para a renovação. Em certa altura havia trabalhadores a mais, iam entrando, se havia familiares lá dentro pedia-se para entrar mais um...

[...] No final chorei muita lágrima... trabalhei lá muito, não tinha horários, estava sempre na Fábrica, mesmo quando ela foi para Arenas.

[...] Gostei muito da Exposição (no dia 19 de Setembro de 2015), dei um grande abraço aos amigos que já não via há muito tempo... ao Vasco Parreira (filho) que é mais novo que eu 8 anos...

[...] Foram muitos anos de trabalho naquela casa, marcaram-me muito. Este trabalho que o Moedas está a fazer é muito importante para os mais novos saberem. Fico muito grato.



LUÍS CORREIA FORTES

Nasceu em Vila Franca de Xira em 1928. Tirou o Curso de Mecânica da Escola Técnica Industrial Afonso Domingues em Lisboa – o que lhe abriu as portas da Casa Hipólito, onde entrou em Agosto de 1952.

[...] Deixei a Austin, onde tinha trabalhado quase três anos, e vim para Torres, trabalhar com a tal máquina. Era uma fresadora / pantógrafo. Em Portugal não havia nada daquilo. Fazia moldes e cunhos e mais coisas. Reproduzia peças em tamanho variável, podia aumentar ou diminuir a partir do original – através de um processo complexo com materiais próprios para fazer o molde inicial a partir do qual se faziam as peças definitivas. Quando eu cheguei, a máquina ainda estava em fase de montagem e estava-se à espera de um técnico alemão que vinha dar instruções de manuseamento. Fui trabalhar para a secção de cunhos e cortantes, de Alberto Ferreira, um homem que eu considerava uma sumidade.

[...] Trabalhei na tal máquina onde se faziam, por exemplo, os cunhos das grelhas e das cabeças do fogão a petróleo, dos acessórios para os pulverizadores, das torneiras das garrafas Cidla, dos redutores de gás, etc. Estive lá três anos. Em 1955 saí da Casa Hipólito mas regressei em 1962. Fui para a secção de montagem de componentes de fabrico para gás e água: torneiras, fluxómetros, redutores, etc. Primeiro como chefe de equipa e, pouco depois, como encarregado / chefe de secção. [...] Esta secção localizava-se nos chamados Pavilhões – havia três – que davam para a rua dos Cavaleiros da Espora Dourada e para a rua por trás dessa.

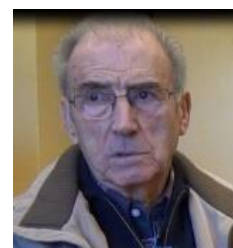
[...] Quando cheguei pela primeira vez à *C. Hipólito*, já cá estava um desenhador chamado José Carlos, que eu já conhecia. [...] Foi ele quem fez o símbolo tão conhecido da empresa: um cavalo-marinho num círculo.

[...] Em 1973 passei para a área da segurança no trabalho. Por volta de 1963 eu já tinha visto morrer junto de mim um operário, vítima de uma explosão num depósito de gás.

Continuava a haver muitos acidentes de trabalho e eu mostrava muita preocupação com isso. A Comissão de Trabalhadores veio ter comigo para eu tratar disso junto da administração, a qual se mostrou receptiva.

[...] Sobre a falência da *Casa Hipólito*, isso levava-nos muito longe. Houve muitos factores. A seguir ao 25 de Abril houve necessidade de melhorar as condições de trabalho, naturalmente. A empresa já não estava bem e a coisa agravou-se com o radicalismo de alguns. Inclusivamente, cercaram a casa do Sr. Vasco Parreira, em Vale de Lobos, fizeram tanta pressão que ele teve de fugir para Madrid. Mas depois, quando foi preciso pagar ordenados, o Banco só aceitava levantamentos com a assinatura do Administrador. Então, lá foi uma delegação a Madrid para que o Sr. Vasco Parreira voltasse. Foram episódios mas as questões eram mais profundas. Por exemplo, os credores, com a Companhia Portuguesa do Cobre à cabeça, impuseram um Administrador judicial que era um cadastrado, como se veio a provar com documentos. Sacaram o que puderam. A empresa foi ficando cada vez pior.

[...] Do meu trabalho na Casa Hipólito fui guardando documentos, fotos e catálogos que são recordações para mim muito afectuosas. Dada a minha provecta idade, tenho todo o gosto em doá-los ao nosso Museu Municipal, através do Moedas Duarte que está a fazer este trabalho importante. Talvez possam servir no estudo do que foi aquela empresa e para que a sua memória não se perca.



LEONEL FRANCISCO FRANCO

Natural da Ribaldeira, concelho de Torres Vedras, onde nasceu em 1928. Entrou na Casa Hipólito em Setembro de 1958 onde esteve até 1994.

Trabalhei inicialmente na Marinha Mercante pois tinha o Curso de Oficial de Máquinas. Já cansado da vida no mar, sempre longe da família, concorri a uma vaga na *Casa Hipólito* e entrei para uma secção que havia sido criada há pouco, o controlo de tempos pelo “sistema Bedaux”. Fiz um curso sobre isso. O sistema permitia racionalizar os tempos de trabalho dos operários. Os operários adaptaram-se bem ao sistema. O problema foi que ele deixou de ser vantajoso para eles pois não compensava monetariamente o esforço pelo aumento de peças produzidas. Claro que houve vantagens

na produção, na quantificação. A secção de Métodos e Tempos, que chefiei, foi a herdeira do “sistema Bedaux”. Os cálculos, complicados, eram todos feitos à mão, com a régua de cálculo.

[...] Na altura estava na fábrica um alemão, o Sr. Kreisler, era um chefe de oficina muito competente. Ainda esteve lá uns anos. Dirigiu a parte fabril embora não fosse director fabril, cargo que nessa altura ainda não existia e que foi ocupado pelo Eng.º Lobato, que substituiu o tal alemão. Foi o primeiro engenheiro a entrar na *CH*. [Álvaro Oliveira Lobato, entrou em Julho de 1961].

[...] Mais tarde formou-se a secção de Planeamento e Controlo de Produção, que também dirigi. Mas primeiro foi feita, por uma empresa especializada de Lisboa, a codificação de todos os produtos da *CH*. Tinha de se fazer uma folha de operações para cada produto. A partir de uma encomenda do departamento comercial, tinha de se calcular tudo o que era necessário para o seu fabrico: matérias-primas, tempos de fabrico de cada componente e do total, “famílias de máquinas” – as que entravam no fabrico daquele produto, em termos de “centros de custos”. Chegaram a trabalhar comigo 30 pessoas. Mais tarde isso permitiu a informatização, um trabalho feito sob a direcção de Erundino Santos Laranjeira [entrou na *CH* em Março de 1967], um homem que foi muito importante na *CH* por causa desse trabalho.

[...] A partir de 1948 a Fundação de Dois Portos veio para Torres Vedras e a *CH* trabalhou muito com essa empresa – para onde foi o Sr. Sarmiento e que tinha como sócios pessoas da família Hipólito. Começámos a fabricar as molas *Punc* – equipamento de portas de r/c - sob licença de uma firma francesa, que precisavam de uma caixa metálica que era feita na Fundação de Dois Portos. Criou-se uma secção da fábrica A só para essas molas.

[...] A minha visão sobre a falência da *CH* é a seguinte: quando eu entrei havia à volta de 300 pessoas a trabalharem lá; em 1985 eram 1 200. Era mais fácil admitir trabalhadores do que comprar novas máquinas, essa era a visão dos mais altos responsáveis. Quando se dá o 25 de Abril a *CH* já tinha mais de 1 000 trabalhadores. Os ordenados que eram baixos aumentaram muito e já não era possível despedir.

[...] Veja-se que, já nos anos 70, os alemães cederam-nos o fabrico do Petromax porque só um país com mão-de-obra barata podia fabricá-los sem prejuízo. Por isso eles se desinteressaram mas recebiam *royalties* por cada um que fabricávamos. A *CH* nunca deveria ter-se metido na Petromax, fê-lo por causa da marca. Mas antes já fabricava as lanternas de incandescência que eram semelhantes às Petromax.

[...] Com os esquentadores foi o mesmo, havia uma quantidade enorme de gente a trabalhar neles, era impossível darem lucro.

[...] No final dos anos 80 houve uma grande encomenda de *Petromaxes* para Angola. Fizemos uma sub-contratação com os chineses para fazerem a armação superior. Mas quando cá chegaram verificou-se que não tinham qualidade, partiam-se logo.

[...] A falência, segundo o meu entender, deveu-se a todos estes factores.



MARIA CACILDA SEIÇA TRAVASSOS

Natural de Tentúgal, onde nasceu em 1951. Veio com 12 anos para Matacães – Torres Vedras, onde o pai começou a trabalhar na Quinta do Juncal como hortelão. Entrou na Casa Hipólito em Novembro de 1968.

Eu trabalhava no campo e houve uma pessoa amiga que me disse que aquilo não era futuro para mim e que havia a grande *Casa Hipólito*, onde toda a gente sonhava trabalhar e que tinha lá um irmão, se eu quisesse ele arranjava maneira de eu entrar. Vim à secção de pessoal, falei com o Sr. Manuel Pereira, e entrei. O meu primeiro trabalho foi na Fábrica A, no segundo andar, a limpar fogões, em que a encarregada era uma senhora chamada Maria. Os fogões eram lá montados e limpos. Usávamos diluente e um pó chamado “cré”, que ainda hoje se usa. Os fogões ficavam a brilhar, eram metidos em caixas e dali saíam para os clientes. Nessa secção só havia mulheres e dois homens – o servente e o apontador (que registava o trabalho feito por cada operária). Na secção ao lado, de pintura, só havia homens, uma outra em frente já era mista. A Sr^a Maria era muito rígida, colocava-nos distantes umas das outras para não conversarmos. Eu achei tudo aquilo muito estranho, a fábrica era enorme, muito diferente do que eu estava habituada.

[...] De Matacães, onde eu morava com os meus pais, até Torres Vedras, são uns seis quilómetros e eu fazia-os a pé. A minha mãe dava-me dinheiro para a viagem de regresso mas eu gastava-o para ir ao café com as minhas amigas, era o preço de um bolo e depois voltava a pé para casa. Os caminhos nessa altura eram maus e havia poucos carros. Mas para nós era tudo uma festa.

[...] Para mim foi muito bom entrar na *CH*, eu ganhava 12\$00 por dia no campo e lá fui ganhar 22\$00. No campo trabalhava de sol a sol, chegavam a ser 12 horas diárias. Na fábrica o horário era muito diferente, das 8 h. às 18,36 h. Trabalhávamos debaixo de telha e era bem pago. Recebíamos quinzenalmente. Para mim foi uma surpresa receber o subsídio de Natal, claro que foi em proporção aos poucos dias que tinha trabalhado pois entrara em Novembro mas eu, que não esperava nada, fui para casa muito contente.

[...] Com o tempo fui vendo que as condições de trabalho também não eram as melhores. No Inverno, nas novas instalações de Arenes para onde mudámos em 1976, [a área vinícola já lá estava há alguns anos] as mãos chegavam a adormecer com o frio, os encarregados tinham de acender fogueiras para aquecer o ambiente.

[...] Em Arenes fui trabalhar na montagem e limpeza dos *Petromaxes* mas se era chamada para outros trabalhos, eu ia. A minha categoria profissional era “montadora de peças” mas fazia qualquer trabalho que fosse preciso, como embalar peças, etc.

[...] Apercebi-me das dificuldades da empresa quando os ordenados começaram a andar atrasados. E foi de mal a pior quando os velhos donos deixaram de trabalhar e os novos achavam que eram ricos e já não precisavam da fábrica. Vieram administradores de fora mas só com o interesse de ganhar o deles, não trabalhavam, vinham só de visita, como nós dizíamos quando eles apareciam. Ainda havia encomendas boas mas aquilo era mal gerido. Deviam de ter negociado com muitos trabalhadores que já não tinham trabalho mas que se mantinham lá a ganhar bons ordenados.

[...] Ainda trabalhei nas bicicletas *Strida*, o chefe era o Armando Firmo, que foi um homem de valor que tentou segurar a fábrica, lutou muito mas não conseguiu, os “grandes” que tinham “canudos” de estudos não faziam nada. Os carrinhos de bebé foram a seguir, para aproveitar o material das bicicletas, mas não resultou, não tinham qualidade. Na parte final houve muita gente a ganhar com a venda de sucata.

[...] Trabalhei na *CH* até ela fechar, em 1999. Um dia chegámos lá e havia um cadeado no portão com um papel a explicar. Não pudemos entrar lá mais, ainda hoje me custa falar disso. [lágrimas] Foram mais de trinta anos de trabalho. Custou muito. No fim só recebemos uma pequena parte do que nos deviam, não recebemos nem os subsídios nem indemnizações.



ABÍLIO SANTOS

Poeta popular e observador atento, vaza nos seus versos uma visão jocosa e crítica da comunidade onde vive há muitos anos e onde trabalhou como enfermeiro. Assim viu a Casa Hipólito quando esta entrou em crise, estava-se em finais dos anos 80. Os zangões tomaram conta da colmeia...

A COLMEIA ZANGANEIRA...

(À memória duma fabulosa Firma da nossa Praça,
CASA HIPÓLITO)

Outrora, num passado inda recente,
Existiu nesta Vila (industrial),
Uma grande “colmeia” de metal
Que produzia “mel”... p’ra muita gente!

Contudo, pouco a pouco, lentamente,
Essa dita “colmeia” colossal,
Ficou sem “operárias”...e, o Mal,
Invadiu a “colmeia”...finalmente.

Porém, no entender d’Apicultores,
Não foi por escassez de sol e flores
Que a “colmeia” morreu, no meio dos prados...

...Foi só por mera culpa das asneiras
Da “Rainha” – que, em vez d’ovos d’obreiras! –
Pôs ovos de “zangões” esfomeados (!)...

CAP. IV – PROJECTO PARA UM MUSEU DE MEMÓRIAS DO TRABALHO EM TORRES VEDRAS

O património cultural e os objectos que o integram, além do seu valor simbólico, identitário, de alicerce da memória, documental e pedagógico, apresentam ainda uma importância social e económica digna de consideração. Consequentemente, longe de constituírem um fardo, devem ser encaradas como um benefício e uma mais-valia, na sociedade da informação e do conhecimento que integramos, neste século XXI.

J. Amado Mendes, *Museus e Educação*

1. Preservação das memórias da *Casa Hipólito*

Aqui chegados, impõe-se concretizar uma aspiração que vimos muitas vezes referida nos múltiplos contactos efectuados para a elaboração deste trabalho: garantir a preservação material dos testemunhos que restam da vida da que foi a mais importante unidade industrial torriense. Ao longo das páginas precedentes, assistimos ao nascimento, crescimento e maturidade do sonho de um homem que de latoeiro de folha branca chegou a grande industrial da metalo-mecânica. Sonho tornado real pela tenacidade e persistência, transformado em pão para subsistência de milhares que dele viveram. Torres Vedras, pacata vila de região rural, tornou-se famoso pólo industrial de apoio à vitivinícola graças ao sonho de António Hipólito³¹⁵. Uma idade de ouro que se esbateu, afinal, na impiedosa evolução que da vida leva à morte, reduzida à memória nostálgica dum tempo sem retorno.

Contudo, as sociedades tentam lidar com as perdas, tornadas feridas no tecido social. Para elas procuram pontos de sutura que minimizem o estrago e o desgosto. Conservam, preservam, mostram. A este propósito, diz Marc Guillaume:³¹⁶

Esta vontade de conservar exprime muito mais do que uma simples nostalgia do passado. Ela participa de um verdadeiro trabalho de luto relativamente a um mundo em irreversível desaparecimento. A nós não nos resta senão resignarmo-nos ao facto de os objectos, após nos terem cercado por todo o lado no dia-a-dia, se escaparem e se desvanecerem, atacados por uma infinita obsolescência ou dispersos nas vitrinas dos museus.

É certo que o mesmo autor desmonta, logo de seguida, esta obsessão pela preservação do património, da qual o Estado se apropriou no que ele considera “subtil forma de paternalismo”, “uma arte de apascentar o rebanho humano, hoje disperso e reconduzido ao campo tranquilizante de uma ficção: a de uma sociedade supostamente capaz de,

³¹⁵ ...mas também, é justo dizê-lo, de Francisco António da Silva ou Francisco Damião, entre outros que o imitaram.

³¹⁶ Marc Guillaume – *A política do património*, Campo das Letras, Porto, 2003, pp. 39-40.

melhor do que as outras, conciliar a continuidade com a mudança, a conservação com a criação”³¹⁷. No entanto, reconhece que “não é possível uma oposição a esta política. A sua força vem do facto de se alimentar de todos os lutos, de todas as nostalgias geradas por um mundo em desaparecimento, que já não garante um mínimo vital de simbolicidade”³¹⁸.

Invocámos este autor – exemplificativo de uma certa forma de olhar a preservação do património³¹⁹ - porque nos parece ouvir já as vozes dos que, mais uma vez, se insurgirão contra o que consideram “culto obsessivo pelo passado”. Perante tais reservas, afirmamos claramente a necessidade e a oportunidade de criar um espaço destinado à musealização dos vestígios materiais da *Casa Hipólito*. Esse é o ponto central da nossa proposta - a enquadrar num projecto mais amplo, o da preservação das *memórias do trabalho no concelho de Torres Vedras*.

Todavia, deixaremos para o final deste capítulo os aspectos práticos da sua concretização pois nos parece necessária uma reflexão prévia sobre o passado e o presente da actividade museológica entre nós. Perdoe-se-nos o propósito que esperamos seja entendido como honesto e humilde esforço para a renovação de um sector cultural de magna importância. Por outro lado, uma proposta como a que avançamos carece de uma contextualização que a suporte e ajude a justificar.

2. Práticas museológicas em Torres Vedras

Na terceira década do século XX Torres Vedras entrou na era da preservação material da memória com a criação do seu Museu Municipal. Essa passagem deveu-se a alguém que marcou a vida cultural torriense: Rafael Salinas Calado. Concretizando uma antiga aspiração das elites torrienses, foi ele o obreiro do Museu Municipal de Torres Vedras, cujo projecto de regulamento foi aprovado pelo executivo camarário em 21 de Junho de 1929³²⁰. O Museu veio a abrir as suas portas em 1930 na sala da Irmandade dos Clérigos Pobres, anexa à Igreja de S. Pedro. Para a recolha de peças, o fundador recorreu

³¹⁷Marc Guillaume – *A política do património...*, p.41

³¹⁸ *Idem*, p.42.

³¹⁹ Nesta linha, Françoise Choay, no seu já clássico *Alegoria do Património*, [Ed. 70, Lisboa, 2013] chega a “interpretar o culto patrimonial como síndrome narcísico”, em que as sociedades se autocontemplam na espessura simbólica do património edificado do passado e parecem relegar para segundo plano a “competência de edificar” no presente. P. 253 e segts.

³²⁰ Cf. Venerando de Matos - *Vedrografias*, Blogue sobre História Local de Torres Vedras: http://vedrografias2.blogspot.pt/2009/06/no-80-aniversario-do-museu-municipal_21.html [Cons. 17 Julho 2016].

às pessoas influentes da vila, caso do pároco - Padre Pio Sobreiro - ou de José da Cunha Santos Bernardes, descendente dos Morgados da Maceira; ou os prestigiados médicos Dr. Afonso Vilela e José de Bastos, bem como Álvaro e Mário Galvão. O executivo camarário associou-se e providenciou a cedência de peças entre as quais se destacava o precioso Foral de D. Manuel. Ficavam assim, expostos ao público, além daquele, variados espécimes de grande valor que ainda hoje fazem parte do acervo do Museu. Pela observação do espólio descrito podemos inferir que a concepção museológica subjacente a esta primeira fase do Museu Municipal era a de mostrar ao público visitante alguns objectos de Arte, ou peças com significado histórico local, consideradas de grande qualidade memorial ou artística, uma orientação ainda eivada do espírito do século XIX. O Museu era um templo de Arte e de História, um espaço consagrado à perenidade de testemunhos materiais carregados de grande valor simbólico, expostos e justapostos como *objectos em si* e que, embora identificados, apareciam desligados de um contexto histórico bem explícito.

Sublinhe-se que no texto memorial de Salinas Calado que nos guia nesta visita ao passado museológico torriense, há um pormenor significativo: é a referência à organização de um *Grupo dos Amigos do Museu*, cujas quotas mensais, aliadas a um subsídio camarário, “permitiram bastantes aquisições”, o que, “com as ofertas de particulares foi aumentando o recheio do pequeno museu, precursor do Grande Museu que Torres um dia pode realizar”³²¹. Esta interacção entre a população e o Museu, em Torres Vedras nos anos 30 do século passado, pode ser encarada como expressão pioneira do que, muitos anos depois – em 2004 - a Lei-quadro dos Museus Portugueses veio a reconhecer como um dos “Princípios da política museológica”, insertos no Art.º 2º daquela lei: a participação dos cidadãos na “salvaguarda, enriquecimento e divulgação” dos museus.³²²

Entretanto, em 1944, a exiguidade do espaço inicial impôs que o Museu Municipal fosse transferido para uma sala no antigo Hospital da Misericórdia, na Rua Serpa Pinto. O aumento exponencial do seu espólio implicou a progressiva ampliação do Museu que, em 1970, já ocupava oito salas distribuídas pelos dois pisos, onde os espaços se organizavam de acordo com a tipologia das peças. Já director – foi-o entre 1969 e a sua morte, em 1992 - Leonel Trindade reorganizou o Museu, dentro dos parâmetros comuns

³²¹ Rafael Salinas Calado - Torres Vedras e o seu Museu Municipal. In: *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, II Série, nº 16, Lisboa, 1947, p.366.

³²² Trata-se da Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto.

à época, embora não praticasse os procedimentos museológicos hoje considerados imprescindíveis a uma correcta gestão³²³, caso da inventariação sistemática de peças ou a realização de iniciativas de promoção ou divulgação do Museu. Reconheça-se, no entanto, que a sua acção foi de elevado mérito científico no que respeita à investigação arqueológica, actividade em que granjeou prestígio nacional e internacional. Homenageado em vida, em 1997 o seu nome foi proposto para designar o Museu Municipal, o que veio a suceder por decisão camarária.

Entretanto, em 1989, por manifesta desadequação das instalações ocupadas, o Museu já havia sido de novo transferido, agora para o piso térreo do Convento da Graça, mantendo a exposição permanente, inaugurada em 1992, e dispondo de um novo regulamento. Respeitava-se a ordenação cronológica e garantia-se uma orientação didáctica, a pensar nas escolas que passaram a contar com um serviço de apoio específico.

Já neste século o Museu sofreu novas alterações, resultantes de mudanças de uso do edifício do Convento cujo piso superior foi liberto do organismo de planeamento técnico autárquico – o GAT – e passou a ser utilizado como espaço de serviços adstritos ao Museu. Alterou-se, também, a orientação expositiva. O grande núcleo arqueológico resultante do labor de Leonel Trindade e de muitos outros investigadores, que projectara o Museu como referência nessa área, foi retirado, dando lugar a exposições temporárias de diversa índole. É certo que algumas retomaram o tema da arqueologia com base nas numerosas campanhas de escavações no Castro do Zambujal – e fizeram-no com grande qualidade - mas a exposição permanente acabou, com prejuízo, em nosso entender, do alcance pedagógico-didáctico que tão útil era para as escolas.

Significativamente, desde o final da década de 50, a designação apresentada ao Instituto Nacional de Estatística na obrigatória entrega anual de informações era Museu de História, Arqueologia e Pré-História, a qual foi sofrendo alterações, naturalmente, mas sempre apontando para uma grande multiplicidade de núcleos expositivos. Em 1992, o Regulamento Interno então aprovado pela Câmara Municipal estabelecia que “o Museu Municipal de Torres Vedras é um Museu de Arqueologia e História, que se destina a contribuir para o estudo das origens e evolução histórica do Homem, na região, através da recolha, estudo e exposição de objectos arqueológicos, históricos, etnográficos e artísticos”.

³²³ Cf. Isabel de Luna – *Públicos do museu municipal Leonel Trindade: tratamento e análise de fontes administrativas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, [Edição PDF facultada pela autora]. Mestrado de Museologia: Conteúdos Expositivos, Orientação do Prof. José Soares Neves, 2009, p.3.

3. Presente de ambiguidades, futuro de possibilidades

Tanto quanto sabemos, aquele Regulamento Interno mantém-se em vigor e a designação do Museu está de acordo com as informações divulgadas ao público. Veja-se o *site* da Câmara Municipal de Torres Vedras:

O Museu Municipal Leonel Trindade assume-se como um museu de Arqueologia e História, destinado ao estudo das origens e evolução histórica do Homem no Concelho de Torres Vedras. O Museu tem como missão a interpretação, preservação e divulgação do passado, das vivências e tradições locais, aliadas a uma componente educativa e de lazer, para fruição das gerações do presente e do futuro. O Museu Municipal Leonel Trindade pretende ser uma instituição ativa na procura, recolha, documentação e preservação da História de Torres Vedras, bem como no registo e difusão do seu património e memórias. Este objetivo é alcançado na exposição permanente do Museu e em exposições temporárias, a organizar em sintonia com outras atividades³²⁴.

Este Museu integra-se na Rede Portuguesa de Museus e na Rota dos Museus do Oeste em cujos *sites* os textos descritivos são semelhantes ao que vimos atrás.

Parece-nos descortinar uma certa desadequação dos conteúdos expostos com a descrição oficial a que vimos fazendo referência. Entre o que se anuncia via *internet*, por exemplo, e o que se pode visitar, há alguma distância. Bem sabemos que a museologia é hoje uma área fluida onde são difíceis os consensos por parte dos decisores como lembra Mário Moutinho:

Como eram tranquilos os tempos em que sabíamos o que era Museu e o que não era. (...) Eram museus tranquilos, sem problemas que não fossem os de guardar, conservar e documentar. Quando narrativa existia, ela era sustentada no óbvio e no discurso da ideologia oficial.³²⁵

Porém, julgamos que certas fragilidades do MMLT não se devem a uma natural divergência de concepções mas a causas mais profundas e de carácter estrutural que analisaremos mais adiante.

Por ora, é justo salientar que o MMLT tem aspectos de funcionamento que consideramos positivos. É o caso dos serviços prestados à comunidade local ou aos visitantes: visitas guiadas ao próprio Museu, ao centro histórico da cidade, aos monumentos ou até ao restante concelho; serviço educativo destinado sobretudo à população escolar; e a interacção com associações não lucrativas ou entidades privadas

³²⁴ Cf. *sítio* da Câmara Municipal de Torres Vedras em: <http://www.cm-tvedras.pt/cultura/museu-municipal/enquadramento-museu/> [Cons. 20 de Julho 2014].

³²⁵ Mário Moutinho – A memória também está em crise. In: *MUSEUS EM REDE – Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, nº 38, Janº de 2011, em: http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/museus_e_monumentos/boletins_rpm/rpm-boletim_n38.pdf [Cons. 18 Julho 2014]

em eventos como as Jornadas Europeias do Património, o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, dias festivos locais, etc. É o caso, também, da biblioteca especializada, que está em fase de catalogação.

No entanto, a análise ao funcionamento do MMLT é apenas uma parte da oferta museológica em Torres Vedras. Impõe-se uma referência mais geral à política autárquica que tem sido seguida neste domínio³²⁶. De facto, o MMLT é o núcleo forte dessa oferta mas, paralelamente, têm vindo a público notícias de projectos museológicos que se apresentam de forma algo desconexa. Em nossa opinião, era desejável que as hipóteses teóricas ou os anteprojectos com desenhos já feitos e apresentados publicamente, pudessem ter sido apreciados e discutidos pela comunidade local³²⁷. Vejam-se os futuros Centro de Artes do Carnaval (CAC), o Museu Joaquim Agostinho (MJA) ou o Museu do Brinquedo. Sobre eles, a imprensa local tem publicado regularmente notícias e a própria Câmara Municipal tem facultado informações avulsas. Não querendo fazer juízos de valor sobre estes aspectos da realidade museológica de Torres Vedras, limitamo-nos a verificar que eles traduzem um notório alheamento do espírito da Lei-quadro dos Museus Portugueses, nomeadamente os que se explicitam no Art.º 2º (Princípios da política museológica) e no Art.º 47º (Estruturas associativas e voluntariado) – princípios que incitam à motivação dos cidadãos, individualmente ou através das suas associações³²⁸, para que participem nas decisões sobre a política museológica do município.

Na nossa perspectiva, o panorama actual da oferta museológica na cidade de Torres Vedras aconselha algumas medidas correctivas urgentes. Por um lado, a necessidade de encontrar soluções para as limitações flagrantes do espaço museológico central que é o MMLT; por outro, a resposta coerente e articulada às *solicitações de novidade* que têm surgido no decorrer da evolução natural da cidade, resultantes da intensificação das práticas culturais. Dito de outro modo: à necessidade de repensar o papel do MMLT dentro das limitações de que padece - espaço físico e em degradação, bem como falta de recursos financeiros para obras de remodelação – junta-se a de reflectir sobre a criação de espaços museológicos que respondam a novas necessidades sociais e

³²⁶ Na cidade de Torres Vedras não há espaços museológicos privados. O que existe e os que se prevê que venham a ser criados são de iniciativa autárquica.

³²⁷ Foi o caso do *Centro Interpretativo das Linhas de Torres Vedras* apresentado como a grande e revolucionária ideia que lançaria Torres Vedras no mapa dos grandes edifícios museográficos, na linha de um *Guggenheim* de Bilbao – os arquitectos do anteprojecto até ganharam um prémio internacional... - numa proposta que nunca foi discutida com ninguém, nem sequer com a *Comissão Executiva das Comemorações do Bicentenário das Linhas de Torres Vedras*, da qual fizemos parte.

³²⁸ Estamos a lembrar-nos da *Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras*, fundada em 1979 e com participação activa e regular na vida cultural torriense.

culturais próprias de uma cidade de média dimensão. A ligar uma e outra linhas de acção, há que encontrar um fio condutor ou uma concepção globalmente coerente que oriente os responsáveis autárquicos na procura de soluções para os problemas acima enunciados.

Face ao que fica dito, cremos que qualquer proposta que possamos fazer deve radicar numa visão prévia do que pode e deve ser um programa museológico inovador e bem articulado. Mais do que propor soluções, importa definir o modo como elas são pensadas, dando primazia ao processo sobre o produto.

4. Museus, espaços de cultura participada

Como condição prévia de enunciação lembramos que um museu – e as práticas museológicas associadas – fazem parte do universo da chamada *cultura* e é assim que são *arrumados* nos programas eleitorais autárquicos. Talvez não possa ser de outro modo dada a abrangência do conceito onde parecem caber todas as manifestações da vida humana. Será produtivo aceitar uma definição proveniente da antropologia cultural que entende a “cultura como conjunto de sistemas de comunicação que integram e adaptam o homem à sociedade”, com a adição da formulação segundo a qual “se a cultura é tudo o que o Homem acrescenta à natureza, o facto é que os homens não acrescentam coisas à Natureza da mesma maneira (...)”³²⁹ - daí a diversidade cultural de grupos, de povos ou de sociedades. A definição proposta parece atraentemente consensual mas só o é enquanto não a aprofundamos ou não a vemos *como problema*³³⁰ - pois, olhada de um ponto de vista crítico, a cultura surge como “construção e artefacto histórico”³³¹. Esta precisão conduz o conceito para o domínio do conjuntural retirando-lhe a carga essencialista com que muitas vezes surge e que mais não é do que a forma de usar a Cultura como instrumento de domínio, de *poder*, – começando, desde logo, por grafá-la com maiúscula...

João Teixeira Lopes³³² enumera seis dimensões fundamentais observáveis no uso instrumentalizador da cultura: **concepção descendente da transmissão cultural** (que desce dos *especialistas* iluminados até às *massas rasteiras* e ignaras); **paternalista** (que

³²⁹ Cf. Augusto Mesquitela Lima [et al.] – *Introdução à antropologia cultural*. Editorial Presença, Lisboa, 1991, p. 39.

³³⁰ Cf. José A. Bragança de Miranda – A cultura como problema. In: *Teoria da cultura*. Edições séc. XXI, Lisboa, 2002, pp. 58-69.

³³¹ Cf. José A. Bragança de Miranda – A cultura... pp. 58 a 69.

³³² Cf. João Teixeira Lopes – *Da democratização à democracia cultural, uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público*. Profedições, Ld^a / jornal A Página, Porto, 2007, pp. 80-81.

se propõe “elevar o nível cultural das massas”, vistas como “consumidoras mais ou menos passivas e não como receptoras activas”); **hierarquizada** (“baseada na tricotomia cultura erudita – a Cultura - /cultura de massas / cultura popular”); **arbitrária** (a partir de uma escolha determinada, em detrimento da diversidade); **essencialista** (erigindo as audiências não como *públicos da cultura* mas como *povo* ou *nação*, abstrações que justificam o que se quiser e negam a pluralidade dos destinatários); **concepção liquidatária do indivíduo** que não reconhece ao destinatário da política cultural o direito a convergir ou divergir, a optar “pelos sentidos múltiplos em vez do sentido único”.

Logo adiante J. T. Lopes assinala as “profundas limitações desta majestática política cultural”, contrapondo o contributo decisivo de autores como Pierre Bourdieu que, a partir da concepção de cultura como sistema de símbolos que expressam a infinita multiplicidade dos indivíduos e das suas formas de se relacionarem, aponta para a “conclusão de que a cultura não é apenas um bem de consumo, mas também um espaço para que os cidadãos possam formar a sua própria cultura”. Tal entendimento permite uma “mudança de paradigma” em que “o consumo cultural dá lugar à participação cultural”³³³.

É nesta perspectiva que nos situamos, assumindo-nos como fazendo parte dos “públicos dominantes” mas também dos “contra públicos” de que fala J. T. Lopes ³³⁴, na consciência de que não nos compete esperar passivamente pela definição de políticas culturais nas quais se integrem aspectos particulares como o das escolhas museológicas mas procurar, pelo menos, intervir na sua discussão.

No que às práticas museológicas diz respeito importa ter em conta as propostas da chamada *nova museologia* que, desde a década de 60 do século passado, alteraram profundamente o panorama museológico tanto internacional como nacional. Desde a *mesa redonda* em Santiago do Chile, passando pela reunião no Québec e, pouco depois, a do México, um novo paradigma se foi afirmando, no qual o museu como “local de culto e repositório do prestígio da sociedade dominante” ³³⁵ foi sendo paulatinamente substituído por um espaço público de características diametralmente opostas. Para a questão central que vimos tratando, consideramos muito significativas algumas das asserções da chamada *Declaratória de Oaxtepec* (México) de 18 de Outubro de 1984:

³³³ João Teixeira Lopes – *Da democratização à democracia...*, p. 83.

³³⁴ *Idem*, p. 106.

³³⁵ Cf. Maria Madalena Cordovil – Novos museus, novos perfis profissionais. In: *Cadernos de museologia*, nº 1 – 1993, pp. 21-35.

O museu tradicional produz-se num edifício, com uma coleção e para um público determinado. Trata-se agora de ultrapassar estes princípios substituindo-os por um território, um património integrado e uma comunidade participativa. (...)

A participação comunitária evita as dificuldades de comunicação, características do monólogo museográfico empreendido pelos especialistas, e reflecte as tradições e a memória colectivas, colocando-as ao lado do conhecimento científico³³⁶.

É esta dimensão “essencialmente reflexiva e crítica”³³⁷ da *nova museologia* que convocamos para a necessária renovação das práticas museológicas em Torres Vedras. Partindo da assunção decisiva do conceito de *democracia cultural*³³⁸, que pressupõe o abandono de métodos *autoritários e majestáticos* na definição de prioridades, defendemos que se deve privilegiar a participação da população interessada através de mecanismos de encontro e reflexão – porque não, entre outras iniciativas, a organização de umas *Jornadas Museológicas* abertas e motivadoras? – através dos quais se debatam as grandes linhas de orientação da política museológica local. Como renovar o Museu Municipal Leonel Trindade? Como articular uma estrutura central (MMLT) com os núcleos museológicos dispersos pelo território concelhio que têm vindo a ser propostos? Que prioridades para as hipóteses em presença? Que políticas culturais garantir através destes equipamentos? Como encorajar e incorporar a participação comunitária – seja individual, seja através de estruturas organizacionais como as escolas e as associações? Como abordar a questão da formação de públicos?

No fundo, não propomos nada de novo. Apenas o cumprimento integral dos preceitos constantes da Lei-quadro dos Museus Portugueses – já atrás referida - no que respeita à participação dos cidadãos.

5. A Indústria como património

Poderemos deter-nos de novo, em reflexão breve, a partir de uma ideia estimulante de Françoise Choay ao denunciar o que classifica como a *fetichização* do património, expressa em duas formas contraditórias de o olhar: de um lado a perspectiva passadista e

³³⁶ Declaratória de Oaxtepec em:

http://www.minom-icom.net/_old/signud/DOC%20PDF/198403404.pdf [Cons. 20 Julho 2016]

³³⁷ Cf. Alice Duarte – Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora, in *Revista Museologia e Património*, vol.6, nº1, 2013, pp.99-117, em:

<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/248/239> [Cons.20 Julho 2016]

³³⁸ João Teixeira Lopes – *Da democratização à democracia...*, p. 96.

nostálgica, resistente à articulação integradora entre o antigo e o novo; do outro a visão progressista que reduz o património preservado a objecto de museu³³⁹.

A contradição radica na própria ambiguidade do conceito de Património que se alargou exponencialmente a todas as áreas da actividade humana³⁴⁰. Daí a necessidade de reafirmar a abordagem histórico-sociológica que articule, simultaneamente, os valores do tempo longo (dimensão maior da História) e do tempo curto (vivências quotidianas), de modo a que o conceito de Património reassuma a dimensão de portador de consciência histórica e de memória das comunidades humanas.

Uma das áreas mais recentes da tendência patrimonializadora é a do Património Industrial que ganhou expressão sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial. Aqui, a carga histórica do tempo longo cede à verificação do imediato, marca da contemporaneidade. Emergem as memórias de quotidianos recentes, símbolos de um presente que se extingue debaixo dos nossos olhos, induzindo valores importantes como o turismo cultural de crescente expressão económica e a reutilização criteriosa e criativa de antigas instalações fabris.

Quando a *Casa Hipólito* ou a *Francisco António da Silva* – indústrias locais de Torres Vedras que prosperaram no séc. XX – se afundam na falência e fecham as portas, tal significa o apagamento súbito de um passado recente cuja memória urge preservar para que as novas gerações entendam as razões do vazio socioeconómico que se instalou numa cidade subitamente órfã da sua prosperidade.

A *Carta de Nizhny Tagil* sobre o Património Industrial, aprovada em 2003,³⁴¹ bem como a sua extensão nos chamados “*Princípios de Dublin*”, de 2011,³⁴² mostram como estas preocupações locais têm dimensão internacional. Tais documentos apontam para metodologias de identificação, inventário e investigação, indispensáveis para a valorização e preservação deste Património, cada vez mais presente em múltiplas formas de apresentação e interpretação garantidas pelos poderes públicos articulados com as comunidades locais.

³³⁹Françoise Choay, *Le patrimoine en questions – Anthologie pour un combat*, Editions du Seuil, 2009, p.XXXV-XXXVI.

³⁴⁰Dominique Poulot, “La multiplication des patrimoines”, *Patrimoine et musée. L’institution de la culture*, Paris, Hachette, 2001, pp.198-205

³⁴¹CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL:

<http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf> [Cons. 20 Julho 2016]

³⁴²«LES PRINCIPES DE DUBLIN» Principes conjoints ICOMOS/TICCIH pour la conservation des sites, constructions, aires et paysages du patrimoine industriel:

http://www.international.icomos.org/Paris2011/GA2011_ICOMOS_TICCIH_joint_principles_EN_FR_final_20120110.pdf [Cons. 20 Julho 2016]

Não temos dúvidas de que esta saída cultural – preservação dos vestígios físicos acompanhada de uma narrativa histórica esclarecedora – constitui uma mais-valia face à rápida modificação das condições da vida económica, portadora, muitas vezes, de sofrimentos e frustrações. Vemos hoje um *Museu do Pão*, em Seia, que contrapõe à uniformizada industrialização panificadora a memória de antigas formas de moer e fabricar. Multidões saudosas de antigos sabores e odores invadem aquele espaço e regressam a um passado que ainda há pouco era o seu próprio presente.

E mais ao sul, o *Museu do Trabalho Michel Giacometti*, em Setúbal, mostra os antigos processos da indústria conserveira, em que nos parece ver ainda os vultos dos homens e das mulheres que ocupavam as linhas de produção, ao som de apitos estridentes.

Esta valorização do Património Industrial – cujos exemplos se têm multiplicado de norte a sul do país desde há três décadas³⁴³ - é, em si mesma, a consagração do bem mais duradouro da História, o trabalho humano, mostrado como processo, como sofrimento, como superação, como riqueza. Aqui, Património já não é Monumento, símbolo de poder, afirmação de elites ou linhagens. É imagem do Homem que, em sociedade, se eleva acima da estrita sobrevivência individual. Por isso a preservação do Património Industrial é indispensável para a persistência da memória histórica desse longo caminho em que, como dizia M. Vieira Natividade, ilustre patrimonialista alcobacense, “o homem fez a indústria e a indústria fez o homem”³⁴⁴.

6. Museu de memórias do trabalho

Voltemos ao início deste capítulo onde, recorde-se, assumimos “a necessidade e a oportunidade de criar um espaço destinado à musealização dos vestígios materiais da *Casa Hipólito*. Esse é o ponto central da nossa proposta - a enquadrar num projecto mais amplo, o da preservação das *memórias do trabalho no concelho de Torres Vedras*.”

Com efeito, tanto o Museu Municipal como as propostas que estão sobre a mesa quanto a futuros espaços museológicos padecem, quanto a nós, de uma falta grave: as memórias do trabalho. É certo que por esse país fora existem muitos museus que a ele se dedicam – com a especificidade própria dos lugares em que foram criados. Não faltam repositórios do trabalho agrícola nos quais os torrienses, habitantes de uma zona

³⁴³ Cf. J. Amado Mendes – O património industrial na museologia contemporânea: o caso português in: *Museus e Educação*, mesmo autor, Imprensa Da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013, pp. 245-256.

³⁴⁴ Manuel Vieira Natividade, *Alcobaça de outro tempo. Notas sobre a indústria e a agricultura*, Alcobaça, 1906. [sem referência de editor]

eminentemente rural, se revêem e reconhecem. Mais particularmente, no que respeita à vitivinicultura, são bem conhecidos os Museus do Cartaxo ou de Alcobaça, por exemplo, pelo que consideramos inviável a criação de mais réplicas nessa área³⁴⁵.

6.1. Museu Nacional do Vinho em Torres Vedras?

Vem a propósito recordar um episódio que hoje poderá ser interpretado como um *fait divers* mas que, em nossa opinião, é útil resgatar do esquecimento pelas leituras possíveis que dele possamos fazer hoje e consequentes lições práticas para o futuro.

Foi o caso que, em 1940, chegou a pôr-se a hipótese da criação do Museu Nacional do Vinho em Torres Vedras. Essa possibilidade surgiu na sequência de uma proposta de António Batalha Reis inserta na publicação “*Informação Vinícola*”, Ano II, nº52, da Junta Nacional do Vinho (JNV), de 31 de Dezembro de 1939. O autor, sobrinho-neto de Jaime Batalha Reis – o ilustre vitiviniculor da Quinta da Viscondessa, no Turcifal, e figura notável da intelectualidade portuguesa dos séculos XIX-XX, - defendia “a pertinência da edificação de um grande museu do vinho nacional. Nesse artigo, intitulado «Porque não temos um Museu do Vinho?», António Batalha Reis, - que na qualidade de director e editor do jornal não assinava os textos - evocando o «curioso Museu do Vinho», criado nesse mesmo ano, em Borgonha, alertava para a não existência de um museu em Portugal, com as mesmas características, defendendo a constituição futura do “Museu do Vinho Português”³⁴⁶.

Nos números seguintes daquela publicação semanal da JNV, A. Batalha Reis empenhou-se a fundo na dinamização da ideia. Em 1 de Julho de 1940 aquele jornal titulava na primeira página: “O museu do vinho dentro de pouco será uma admirável realidade.” No último parágrafo lia-se: “No próximo número já nos podemos referir à

³⁴⁵ Em Portugal têm-se multiplicado os espaços museológicos dedicados ao tema da vitivinicultura. Em 2008, por iniciativa do Museu do Douro, realizou-se o I Encontro de Museus da Vinha e do Vinho, na sequência do qual surgiu a ideia de publicar um roteiro dedicado aos espaços museológicos existentes: *A vinha e o vinho em Portugal – museus e espaços museológicos*, ed. Museu do Douro, Peso da Régua, 2011. Edição bilingue, Português e Inglês, 139 p. Dele constam trinta instituições e o projecto de mais três. O Museu de Alcobaça não é referido, julgamos nós, devido à indefinição institucional à data da edição do livro. Entretanto soubemos que a Câmara Municipal de Alcobaça está a trabalhar no sentido de reorganizar e requalificar aquele espaço museológico.

³⁴⁶ Cf. Relatório de Estágio de Davide Alexandre R. Vicente, *Museu do Vinho de Alcobaça*, p.22, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/27374> [Cons. 4 Agosto 2016]. Ver também: Maria da Conceição F. de B. Pereira, *Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*, Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, 2017, pp. 117-119: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/692/1/LC389.pdf> [Cons. 4 Agosto 2016]

valiosa contribuição que a Câmara Municipal de Torres Vedras vai destinar à realização da nossa iniciativa e que decididamente concorrerá para a sua efectivação.”

Um mês depois, em 12 de Agosto, também na primeira página, uma pequena local intitulada “Museu do vinho” informava acerca do andamento da iniciativa e enumerava as dádivas já recebidas. Entre elas, referia: “Na lista dos objectos oferecidos, o presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, sr. Engenheiro D. José Telles da Silva (Tarouca) comunicou-nos que recebera a oferta de uma prensa de vara completa, com fuso e peso, destinada ao Museu.”

Finalmente, em 23 de Setembro de 1940, a *Informação Vinícola* publicou na primeira página: “O Museu do Vinho será colocado em Torres Vedras.”

Em 4 de Novembro de 1940, novo artigo no jornal: “Que posso oferecer ao Museu do Vinho?” No entanto, a prometida inauguração no ano dos Centenários, 1940, não se concretizou. Só em 10 de Fevereiro do ano seguinte encontramos novo artigo: “Uma ideia em marcha” onde o autor explica a suspensão do assunto nas páginas do jornal “para tomarmos o pulso à reacção dos nossos leitores” e mostra-se muito agradado com o facto de que a ideia não morreu pois continuou a receber ofertas para o Museu de que destaca a qualidade e a quantidade. Explicitamente refere-se ao contributo torriense, informando que “em Torres Vedras, a convite do presidente da Câmara Municipal, o sr. D. José Teles da Silva (Tarouca), reuniram-se os mais importantes lavradores da região para tratarem da forma mais rápida da angariação das ofertas destinadas ao Museu.”

O jornal *Informação Vinícola* só volta ao tema em 17 de Novembro de 1941 para referir que “o Museu do Vinho vai em bom caminho”. Depois, para além de uma pequena frase sobre a Museu, em 15 de Dezembro de 1941, a pedir ofertas, nunca mais o jornal se referiu ao assunto. Silêncio total.

Que se terá passado? Tanto A. Batalha Reis como o presidente da Câmara M. de Torres Vedras continuaram nos respectivos postos³⁴⁷. O jornal continuou a publicar-se até 1946. No entanto, o tema do Museu do Vinho desapareceu por completo. As Actas da Câmara Municipal de Torres Vedras são completamente omissas sobre o assunto.

Talvez que este estranho fenómeno se entenda à luz das circunstâncias da época, em plena 2ª Grande Guerra. Mas a verdade é que, passada esta, a ideia que estava em marcha

³⁴⁷ José Maria Teles da Silva foi presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras de 21 de Setembro de 1938 a 8 de Fevereiro de 1946, exonerado a seu pedido. Cf. Maria Antónia Pires de Almeida, *Dicionário biográfico do Poder Local em Portugal – 1936-2013*, e.book, Lisboa, 2014. [Cons. 5 Agosto 2016]

ficou sepultada no esquecimento. E mesmo as novas propostas, entretanto apresentadas em reuniões e congressos, não tiveram seguimento³⁴⁸.

Contudo, esta ideia não morreu, terá apenas hibernado. Reanimou-se não já como Museu Nacional mas apenas como memória local dos trabalhos ligados ao vinho. Com efeito, em 18 de Março de 1978 a primeira página do semanário *Badaladas* - com continuação na p. 5 - publicou uma local da autoria de Oliveira Torres, intitulada “Museu do Vinho”. O autor, a propósito da demolição de mais uma das características adegas de Torres Vedras, desta feita na R. Paiva de Andrade, lamentava que as autoridades não acautelassem a preservação das memórias ligadas à vitivinicultura.

Em 26 de Março de 1979 constituiu-se formalmente a Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras. Curiosamente, na sua primeira intervenção pública nas páginas do *Badaladas* – em cujas instalações funcionou a sua primeira sede – entre outras considerações ligadas ao Património, informava: «MUSEU DO VINHO: / Esta Associação começou os primeiros contactos com agricultores, ligados à produção do vinho, a fim de ser criado, na Região dos Vinhos de Torres, um Museu do Vinho.» Contudo, de novo se gorou a intenção.

Uma conclusão nos parece lícita: existe, desde há muito, na comunidade torriense, uma forte sensibilidade quanto à preservação de memórias ligadas à actividade económica. Estará na altura de lhe dar expressão concreta. Não se trata de mais um “museu do vinho” – já há muitos por esse país fora - mas de algo diferente, uma resposta mais abrangente, uma proposta global, articulada com o passado e em sintonia com o presente.

6.2. Memórias do trabalho - Um projecto

Em relação a Torres Vedras, o que nos parece específico é a memória do passado recente ligado à Indústria, sobretudo a metalo-mecânica ligeira. Foi aí que esta terra se notabilizou e é aí que existe uma lacuna que urge preencher, situada no âmbito do Património Industrial. Mas não esqueçamos, igualmente, a indústria cerâmica, na sua vertente de “barro vermelho” destinado à construção civil – tijolo e telha – de que o

³⁴⁸ Diz Davide A. Vicente, *Museu do Vinho de...*, p. 22: “Uma situação que continua, de certa forma, ainda hoje por responder: passados todos estes anos, existem, actualmente, cerca de trinta “museus do vinho”, particulares ou municipais, mas **todos** com um *foco* local ou regional, não havendo, ainda, um Museu do Vinho com uma dimensão e perspectiva nacional, e que se baseie nos princípios das exigências técnicas e científicas da museologia.”

concelho de Torres Vedras chegou a ter, nos anos 40 a 80, a maior concentração fabril do país.

O prof. José Amado Mendes, uma referência nos estudos do Património, não se tem cansado de chamar a atenção para as vantagens da preservação dos vestígios do mundo industrial na educação, no turismo, no desenvolvimento sustentável das economias locais e na estabilização da memória colectiva como suporte indispensável à consciência identitária das comunidades. A sua obra seminal *Museus e Educação*³⁴⁹ tem sido para nós uma fonte inspiradora e motivacional, tanto para os nossos estudos como para as propostas que aqui avançamos. Temos sempre presentes as suas judiciosas considerações:

[...] o património industrial, a história da indústria e do artesanato e a história das empresas não têm merecido a devida atenção. Os não profissionais – amadores, eruditos locais -, salvo raras exceções, ainda se encontram muito ligados à história tradicional, eminentemente factual, cronológica e política, privilegiando as elites políticas e militares, os monumentos religiosos e os vestígios arqueológicos mais antigos, esquecendo o trabalho, o quotidiano e, em geral, o passado mais próximo³⁵⁰.

Há, pois, que relembrar o mundo do trabalho e evocar o seu passado como forma de iluminar o presente. Não através de colecções mortas de objectos caídos em desuso, sepultados na penumbra de museus soturnos, como urnas velhas em abandonados jazigos – mas sim em espaços museológicos bem iluminados, onde os objectos retornem à vida através de programas educativos bem concebidos e desenhados com os recursos e os meios técnicos da contemporaneidade.

Bem sabemos que a Museologia é uma disciplina específica da área da preservação e divulgação do Património que requer formação dedicada e experiência de procedimentos. Carecemos de tais requisitos na sua forma especializada. Contudo, o nosso trabalho de investigação sobre a *Casa Hipólito*, a atenção que prestamos há muitos anos às questões culturais e a nossa participação nas Direcções de associações culturais levam-nos a ousar apresentar uma proposta que é, afinal, o corolário lógico desta dissertação, elaborada no âmbito dos *Estudos do Património*.

³⁴⁹ J. Amado Mendes, *Museus e educação*, 2ª ed., Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

³⁵⁰ J. Amado Mendes, *Museus...*, p. 177

MUSEU DE MEMÓRIAS DO TRABALHO
DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS
PROJECTO PARA A SUA CRIAÇÃO

Pontos de partida:

- Torres Vedras é uma cidade de média dimensão, com relevante passado histórico;
- Possui um Museu fundado em 1929, com características semelhantes a muitos outros que se criaram em todo o país – repositórios de obras dignas de apreço artístico, histórico, documental ou memorial, - o qual foi evoluindo nas suas práticas ao longo dos anos;
- É notória a ausência de um plano integrado de oferta museológica para a cidade e concelho. O que existe são propostas desligadas, resultantes de visões parcelares da realidade cultural, apresentadas sem diálogo com a comunidade torriense;
- Dessas propostas tem estado ausente o mundo do trabalho, nomeadamente as indústrias – metalomecânica ligeira e cerâmica do barro vermelho - que fizeram de Torres Vedras um pólo económico de grande importância na região Oeste e no País;
- A Lei Quadro dos Museus Portugueses (Lei n 47/2004, de 19 de Agosto) prevê no seu Artº 47 a “colaboração sistemática da comunidade e dos públicos” na vida dos museus;

Proposta:

- Criação de um espaço museológico dedicado à *Memória do trabalho do concelho de Torres Vedras*;
- Instituição de uma estrutura de voluntariado – por exemplo: *Grupo de Voluntários do Museu (GVM)* - que acolha possíveis interessados no estudo e concretização desta proposta, em articulação com as estruturas profissionais da área e os decisores autárquicos;
- Elaboração de um Plano de Acção pelo *G. V. M.* no sentido de:
 - Coligir informações sobre empresas do sector industrial no concelho de Torres Vedras, organizando-as por sectores de actividade;
 - Criar um banco de dados com as informações recolhidas: empresas, anúncios, notícias na imprensa local, documentos diversos;
 - Fazer o esboço do mapa industrial do concelho;

- Elaborar um ficheiro com pessoas a contactar e recolher as suas memórias orais, em suportes multimédia;
- Aprovar um cronograma para calendarizar o trabalho a realizar;
- Elaborar um orçamento que suporte o Plano de Acção.

Dentro deste enquadramento, propomo-nos:

- Integrar essa estrutura de voluntariado;
- Disponibilizar o nosso ainda modesto acervo documental - ficheiros e arquivo – para o trabalho a realizar por essa equipa;
- Apresentar desde já, como trabalho prévio e exploratório, o esboço de um primeiro núcleo museológico dedicado à *Casa Hipólito*.

Assim:

Tendo em conta a importância da *Casa Hipólito* no panorama industrial torriense, bem como a existência do fundo documental e de um conjunto de objectos a ela ligados, à guarda do Museu Municipal, consideramos que há um primeiro passo a concretizar desde já: a criação de um **núcleo museológico dedicado a esta empresa** cuja localização terá de ser estudada pelas entidades competentes. Como sugestão, lançamos a hipótese de se escolher um espaço devoluto no Centro Histórico – e há tantos! – uma loja, por exemplo, no qual se articule uma exposição de longa duração com outras de carácter temporário. Parece-nos óbvio que uma estrutura cultural deste tipo constituirá um pólo de atracção de grande utilidade para o aumento de fluxos de visitantes, com as vantagens inerentes para a revitalização do Centro Histórico e do seu comércio tradicional. É o que apresentamos de seguida.

NÚCLEO MUSEOLÓGICO DA CASA HIPÓLITO

CONTEÚDOS

A Mostra Expositiva da Casa Hipólito, realizada entre 19 de Setembro e 31 de Dezembro de 2015 na sala grande do 1º andar do Museu Municipal, integrada nas Jornadas Europeias do Património, constituiu, quanto a nós, uma boa e útil iniciativa na divulgação do Património Industrial torriense. Ela poderá ser o embrião do Núcleo Expositivo que agora propomos.

ONDE?

Uma loja devoluta no Centro Histórico com um mínimo de 100m²

O QUÊ?

Aproveitamento dos vidros de montra para colocação de um painel sugestivo com:

Título: MEMÓRIAS DE CASA HIPÓLITO

Logotipo da CH

Horário

Pequeno balcão de recepção perto da porta

De acordo com o espaço disponível, montar painéis ou utilizar as paredes para colocar textos informativos. Utilizar plintos de madeira ou de fibra de vidro para expor objectos. [Naturalmente requer-se a experiência e o saber de um arquitecto para conceber um projecto que concilie qualidade dos materiais e contenção de custos.]

Os textos poderão ser elaborados a partir do nosso estudo, constante nesta dissertação, em dimensão adaptada ao espaço disponível.

CONTEÚDOS:

A - O FUNDADOR

B - FIGURAS DA EMPRESA

C - VIDA DA EMPRESA

1ª FASE: 1902 A 1944

2ª FASE: 1944 A 1980

3ª FASE: 1980 A 1999

D - GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DA CH

E - PUBLICIDADE

F – MEMÓRIAS E TESTEMUNHOS

ESPECIFICANDO:

- A -** *Painel 1* – Texto com aspectos biográficos do Comendador António Hipólito
Painel 2 – Mapas do Centro Histórico com localização das instalações ao longo do tempo.
Grande foto do fundador
Objectos relacionados: Insígnias de Comendador, Bilhete Identidade, outras fotos...
- B -** Os filhos, com destaque para António Hipólito Jr. / Vasco Parreira / Operários
Alberto Ferreira e outros premiados em concursos de trabalho
Textos e fotos
- C -** 1ª fase:
Painel 3 – Texto com fotos
Objectos relacionados: Prensas Verin e Marmonier (maquetes), pulverizadores, enxofrador Aurita, fogareiros a petróleo, lanternas de estábulo, Petromax.../ espaço de experimentação (fogareiro a trabalhar, lanternas acesas...)
- 2ª fase:
Painel 4 com texto e fotos
Objectos relacionados: gás e vitivinícola
- 3ª fase
Painel 5 com texto e fotos
Objectos relacionados / Fotocópias de documentos
- D -** *Painel 6* com textos e fotos
Objectos relacionados: troféus, medalhas, fotos

E - *Painel 7* com texto e reprodução de publicidade
Objectos relacionados: catálogos, folhetos, fotos...

F - *Painel 8* – Textos e fotos dos testemunhos vídeo-gravados
Projecção de vídeo com reprodução
Fotos dos espaços actuais onde existiu a Casa Hipólito

Observações:

1. Dada a exiguidade de produtos da CH existente no FCH, há que fazer um plano de aquisições através da internet, pois é aí que ainda se encontram muitos objectos à venda, a preços acessíveis. Ao mesmo tempo competirá ao *Grupo de Voluntários do Museu* encontrar uma estratégia de motivação de doadores possíveis que tenham produtos Hipólito em seu poder.

2. Como complemento desta proposta, sugerimos que sejam criadas placas informativas com informações sucintas que serão colocadas nos locais onde existiram instalações industriais, quer da *Casa Hipólito* quer da empresa *Francisco António da Silva*. Nessas placas seria incluída sempre uma informação sobre a localização do Núcleo Museológico da Casa Hipólito

Incluímos aqui algumas fotos da Mostra Expositiva a que atrás fizemos referência. Elas documentam cabalmente como é possível, com meios escassos, montar um espaço convidativo e enriquecedor do conhecimento do passado recente de Torres Vedras.



Em esboço, esta é a nossa proposta. Naturalmente concisa e esquemática, ela supõe um debate prévio entre os parceiros que a vão concretizar de modo a encontrar o fio condutor e as opções estratégicas que garantirão a sua sustentabilidade. Em nosso entender, reiteramos a ideia de que a base teórica deverá apoiar-se nas orientações decorrentes da Nova Museologia, essa corrente contemporânea que varreu as velhas práticas elitistas dos antigos museus e introduziu perspectivas inovadoras como a da participação democrática dos públicos, a adopção de actividades educativas e lúdicas, a opção por espaços mais próximos das pessoas e custos controlados através da criação de estruturas em rede, interdependentes e auto-sustentáveis. Em resumo, e citando um estudo sobre esta perspectiva renovada das práticas museológicas:

Enfim, a Nova Museologia pode ser então caracterizada como um movimento, organizado a partir da iniciativa de um grupo de profissionais, em diferentes países, aproveitando as brechas, ou sejam, as “*fissuras*”, dentro do sistema de políticas culturais instituídas, organizando museus, de forma criativa, interagindo com os grupos sociais, aplicando as acções de pesquisa, preservação e comunicação, com a participação dos membros de uma comunidade, de acordo com as características dos diferentes contextos, tendo como objectivo principal utilizar o património cultural, como um instrumento para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento social.³⁵¹

Naturalmente esta proposta inscreve-se na perspectiva mais ampla do chamado *Turismo Cultural*, na acepção que lhe dá a Carta Internacional do Turismo Cultural (ICOMOS, 1999) nomeadamente quando afirma que “a herança particular e a memória colectiva de cada localidade ou comunidade são insubstituíveis e constituem base importante para o desenvolvimento, tanto actual como futuro.”

³⁵¹ SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Reflexões Museológicas: caminhos de vida. *Cadernos de Sociomuseologia*, [S.l.], v. 18, n. 18, Junho 2009. Em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/359>>. [Cons. 15 Dezembro 2016]

CONCLUSÃO

Viajas para reviver o teu passado? – era agora a pergunta do Kan, que também podia ser formulada assim: - Viajas para achar o teu futuro?

Italo Calvino, *As Cidades Invisíveis*

DO PASSADO...

Não acaba aqui esta viagem pelas memórias de uma fábrica torriense. Percorremos a linha cronológica que se estendeu pelo tempo e pelo espaço de cem anos – todo o século XX! – mas a verdade é que a viagem ainda não chegou á estação terminal, ela continua. Porque só vale a pena indagar o passado se tivermos o intuito de construir o futuro. Com outros meios de transporte e outros pilotos mas com os mesmos viajantes – todos nós, torrienses e cidadãos do mundo que aprendemos a apreciar o valor do trabalho humano.

Olhemos o caminho andado. Ele teve como marcos miliários as diversas fases da vida da *Casa Hipólito* documentadas pelo rasto que deixaram nos documentos, na imprensa local, nos testemunhos orais e materiais. Folheámos milhares de páginas, registámos centenas de fichas e de fotografias, falámos com muitas pessoas. Confirmámos à sociedade a importância vital que esta empresa teve na expansão da velha urbe torriense que, do pequeno núcleo histórico aninhado na base da colina do castelo, se espalhou em mancha periférica numa área que, em cem anos, mais que triplicou o desenho urbano dos setecentos anos anteriores. A própria área das instalações fabris foi sendo, ao longo daquele século de ouro da indústria torriense, uma amostra fiel da evolução da vila: primeiro a oficina de latoeiro, depois o pequeno núcleo fabril construído nos antigos quintais do quarteirão urbano, em seguida o grande edifício de quatro pisos, mais os pavilhões anexos em ruas próximas, por fim as naves industriais de Arenes no extremo nordeste da povoação elevada a cidade em 1979.

Durante cem anos o coração da urbe pulsou ao ritmo da fábrica, do bulício das entradas e saídas dos trabalhadores - de manhã, à hora do almoço e ao fim da tarde - da chegada das matérias-primas e da saída dos produtos acabados. O toque da sirene não marcava apenas o quotidiano dos empregados na fábrica - operários, escriturários, contabilistas, desenhadores - pontuava também o das gentes do comércio e dos serviços. O fragor dos balancés e dos tornos automáticos fazia estremecer as ruas em volta e o movimento das bicicletas entupia o trânsito local em cada início e cada fim da jornada de trabalho.

Esse foi um tempo único e irrepetível que tentámos descrever ao longo das páginas precedentes. O que foi, como foi – e o que deixou de ser. O homem fundador – latoeiro habilidoso e tenaz – mais a sua circunstância. Os continuadores que transformaram a obra e a elevaram ao nível notabilíssimo que fez dela uma empresa de referência nacional e internacional. A inevitável decrepitude que se seguiu à morte desses obreiros, empresa órfã do sonho inicial, tornada refém dos interesses imediatos de adventícios que, não a servindo, dela se serviram. A trágica falência que arrastou para o abismo centenas de trabalhadores e o próprio centro histórico, agora espaço silencioso e desértico.

O veículo desta viagem foi a memória – entidade sedutora que tantas vezes nos engana:

O trabalho da memória cria e recria o passado de forma complexa e por vezes contraditória. Encontrando-se associado a um processo de reconstrução, nada é recordado sem ser reconstruído e sem ser evocado a partir do presente, resultando o acto de recordar de uma reflexão, que é tanto individual como colectiva, dependendo da partilha de valores e sentimentos comuns a um grupo³⁵².

Contra as manhas sedutoras da memória usámos a astúcia preventiva – o controlo através dos documentos disponíveis e o cruzamento de informações provenientes de fontes diversas. Por isso intitulámos este trabalho de “*memórias da Casa Hipólito*”, expressão que evoca diversidade de olhares e multiplicidade de perspectivas. Não nos arrogámos a fazer História, tão só a evocar Memórias. Ainda assim não evitaremos o clamor de alguns que nos apodarão de falsificadores da História de cujo conteúdo se hão-de considerar sabedores privilegiados. Com essas reservas contamos, são naturais e legítimas. Do que não poderão duvidar é da nossa porfia em contar o que sabemos com a máxima isenção e honestidade, cientes de que partilhamos valores comuns, como o culto da objectividade possível - e sentimentos, como o amor pelo mundo do trabalho e pela comunidade em que vivemos.

...PARA O FUTURO

Sim, ela continua, a nossa viagem – agora em direcção ao futuro. O olhar sobre o passado não pode obliterar a visão do que está para vir, o horizonte que nos chama e convida a prosseguir. A evocação das memórias do trabalho terá de ser um incentivo à criação de novas realidades, tão ou mais exaltantes quanto as que recordámos. As condições materiais são totalmente diferentes mas os homens permanecem na constância da sua labuta pela sobrevivência. Partilhamos com o velho cronista a ideia de que a História pode ser mestra da vida, inspirar iniciativas, encorajar arrojados, certificar resultados, prometer recompensas.

A nossa proposta da criação de um *Museu de Memórias do Trabalho do Concelho de Torres Vedras* tem essa finalidade. Tanto como preservar o rasto deixado pelos passos dos que nos antecederam na caminhada da vida, ela projecta no futuro a viagem ao passado, renovando em si a eterna mensagem – “O homem faz o trabalho e o trabalho faz o homem”.

³⁵² Sónia Ferreira - Memória, identidade e género no seio de uma comunidade operária, in: *Usos da memória e práticas do património*, Paula Godinho (coordenação), Ed. Colibri /Inst. Estudos de Liter. Tradicional, Lisboa, 2012, p. 119.

PROPOSTA DE CRONOLOGIA

11 Junho 1882	Nasce António Hipólito na freguesia de Alcobaça, concelho de Alcobaça, filho de António Hipólito, de profissão trabalhador, natural de Pederneira, concelho de Alcobaça; e de Felicidade da Conceição, natural de Alcobaça; neto paterno de Isidoro Hipólito e Ana Crespo da Conceição; e materno de António Estevão Bogalho e Maria da Conceição.
29 Junho 1882	António Hipólito é baptizado na Igreja Paroquial do Santíssimo Sacramento de Alcobaça. Foram padrinhos: António Calçada, pedreiro, e Ritta Pexim, doméstica. Baptismo e acento feitos pelo padre António Miguel de Almeida que assina, “não assinando estes [padrinhos] por não saberem escrever”.
22 Janeiro 1902	Na Igreja de S. Pedro da vila de Torres Vedras, António Hipólito casa com Maria Ignácia; “ele, solteiro, funileiro, morador na rua da Corredoura (...); ela (...) natural e baptizada na freguesia de Enxara do Bispo”, onde nasceu em 12 de Dezembro de 1881. Estiveram presentes a mãe do nubente, pois o pai havia falecido; e o pai da cónjuge, que “os autorizaram a contrair este matrimónio”. Foram padrinhos: Esteves Militão, fazendeiro, morador em Enxara do Bispo; e Maria das Dores Simões, forneira, residente na paróquia de Santa Maria do Castelo em Torres Vedras. Assento “assinado somente pelo cónjuge e por mim [o coadjutor António Joaquim de Queiroz] porque os mais não sabiam escrever.”
1902	Nasce António Hipólito Júnior, filho primogénito de António Hipólito.
17 Agosto 1902	Primeiro anúncio conhecido, de António Hipólito, no jornal <i>FOLHA DE TORRES VEDRAS</i> .
21 Agosto 1902	Anúncio de A. Hipólito no jornal <i>A VINHA DE TORRES</i> .
1 Novembro 1903	Anúncio na <i>FOLHA DE TORRES VEDRAS</i> com longo texto descritivo centrado no fabrico de lâmpadas e candeeiros a acetileno.
1904	Primeira fotografia conhecida de António Hipólito, junto do gasómetro que fabricou.
1908	Excursão de torrienses a Alcobaça, com grupo de teatro e Tuna musical.
1910	António Hipólito aumenta as instalações e adquire um motor <i>Stover</i> de 4 H.P.
6 Abril 1911	No jornal <i>A VINHA DE TORRES</i> , A. Hipólito anuncia a montagem de uma fundição de metais na sua oficina.
5 Setembro 1912	António Hipólito arrenda prédio na R. Serpa Pinto a D. Carolina Maria de Bastos.
1913	Requerimento de A. Hipólito à Câmara Municipal revela que o seu estabelecimento tem duas partes distintas: oficina com operários e uma loja para actividade comercial.
9 Agosto 1914	Semanário <i>A VOZ DE TORRES</i> publica um anúncio: «FRANCISCO ANTÓNIO DA SILVA / COM / Oficina de Caldeireiro e Funileiro...» É o primeiro anúncio conhecido de F.A.S.

30 Agosto 1914	A <i>VOZ DE TORRES</i> publica um anúncio que viria a repetir-se em números posteriores: «OFICINA MECÂNICA MOVIDA A VAPOR / EM TORRES VEDRAS / ANTÓNIO HIPÓLITO...».
28 Fevereiro 1915	A <i>VOZ DE TORRES</i> publica um pequeno artigo referindo as dotações distribuídas pela Câmara Municipal às freguesias do concelho em 1914. De caminho, indica qual a população de cada freguesia. S. Pedro – vila: 4 400; Santa Maria – vila: 3 511. Total: 7 911.
11 Abril 1915	Jornal <i>A VOZ DE TORRES</i> : «PARTO: A esposa do nosso amigo snr. António Hipólito, desta vila, deu à luz uma robusta criança, com toda a felicidade. Ao activo e arrojado industrial endereçamos as nossas felicitações, com os votos de que a fortuna lhe continue sempre sorrindo.» (Trata-se de Alberto Hipólito Júnior, nascido em 1 Abril 1915).
9 Maio 1915	O jornal <i>A VOZ DE TORRES</i> publica uma pequena local sobre os festejos do 1º de Maio referindo as decorações de flores artificiais e centenas de lâmpadas no Largo da República. «O cortejo alegórico representava interessantes carros dos industriais Srs. António Hipólito, João Henriques, António da Silva [Oficina de tanoaria na rua Mouzinho de Albuquerque] e a comissão promotora.»
1918 – Fim da G. Guerra	Os pulverizadores Hipólito já estão bem implantados no mercado nacional.
15 Agosto 1920	A designação <i>A INDUSTRIAL</i> , da empresa de A. Hipólito, surge pela primeira vez no jornal <i>ECOS DE TORRES</i> .
1 Setembro 1921	O jornal <i>ECOS DE TORRES</i> publica na 1ª página, com sequência em página interior, circunstanciada reportagem intitulada “Visita do povo d’Alcobaça”, em retribuição de uma visita feita por torrienses a Alcobaça em 1908”. No mesmo número deste jornal: notícia da participação de António Hipólito na Exposição Agrícola Pecuária e de Indústrias Regionais, realizada em 14 e 15 de Agosto de 1921 nas Caldas da Rainha, na qual obteve um «Prémio d’Honra». Virá a participar em mais quatro edições, até ao ano de 1927.
1922	António Hipólito publica um folheto de quatro páginas intitulado “Tabela do Ano de 1922”, com informações detalhadas sobre os seus produtos.
26 Novembro 1922	O jornal torriense <i>A RECONSTITUIÇÃO</i> publica na 1ª pág. a lista eleitoral do Partido Republicano Reconstituente para a Junta de freguesia de S. Pedro – Torres Vedras. Dela faz parte, como candidato efectivo, António Hipólito.
1923	António Hipólito enfrenta dificuldades pela concorrência de pulverizadores mais baratos vindos do estrangeiro. Move influências junto do Governo para que proteja a indústria nacional através do aumento das pautas alfandegárias, o que consegue.
25 Dezembro 1924	Jornal <i>A NOSSA TERRA</i> publica o primeiro exemplo de uma página publicitária inteira dedicada a <i>A INDUSTRIAL</i> – de António Hipólito.
1926	Vasco Parreira, com 14 anos, começa a trabalhar n’ <i>A Industrial</i> .
Agosto 1926	Primeira <i>Exposição Agrícola, Pecuária e Industrial de Torres Vedras</i> no Choupal, em que António Hipólito tem grande actividade organizativa.

4 Março 1929	É inaugurado o telefone em Torres Vedras.
9 Maio 1929	Inauguração da Exposição Ibero-Americana de Sevilha na qual A. Hipólito participou.
5 Julho 1929	Em entrevista ao <i>JORNAL DE TORRES VEDRAS</i> , A. Hipólito informa que fabrica 8 000 pulverizadores por ano.
6 Outubro 1929	Inauguração da <i>Feira de Amostras do Estoril</i> na qual A. Hipólito teve expressiva representação.
1930	Começa a surgir na publicidade a designação <i>CASA HIPÓLITO</i> , coexistindo durante algum tempo com <i>A INDUSTRIAL</i> . A designação “Casa Hipólito” será oficializada na escritura de 12 de Maio de 1944.
20 Outubro 1930	Proposta do Governo para agraciar António Hipólito com a Ordem de Mérito Industrial e Agrícola; as insígnias são impostas pelo Chefe do Governo, General Domingos Oliveira em 1931, na <i>I Feira Vinícola de Torres Vedras</i> realizada nas antigas instalações da Física, (onde é hoje o átrio de entrada da Câmara Municipal de Torres Vedras), na qual participa <i>A Industrial</i> , de A. Hipólito.
Dezembro 1930	António Hipólito participa na <i>Exposição Industrial</i> no Palácio de Cristal, no Porto.
1 Fevereiro 1931	Publicação de um jornal publicitário de 4 páginas, intitulado <i>A INDUSTRIAL DE ANTÓNIO HIPÓLITO</i> . Este jornal sai na sequência da atribuição a A. Hipólito da Comenda de Mérito Industrial. No cabeçalho reproduzem-se 3 medalhas referentes a Exposições: a das Caldas da Rainha em 1923, a de Torres Vedras em 1926 e a de Sevilha em 1929.
1932	Nas oficinas de <i>A Industrial</i> é instalada uma central eléctrica com um motor <i>Junkers</i> de 50 H.P.
Outono 1932	António Hipólito participa na <i>Grande Exposição Industrial Portuguesa</i> , no Parque Eduardo VII, iniciativa da Associação Industrial Portuguesa.
1933	Inicia-se o fabrico dos fogões Hipólito, um dos produtos mais emblemáticos de António Hipólito.
20 Julho 1933	Francisco António da Silva faz publicar no jornal <i>ALTA EXTREMADURA</i> uma DECLARAÇÃO acusatória contra António Hipólito, segundo a qual este estaria a usar abusivamente desenhos de caldeiras de destilação da sua (de F.A.S.) fábrica.
11 Junho 1936	No dia do seu 54º aniversário, o Comendador António Hipólito é homenageado pelos seus empregados. No escritório da fábrica é descerrado o seu retrato da autoria do conhecido fotógrafo torriense Raul Rocha.
1 Novembro 1936	O jornal <i>O TORRENSE</i> publica anúncio ao candeeiro <i>PETROMAX</i> vendido por <i>A Industrial</i> . É uma representação de marca.
Verão de 1937	António Hipólito, acompanhado por Vasco Parreira, vai à Alemanha e à Hungria em “viagem comercial, de estudo e propaganda”.
8 Abril 1940	António Hipólito requer na Repartição da Propriedade Industrial o registo da patente da sua invenção: um esquentador com estrutura diferente dos existentes até aí.

1943	António Hipólito, com 61 anos, sofre um AVC que põe fim à sua vida activa.
18 Julho de 1943	Visita a Torres Vedras do Presidente da República, Gen. Óscar Carmona. Inauguração do hospital da Misericórdia e dos Correios. Presidente da República impôs as insígnias do grau de <i>Cavaleiro da Ordem do Mérito Agrícola e Industrial, Classe do Mérito Industrial</i> , a Alberto da Conceição Ferreira, torneiro mecânico da empresa. Esta distinção marcava os mais de 25 anos de trabalho daquele operário, reconhecido por todos como expoente máximo da competência técnica.
12 Maio 1944	Passagem da sociedade em nome individual a sociedade por quotas: escritura de constituição da sociedade denominada <i>CASA HIPÓLITO, Ld.ª</i> , com 500 000\$00 de capital social.
1 Maio 1948	Fundação do <i>Grupo Desportivo e Recreativo da Casa Hipólito</i> que teve actividade regular até à falência da empresa. Inauguração dos novos escritórios e estabelecimento de vendas na R. Serpa Pinto.
1949/50	A <i>Casa Hipólito</i> participa na primeira Feira das Indústrias Portuguesas, em Belém, iniciativa da <i>Associação Industrial Portuguesa (AIP)</i> .
3 Junho 1950	<i>C. Hipólito</i> realiza grande passeio da empresa a Santarém, Castelo do Bode, Fátima e Alcobaça, com seis autocarros.
15 Junho 1950	Câmara Municipal de Torres Vedras delibera atribuir a António Hipólito a Medalha de Ouro “por bons serviços prestados ao concelho”. Três dias depois: sessão solene na Câmara Municipal, descerramento do busto do Comendador na loja da R. Serpa Pinto e almoço na Tuna Comercial Torriense.
Primeira metade dos anos 50	A <i>Casa Hipólito</i> começa a fabricar candeeiros de marca própria, do tipo <i>Petromax</i> . Inicia-se a construção do edifício da Fábrica A, ao lado da Igreja de Santiago. Inicia-se o fabrico das Prensas <i>Verin</i> com sistema hidráulico de cabeça e <i>PHRA – Prensa Hidráulica de Repisa Automática</i> , sob licença da <i>Société Pressoirs Colin</i> .
Junho 1952	A <i>Casa Hipólito</i> está presente na Feira Popular de Lisboa.
8 Fevereiro 1953	A <i>Casa Hipólito</i> é a primeira empresa do país a instalar um Curso de Instrução Primária para Adultos, inserido na Campanha Nacional de Educação de Adultos. Veiga de Macedo, Secretário de Estado da Educação Nacional, desloca-se a Torres Vedras para a inauguração daquele Curso.
Maio 1953	A <i>Casa Hipólito</i> participa na Exposição-Feira de Máquinas Agrícolas na Tapada da Ajuda.
27 Agosto 1953	O <i>Grupo Desportivo e Recreativo da C. Hipólito</i> organiza um passeio cultural para os trabalhadores, com sete autocarros, que passa pela Praia das Maças, Cascais, Estádio Nacional e termina no <i>stand</i> da empresa na Feira Popular.
14 Março 1954	É inaugurada a 1ª Exposição Filatélica Regional de Torres Vedras. Da comissão organizadora fizeram parte António Hipólito Jr e José Hipólito.

8 Agosto 1954	Morre o Comendador António Hipólito. Repousa em jazigo da família no Cemitério de S. João, em Torres Vedras.
15 Março 1956	O jornal <i>BADALADAS</i> transcreve um acto notarial relativo à <i>Fundição de Dois Portos</i> em que se dá conta da entrada na gerência da empresa de Vasco Rodrigues Parreira e António Hipólito Júnior, que se juntaram aos sócios Henrique Cipriano Sarmiento e Austrelindo Dias Garcia.
1956/57	O operário da <i>Casa Hipólito</i> João António, de alcunha “Copi”, ganhou o título de Campeão Nacional de Soldadores a Oxi-Acetileno. Nessa qualidade representou Portugal no VI Concurso Internacional de Trabalho, em Madrid.
1957	A <i>Casa Hipólito</i> institucionaliza um departamento dedicado à actividade exportadora.
1957 / 58	A partir de um acordo com a <i>Cidla</i> , inicia-se na <i>Casa Hipólito</i> o fabrico de componentes para equipamentos de gás – torneiras e redutores. É introduzido na <i>Casa Hipólito</i> o <i>Sistema Bedaux</i> com a finalidade de melhorar a produtividade do factor trabalho.
1 Janeiro 1958	Segundo almoço do Círculo Cultural de Torres Vedras de cuja Comissão Organizadora faz parte António Hipólito Junior. No almoço participaram as figuras gradas de T. Vedras, de tendências políticas opostas mas irmanadas num “projecto de progresso material e moral do concelho”.
1 Maio 1959	Por escritura de 13 de Março de 1959 na Secretaria Notarial de Torres Vedras é constituída a sociedade <i>Hipólito, Carvalho & Trindade</i> , com sede em Torres Vedras na R. Miguel Bombarda, nºs 7 a 13. Tem como objecto “o comércio de modas, fazendas de lã, algodão e seda”. Sócios, com 30 000\$00 cada um: António Hipólito Junior, Adão Avelino de Carvalho e Leonel de Freitas Sampaio Trindade.
Outubro 1960	O operário da <i>Casa Hipólito</i> Manuel Fernando Caixaria fica em 2º lugar no IX Concurso Internacional de Formação Profissional, em Barcelona, na modalidade de soldadura a oxiacetileno.
Maio 1964	Início da construção da primeira nave fabril da <i>Casa Hipólito</i> na várzea de Arenes.
26 Junho 1965	Polémica: o jornal <i>BADALADAS</i> publica o primeiro artigo de opinião de João da Costa Miranda, emigrante: «Torrienses! Não matem a galinha que põe ovos de ouro». Até ao final do ano surgem mais artigos sobre o tema. Refere-se à hipótese de deslocalização da <i>Casa Hipólito</i> para a Malveira.
Junho 1967	É concluída a construção do refeitório da <i>Casa Hipólito</i> em Arenes.
16 Maio 1970	O jornal <i>BADALADAS</i> publica desenvolvida reportagem da visita da Comissão Técnica Regional à <i>Casa Hipólito</i> , entre outros locais. Inclui foto de uma das naves da fábrica, com legenda elogiosa retirada das palavras do presidente da Comissão Técnica Regional do Distrito de Lisboa, Engº Maximino Alvarez. No mesmo número do <i>BADALADAS</i> é publicado o anúncio da prensa horizontal PH 30, a primeira prensa para uva, de repisa automática fabricada em Portugal.

8 Agosto 1970	<i>BADALADAS</i> publica um anúncio do “atomizador Hipólito” que será um dos produtos de melhor aceitação no mercado.
15 Maio 1971	<i>BADALADAS</i> publica anúncio de página inteira, de vinificadores contínuos e termo-vinificadores montados na <i>Adega Cooperativa da Carvoeira</i> – os quais ainda funcionavam em 2016.
28 Fevereiro 1972	De sociedade por quotas, a empresa passa a <i>Casa Hipólito S.A.R.L.</i>
11 Dezembro 1973	Falecimento de António Hipólito Junior, primogénito do Comendador.
10 Maio 1975	<i>BADALADAS</i> publica <i>Relatório e Contas da CH</i> relativo a 1974. Conselho de Administração: Vasco Rodrigues Parreira (Pres.); José Holtreman Roquette e Vasco Alberto Hipólito Parreira. Conselho Fiscal aprova e salienta boa situação da empresa.
6 Maio 1976	<i>BADALADAS</i> publica <i>Relatório e Contas da CH</i> relativo ao ano de 1975. Primeiras palavras do parecer do Conselho Fiscal: «É com mágoa que, pela primeira vez na vida desta sociedade anónima, se verifica um prejuízo no fecho das suas contas.»
5 Maio 1977	<i>BADALADAS</i> publica o <i>Relatório e Contas</i> do exercício de 1976 da <i>CH</i> . O texto do Conselho de Administração inicia-se com a verificação de que este é o segundo ano de prejuízos da empresa.
23 Março 1979	Memorável festa de homenagem a Vasco Parreira no <i>Hotel Golf-Mar</i> , agraciado um dia antes com a Comenda da Ordem do Mérito Agrícola e Industrial, classe do Mérito Industrial, proposta pela Câmara Municipal de Torres Vedras e atribuída pelo Presidente da República, Gen. Ramalho Eanes.
4 Setembro 1981	<i>União dos Sindicatos de Torres Vedras</i> denuncia, no <i>BADALADAS</i> o despedimento, que considera ilegal, de quatro delegados sindicais da <i>Casa Hipólito</i> e as sanções laborais impostas a outros dois.
A partir de 1982	A <i>Casa Hipólito</i> acumula prejuízos anuais. Entre 1983 e 85 o endividamento da empresa cresceu cerca de 60%.
21 Março 1986	Comunicado da Administração da <i>Casa Hipólito</i> refere quadro sombrio da situação da empresa que impõe despedimento colectivo de 103 trabalhadores e passagem compulsiva à reforma de 73 – o que provoca reacção veemente das estruturas sindicais.
Agosto 1986	A empresa <i>Soge-Audi – Sociedade de Gestão e Auditoria</i> , conclui o estudo exaustivo da <i>Casa Hipólito</i> , diagnosticando causas das dificuldades e apontando medidas correctivas.
31 Outubro 1986	Assembleia Municipal de Torres Vedras aprova por unanimidade uma Moção sobre a situação da <i>Casa Hipólito</i> em que critica abertamente as deficiências de gestão da empresa.
10 Novembro 1986	Supremo Tribunal de Justiça reconhece razões das estruturas sindicais e impõe reintegração dos delegados sindicais despedidos em Setembro de 1981.
22 Janeiro 1987	Petição ao Tribunal Judicial de Torres Vedras, ao abrigo do Decreto-lei nº 177/86, põe em marcha o processo de “gestão controlada por via judicial”.

1990	Lançamento dos novos produtos “bicicleta STRIDA” e carrinho de bebé, com resultados comerciais medíocres.
6 Março 1991	Falecimento do Comendador Vasco Parreira. Repousa em jazigo de família no cemitério de S. João, Torres Vedras.
16 Junho 1997	Na sequência da demolição da Fábrica A, no Centro Histórico de Torres Vedras, é arrasada a “ <i>Casa do Comendador</i> ”, que havia sido habitação da família Hipólito desde os anos 20.
28 Abril 1999	Despacho de falência da <i>Casa Hipólito</i> , assinado pela Juíza de Direito do Tribunal da Comarca de Torres Vedras, Laurinda G. Gemas.
22 Maio 1999	<i>Diário da República</i> , III Série, nº 19, publica anúncio da falência da <i>Casa Hipólito</i> .
11 Janeiro 2000	Câmara Municipal aprova a aquisição ao sucateiro André Matos, que havia rematado o recheio em leilão, de 393 peças do espólio da <i>Casa Hipólito</i> . Com autorização do mesmo, recolhe grande parte do fundo documental, actualmente à guarda do MMLT.
2006	Câmara Municipal recolhe o conjunto de arquivadores metálicos da <i>Casa Hipólito</i> , onde se guardam os desenhos técnicos da produção fabril.

BIBLIOGRAFIA / WEBGRAFIA

• FONTES PRIMÁRIAS:

FUNDO CASA HIPÓLITO (MMLT)

IMPrensa LOCAL [BMTV]

NOME	PUBLICAÇÃO	PERIODICIDADE
<i>Jornal de Torres Vedras</i>	1885 – 1886	Semanal
<i>A voz de Torres Vedras</i>	1887 – 1890	Semanal
<i>A semana</i>	1887 - 1896	Semanal
<i>Gazeta de Torres Vedras</i>	1893 - 1894	Semanal
<i>A vinha de Torres Vedras</i>	1894 – 1920(?)	Semanal (C/ intermitências)
<i>Folha de Torres Vedras</i>	1899 – 1913	Semanal
<i>O imparcial de Torres Vedras</i>	1900 – 1901	Semanal
<i>O Português</i>	1908 – 1910	Quinzenal
<i>A voz de Torres</i>	1914 – 1915	Semanal
<i>Ecos de Torres</i>	1917 – 1921	Semanal (C/ intermitências)
<i>O Torreense</i>	1919 – 1925	Semanal
<i>A reconstituição</i>	1922 – 1923	Semanal
<i>A nossa terra</i>	1924 – 1926	Quinzenal / Semanal
<i>O correio de Torres</i>	1926	Semanal
<i>Gazeta de Torres</i>	1927 – 1933	Semanal
<i>A laracha</i>	1929	Semanal
<i>O jornal de Torres Vedras</i>	1929 – 1932	Semanal
<i>Alta Extremadura</i>	1932 – 1935	Trimensal
<i>O Torreense – II Série</i>	1935 – 1954	Semanal (por vezes irregular)
<i>Jornal de Torres Vedras – II Série</i>	1935 – 1936	Quinzenal (C/ intermitências)
<i>A voz do concelho</i>	1940 – 1942	Quinzenal
<i>Notícias de Torres</i>	1942 – 1946	Quinzenal
<i>Badaladas</i>	1948– actualid.	Quinzenal / Semanal
<i>Oeste democrático</i>	1975 – 1978	Semanal
<i>Em frente Oeste</i>	1989 – 2009	Semanal (C/ intermitências)

PROCESSO DE FALÊNCIA DA CASA HIPÓLITO. [34 volumes, 8 461 páginas, Tribunal da Comarca de Vila Franca de Xira, temporariamente na Instância Central de Comércio do Tribunal de Loures com o código de identificação nº 1864 / 14.6 TBTVD.]

ACTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS [AMTV]

ANUÁRIO DE TORRES VEDRAS, 1904, 1906. [BMTV]

• **PUBLICAÇÕES DE APOIO E CONSULTA:**

A HORA – Jornal ilustrado, Lisboa, 1936, 1937, 1959. [BMTV]

AL MADAN. Museus e património cultural (dossiê). II Série, nº 18, Junho 2013, Câmara Municipal de Almada.

AL MADAN. Arqueologia e património industrial (dossiê)., II Série, nº 19, Janeiro 2015, Câmara Municipal de Almada.

ARQUEOLOGIA & INDÚSTRIA. Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, nº 1, Lisboa, Julho 1998; nº 2/3, 1999.

ASSOCIATIVISMO E PATRIMÓNIO – *Actas do colóquio organizado pela Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, 29 a 30 de Março de 2003*. Coord. Maria Emília Vaz Pacheco. Santarém, Fundação Passos Canavarro, 2003.

BOLETIM DO TRABALHO INDUSTRIAL, Imprensa Nacional, Lisboa, 1905/1935? (Publicaram-se 150 números). [Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas - BAHOP]

BOLETIM DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, 1885-1929 [BAHOP]

CATÁLOGO GERAL da Grande Exposição Industrial Portuguesa realizada no Parque Eduardo VII, Lisboa, 1932-1933 [Biblioteca Nacional]

CATÁLOGOS DA CASA HIPÓLITO [FCH]

CATÁLOGOS DE EXPOSIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS [BAHOP]

DIÁRIO DA REPÚBLICA [Datas indicadas no texto]

ESTATÍSTICAS das Instalações Eléctricas de Portugal, 1928 a 1950. Informação colhida in: <http://www.wikienergia.pt/~edp/index.php?title=Principal>. [Cons. 28 Maio 2016]

F.I.P. – FEIRA DAS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS – 1949-1950. Lisboa, 1950 [Biblioteca do autor]

ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA [Em linha]

INDÚSTRIA PORTUGUESA – Revista da Associação Industrial Portuguesa (1928 a 1974) [Biblioteca da A.I.P.]

MUSEOLOGIA.PT – Instituto dos Museus e da Conservação, ano III, nº 3, 2009.

O SÉCULO, jornal diário publicado em Lisboa. [Em datas referidas no texto].

PATRIMONIO INDUSTRIAL: LUGARES DE LA MEMORIA – Projetos de reutilização em Industrias Culturales, Turismo Y Museos. Incuna, Asociación de Arqueología Industrial, Gijón, 2002.

PORTUGAL 1910-2010, 100 ANOS DE PATRIMÓNIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE. 2ª edição, Instituto de Gestão do património arquitectónico e arqueológico, Lisboa, 2011.

TURRES VETERAS III – Actas de História Contemporânea. Câmara Municipal de Torres Vedras e Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo “Alexandre Herculano”, Torres Vedras, 2001.

TURRES VETERAS VII – História das figuras do poder. Câmara Municipal de Torres Vedras e Instituto de Estudos Regionais e Municipalismo “Alexandre Herculano”, Torres Vedras, 2005.

TURRES VETERAS VIII – História das festas. Ed. Colibri, Câmara Municipal de Torres Vedras e Instituto Alexandre Herculano, Torres Vedras, 2006.

TORRES CULTURAL – Revista do Sector da Cultura da Câmara Municipal de Torres Vedras, nº 2, Julho, 1989; nº 5, 1992; nº 7, 1996.

VIDA RURAL, nº 62 [FCH]

VINHO – Semanário vitivinícola, Lisboa, 1935 [Biblioteca do Instituto da Vinha e do Vinho].

• BIBLIOGRAFIA GERAL

AGUIAR, António Augusto – *Indústria vitivinícola do séc. XIX, no concelho do Cartaxo*. Cadernos históricos, Câmara Municipal do Cartaxo, Cartaxo, 1989.

ALMEIDA, Carlos e BARRETO, António – *Capitalismo e emigração em Portugal*. 2ª edição, Prelo editora, Lisboa, 1974.

ALVES, Carlos Garcia – *Indústria metalúrgica e metalomecânica – alguns aspectos e problemas do seu desenvolvimento*. Comunicação à I Semana da Metalomecânica, Grémio dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Sul, Lisboa, 1966.

ANDRADE, Luís e TORGAL, Luís Reis – *Feriados em Portugal – Tempos de memória e sociabilidade*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

ANDRADE, Pedro (Coord.) [et al.] – *Museus públicos e literacia científico-tecnológica, redes de comunicação de significados no espaço interdimensional do museu*. Edições Colibri, Lisboa, 2010.

BABELON, Jean-Pierre e CHASTEL, André – *La notion de patrimoine*. Liana Levi, s/l, 2013.

BARATA, Maria Filomena – A salvaguarda dos bens culturais e o ordenamento do território: um passivo e um futuro. In: *Património estudos*, IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico, nº 6 – 2004.

BRIGOLA, João Carlos – *Os viajantes e o 'livro dos museus'*. Dafne editora, CHAIA / Universidade de Évora, Porto, 2010.

BRITO, J. M. Brandão de - *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965). O condicionamento industrial*. Lisboa, Dom Quixote, 1989.

CABRAL, Clara Bertrand – *Património cultural imaterial, convenção da UNESCO e seus contextos*. Ed. 70, Lisboa, 2011.

CABRAL, Manuel Villaverde (sel., pref. e notas) – *Materiais para a história da questão agrária em Portugal – sé. XIX e XX*. Editorial Inova, Porto, 1974.

CANDAU, Joël – *Antropologia da memória*. Instituto Piaget, Lisboa, 2013.

CANINAS, João Carlos – Associativismo e defesa do património (1980-2010). In: *100 anos de património, memória e identidade*. Instituto de Gestão do património arquitectónico e arqueológico, 2ª edição, Lisboa, 2011.

CARDIM, Pedro (Coord.) – *A História: entre memória e invenção*. Cursos da Arrábida, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1998.

CARDIM, Luís Filipe e LÚCIO, Maria Isabel - *Casos de empresas portuguesas*. Instituto de Emprego e Formação Profissional – Informação e Documentação, Col. Aprender, Lisboa, 1993.

CARVALHO, Ana – *Os museus e o património cultural imaterial - Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*. Edições Colibri / CIDEHUS – Universidade de Évora, Lisboa, 2011.

CASTANHEIRA, Pedro e CRUZ, Valdemar Cruz - *A filha rebelde*. Ed. Temas & Debates / Círculo de Leitores, Lisboa, 2003.

CASTRO, Armando - *A economia portuguesa do século XX (1900-1925)*. Edições 70, Lisboa, 1973.

CHOAY, Françoise - *Alegoria do Património*, Ed. 70, Lisboa, 2013.

CHOAY, Françoise – *Le Patrimoine en questions, Anthologie pour un combat*. Éditions du Seuil, s/l, 2009.

CHOAY, Françoise – *Património e mundialização*. Ed. bilingue, Editora Licorne / CHAIA, Évora, 2005.

- CONNERTON, Paul – *Como as sociedades recordam*. Celta Editora, Oeiras, 1993.
- CORDOVIL, Maria Madalena – Novos museus, novos perfis profissionais. In: *Cadernos de museologia*, nº 1 – 1993.
- CUCHE, Denys – *A noção de cultura nas ciências sociais*. 3ª ed., Fim de Século-Edições, Lisboa, 2006.
- CRUZ, Fernando – *Política industrial – algumas reflexões sobre o condicionamento*. Relatório ao II Congresso da Indústria Portuguesa, 1957.
- CUSTÓDIO, Jorge - *A organização do trabalho de campo*. AAIRL, Lisboa, 1986.
- CUSTÓDIO, Jorge – *O lagar e o “azeite de Herculano”*. Câmara Municipal de Santarém, Santarém, 1998.
- CUSTÓDIO [et al.] – *Museologia e arqueologia industrial, estudos e projectos*. Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, Lisboa, 1991.
- CUSTÓDIO, Jorge e SANTOS, Luísa – *A Real fábrica de fiação de Tomar e a 1ª geração europeia e americana de fábricas hidráulicas*. Coimbra Editora, Coimbra, 1990.
- DAUMAS, Jean-Claude (Dir.) - *La Memoire De L'Industrie. De L'Usine Au Patrimoine*. Presses Universitaires de Frenche Comté, Besançon, 2006.
- ECHEVERRIA, Javier – *Introdução à metodologia da ciência, a filosofia da ciência no século XX*. Almedina, Coimbra, 2003.
- ECO, Umberto & CARRIÉRE, Jean Claude – *A obsessão do fogo*, Ed. Difel, Lisboa, 2009.
- FENTRESS, James e WICKHAM, Chis – *Memória social*. Editorial Teorema, Lisboa, 1992.
- FERNANDES, Manuel J. [et al.] – Inventário do património industrial do concelho de Vila Franca de Xira. In: *Boletim Cultural CIRA 6, 1993-1994*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1996.
- FIGUEIRA, Álvaro de Sousa Reis – Como o tempo passa e as gerações se sucedem – Subsídios para a história da Fábrica Paupério. In: *O nome do biscoito é Paupério, desde 1874*. Ed. Paupério – Distribuição, Ld.^a, s/l, 2015(?).
- FOLGADO, Deolinda – ‘A Memória ao Negro’ ou a salvaguarda como reduto da memória. In: *Património estudos*, IPPAR- Instituto Português do Património Arquitectónico, nº 6 – 2004

FOLGADO, Deolinda – ‘O que é Nacional é bom’ O tempo da fábrica – vida, espaços e formas. In: *Património estudos*, IPPAR- Instituto Português do Património Arquitectónico, nº 10 – 2007.

FOLGADO, Deolinda e CUSTÓDIO, Jorge – *Caminho do Oriente, Guia do Património Industrial*. Livros Horizonte, Lisboa, 1999.

FURET, François – *A oficina da História (Primeiro volume)*. Publicações Gradiva, Lisboa, s/d.

GARRIDO, Álvaro – Culturas marítimas e conservação memorial, a experiência do Museu Marítimo de Ílhavo. In: *Museologia.pt*, Instituto dos Museus e da Conservação, ano III, nº 3, 2009.

GINZBURG, Carlo – Sinais, raízes de um paradigma indiciário in: *Mitos, emblemas, sinais – Morfologia e História*. Companhia das Letras, 2ª ed., Editora Schwarcz, S. Paulo, 2012.

GODINHO, Paula (Coord.) - *Usos da memória e práticas do património*. Ed. Colibri/Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, FCSH Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

GOITIA, Fernando Chueca – *Breve história do urbanismo*. (Lição 8 – A cidade industrial), 8ª edição, Editorial Presença, Lisboa, 2010.

GONÇALVES, Carla Alexandra – *Metodologia do trabalho científico*. Universidade Aberta, Lisboa, 2012.

GUILLAUME, Marc – *A política do património*, Campo das Letras, Porto, 2003.

GUIMARÃES, Manuel da Silva – *História de uma fábrica, a Real fábrica de fiação de Thomar*. Edição da Junta Distrital, Santarém, 1976.

HALBWACHS, Maurice – *La mémoire collective*. Albin Michel (Nouvelle édition revue et augmentée), Paris, 1997.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence – *L'invention de la tradition*. Nouvelle édition augmentée, Éditions Amsterdam, Paris, 2012.

JOÃO, Maria Isabel - Memória, história e educação. In: separata da Revista *NW noroeste, revista de História*, Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, Braga, 2005.

JORGE, Virgolino Ferreira – *Cultura e património*. Edições Colibri / Câmara Municipal de Portel, Lisboa, 2005.

LACROIX, Michel – *O princípio de Noé ou a ética da salvaguarda*. Instituto Piaget, Lisboa, 1999.

LE GOFF, Jacques – Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*, volume 1. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1984.

LE GOFF, Jacques – *História e memória – 1º volume História; 2º volume Memória*. Edições 70, Lisboa, 2000.

LENIAUD, Jean-Michel – L'État, les sociétés savantes et les associations de defense du patrimoine: l'exception française. In: *Patrimoine et passions identitaires, Actes des entretiens du patrimoine*, Paris, 6, 7 et 8 janvier 1997.

LIMA, Augusto Mesquitela [et al.] – *Introdução à antropologia cultural*. Editorial Presença, Lisboa, 1991.

LIMA, Sílvio – *Ensaio sobre a essência do ensaio*. 2ª edição, Arménio Amado, editor, Suc. – Coimbra, 1964.

LOPES, Flávio – *Zonas de protecção ao património arquitectónico, para que servem?* Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2013.

LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito - *Património arquitectónico e arqueológico, cartas, recomendações e convenções internacionais*. Livros Horizonte, Lisboa, 2004.

LOPES, João Teixeira – *Da democratização à democracia cultural, uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público*. Profedições, Ld.^a / jornal A Página, Porto, 2007.

MADUREIRA, Nuno Luís (Coord.) – *A história da energia – Portugal 1890-1980*. Livros Horizonte, Lisboa, 2005.

MAGALHÃES, Maria Inês de – Abordagens do conceito de cidadania. In: *O imaginário da cidade. Discursos, língua, cultura e sociedade*, III série, nº 5 – Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares, Universidade Aberta, Lisboa, 2003.

MALRAUX, André – *O museu imaginário*. Edições 70, Lisboa, 2013.

MARQUES, A.H. Oliveira – *História de Portugal*. 6ª edição, Palas editores, Lisboa, 1981.

MARQUES, A.H. de Oliveira (Coord.) – *Portugal, da Monarquia para a República*, Editorial Presença, Lisboa, 1991.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira – *Património, herança e memória, a cultura como criação*. 2ª edição, editorial Gradiva, Lisboa, 2011.

MATOS, Ana Maria Cardoso de - A indústria metalúrgica e metalomecânica em Lisboa e no Porto na segunda metade do século XIX, in: *Arqueologia & Indústria*, nº 1, Revista

da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, ed. APAI e Ed. Colibri, Lisboa, Julho 1998

MATTOSO, José – *A escrita da História, Teoria e métodos*. Editorial Estampa, Lisboa, 1997.

MENDES, J. M. Amado – *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*. Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra, 1984.

MENDES, J. M. Amado – *A história como ciência. Fontes, metodologia e teorização*. 2ª ed., Coimbra, 1989.

MENDES, J. M. Amado - *A arqueologia industrial: uma nova vertente da conservação do património cultural*. Instituto de Historia Económica e Social (FLUC), Coimbra, 1991.

MENDES, J. M. Amado – *Santos Barosa – 100 anos no vidro 1889-1989*. Col. Manuel Ferreira Rodrigues, Marinha Grande, 1992.

MENDES, J. M. Amado - *História Económica e Social dos Séculos XV a XX*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

MENDES, J. M. Amado e FERNANDES, Isabel Maria (Coordenadores) - *Património e Indústria no Vale do Ave: um passado com futuro*. Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave (ADRAVE), Famalicão, 2002.

MENDES, J. M. Amado (Pref. e Coord.) e SILVA, Paula Cristina Ferreira – *Cerâmica Estrela d'Alva, 100 anos de história, 1904-2004*. Estrela d'Alva, 2004.

MENDES, J. M. Amado – *Estudos do património – Museus e educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2ª ed., Coimbra, 2013.

MIRANDA, José A. Bragança de - *A cultura como problema*. In: *Teoria da cultura*. Edições séc. XXI, Lisboa, 2002.

MOUTINHO, Mário – *Os museus portugueses perante a sociomuseologia*. In: *100 anos de património, memória e identidade, Portugal 1910-2010*. Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 2011.

MUÑOZ, Esteban Castañer e MARTY, Nicolas - *L'histoire et le patrimoine de la société industrielle en Languedoc-Roussillon- Catalogne - Les enjeux de la recherche et de la conservation*. Presses Universitaires de Perpignan, 2007.

NATIVIDADE, Manuel Vieira - *Alcobaça de outro tempo. Notas sobre a indústria e a agricultura*, Alcobaça, 1906. [sem referência de editor].

NORAS, José Miguel – *Mais património, vida e alma por trás das pedras*. Âncora editora, Lisboa, 2015.

NUNES, João Paulo Avelãs - *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947): actividade mineira, "grande depressão" e segunda guerra mundial*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010.

PERALTA, Fernando – *Museu do campo Fernando Peralta, Póvoa da Isenta - Santarém*. Textos de António Maia Nabais. ACD Print S.A., s/l, 2014(?)

PEREIRA, Miriam Halpern - *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico- Portugal na segunda metade do século XIX*. Sá da Costa Editora, 2ª ed. corrigida, Lisboa, 1983.

PEREIRA, J. Martins - *Para a História da Indústria em Portugal, 1941-1965. Adubos azotados e siderurgia*. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2005.

PIRES, Ana Paula Soares - *A indústria de moagem de cereais: sua organização e reflexos políticos do seu desenvolvimento durante a I República (1899-1929)*. Dissertação de Mestrado em História dos séculos XIX e XX (Secção do século XX). FCSH, Univ. Nova de Lisboa, Lisboa, 2004.

POULOT, Dominique - “La multiplication des patrimoines”. In: *Patrimoine et musée. L'institution de la culture*, Hachette, Paris, 2001.

RAMOS, Paulo Oliveira - *A princesinha branca e esbelta e o dragão negro e rotundo: um estudo de história do património de Lisboa : 1888 - anos 50*. Tese de doutoramento na Universidade Aberta, Lisboa, 2003. 431 p. <http://hdl.handle.net/10400.2/2516>

RAMOS, Paulo Oliveira – Memória, património e vandalismo. In: *Memória e sociedade. Discursos, língua, cultura e sociedade*, III série, nº 3. Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares, Universidade Aberta, Lisboa, 2001.

RAMOS, Paulo Oliveira – Breve história do museu em Portugal. In: *Iniciação à museologia*. Coord. Maria Beatriz Rocha-Trindade. Universidade Aberta, Lisboa, 1993.

REIS, Jaime – O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913). In: *Análise Social*, vol. XX (80), 1984 – 1º, 7-28.

RODRIGUES, Manuel e MENDES, J. M. Amado - *História da indústria portuguesa – da Idade Média aos nossos dias*. Pub. Europa-América, Lisboa, 1999.

ROSAS, Fernando - *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939 – 1945*. Editorial Estampa, Lisboa, 1995.

SCHAFF, Adam – *História e verdade*. 3ª edição, Editorial Estampa, Lisboa, 2000.

SANTOS, Sofia – *Imprensa regional – temas, problemas e estratégias da informação local*. Livros Horizonte, Lisboa, 2007.

SERRÃO, Joel e MARTINS, Gabriela. *Da indústria portuguesa - do Antigo Regime ao Capitalismo*. Livros Horizonte, Lisboa, 1978.

SILVA, Jorge Henrique Pais da – *Pretérito presente (Para uma teoria da preservação do património histórico-artístico)*. (Texto com a data de 1975). Comissão Organizadora da Campanha Nacional para a Defesa do Património, s/l, s/d (1978?).

SEMEDO, Alice e LOPES, João Teixeira (Coord.) – *Museus, discursos e representações*. Edições Afrontamento, Porto, 2006.

SOEIRO, Teresa - *A latoaria em Cabeceiras de Basto*, ed. Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, s/l, 2015.

STAKE, Robert E. – *A arte da investigação com estudos de caso*. 3ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2012.

TEIXEIRA, António Moreira Teixeira – *Memória e sociedade: as Histórias possíveis*. In: *Memória e sociedade. Discursos, língua, cultura e sociedade*, III série, nº 3. Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares, Universidade Aberta, Lisboa, 2001.

TENGARRINHA, José – *História da imprensa periódica portuguesa*. Ed. Caminho, 2ª ed., Lisboa, 1989.

TINOCO, Alfredo e SOUSA, Élia de – *Património industrial e pré-industrial de Montijo, da obra à memória*. Edições Colibri e Câmara Municipal do Montijo, Lisboa, s/d (2009?)

TORGAL, Luís Reis [et al] - *História da História em Portugal-Sécs. XIX-XX*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.

TRAQUINA, Nelson e MESQUITA, Mário – *Jornalismo cívico*. Livros Horizonte, Lisboa, 2003.

VAINFAS, Ronaldo – *Os protagonistas anónimos da história, Micro-história*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2002.

VEYNE, Paul - *Como se escreve a História*. Ed.70, Lisboa, 1987 (1ª ed. em França:1971)

BIBLIOGRAFIA LOCAL

BRÁS, Rui Jorge Nunes – *Objectos vulgares: o fogão de petróleo «Hipólito» nº 2*. Trabalho no âmbito do Mestrado em Museologia, 2010. [Cedido pelo autor em formato PDF].

CALADO, Rafael Salinas - Torres Vedras e o seu Museu Municipal. In: *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, II Série, nº 16, Lisboa, 1947.

CANDEIAS, Manuel [et al.] – *Cem anos de vida – 1891.1991 – Clube Artístico Comercial*, Ed. C.A.C., Torres Vedras, 1991.

FONSECA, Victor Cesário – *Retalhos para a História de Torres Vedras*, ed. ADDPCTV, Torres Vedras, 1979.

GUARDADO, Carlos e TRAVANCA, Cecília - *História da Associação de Educação Física e Desportiva de Torres Vedras*. Ed. Associação de Educação Física e Desportiva de Torres Vedras, Torres Vedras, 2012.

LUNA, Isabel de – *Públicos do museu municipal Leonel Trindade: tratamento e análise de fontes administrativas*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, [Edição PDF facultada pela autora]. Mestrado de Museologia: Conteúdos Expositivos, Orientação do Prof. José Soares Neves, Lisboa, 2009.

MATOS, Venerando de - *O caminho-de-ferro em Torres Vedras, impacto da sua chegada*, Ed. Colibri/Câmara Municipal de Torres Vedras, Lisboa, 2007.

MATOS, Venerando de – *Republicanos de Torres Vedras-Elites, partidos, eleições e poder (1907-1931)*. Edições Colibri / Câmara Municipal de Torres Vedras, Lisboa, 2003.

MESQUITA, J. Carvalho – *História do Ensino Secundário em Torres Vedras*, Torres Vedras, 1969.

PEREIRA, Gabriel – *Pelos subúrbios e vizinhanças de Lisboa*, Lisboa, 1910.

REIS, Célia – *Cenas da vida de Torres Vedras*, Município de Torres Vedras/Cultura, Torres Vedras, 1999.

REIS, Célia – Problemas dos vinhos torrienses no final da Monarquia. In: *Turres Veteras III – Actas de História Contemporânea*, p. 125-147. Câmara Municipal de Torres Vedras, Torres Vedras, 2000.

ROSA, António da Silva – Cidade de Torres Vedras – Esboço histórico do jornalismo torriense. In: Suplemento do semanário *Badaladas*, 25 Maio 1979, Torres Vedras.

RODRIGUES, Ana Maria – *Torres Vedras, a vila e o termo nos finais da Idade Média*. Fundação C. Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Braga, 1995.

RODRIGUES, Cecília Travanca [et al] – *Torres Vedras, passado e presente*. Vol. I e II, Torres Vedras, 1996.

SALES, António Augusto – *Os guardadores do tempo*, Ed. Câmara Municipal de Torres Vedras, Torres Vedras, 2007.

SALGUEIRO, Teresa Barata – *Torres Vedras, a vila na região*. Tese de licenciatura na Fac. Letras de Lisboa, 1970. [Ed. copiografada disponível no Fundo Local da BMTV].

TORRES, Manuel Agostinho Madeira – *Descrição histórica e económica da villa e termo de Torres-Vedras*. Ed. “fac-simile” da 2ª edição de 1862, Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras, Torres Vedras, 1988.

TRAVANCA, Cecília - *Reconhecer Leonel Trindade*, Cooperativa de Comunicação e Cultura, Torres Vedras, 1999.

VIEIRA, Júlio – *Torres Vedras antiga e moderna*. 2ª edição, Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras e LivroDoDia, Torres Vedras, 2011.

WEBGRAFIA

AAVV – *De pé sobre a terra – Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal*. Organizadores: Bruno Monteiro e Joana Dias Pereira, s/l, 2013. Em: http://resistir.info/livros/de_pe_sobre_a_terra.pdf [Cons. 28 Março 2016].

ABREU FILHO, Sílvio - *Duas exposições espanholas: Sevilha e Barcelona, 1929*. Em: http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_16/02_SAF.pdf [Cons. 23 Maio 2016].

ADÃO, Áurea (Direcção) - *A educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969, um repertório cronológico, temático e onomástico*. Ed. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012, p.11. Em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6382/3/A%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20NOS%20ARTIGOS%20DE%20JORNAL%20DURANTE%20O%20ESTADO%20NOVO.pdf> [Cons. 29 de Julho 2016].

AGUIAR, Álvaro e MARTINS, M. F. - O crescimento da produtividade da indústria portuguesa no século XX. In: *CEMPRE- Centro de Estudos Macroeconómicos e Previsão*, Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Em: <http://wps.fep.up.pt/wps/wp145.pdf> [Cons. 21 Nov 2014].

ALMEIDA, Ana Nunes [et al] – Territórios, empresários e empresas: entender as condições da empresarialidade. In: *Análise social*, vo. XXIX [125-126], 1994 (1-2º), pp. 55-79. Em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223301681K9vJE9hz4Vl66HN9.pdf> [Cons. 18 Junho 2015]

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de Almeida - Dicionário biográfico do Poder Local em Portugal – 1936-2013, e.book, Lisboa, 2014. [Cons. 5 Agosto 2016].

ANICO, Marta e PERALTA, Elsa – Património e identidade num contexto de glocalização. In: *Al Madan*, nº 13, Julho 2005, Câmara Municipal de Almada. Em: https://issuu.com/almadan/docs/almadan_online_13 [Cons. 10 Dezembro 2016]

APETRO-Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas em:
http://www.apetro.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=76&Itemid=121.
[Cons. 2 Setembro 2016].

ARAÚJO, Armando Octaviano Palma – *A fábrica de louça de Massarelos- Contributos para a caracterização de uma unidade fabril pioneira*. 2 vol. Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Universidade Aberta, Lisboa, 2012. Em: <http://hdl.handle.net/10400.2/2382> [Cons. 11 Outubro 2014]

ARAÚJO, Francisca Pereira – Memória e cotidiano: notas sobre a fala de uma operária de fábricas de fiação em Campina Grande – Pb. In: *XII Encontro Nacional de História Oral – Política, Ética e Conhecimento*, Teresina 6 a 9 de Maio de 2014, Univers. Federal do Piauí]. Em:
http://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397490704_ARQUIVO_MemoriaecotidianoI.pdf [Cons. 12 Julho 2014].

CARTA DE NIZNHY TAGIL SOBRE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL:
<http://ticch.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf> [Cons. 20 Julho 2016]

CHIARELI, Clarice Pavan - A imprensa: um lugar da memória sob o olhar da História. Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas, Ouro Preto, EdUFOP, 2008, em:
<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/seminariodehistoria2008/t/pavan.pdf> [Cons. 13 Novembro 2015]

CINEMATECA PORTUGUESA – Exposição Agrícola – Pecuária e Industrial de Torres Vedras, 1926. Em:<http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=13367&type=Video>. [Cons. 18 Maio 2016].

COSTA, Lúcia Mariana Areias da – *Análise de acidentes de trabalho em contexto do sector laboral – metalomecânica*. Dissertação de Mestrado em Engenharia, segurança e higiene ocupacionais, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, 2012. Em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/72642/1/000155333.pdf> [Cons. 12 Janeiro 2017]

DECLARATÓRIA de Oaxtepec em:
<http://www.minom-icom.net/old/signud/DOC%20PDF/198403404.pdf> [Cons. 20 Julho 2016]

DELHOMME, Patrice - « 14-18 » N° 38, d'août , septembre , octobre 2007 page 44. Citado em http://pages14-18.mesdiscussions.net/pages1418/Forum-Pages-d-Histoire-service-sante-1914-1918/desinfection-champ-bataille-sujet_729_1.htm . [Cons. 12 Janeiro 2016].

DIOGO, Maria Paula - Indústria e engenheiros no Portugal de fins do século XIX: o caso de uma relação difícil. In: *Scripta Nova – Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n° 69(6), 1 de Agosto de 2000.. Em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-6.htm> [Cons. 10 Out 2014]

DOSSE, François - Entre histoire et mémoire: une histoire social de la mémoire. In: *Raison présente*, Setembro 1998, p. 3. Em: http://www.culturahistorica.es/dosse/entre_histoire_et_memoire.pdf [Cons. 30 Abril 2015].

DUARTE, Alice – Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora, in *Revista Museologia e Património*, vol.6, n°1, 2013, pp.99-117, em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/248/239> [Cons.20 Julho 2016]

ESTEVES, Filipa Sofia M. – *A aplicação do sistema de custo padrão na Indústria Têxtil: o caso da FISIFE-Fibras Sintéticas de Portugal, S.A.*, dissertação de Mestrado em Gestão de Empresa, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2013. Em: <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/172/1/Tese%20Custo%20Padr%C3%A3o%20-%20Filipa%20Esteves%20-%20vers%C3%A3o%20final%C3%ADssima.pdf> [Cons. 25 Setembro 2016]

FERNANDES, Rogério - Orientações pedagógicas das Casas de Asilo da Infância Desvalida (1834-1840) *Cadernos de Pesquisa*, n° 109, p. 89-114, Março /2000, em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000100005 [Cons. 12 Fevereiro 2016]

FERREIRA, Sónia – Entre a casa e a fábrica: memórias do trabalho operário no feminino. In: AIBR. *Revista de antropologia iberoamericana*. Em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2147346> [Cons. 9 e Julho 2014].

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi - Os fios da memória: fábrica Rheingantz entre passado, presente e património. In: *Horizontes Antropológicos*, vol.19 no.39 Porto Alegre Jan./June 2013. Em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-> [Cons. 10 Julho 2014].

FREITAS, Benedita Isabel Geraldês Faria de Freitas - *O teatro na comunidade de Torres Vedras: as práticas de criação e de fruição em torno do grupo do Grémio Artístico Torreense*. Dissertação de Mestrado em Educação Artística, Escola Superior de Educação de Lisboa, Lisboa, 1912. Em: <http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/2334/1/O%20teatro%20na%20comunidade%20de%20Torres%20vedras.pdf> [Cons. 9 Julho 2016].

GATTASS, Giuliana B. A. - Ano 2 (2013), n° 11, 12353-12375 / <http://www.idb-fdul.com/> ISSN: 2182-7567. Em:

http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2013/11/2013_11_12353_12375.pdf
[Cons. 22 Julho 2016]

GONÇALVES, Janice – Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o património cultural. In: *Historiae*, Rio Grande, 3 (3): 27-46, 2012.

Em: <https://www.seer.furg.br/hist/article/view/3260/1937> [Cons. 31 Maio 2016]

GUIA DE FUNDOS, Ministério da Educação e Ciência, Secretaria-Geral, Dir. de Serviços de Documentação e Arquivo, Lisboa, 1ª edição, Novembro de 2014, em:

http://www.sec-geral.mec.pt/sites/default/files/guia_de_fundos_arquivisticos.pdf [Cons. 29 Julho 2016]

GUIMARÃES, Gonçalves - O pólo industrial da Serra do Pilar, in: *A indústria portuguesa em perspectiva histórica: actas do Colóquio*, Lisboa, CLC – FLUP, 1998, p. 241-250. Em:

<https://www.google.pt/search?q=o+p%C3%B3lo+industrial+da+serra+do+pilar&cad=h>
[Cons. 12 Julho 2016].

HENRIQUES, Sofia de Sousa Teives Henriques - *Os consumos domésticos de energia em Portugal*. Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 2006. Em:

https://www.academia.edu/375691/Henriques_Sofia_T._2006_Os_consumos_dom%C3%A9sticos_de_energia_em_Portugal_MSC_thesis_Lisbon_ISEG [Cons. 24 Junho 2016].

INATEL – Fundação: “A Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT)

Em linha: <http://www.inatel.pt/content.aspx?menuid=897&eid=799>. [Cons. 20 Julho 2016].

LAINS, Pedro e SOUSA, Paulo Silveira – Estatística e produção agrícola em Portugal, 1848 1914. In: *Análise social*, vol. XXXIII (149), 1998, (5º), pp. 935-968. Em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221844503Z3dSG4pz7St47GS7.pdf> [Cons. 11 Janeiro 2017].

LES PRINCIPES de Dublin

Principes conjoints ICOMOS/TICCIH pour la conservation des sites, constructions, aires et paysages du patrimoine industriel:

http://www.international.icomos.org/Paris2011/GA2011_ICOMOS_TICCIH_joint_principles_EN_FR_final_20120110.pdf [Cons. 20 Julho 2016]

LEVANT, Yves e NIKITIN, Marc - *C.E. Bedaux fut-il reellment un socialiste utopique?*
Em:

http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/camt/fr/memoires/donnees_colloques/07_03_29-30_Conference_Histoire_de_la_comptabilite/program_fichiers/levant.pdf

[Cons. 20 Setembro 2016].

LIMA, Marinús Pires [et al] – Transformações das relações laborais em três sectores: os casos das indústrias automóvel, siderúrgica e naval. In: *Análise social*, vol. XXX (134), 1995 (5º), pp.857-879. Em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223388831R6iBU7yx0Bv41QG8.pdf> [Cons. 10 Janeiro 2017]

Livro de Registos de baptismo de Alcobaça – 1875-1885. Em: <http://digitarq.adlra.arquivos.pt/viewer?id=1019987>. [Cons. 25 de Setembro de 2015]

MADUREIRA, Nuno Luís - O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957). In: *Análise Social*, vol. xxxiii (148), 1998 (4.º), p. 777-822 Em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221844152N2aLM8di5Rd95LR3.pdf> [Cons. 24 Nov 2014].

MARINHO, Maria José - “Jaime Batalha Reis e Celeste Cinatti: diálogo sobre um retrato incompleto” in: *Análise Social*, vol. XLII (182), 2007, pp. 281-284. Em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218649507K9eUN1bq9N124RJ4.pdf> [Cons. 5 de Agosto 2016].

MARTINS, Conceição Andrade – A filoxera na viticultura nacional. In: *Análise Social*, Vol XXVI (112-113), 1991. P.653-688. Em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223042079C5pJM6qm9Aw66HJ7.pdf> [Cons. 22 Março 2016].

MARTINS, Conceição Andrade – Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). In: *Análise social*, XXXII, 1997 (3º), pp. 483-535. Em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841637C11ZI0ud6Ap83SP9.pdf> [Cons. 22 Março 2016]

MATOS, Ana Maria Cardoso - A utilização de novos materiais e estruturas no contexto do património urbano oitocentista. In: *Arqueologia & Indústria*, (2-3), 1999/2000, p. 109-127. Em: <https://www.google.pt/search?q=MATOS%2C+Ana+Maria+Cardoso+-+A+utiliza%C3%A7%C3%A3o+de+novos+materiais+e+estruturas+no+contexto+do+patrim%C3%B3nio+urbano+oitocentista&oq=MATOS%2C+Ana+Maria+Cardoso+-+A+utiliza%C3%A7%C3%A3o+de+novos+materiais+e+estruturas+no+contexto+do+patrim%C3%B3nio+urbano+oitocentista&aq=chrome..69i57.1547j0j7&{google:bookmarkBarPinned}sourceid=chrome&{google:omniboxStartMarginParameter}ie=UTF-8> [Cons. 20 Nov 2014].

MATOS, Carla Raquel da Silva e PINTO, Maria Raquel Ferreira – A indústria transformadora de cortiça em Santa Maria de Lamas, nos anos 50 e 60. In: *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, III Série, vol. 4, pp. 297-341, 2003. Em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2361.pdf> [Cons. 11 Janeiro 2017].

MATOS, Venerando de – Blogue *Vedrografias*. Em: <http://vedrografias2.blogspot.pt/>

MEMÓRIAS DO TRABALHO – *Testemunhos do Porto laboral no século XX*. In: Candidatura de projecto à Porto 2001 SA, Capital da cultura, Agosto 1999. Em: http://cdi.upp.pt/PDF/projecto_memorias.pdf [Cons. 12 Julho 2014].

MENDES, J.M. Amado - Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX. In: *Análise Social*, vol XVI(61-62), 1980-1º-2º, p. 31-52. Em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223993561K8mHN9oe1Ai93FX6.pdf> [Cons. 18 Out 2014].

MENDES, J. M. Amado – História Local e Memórias do Estado-Nação à época da globalização. In: *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIV (2000). Em: <https://eg.sib.uc.pt/bitstream/10316/12801/1/Jos%C3%A9%20M.Amado%20Mendes%2034.pdf> [Cons. 18 Dezembro 2015].

MENDES, J. M. Amado – *A arqueologia industrial: uma nova vertente de conservação do Património Cultural*. Em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12792/1/Jos%C3%A9%20M.Amado%20Mendes26.pdf> [Cons. 25 de Janeiro 2016]

MÓNICA, Maria Filomena - – Capitalistas e industriais (1870-1914), in *Análise Social*, vol. XXIII (99), 1987 – 5º, pp. 819-863. Em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223028371W4lFY9ix0Ky28XO1.pdf> [Cons. 20 Setembro 2015].

MOUTINHO, Mário – A memória também está em crise. In: *MUSEUS EM REDE – Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, nº 38, Janº de 2011, em: http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/museus_e_monumentos/boletins_rpm/rpm-boletim_n38.pdf [Cons. 18 Julho 2014].

NEVES, Pedro José Marto – *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal. Da década de 1880 à 1ª Guerra Mundial*. Tese de doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2007. Em: <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/525> [Cons. 12 Janeiro 2017].

NUNES, João Paulo Avelãs - *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947: actividade mineira, “grande depressão” e segunda guerra mundial*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010. [Parcialmente em linha] em: https://books.google.pt/books?id=u_x0vx6eWfsC&pg=PA2002-IA20&lpg=PA2002-IA20&dq=sociedade+Zickermann+na+segunda+grande+guerra&source=bl&ots=SaKjRgjKk-&sig=NkjO5FmeOUTXcMQejnaIccuL7Bw&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwiqpLaTrM7NAhXC1xQKHRUqBeIQ6AEIGzAA#v=onepage&q=sociedade%20Zickermann%20na%20segunda%20grande%20guerra&f=false [Cons. 29 Junho 2016].

PEREIRA, João Martins – Como entrou a siderurgia em Portugal. In: *Análise social*, vol XXXVI, 2003, pp.1159-1190. Em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218736578J2jKU5am0Qm59HW1.pdf> [Cons. 11 Janeiro 2017]

PEREIRA, Luís Miguel – A memória como espaço de experiência e horizonte de espera. Em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/dia/v27n2/v27n2a11.pdf> [Cons. 15 Janeiro 2017]

PEREIRA, Maria da Conceição F. de B. - *Acção e Património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, 2017. <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/692/1/LC389.pdf> [Cons. 4 Agosto 2016]

PINTADO, Xavier – Níveis e estruturas de salários comparados: os salários europeus. In: *Análise Social*, nº 17, Jan-Mar 1967. Em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224172603W2bWJ8if0Bg04QN6.pdf> [Cons. 11 Janeiro 2017]

REIS, Jaime - O atraso económico português em perspectiva histórica (1860 – 1913) in: *Análise Social*, vol. XX (80), 1984 – 1º, pp.7-28. Em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223472983X6iYR2re6Rj50YV5.pdf> [Cons. 17 Outubro 2016].

RESTOS DE COLECÇÃO [Blogue] <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2009/11/gazcidla.html>. [Cons. 23 de Agosto de 2016]

RIBEIRO Carla P. S. – *Imagens e representações de Portugal – António Ferro e a elaboração identitária da nação*. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014. Em: https://www.academia.edu/23506816/IMAGENS_E_REPRESENTA%C3%87%C3%95ES_DE_PORTUGAL._ANT%C3%93NIO_FERRO_E_A_ELABORA%C3%87%C3%83O_IDENTIT%C3%81RIA_DA_NA%C3%87%C3%83O?auto=download [Cons. 21 Julho 2016].

RICOEUR, Paul – *Memória, história, esquecimento*. Conferência proferida em Budapeste, 2003: Em: http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia [Cons. 6 Fevereiro 2016].

ROSA, Carolina Lucena - O património industrial: a construção de uma nova tipologia do património. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo*, Julho 2011.Em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308189074_ARQUIVO_artigoANPUHCarolinaRosa.pdf [Cons.7 Dezembro 2016].

SALVADOR, Regina - *A AIP e o Desenvolvimento de Portugal - Ao serviço das empresas desde 1837. Os últimos 60 anos*. Volumes I, II e III. Lisboa: AIP, 2008 <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2495> [Cons. 12 Julho 2015]

SANTOS, Graça dos - *Política do espírito: o bom gosto obrigatório para embelezar a realidade*. Em: <file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/6326-15523-1-PB.pdf> [Cons. 20 Julho 2016]

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura - Reflexões Museológicas: caminhos de vida. *Cadernos de Sociomuseologia*. [S.l.], v. 18, n. 18 Junho 2009. Em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/359> [Cons. 15 Dezembro 2016]

SANTOS, Maria Lúcia – Percursos da educação de infância em Portugal. In: *Saúde Infantil*, Abril 2011. Em:

<https://www.google.pt/search?q=percursos+da+educa%C3%A7%C3%A3o+da+inf%C3%A2ncia+em+portugal&oq=percursos+da+educa%C3%A7%C3%A3o+da+inf%C3%A2ncia+em+portugal&aqs=chrome..69i57.12529j0j7&{google:bookmarkBarPinned}sourceid=chrome&{google:omniboxStartMarginParameter}ie=UTF-8> [Cons. 8 Janeiro 2015].

SANTOS, Maria de Lurdes L. dos [et al.] - As lutas sociais nas empresas e a revolução do 25 de Abril, in: *Análise Social*, nºs 42-43, 1975, p.268. Em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223912536X9tKN2t9M135AU3.pdf> [Cons. 12 Setembro 2016]

SILVA, Catarina Perdigão Clemente da - *Reabilitação de património industrial: seu valor e critérios de análise para propostas de intervenção*. Dissertação de mestrado. ISCTE, Lisboa, 2007. Em: <http://hdl.handle.net/10071/2495> [Cons.14 Maio 2014]

SILVA, Francisco Ribeiro - *História local: objectivos, métodos e fontes*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Em.: : <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3226.pdf> [Cons. 30 Maio de 2014].

SILVA, Helenice Rodrigues - “Rememoração” / Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, vol 22, nº 44, São Paulo, 2002, em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882002000200008&script=sci_arttext [Cons. 4 Maio 2016]

SILVA, Luísa Vieira da e GARCIA, João Carlos - *O inquérito industrial de 1981 – Nota sobre um centenário*. Em: <http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/viewFile/2179/1834> [Cons.12 Out.2014].

SOUSA, Alfredo – Os anos 60 da nossa economia. In: *Análise Social*, vol. XXX(133), 1995, (4º), pp. 613-630). Em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223385023B5hFA2jw8If87AH1.pdf> [Cons. 7 Maio 2015].

TAVARES, Célia Gonçalves e LEITE, Roberto – O projecto Picar o Ponto: memórias orais de operários da Fábrica Robinson. In: *Midas – Museus e estudos interdisciplinares*. Em: <https://midas.revues.org/531> [Cons. 11 Janeiro 2017]

VICENTE, Davide Alexandre R. - *Museu do Vinho de Alcobça*. Relatório de estágio, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/27374> [Cons. 4 Agosto 2016]

VIEIRA, Lucas Schuab – *A imprensa como fonte para a pesquisa em História: teoria e método*. Em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf> [Cons. 13 Fevereiro 2014]

TOSCANO, Maria da Conceição da Costa Almeida – *A fábrica de moagem do Caramujo – Património Industrial da Cova da Piedade: percursos de salvaguarda e reutilização*. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa, 2012. Em: http://hdl.handle.net/10400.2/2099_ [Cons.11 Outubro 2014]

ZICMAN, Renée Barata – *História através da imprensa: algumas considerações metodológicas*. Projecto História. Revista do programa de estudos pós-graduados de História. E-ISSN 2176-2767;ISSN 0102-4442. Em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410> [Cons. 15 Fevereiro 2014]

OUTROS RECURSOS WEB

APIC – ASSOCIATION POUR LE PATRIMOINE INDUSTRIAL DE
CHAMPAGNE-ARDENNE
<http://www.patrimoineindustriel-apic.com/N/i22.html>

ASSOCIATION POUR LA SAUVEGARDE ET LA PROMOTION DU
PATRIMOINE INDUSTRIEL EN VAUCLUSE
<http://www.asppiv.fr/>

ASSOCIATION QUÉBÉCOISE POUR LE PATRIMOINE INDUSTRIEL
<http://aqpitest2.weebly.com/>

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS
<http://www.cm-tvedras.pt/cultura/museu-municipal/doacoes/>

CASAS-MUSEU EM PORTUGAL [blogue]. Em: <http://casas-museu-em-portugal.blogspot.pt/>

CILAC : Comité d'information et de liaison pour l'archéologie, l'étude et la mise en
valeur du patrimoine industriel
<http://www.cilac.com/>

CITÉ DES SCIENCES & DE L'INDUSTRIE
<http://www.cite-sciences.fr/fr/accueil/>

ERIH – EUROPEAN ROUTE OF INDUSTRIAL HERITAGE
<http://www.erih.net/>

ERMINA, Association Nationale d'étude et de protection du Patrimoine archéologique
industriel.
<http://www.ermina.fr/>

E-FAITH

European Federation of Associations of Industrial and Technical Heritage
(devoted to cooperation between industrial and technical heritage associations and volunteers in Europe)

<http://www.e-faith.org/>

<http://www.e-faith.org/home/>

LA REVUE POUR L'HISTOIRE DU CNRS

Faire du patrimoine industriel un métier

<http://histoire-cnrs.revues.org/1772>

PATRIMÓNIO INDUSTRIAL DO SUL DE PORTUGAL

<http://i-heritage-alentejo.blogspot.pt/p/bibliografia.html>

PUWB – PATRIMOINE INDUSTRIEL WALLONIE-BRUXELLES

<http://patrimoineindustriel.be/fr/>

RESTOS DE COLECÇÃO Blogue)

<http://restosdecolecao.blogspot.pt/>

(índices alfabéticos e temáticos. Ver “indústrias e fábricas” (embora nada tenha sobre a Casa Hipólito ou T. Vedras)

The Association for Industrial Archaeology

www.industrial-archaeology.org

THE TERRENCE MARSH LANTERN GALLERY / Stove
manufacturers <http://tgmarsh.faculty.noctrl.edu/stoveah.html>

TICCIH – THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE

<http://ticcih.org/>

**CASA HIPÓLITO – HISTÓRIA, MEMÓRIAS
E PATRIMÓNIO DE UMA FÁBRICA TORRIENSE**

ANEXOS



Joaquim Manuel Jorge Moedas Duarte
Mestrado em Estudos do Património

ÍNDICE DE IMAGENS

Nº	LEGENDA	FONTE	PÁG.
1	Registo de baptismo	Digitarq.	298
2	Registo de casamento	Digitarq.	299
3	António Hipólito e sua mulher Maria Inácia com o filho primogénito António e um filho bebé, provavelmente José. Data provável: 1904.	Foto da família	300
4	O casal Hipólito com quatro filhos, data provável 1910	Foto da família	301
5	O casal Hipólito com os sete filhos e uma empregada, data provável 1919	Foto da família	301
6	A. Hipólito (na mesa à esq.), com filhos e outros familiares. Sessão de homenagem na Câmara Municipal, 1950	FCH	302
7	António Hipólito, Expositor em 1932	FCH	302
8	Viagem à Alemanha e Hungria em 1937, reportagem de <i>O Torreense</i> de 31 Outubro 1937	BMTV	303
9	Proposta de atribuição de Grau de Comendador	Arq. Pres. República	304
10	Atribuição do Grau de Comendador	Idem	305
11	Carro alegórico de <i>A Industrial</i> nos festejos do 1º de Maio em 1915	FCH	306
12	Anúncio em 1 Novembro 1903	BMTV	307
13	Anúncio no jornal <i>O Torreense</i> de 2 Janeiro 1921	Idem	308
14	Jornal <i>A Nossa Terra</i> , 25 Dezembro 1924	Idem	309
15	Anúncio, 7 Setembro 1933	FCH	310
16	Destilaria, anúncio na <i>Gazeta de Torres</i> , 16 Julho 1933	BMTV	310
17	Produtos, área do petróleo	FCH	311

18	Tiras publicitárias publicadas em diversos jornais, anos 50	FCH	312
19	Calendários Hipólito, 1963 e 1980	Do autor	313
20	Notícias no jornal <i>Badaladas</i> , 15 Maio 1959	BMTV	313
21	Caldas da Rainha, 1921	FCH	314
22	Feira de Amostras do Estoril, <i>Gazeta de Torres</i> , 29 Dezembro 1929	BMTV	315
23	Diploma de participação na Exposição Ibero-Americana de Sevilha, 1929/1930	FCH	316
24	Medalha de prata da Exposição Ibero-Americana de Sevilha, 1929/1930	FCH	316
25	Postal distribuído na Exposição de Sevilha, 1929	FCH	317
26	Comissão da Exposição Agrícola-Pecuária e Industrial de 1926, em Torres Vedras, da qual faz parte António Hipólito	BMTV	318
27	<i>Casa Hipólito</i> na Feira da Tunísia, foto e legenda do <i>Diário de Notícias</i> de 19 Novembro 1956	FCH	319
28	Primeira página de <i>O Torreense</i> , 8 Junho 1952	BMTV	320
29	Feira Popular, Lisboa, 1952: António Hipólito Junior com o Presidente da República, General Craveiro Lopes	FCH	321
30	<i>Casa Hipólito</i> na Feira Popular, 1952	FCH	321
31	António Hipólito Junior com Presidente da República, Almirante Américo Tomás, na F.I.L em 1959	FCH	322
32	Cartão de parabéns do jornal <i>O Torreense</i>	FCH	323
33	Rogério Figueiroa Rego, Presidente da Câmara de Torres Vedras, discursa na sessão solene de homenagem a A. Hipólito - (à esquerda, na foto)	FCH	323
34	Almoço de homenagem na Tuna Comercial Torreense	FCH	324

35	O Presidente da Câmara faz um brinde. À sua direita estão António Hipólito e a esposa Maria Inácia	FCH	324
36	Em Fátima, passeio comemorativo em 3 Junho 1950	FCH	325
37	Em Santarém (Portas do Sol), passeio comemorativo em 3 Junho 1950	FCH	325
38	Primeira página de <i>O Torreense</i> , 12 Abril 1953	BMTV	326
39	Sessão solene de abertura dos cursos, no GAC, 1953	Foto da família	327
40	Curso de alfabetização de adultos, sessão do 1º aniversário, no GAC, em 1954	Idem	327
41	1º aniversário do GDRCH, jornal <i>O Torreense</i> , 15 Maio 1949	BMTV	328
42	Folheto do 10º aniversário, 1958	FCH	329
43	Notícia no jornal <i>Badaladas</i> em 1 Maio 1958	BMTV	330
44	Equipa de futebol do GDRCH, que jogou com a equipa da <i>Cidla</i> em 14 de Junho de 1959.	FCH	330
45	Notícia no jornal <i>Badaladas</i> , 16 Maio 1964	BMTV	331
46/46A	<i>Fábrica A</i> , ao lado da Igreja de Santiago, início dos anos 90	Arq. Jorge Bonifácio	332
47	<i>Fábrica A</i> e <i>Casa do Comendador</i> , início dos anos 90	Idem	333
48	Aspecto do interior da <i>Fábrica A</i>	Particular	334
49	Idem	Idem	334
50	Idem	Idem	335
51	Idem	Idem	335
52	Idem	Idem	336
53	Aspecto do interior dos Pavilhões	Idem	336
54	Instalações na R. Serp. Pinto abandonadas, início dos anos 90	Arq. Jorge Bonifácio	337

55	Aspecto actual da mesma rua (2017).	Autor	337
56	As naves industriais na zona de Arenes, 1991	FCH	338
57	Refeitório da <i>Casa Hipólito</i>, em Arenes	FCH	338
58	António Hipólito ao lado do condutor do carro, com foliões, anos 30	Foto de família	339
59	Carro de Carnaval da <i>Casa Hipólito</i>, anos 40/50	BMTV	339
60	Fogão Hipólito entre foliões, 1951	BMTV	340
61	Teatro Politeama, Lisboa, Carnaval 1950	BMTV	340
62	Carnaval 1933	FCH	341

Imagem 2 - Registo de casamento

Castro

N.º 1

Antonio Hippolyto e Maria Ignacia

Concedouro

1882

Exm. Co. D. João

No unto e clero de janeiro de mil no-
 uecentos e dois, noite e proprii parochial
 de St. Pedro, da villa e concelho da
 Torre Vedra, diocese de Lissboa, na
 minha presenca compareceram os mi-
 nistros Antonio Hippolyto e Maria
 Ignacia, que sui seuu o proprio, com
 todos os papéis do rito de casamento, e
 sem impedimento para o casamento; el-
 le solteiro, fideleiro, de dez e nove
 annos d'idade, natural e baptizado
 na parochia da villa e concelho da
 Alcobaca, diocese de Lissboa, morador
 na rua da Torre Vedra, d'esta fregue-
 zia, filho legitimo de Antonio Hip-
 polyto, ja fallecido, natural da paro-
 chia da Pedreira, concelho d'Alco-
 baca, e de Felicidade de Bonceiro, na-
 tural da dita freguezia d'Alcobaca;
 e ella solteira, sem proprio, de vinte
 annos d'idade, natural e baptizada
 na freguezia da Empara do Bispo,
 concelho de Alfara, diocese de Lissboa,
 e residente na rua da Concedouro,
 filha legitima de Luiz Baudilio Costello
 e de Maria Ignacia, natural da dita
 parochia de Empara do Bispo; os seus
 ministros se receberam por suavis e
 unibus, e os uni em matrimonio,
 procedendo neste acto segundo o rito
 de Casado. Nota act estimeram pre-
 sente a mãe da nubenta e o pai do
 conyuge e os autorisaram a contractar
 este matrimonio. Foram testamentos
 presentes que sui seuu o proprio,

Cotamos Militas, fazendeiro, e mora-
 dor da dita freguezia de Empara do
 Bispo, e Maria dos Torres Livanos,
 fôrmeira, e residente na parochia de San-
 ta Maria do Costello d'este m.º. E pa-
 ra contar, lavrei em duplicado es-
 te assento que se pon de lido e confe-
 rido perante o conyuge, para e testi-
 munha, foi original somente
 pelo conyuge e por mim, porque
 os meus não sabiam escrever. Era
 ut supra.

Antonio Hippolyto
 O Coadjutor Antonio Joaquim de Lages

Imagem 3 - António Hipólito e sua mulher Maria Inácia com o filho primogénito António e um filho bebé, provavelmente José. Data provável: 1904.



Imagem 4 - O casal Hipólito com quatro filhos, data provável 1910



Imagem 5 - O casal Hipólito com os sete filhos e uma empregada, data provável 1919



**Imagem 6 - A. Hipólito (na mesa à esq.), com filhos e outros familiares.
Sessão de homenagem na Câmara Municipal, 1950**

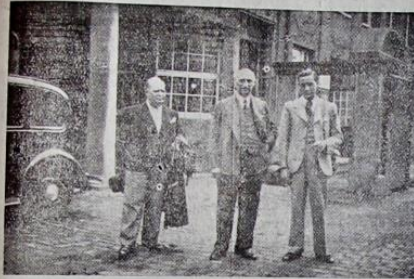


Imagem 7 - António Hipólito, Expositor em 1932



Imagem 8 - Viagem à Alemanha e Hungria em 1937,
reportagem de *O Torreense* de 31 Outubro 1937

A viagem de António Hipólito ao estrangeiro



Visita à Fabrica de Cobre em Frankfurt — Alemanha

Pouco depois do regresso do nosso presado amigo, Sr. Comendador António Hipólito, o grande industrial torreense, da sua grande viagem comercial, de estudo e pro-

paganda pelo estrangeiro, visitámo-lo, apresentámos-lhes cumprimentos de boas vindas, trocámos impressões, muito radiante disse-nos ter gostado muito do monumental passeio que tinha dado, das facilidades que em toda a parte do quasi meio-mundo que percorreu sempre encontrou, disse maravilhas, enfim, o bem que se diz do Estado Novo e de Salazar, etc., etc.

Enfim, como jornalistas, *aguçou-nos o dente* e pensámos ter uma entrevista com mais sócego com o nosso amigo, sr. António Hipólito.

Tempos depois, aguçámos muito bem o lápis, procurámos o nosso amigo nos seus escritórios, dissemos-lhe qual o fim da nossa visita, e, com grande espanto nosso, disse-nos:

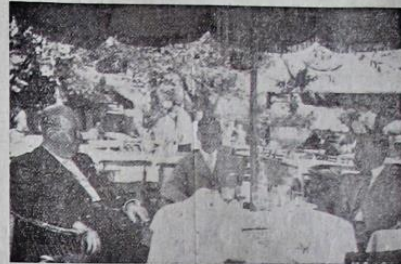
— O quê? uma entrevista? tenham paciência, mas não tenho tempo. Tenho muito que fazer. Desculpem. Até logo. Para a outra vez será!

Ficámos estupefactos e boquiabertos, e só o nosso amigo Vasco Parrera, nos tirou daquela situação, descrevendo-nos o passeio e mostrando-nos vários instantâneos da viagem.

Estivemos vendo as fotografias, e, por vingança, *bifámos* quatro, sem que ele desse por isso, as que hoje publicamos.

Agora vamos ter o prazer de saber que o nosso querido Comendador vai ficar com a mesma cara com que nos deixou quando lhe rogámos a entrevista.

Desculpe o nosso amigo António Hipólito a



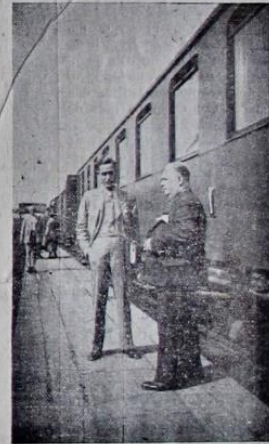
Almoço junto do Gerente da Secção de Exportação da Virgarisch Gumminarenfabrik, no Restaurant "Danubio Azul", em Budapest

brincadeira, mas no jornalismo, o «amôrcom amôr se paga».

X.



Visita à Fabrica de lanternas de fôlha em Erfurt — Alemanha



Embarque de Viena para Budapest

Imagem 9 - Proposta de atribuição de Grau de Comendador

N.º _____

2575
29/10.7

Ministério d A AGRICULTURA _____

PROPOSTA ^(a)

Proporho para ser condecorado com o grau de COMENDADOR da Ordem Militar do MÉRITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL (CLASSE DE MÉRITO INDUSTRIAL)

Nome próprio e apelido	Categoria civil, posto, graduação ou profissão	Nacionalidade	Residência
ANTONIO HIPOLITO	INDUSTRIAL E PROPRIETARIO	PORTUGUEZ	TORRES VEDRAS

(b) PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS NA PROPAGANDA DA INDUSTRIA NACIONAL E PELAS SUAS PATRIOTICAS INICIATIVAS CONSEGUINDO COM O ESFORÇO PROPRIO, ELEVAR A SUA INDUSTRIA A COMPETIR COM A MELHOR QUE NO GENERO SE FABRICA NO ESTRANGEIRO. É O MAIOR INDUSTRIAL EM TODO O PAIZ, NO FABRICO DE DIFERENTE MATERIAL VINICOLA, MAS ESPECIALMENTE EM PULVERISADORES E PRENSAS. AS MAQUINAS DA SUA INVENÇÃO NÃO SÓ EVITA A SAIDA DE OURO, MAS PROVOCA A SUA ENTRADA PELA IMPORTANTE EXPORTAÇÃO QUE TEM.

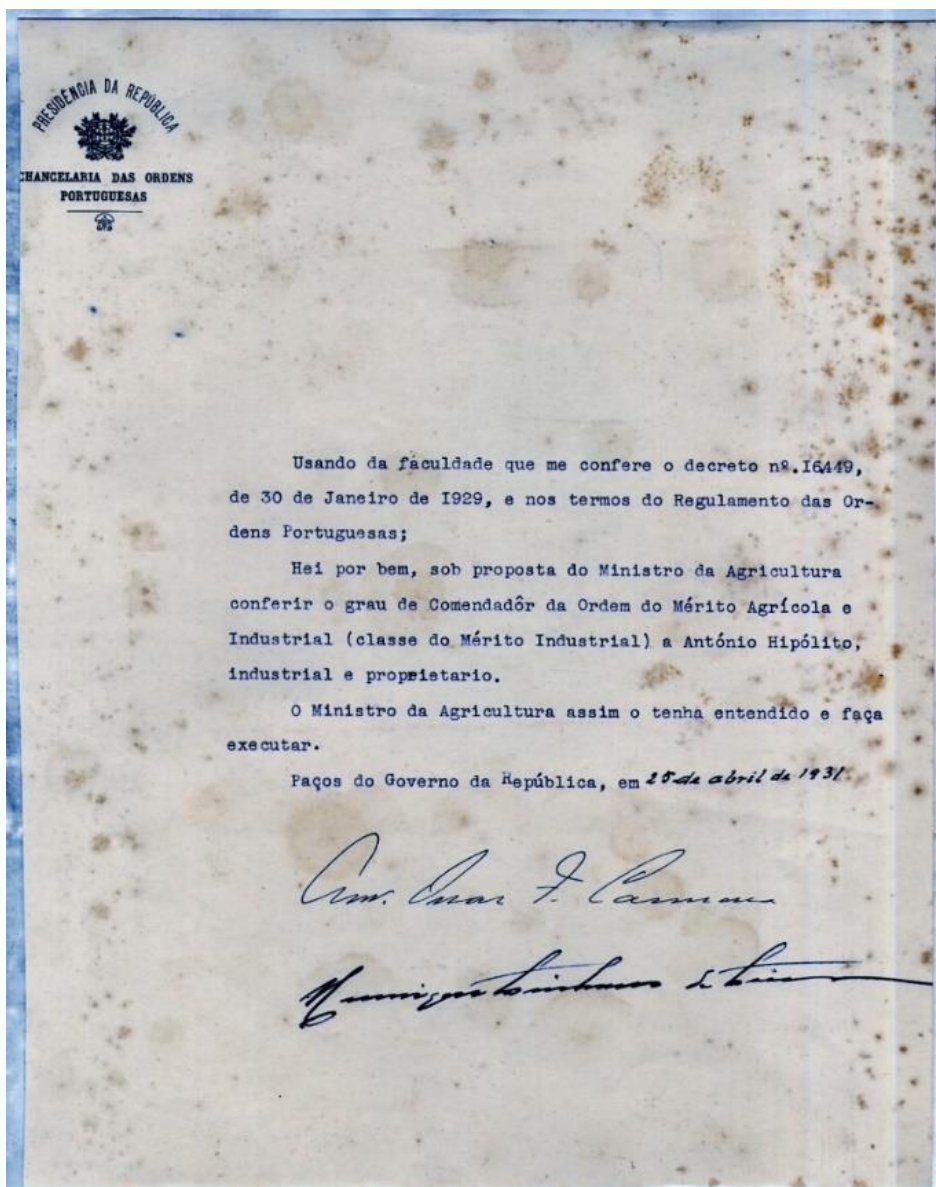
PREMIADO COM MEDALHAS DE OURO NAS EXPOSIÇÕES IBERO-AMERICANA-SEVILHA, RIO DE JANEIRO, CALDAS DA RAINHA, TORRES VEDRAS E FEIRA DE AMOSTRAS DO ESTORIL

Lisboa, 20 de OUTUBRO de 1930

O Ministro d. A AGRICULTURA _____,

Francisco António de Sá

Imagem 10 - Atribuição do Grau de Comendador



I. A EMPRESA - PUBLICIDADE

Imagem 11- Carro alegórico de *A Industrial* nos festejos do 1º de Maio em 1915



Imagem 12 - Anúncio em 1 Novembro 1903

Folha de Torres Vedras

Director — Silverio Botelho de Sequeira

IV ANNO—N.º 190
Domingo, 1 de Novembro de 1903

Assignaturas: Anno, 15000 réis; Semestre, 8000 réis; Trimestre, 4500 réis; Mensal, 1500 réis. No corpo do jornal, linha 50 réis; Na 30 réis; Repetição, desconto de 25 por cento.

Publicações: Não se publicam as que não tenham caracter sedicivo ou que sejam offensivos a pessoa. Os manuscritos não publicados não se restituem.

Offertas agricolas: Todos os srs. assignatarios e commerciantes, tem a facilidade de annunciarem quantos qm. de qualquer materia, na secção das Offertas agricolas. De não assignatarios e commerciantes podem consulto a tabela e a tabela a 100 réis por cada linha, com a taxa de 25 por cento para impressão na Typ. e Pap. Cabral—Torres Vedras.

Editor e administrador, Julio do Nascimento Vieira
Administração: R. Serpa Pinto, 36, 2.º

Off. de redacção: correio da Feliteira; e a relativa á adm. Torres Vedras.

FOLHA DE TORRES VEDRAS

ANTONIO HYPOLITO

Latoeiro de folha branca e constructor de gazometros

Encarrega-se da montagem e fabricação de gazometros para acetylene.

NOVIDADE! NOVIDADE!

Lampadas e candeieiros portateis para gaz acetylene, novos modelos

Fabricam-se de zinco ou metal, garantindo-se o seu bom funcionamento. Luz para 6 horas! com pequeno consumo de carboneto!

Estes aparelhos dispensam canalizações, são absolutamente inexplosiveis, não havendo o menor perigo com o seu uso; e além d'isso dão uma luz brilhante e fixa, com grande economia, devido ao baixo preço actualmente do carboneto.

Por isso são recommendaveis tanto para casas particulares, como para estabelecimentos que não possam fazer installações de gazometros.

A grande quantidade d'estes candeieiros que se tem vendido são a prova da sua utilidade.

Não mais petroleo! Tudo illuminado á luz brilhante do gaz acetylene!

Fazem-se latas proprias para o carboneto.

Vendem-se bicos de diferentes sistemas.

204

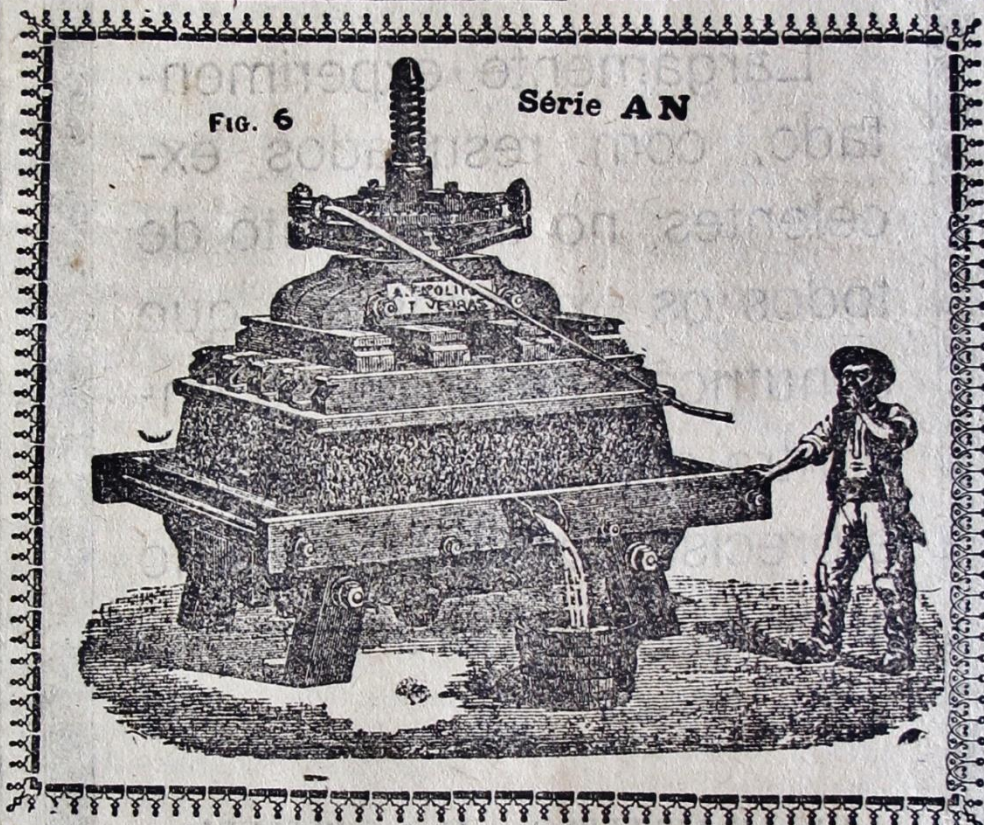
R. Serpa Pinto, 48—TORRES VEDRAS

A INDUSTRIAL

Serralharia mecanica e civil

OFICINAS MOVIDAS A VAPOR

CASA FUNDADA EM 1900



Artigos vinícolas e agrícolas. Prensas *Marmonier* e *Mabile*
Pulverisadores. Caldeiras de destilação. Bombas
para vinho. Manufactura de prensas, co-
sedores, carros, charriots e
mais ferramentas

Tubagem em ferro, cobre, latão e borracha, etc.

PREÇOS ESPECIAIS AOS REVENDEDORES

ANTONIO HIPOLITO

25-12-924 A Nossa Terra 3

A INDUSTRIAL

ANTONIO HIPOLITO (Torres Vedras)
(Officinas movidas a electricidade)



Prensas Marmonier A. N.

Esta fábrica, devido aos grandes melhoramentos que fez nas suas oficinas, introduzindo novas máquinas para o seu desenvolvimento, está devidamente habilitada a produzir bem e barato.

Para o nosso vinhateiro de todas as regiões, esta prensa é a única que mais satisfaz pelo seu bom funcionamento e simplicidade e de grande rendimento.



Prensas Marmonier B. B.

Recomendamos este sistema de n.º 10 para cima, devido à sua grande resistência e rendimento; esmagadores, lagariças, chunchos, etc. Também fabricamos prensas «Mobiles».



Bombas

Para trastejo de vinhos e mostos, fabrico as mais preferidas pelos vinicultores. Estas bombas de meu fabrico todos os vinicultores as conhecem, porque todos as tem preferidas nas suas adegas; mangueiras, chapadores, uniões, vauzulas para toneis, torneiras, etc.

Esmagadores

Há em armazem todos os tamanhos recomendamos o nosso fabrico pelo seu grande rendimento no esmagamento da uva.

Fabrica premiada em todas as exposições a que tem concorrido



Pulverisadores GOUBET

Grande quantidade em armazem para entrega imediata a revendedores, com grandes descontos.

Esta fábrica tem fornecido o paiz inteiro com o seu excelente fabrico. Todas as principais casas de Lisboa, Porto, Coimbra, Anadia e mais regiões vinhateiras, tem preferido os nossos pulverisadores, devido a serem bem fabricados e com cobre muito grosso.

De todos os consumidores temos recebido os maiores elogios pelo esmero dos nossos trabalhos.

Já a grande quantidade de peças soltas de sobresselente para os mesmos.



ATENÇÃO!

É em virtude das vantajosas compras de materias-primas que esta fabrica dá todas as garantias aos seus clientes e aiaça os seus produtos.



Nota importante

Todo o fabrico de Prensas e Pulverisadores, é de tanta confiança, que é a unica fabrica no paiz que tem apresentado os seus trabalhos nas exposições da Agricultura, onde tem sempre obtido as melhores classificações, alcançando sempre o grande PREMIO DE HONRA.

Esta fabrica merece a visita de todas as pessoas que se interessam pelo desenvolvimento da industria e nomeadamente dos vinicultores que desejem acompanhar o progresso da preparação de vinhos e seu tratamento.

Officinas movidas a electricidade

Escritório:
Rua Serpa Pinto n.º 47 a 55

Fábrica: Rua Dr. Aleixo

Armazem:
Largo do Terreirinho

TORRES VEDRAS




Imagem 15 - Anúncio, 7 Setembro 1933



VINDIMAS
COLHEITA DE 1933

O melhor fabrico de: **PRENSAS PARA VINHO,**
LAGARIÇAS, CINCHOS, ESMAGADORES para uva,
BOMBAS, VALVULAS, etc., é o da

CASA HIPOLITO
Torres Vedras

Imagem 16 - Destilaria, anúncio na *Gazeta de Torres*, 16 Julho 1933

16-7-33 GAZETA DE TORRES 7

ANTONIO HIPOLITO
 Comendador da Ordem do Mérito Industrial
TORRES VEDRAS
 (Casa Fundada em 1900)

Bağaceira sistema «Derey» com aquecimento a vapor directo com fornalha em ferro.

Bağaceira sistema «Derey» com aquecimento a vapor indirecto.

■ **Bağaceiras de varios sistemas e Derey de vapor directo e indirecto, para destillação de vinhos, frutos e bagaços.** ■

Lagariças, Cinchos, Esmagadores e Prensas MARMONIER para lagares.

A instalação mais moderna, para destillação de bagaços.

Modelo 1933

Bombas de Picota e de Volante para trasfego de vinhos, mostos e aguarçantes. Feitas em bronze.

Bağaceira com fornalha de alvenaria com fogo directo

Mangueiras, chupadores, valvulas, torneiras, monas, vidros e torneiras de nivel, etc.

Jogos de cilindros, para adaptar a qualquer fornalha de vapor.

Imagem 17 - Produtos, área do petróleo

FOGÃO N.º 0 FOGÃO N.º 1 FOGÃO N.º 2 FOGÃO N.º 36 (EM FABRICO) POPULAR

ARTIGOS DE ALTA QUALIDADE

HIPÓLITO

EXIJA A MARCA **HIPÓLITO** QUE LHE DÁ TODAS AS GARANTIAS
SÓ COM ACESSÓRIOS **HIPÓLITO** OS APARELHOS **HIPÓLITO** FUNCIONAM BEM

S. 5 R. 0 R. 1 R. 36 S. 815

ALCOOL LANTERNA 300 VELAS LANTERNA 100 VELAS LANTERNA 175 LANTERNA 124

Detailed description: This is a vintage advertisement for Hipólito petroleum products. At the top, five different models of stoves are displayed, each with a label: 'FOGÃO N.º 0', 'FOGÃO N.º 1', 'FOGÃO N.º 2', 'FOGÃO N.º 36 (EM FABRICO)', and 'POPULAR'. Below the stoves, the text 'ARTIGOS DE ALTA QUALIDADE' is written in a smaller font, followed by the brand name 'HIPÓLITO' in large, bold, stylized letters. Underneath the brand name, a slogan reads: 'EXIJA A MARCA HIPÓLITO QUE LHE DÁ TODAS AS GARANTIAS SÓ COM ACESSÓRIOS HIPÓLITO OS APARELHOS HIPÓLITO FUNCIONAM BEM'. The bottom section of the advertisement features five small burner components labeled 'S. 5', 'R. 0', 'R. 1', 'R. 36', and 'S. 815'. Below these are four lantern models: 'ALCOOL' (a small alcohol lamp), 'LANTERNA 300 VELAS', 'LANTERNA 100 VELAS', 'LANTERNA 175', and 'LANTERNA 124'. Each product is illustrated with a detailed line drawing.

Imagem 18 - Tiras publicitárias publicadas em diversos jornais, anos 50



UMA MARAVILHA DA INDÚSTRIA NACIONAL

FABRICAÇÃO DA
CASA HIPÓLITO, LIMITADA
TORRES VEDRAS / PORTUGAL

© AGENCIA UPI



UMA MARAVILHA DA INDÚSTRIA NACIONAL

FABRICAÇÃO DA
CASA HIPÓLITO, LIMITADA
TORRES VEDRAS / PORTUGAL

© AGENCIA UPI



UMA MARAVILHA DA INDÚSTRIA NACIONAL

FABRICAÇÃO DA
CASA HIPÓLITO, LIMITADA
TORRES VEDRAS / PORTUGAL

© AGENCIA UPI

Imagem 19 - Calendários Hipólito, 1963 e 1980



Imagem 20 - Notícias no jornal *Badaladas*, 15 Maio 1959

X Feira das Indústrias Portuguesas

Diploma de Honra

Conferido à **Casa Hipólito, Lda.** pela sua participação na primeira Feira das Indústrias Portuguesas, em 1949-1950, bem como pela valiosa contribuição dada, a todos os restantes certames levados a efeito pela Associação Industrial Portuguesa, dentro do decénio que se completa este ano. Participando assim nesta demonstração do progresso do Trabalho Nacional, concorrem também para a afirmação vital de confiança em que Portugal continuará **CAMINHANDO PARA UMA VIDA MELHOR.**

O Presidente da Associação Industrial Portuguesa
a) *Cortez Pinto*

O Comissário da Feira das Indústrias Portuguesas
a) *Mário Neves*

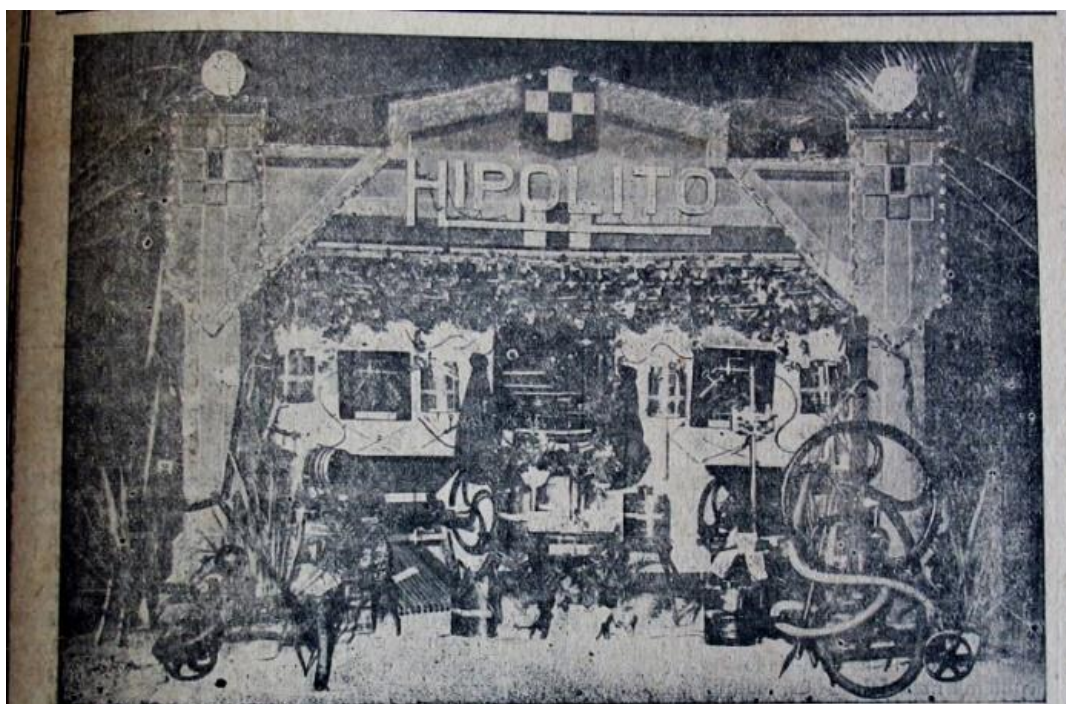
II. A EMPRESA - EXPOSIÇÕES

Imagem 21 – Caldas da Rainha, 1921



(Ampliação da imagem permite reconhecer António Hipólito)

Imagem 22 – Feira de Amostras do Estoril, *Gazeta de Torres*, 29 Dezembro 1929



Os pulverisadores Hipolito

É, sem duvida, uma das maiores industrias desta região, a fabricação de pulverisadores. A fábrica de **ANTONIO HIPOLITO**, em **Torres Vedras**, honra o seu proprietario e a terra. Foi este o unico industrial da nossa região que concorreu á feira de amostras ultimamente realisada no Estoril por iniciativa da Associação Industrial Portuguesa. Como então tivemos ocasião de referir o «stand» de Antonio Hipolito era dos melhores que ali se apresentaram. Publicando hoje a fotografia do seu «stand», praticamos não só um acto de justiça como de louvor ao inteligente industrial torreense.

Imagem 23 - Diploma de participação na Exposição Ibero-Americana de Sevilha, 1929/1930



Imagem 24 - Medalha de prata da Exposição Ibero-Americana de Sevilha, 1929/1930



Imagem 25 - Postal distribuído na Exposição de Sevilha, 1929



El pulverizador "Hipolito" es el mejor y más económico del mundo
Exposición Ibero-Americana Sevilha, 1929 **TORRES VEDRAS - PORTUGAL**



Imagem 26 - Comissão da Exposição Agrícola-Pecuária e Industrial de 1926, em Torres Vedras, da qual faz parte António Hipólito



Imagem 27 - Casa Hipólito na Feira da Tunísia, foto e legenda do *Diário de Notícias* de 19 Novembro 1956



ANO XVII—N.º 105

Ex.º Biblioteca Municipal de Torres Vedras, 8 de Junho de 1952

O TORREENSE

ÓRGÃO NACIONALISTA DE PROPAGANDA E DEFESA DOS INTERESSES DO CONCELHO E REGIÃO DE TORRES VEDRAS

AO SERVIÇO DA NAÇÃO

DIRECTOR DESPORTIVO
JOÃO BAPTISTA DE CARVALHO

CHEFE DA REDACÇÃO
INÁCIO GUARDALINO

REDACTOR-FOTÓGRAFO
ELMANO MARTINS ROCHA

Proprietário, Director e Editor
ARTUR ESTEVES LOUREIRO

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E TIPOGRAFIA (OFICINAS PRÓPRIAS)
Av.º 5 de Outubro, 4 a 14-18 e 20 e Tenente Valadim, 1 a 11
TELEFONE 40 - TORRES VEDRAS

ADMINISTRADORA
JUDITE A. MARQUES CALDEIRA

CHEFE DOS SERVIÇOS DE EXPEDIENTE
MARIA G. SERRA DINIZ LOUREIRO

CORRESP.-LITERÁRIO NO BRASIL
AMÉRICO JOSÉ RODRIGUES

O «stand» da CASA HIPÓLITO, L.ª DA

na Feira Popular de Lisboa,

foi inaugurado pelo Sr. Presidente da República e tem sido visitado e admirado por altas individualidades nacionais e estrangeiras

notícia da abertura da Feira Popular de Lisboa, surpreendeu-nos com a novidade duma grandiosa exposição feita pela Casa Hipólito, L.ª, desta vila, honra do nosso concelho e da Indústria Nacional.

Como torreenses, sempre orgulhosos de vermos a Nossa Terra representada em meios de grande projecção, e várias vezes a Casa Hipólito nos tem proporcionado esse prazer, sentimo-nos impelidos a visitar, também, o «stand» que tinha merecido a honra de ser inaugurado por Sua Ex.ª o Senhor Presidente da República.

Em boa hora o fizemos, pois de novo sentimos a mesma sensação de orgulho, que havíamos tido quando as fotografias nos deram a imagem desse nosso conterrâneo, o Sr. António Hipólito Júnior, a receber os louvores do Supremo Magistrado da Nação.

A exposição reúne, em ambiente de requintado bom gosto, todos os artigos fabricados nas grandes oficinas metalúrgicas da Casa Hipólito, L.ª.

Destacamos entre todos os artigos, uma prensa hidráulica para o fabrico de vinho, que se está a construir, já em série, e que é uma patente da Société Pressoir Colin, de Paris, que a Casa Hipólito foi autorizada a fabricar em Portugal.

Esta prensa constitui uma autêntica revolução na indústria do género, pois apesar de ser um aparelho de maneio simples, obtém resultados absolutamente extraordinários.

Podemos apresentar algumas características e vantagens e impressionou-nos desde o principio da descrição, o facto de ser dum custo provável, relativamente baixo e requisitar um homem só para elevar as massas a uma pressão superior aquela que nas prensas vulgares, são precisos seis ou sete homens.

Há ainda outras características, que nos lembra.

“VÉRIN - L.,

Prensa de fuso, hidráulica, vertical, para substituir a prensa mecânica.

Esta prensa é constituída por duas longarinas onde apoia o sistema hidráulico.

O “lagar” em miniatura, lindo trabalho dos operários, Srs. Álvaro Leiria, seu filho Júlio, Joaquim e João Silvestre

É de fácil instalação nos fûsos já montados.

Principais vantagens: — Grande pressão nas massas vinicas — As prensas do tipo mecânico, dão uma pressão de cerca de 3 kgs/cm², ao passo que esta pode atingir 6 kgs/cm², o que dá um aumento de produção de cerca de 10%.

Rapidez no apêrto — Este é feito por

A “destilatoria” em miniatura, também lindo trabalho dos mesmos artistas, ambos os trabalhos muito apreciados por nacionais e estrangeiros

SOBREIRO CURVO EM FESTA

Imagem 29 - Feira Popular, Lisboa, 1952: António Hipólito Junior com o Presidente da República, General Craveiro Lopes



Imagem 30 - Casa Hipólito na Feira Popular, 1952



Imagem 31 - António Hipólito Junior com o Presidente da República, Almirante Américo Tomás, na F.I.L., em 1959



III. FESTA DE HOMENAGEM EM 1950

Imagem 32- Cartão de parabéns do jornal *O Torreense*



Imagem 33 – Rogério Figueiroa Rego, Presidente da Câmara de Torres Vedras, discursa na sessão solene de homenagem a A. Hipólito - (à esquerda, na foto)



Imagem 34 - Almoço de homenagem na Tuna Comercial Torreense



Imagem 35 - O Presidente da Câmara faz um brinde. À sua direita está António Hipólito e a esposa Maria Inácia



Imagem 36 - Em Fátima, passeio comemorativo em 3 Junho 1950



Imagem 37 - Em Santarém (Portas do Sol), passeio comemorativo em 3 Junho 1950



IV. CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO

Imagem 38 - Primeira página de *O Torreense*, 12 Abril 1953

ANO XVIII - N.º 107
Biblioteca Municipal de Torres Vedras
dras. 42 de Abril de 1953

O TORREENSE

T. VEDRAS

ÓRGÃO NACIONALISTA DE PROPAGANDA E DEFESA DOS INTERESSES DO CONCELHO E REGIÃO DE TORRES VEDRAS

AO SERVIÇO DA NAÇÃO

Proprietário, Director e Editor
ARTUR ESTEVES LOUREIRO
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E TIPOGRAFIA (OFICINAS PRÓPRIAS)
Av.º 5 de Outubro, 4 a 14-18 e 20 e Tenente Valadim, 1 a 11
TELEFONE 40 - TORRES VEDRAS

ADMINISTRADORA
JUDITE A. MARQUES CALDEIRA
CHEFE DOS SERVIÇOS DE EXPEDIENTE
MARIA G. SERRA DINIZ LOUREIRO
CORRESPONDENTE LITERÁRIO NO BRASIL
AMÉRICO RODRIGUES

DESPORTIVO
JOÃO BAPTISTA DE CARVALHO
CHEFE DA REDACÇÃO
INÁCIO GUARDALINO
REDACÇÃO-FOTÓGRAFO
ELMANO MARTINS ROCHA

A IMPORTANTE

Casa Hipólito, Limitada

DE TORRES VEDRAS

apóia o Governo da Nação e colabora com êle, na «Luta Contra o Analfabetismo», sendo a primeira a inaugurar um Curso de Instrução Primária para Adultos



O Sr. Dr. Veiga de Macedo, Subsecretário da Educação Nacional, é agardado na Freixofera, limite do concelho, pelos Srs. Presidente da Câmara, que o está cumprimentando, Gerentes e sócios da "Casa Hipólito" e centenas de pessoas

melecer e de trabalhar para si. Muito querido e estimado por toda a gente, devido aos seus belísimos dotes de caracter, grande artista na sua arte e incansável trabalhador, a sua pequena oficina foi-se desenvolvendo, pouco a pouco, mas com solidez, e o Sr. António Hipólito, via coroada de bom êxito a sua aventura, a de se estabelecer. Com o desenvolvimento da sua oficina, foi-se-lhe, também, desenvolvendo a prole, e, «como casa de pais é escola de filhos», foi educando-os e instruindo-os, primeiro como podia e, depois, como queria. Incutindo-lhes no espírito o amor ao trabalho, comecaram todos trabalhando e a Casa Hipólito cada vez se tornava mais importante. Aí por 1935, era já tão conhecida em todo o País como no estrangeiro, e o fabrico de material vinícola tão perfeito como o fabricado nas melhores procedências, assim como fogareiros a petróleo, etc., etc., que o Governo da Nação lhe fez justiça e o condecorou com a Comenda da Ordem de Mérito Industrial. Então, o Sr. Comendador António Hipólito, começou a fazer mais frequentes viagens ao estrangeiro, a tornar a sua casa mais conhecida ainda, chegando ao ponto dos produtos da sua casa, em competição com os dos outros países, provarem ser de melhor fabrico. Em todas as exposições a que tem concorrido a Casa Hipólito, L.ª, obtem sempre as mais elevadas classificações e recompensas.

(Continúa na pág. 4)

UM ACTO DE JUSTIÇA

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Senhor Rogério de Figueiroa Rêgo

foi justamente condecorado pela Vereação com a medalha de ouro

“POR BONS SERVIÇOS PRESTADOS AO CONCELHO” e alvo de uma imponente e significativa homenagem pelos seus numerosos amigos e admiradores



ROGÉRIO DE FIGUEIROA RÊGO

Em sessão da Câmara Municipal, de 22 de Janeiro do corrente ano, pelo Vereador, Sr. Manuel Lopes Júnior, foi apresentada uma proposta, para que ao Sr. Figueiroa Rêgo fosse conferida a medalha de ouro «Por bons serviços prestados ao concelho», pelo muito amor e acrisolado carinho com que Sua Ex.ª o tem servido, em todos os sectores da sua vida, há já sete anos e cuja proposta foi aprovada por unanimidade pelos restantes vereadores. Por esse motivo, um grupo de ami-

(Continúa na pág. 4)

OMEÇEMOS

por um pouco de história sobre estas importantes oficinas metalúrgicas, uma das maiores organizações do País. Aí por 1900, o Sr. António Hipólito abriu uma oficina de funileiro, aspiração que assiste a todo o indivíduo que trabalha, a de se esta-



O Sr. Subsecretário da Educação, Presidente da Câmara, gerentes e comitiva, escutam a "Maria da Fonte", executada pela Banda dos Bombeiros, que está em continência

Imagem 39 - Sessão solene de abertura dos cursos, no GAC, 1953



Imagem 40 - Curso de alfabetização de adultos, sessão do 1º aniversário, no GAC, em 1954



V. GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DA CASA HIPÓLITO

Imagem 41 - 1.º aniversário do GDRCH, jornal *O Torreense*, 15 Maio 1949

O TORREENSE — Pág. 3

DESSPORTOS E EDUCAÇÃO FÍSICA

O 1.º aniversário do "Grupo Desportivo e Recreativo da CASA HIPÓLITO" foi comemorado, solenemente, durante oito dias

PASSOU no pretérito dia 1 de Maio, o seu 1.º ano de existência, este simpático grupo, que com tam curta vida já conseguiu marcar, no nos-o meio, uma posição de relêvo, desportiva, recreativa e social.

Por tal lhe endereçamos os nossos parabens e os votos sincéros de muitos anos de existência, para alegria dos seus associados e orgulho dos seus dirigentes.

Para comemorar o seu aniversário levou a efeito, a sua Direcção, uma série de provas desportivas, que decorreram de 1 a 8 do corrente, reservadas aos trabalhadores daquela importante casa, que, assim, tiveram oportunidade de mostrar as suas habilidades e aptidões para as várias modalidades que constarain do programa.

Porém, mais digno de realce, há que destacar a verdadeira confraternização registada, pois foi interessante notar-se, não só a presença dos patrões, assistindo às provas, como empregados superiores, competindo com aprendizes.

E, passemos aos resultados das provas.

Dia 4 de Maio

Exposição numa das montras da secção comercial, dos troféus e galardetes ganhos p-los seus atletas neste seu 1.º ano de existência, já muito valiosos e em número de duas dezenas aproximadamente.

Rally ciclista, entre Torres S.ª Cruz-Torres, que reuniu a inscrição de dezoito concorrentes que, dentro das suas possibilidades, procuraram percorrer o trajecto com a maior regularidade possível.

Classificação:
1.º — Miguel Lourenço Paulino, 98 pontos;

2.º — Anibal Ferreira, 118 pontos;
3.º — António Custódio Rocha, 123 pontos e
4.º — Adelino da Silva, 160 pontos.

disputado, não tendo havido vencedor, pois o resultado final foi de 1 a 1.

As equipas formaram:
Solteiros: Carlos Couto; Joaquim Silvestre e Cabaco; César Costa, Vitor Ouro e Romão Canha; António Ginja, Valdemar Severino, Armindo Vicente, J. F. Costa e L. Piedade.
Casados: A. Henriques; Manuel da Silva e António da Vaza; Botelho, José Silvestre e Adilino da Silva; José Carvalho, Assis, Amílcar, Rôlo e Carvalho.

Dia 2 e 3 de Maio

Dias destinados a um torneio de chinquilho, que não foi possível efectuar por avaria dos tabuleiros, tendo ficado o mesmo adiado para outra oportunidade.

Dia 4 de Maio

Torneio de ping-pong, animadamente disputado, cuja final foi disputada por João Góis que venceu Carlos Couto.

Assistiram a este torneio os Srs. Comendador António Hipólito, José Hipólito, João Hipólito e Alberto Hipólito.

Dia 5 de Maio

Torneio de bilhar, cuja classificação, depois de partidas disputadíssimas, foi a seguinte:
1.º — Armindo Vicente e
2.º — José M. Rocha Bernardes.

Dia 6 de Maio

Luta de tracção á corda, que foi disputada por cinco equipas que não regatearam os seus esforços para a melhor classificação das suas secções.

Resultado final:
1.ª — Secção de balanças, com a se-

(Conclui na pág. 6)



Casa Hipólito, L.^{da}

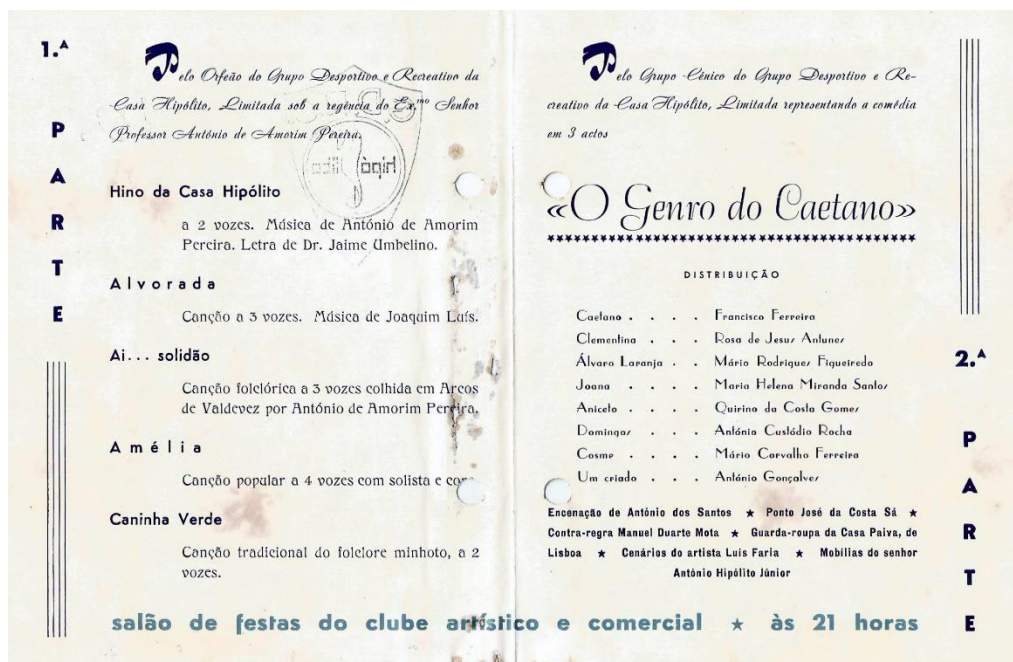
Fábricas Metalúrgicas

A maior organização industrial portuguesa para o fabrico de material viti-vinícola

★
Rua Serpa Pinto - TORRES VEDRAS Telef.: P. B. X. 53



Imagem 42 - Folheto do 10º aniversário, 1958



I Concurso Nacional de Pesca Desportiva de Mar para Trabalhadores

**UMA EXCELENTE ORGANIZAÇÃO
DO G. D. R. CASA HIPÓLITO**

Um êxito a que o mau tempo não permitiu o brilhantismo devido * 333 concorrentes! — um "Record" * Classificações * Augusto Monteiro o primeiro classificado de Torres Vedras

Realizou-se no passado dia 13 do corrente, conforme o nosso jornal largamente noticiou, o I Concurso Nacional de Pesca Desportiva de Mar para Trabalhadores, uma organização do G. D. R. Casa Hipólito — Centro de Alegria no Trabalho n.º 212 — e que reuniu elevado numero de concorrentes, exactamente 333 pescadores, em representação de varios C. A. T. do nosso País, um «record» jamais igualado em provas deste género.

Pena foi que o tempo, excessivamente ventoso, não permitisse o brilhantismo esperado, uma vez que em condições tão pouco favoráveis, muito difficil se tornava a boa «colheita» de pescado.

A organização de tão importante concurso foi impecável, não havendo o mais pequeno pormenor a apontar em desfavor de tão excelente realização. Só foi pena o tempo...

O programa iniciou-se às 7 horas com a concentração de todos os pescadores na Parada do Quartel dos Bombeiros desta vila, onde assistiram ao hastear das bandeiras Nacional e da F. N. A. T., da Camara Municipal, dos C. A. T. e C. R. P.

Em seguida, num gesto de exemplar cavalheirismo, a confirmar a boa hospitalidade do povo torricense, os dirigentes da entidade organizadora ofereceram nas magnificas instalações da sua Cantina, instalada na sede do grupo, o pequeno almoço a todos os concorrentes.

Depois foi a «corrida» para a beira-mar, na busca dos melhores pesqueiros e os primeiros lançamentos apareceram quando às 8,10 horas surgiu no ar o moirão a dar inicio ao tão importante concurso.

Cerca das 13 horas no Restaurante «Mar Lindo», na Praia de Santa Cruz, foi oferecido pela Gerencia da Casa Hipólito, a diversas individualidades, um almoço que reuniu elevado numero de convivas. Entre outros registamos as presenças dos Srs. Dr. Quirino Malha, presidente da F. N. A. T.; Rogério de Figueira Rego, Presidente da Camara Municipal de Torres Vedras; Dr. Noel de Arriaga, do Secretariado Nacional de Informação; Dr. João Dias, meretissimo Juiz da Comarca; Major Ornelas Monteiro, Comandante do Asilo dos Inválidos Militares de Runa; António Manuel Carmona da Costa e Fausto Xavier Fernandes, chefes, respectivamente das secções de Educação Física e de Pesca Desportiva da F. N. A. T.; etc., etc.

Findo o repasto usaram da palavra diversos oradores que puseram em destaque a magnifica obra social, cultural e recreativa desenvolvida pela Casa Hipólito, Lda.

Findo o concurso, realizou-se em Torres Vedras na parada dos Bombeiros Voluntários o controle e pesagem do pescado e cerca das 21,30 horas, no amplo salão de festas do Clube Artístico e Comercial, a sessão solene para distribuição dos variados e numerosos prémios. Presidiu o sr. Presidente da Camara Municipal de Torres Vedras a este ultimo numero do vasto programa do concurso, constituindo excelente fecho, não só pela avultada presença de pessoas, entre as quais se destacavam inumeras senhoras, mas também pelo ambiente de exemplar desportivismo de que se revestiu, fornecido pelas calorosas ovações tributadas a todos os concorrentes melhor classificados.

Resta-nos apresentar à entidade organizadora as nossas mais sinceras felicitações pelo êxito e excelente organização do I Concurso Nacional de Pesca Desportiva de Mar para Trabalhadores, ao mesmo tempo que fazemos votos pela continuidade de tão importante empreendimento, sem duvida um magnifico acontecimento no meio desportivo Torricense.

CLASSIFICAÇÃO COLECTIVA

C. A. T.

1.º — G. D. R. Casa Hipólito, 1505 pontos
Taça «Dr. Henrique Veiga de Macedo» (Ministro das Corporações), Taça «Comendador António Hipólito» e Taça «Oliveira & Ferreirinha».

2.º — G. D. Companhia Telefones do Porto, 1493 pontos
Taça «G.D.R. Casa Hipólito».

3.º — Casa Pcs. Serviços Médicos-Sociais Porto, 459 pontos
Taça «Robialac».

4.º — Fundação Joaquim Matias, 448 pontos
Taça «Electro Decoradora Lda.»

5.º — Grupo Desportivo «A. P.», 341 pontos
Taça «Ricardo Santos Gallo, Filho, Lda.»

6.º — C. A. T. da Cable and Wireless Lda., 219 pontos
Taça «M. Casqueiro Haderer»

No proximo numero publicaremos as classificações individuais e por equipas.

SORTEIO ADIADO

O sorteio de 1 carreto de pesca «Luzor», foi adiado para 6 de Junho proximo.

Imagem 44 - Equipa de futebol do GDRCH, que jogou com a equipa da *Cidla* em 14 de Junho de 1959.



BADALADAS ATIVAS

16-5-964

A brilhante actividade desportiva da equipa de Atletismo da Casa Hipólito

Das múltiplas modalidades desportivas praticadas pelo Grupo Desportivo e Recreativo da Casa Hipólito, L.ª, surge em grande plano, a de Atletismo, que tem desenvolvido, inequívoca e incontestavelmente, excelente actividade nas provas em que se tem feito representar, quer tenham sido elas de características populares ou corporativas.

É de toda essa actividade exercida durante o mês de Dezembro do

Classif. colectiva: - Não houve.

COMPETIÇÕES CORPORATIVAS

Nas três fases distritais ou de apuramento do III Campeonato Nacional de Corta-Mato (2.ªs categorias), provas realizadas nos terrenos anexos ao Campo de treinos do Estádio Nacional, em 19 e 26-1 e 2-2-64, verificaram-se em conjunto as seguintes classificações:

Classif. individual: - 1.º, VÍTOR MANUEL VEIGA, 2.º, Fernando

que a época de futebol, e contra o adversário, que formava dentro da sua área uma autêntica «floresta» de pernas, atrás da qual se encontrava o seu guardião, que bastas vezes foi posto à prova.

A vitória dos visitados, por duas ou três bolas, seria o prémio mais justo para o seu esforço e abnegação, e também para o seu bom jogo, mas mais uma vez, a sorte do jogo lhe foi adversa, e não lhe deixou saborear esse prazer.

Bom trabalho do Sr. Décio de Freitas. Apenas nos ficou uma dúvida. Num lance, em que um defensor do Atlético tocou a bola com a mão dentro da sua área, o juiz considerou-o casual. Seria casual ou não? o Sr. Décio de Freitas, bem colocado, nada assinalou.

Lacêda



ano transacto e o primeiro quadrimestre do ano em curso, que trata este pequeno relatório, dentro da seguinte ordem:

PROVAS POPULARES

Em 25-12-63 - Barro

Classif. individual: - 1.º, José Manuel Alves, 4.º, Sabino da Costa, 5.º, Joaquim Manuel Santos.

Classif. colectiva: - 1.ª, Casa Hipólito.

Em 31-12-63 - Torres Vedras (S. Ilvastro)

Classif. individual: - 1.º, José Manuel Alves, 15.º, Joaquim Manuel Santos, 25.º, Vítor Manuel Veiga.

Classif. colectiva: - 5.ª, Casa Hipólito.

Em 28-1-64 - Sobreiro Curvo

Classif. individual: - 1.º, José Manuel Alves, 2.º, Vítor Manuel Veiga.

Classif. colectiva: - Não houve.

Em 9-2-64 - Maceira

Classif. individual: - 1.º, José Manuel Alves, 2.º, Vítor Manuel Veiga, 5.º, Sabino da Costa.

«Robiallac» para «Independentes», em que estarão presentes as mais cotadas equipas nacionais: Benfica, Porto, Sporting, S. Paulo, Al-

dos Santos Abreu, 6.º, Sabino da Costa, 7.º, Luís Augusto dos Reis, 10.º, António Gigante Avelino.

Continua na página 10

Totobola

36.ª JORNADA 24-5-964

Nome BADALADAS

Morada TORRES VEDRAS

N.º	Visitado	Visitante	I	X	2
1	Leça	Felrense	I		
2	Espinho	Leixões			2
3	Vizoso	Famalicão	X		
4	Oliveirense	Beira Mar	I		
5	Sanjoanense	Peniche	X		
6	Sacavenense	Oriental	I		
7	Lusitano V. R.	C. Piedade	I		
8	Luso	Barcelrense	I		
9	Olhavense	Portimonense	I		
10	U. de Tomar	C. Branco	X		
11	Vila Franquense	Sintrense	I		
12	Pala Pires	Amora			2
13	Juventude	Faro e Beaf.	I		

José da Costa

uniores

O

ria...

ideia de Alcântara mais dis-

do que a a lutar pois deste as pare- alar, que linear, do

lismo... e Futebol!...

Prémio «Recauchutagem Torreense»

Prémio «Magicote»

«Grande Prémio «Robiallac»

ALHANDRA—Taça «Ribeiro dos Reis»

res Ve- omingo úblico anif- mente to, no e-se de o, num mpeti- as que, ara fa- o inú-

les po- té que tes da o mo- se às s ade- io - fu- ornada o dos

Reis», com o jogo de inegável interesse, Torreense-Alhandra. Quanto à segunda das modalidades, nada mais nada menos do que três provas, todas de indiscutível aceitação.

Prémio «Recauchutagem Torreense» para «Populares» (filiados) num total de 20 voltas e com prémios até ao 5.º classificado. Anotem-se, ainda, prémios para os vencedores dos «sprints» de 5 em 5 voltas. A' equipa vencedora será atribuída a Taça «Recauchutagem Torreense».

Segue-se o Grande Prémio «Magicote», para «Amadores» (30 voltas). Os vencedores dos «sprints», de 5 em 5 voltas, terão como prémio um fogareiro «Hipólito». Do 1.º ao 4.º classificados, no final, os vencedores receberão 1 camisa. A finalizar o Grande Prémio

VI. INSTALAÇÕES FABRIS

Image46 / 46A - Fábrica A, ao lado da Igreja de Santiago, início dos anos 90



Imagem 47 - *Fábrica A* e *Casa do Comendador*, princípios dos anos 90



Imagem 48 - Aspecto do interior da *Fábrica A*

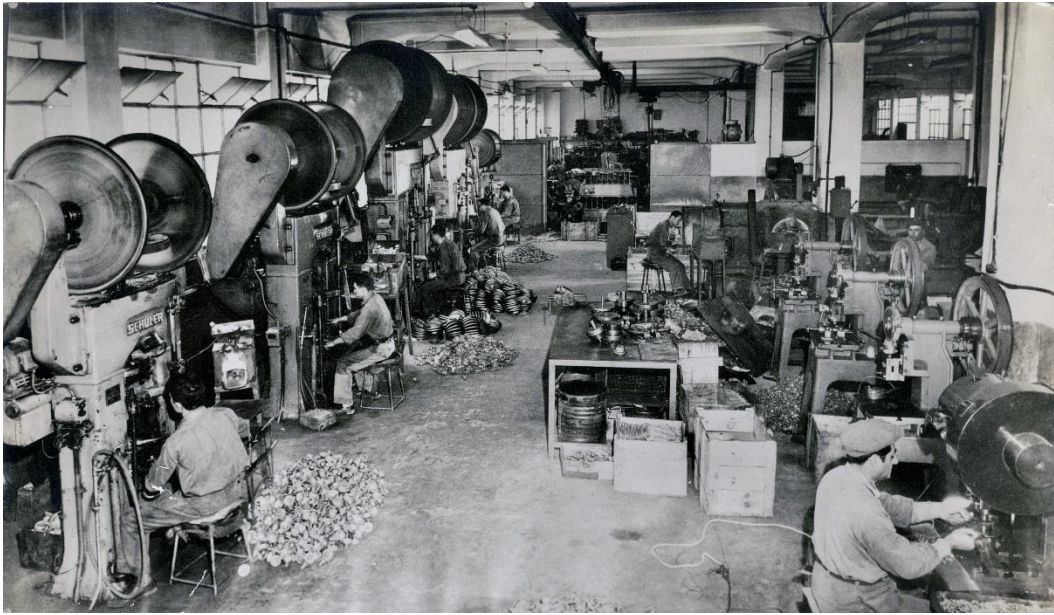


Imagem 49 - Aspecto do interior da *Fábrica A*



Imagem 50 - Aspecto do interior da *Fábrica A*

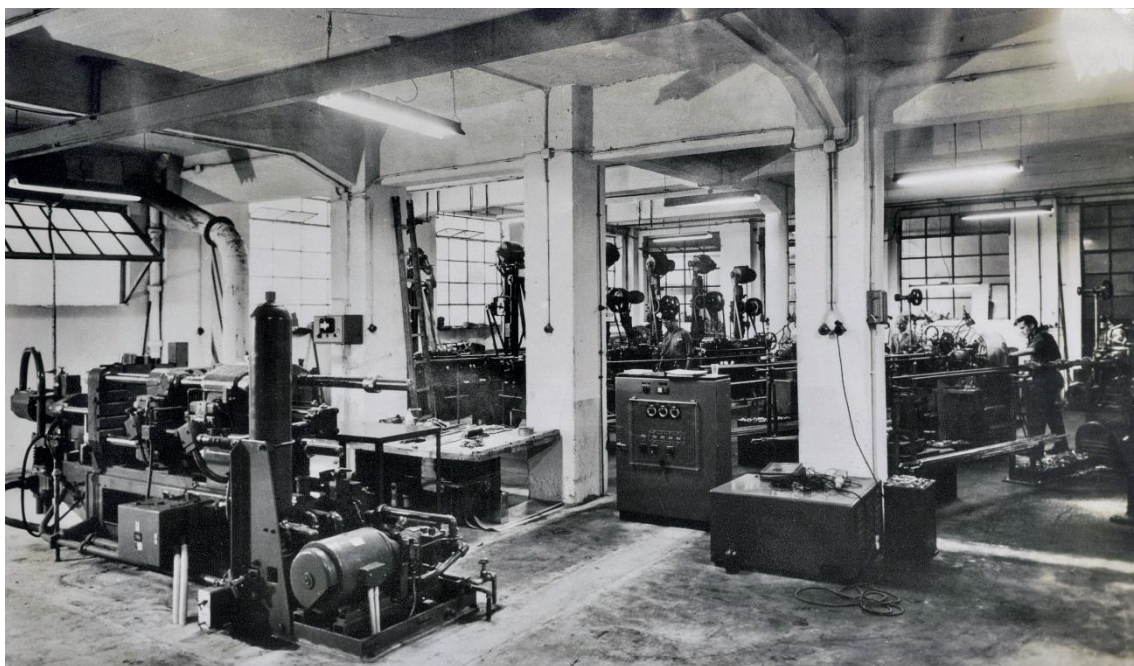


Imagem 51 - Aspecto do interior da *Fábrica A*

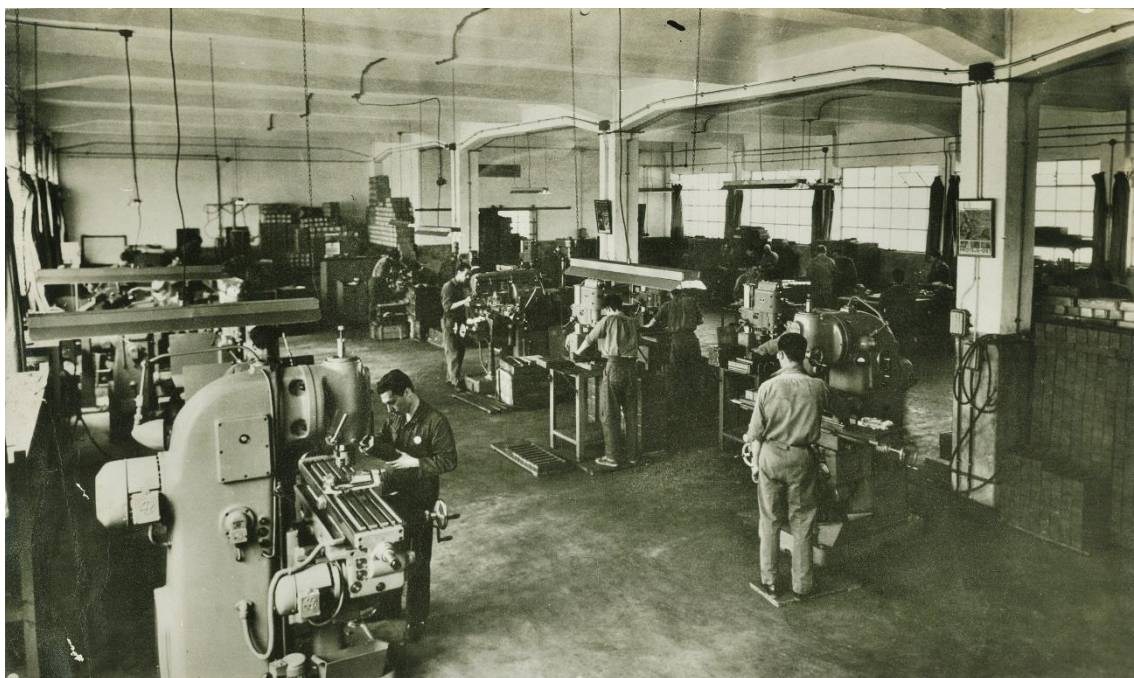


Imagem 52 - Aspecto do interior da *Fábrica A*



Imagem 53 - Aspecto do interior dos *Pavilhões*

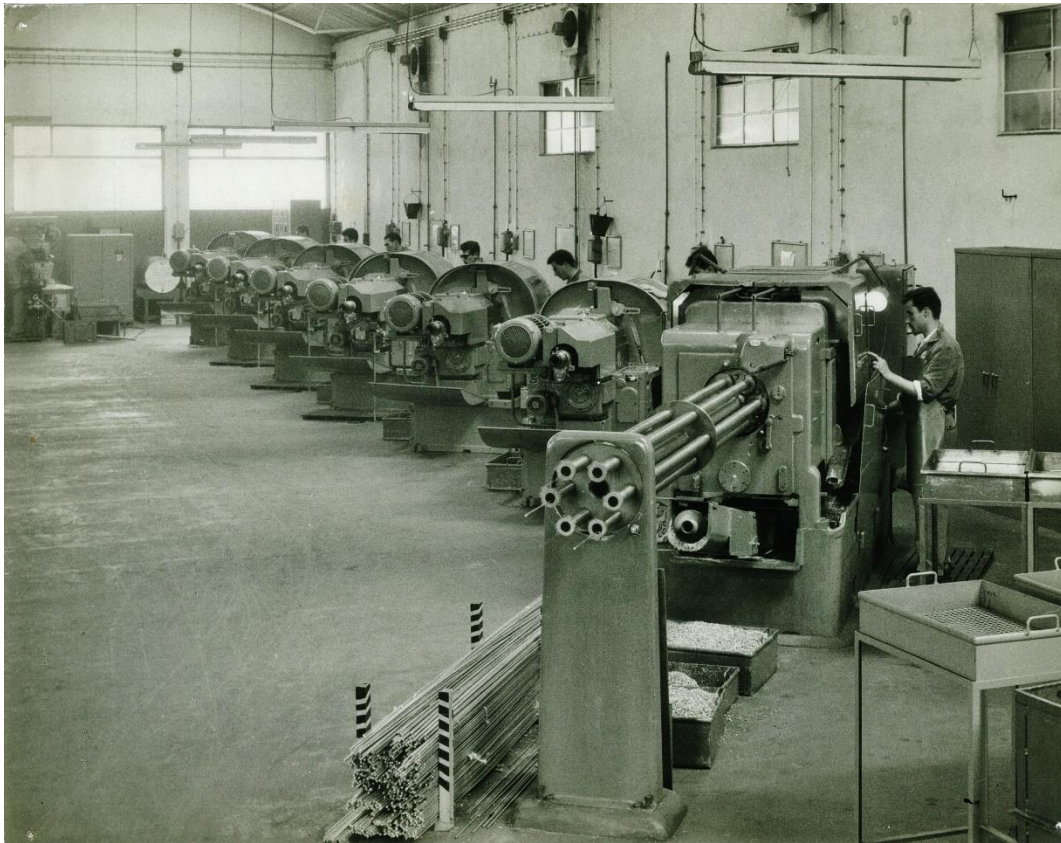


Imagem 54 – Instalações na R. Serpa Pinto, abandonadas, início dos anos 90



Imagem 55 – Aspecto actual da mesma rua (2017). No lugar da antiga *Fábrica A* existe agora um parque de estacionamento. Como memória do lugar, manteve-se a parte de baixo, em mármore, da antiga fachada



Imagem 56 – As naves industriais na zona de Arenes, 1991



1 – Área vinícola | 1A – Escritórios | 2 – Refeitório | 3 – Área do gás e *Petromax*

Imagem 57 - Refeitório da *Casa Hipólito*, em Arenes



VII. CASA HIPÓLITO E CARNAVAL

Imagem 58 - António Hipólito ao lado do condutor do carro, com foliões, anos 30



Imagem 59 - Carro de Carnaval da Casa Hipólito, anos 40/50



Imagem 60 - Fogão *Hipólito* entre foliões, 1951



Imagem 61 - Teatro Politeama, Lisboa, Carnaval 1950



Imagem 62 - Carnaval 1933



TORRES VEDRAS

2 7 - 2 - 3 3

*Para Sua Magestade
D. Carnaval VIII.
Palacio Real da Pa-
rodia*

MAGESTADE:

*Tem êste o fim de muito respeitosa-
mente saudar o Nosso Augusto Amo e
Senhor, pela passagem de mais êste Seu
aniversário natalicio.*

*Aproveitando esta oportunidade, peço
licença para Vos lembrar que para o tra-
tamento das Vossas vinhas deve continuar
a usar os meus pulverisadores que o
mundo inteiro conhece e elogia.*

*Mais lembro a Vossa Magestade que
as minhas torpilhas, prensas para vinho,
esmagadores e demais utensilios viti-vini-
colas são os melhores que aparecem no
mercado, sendo tambem os que melhor
preço teem.*

*Aguardando as respeitaveis ordens de
Vossa Magestade, subscrevo-me*

Colega humílino,

Hipolito

Rei dos Pulverisadores

